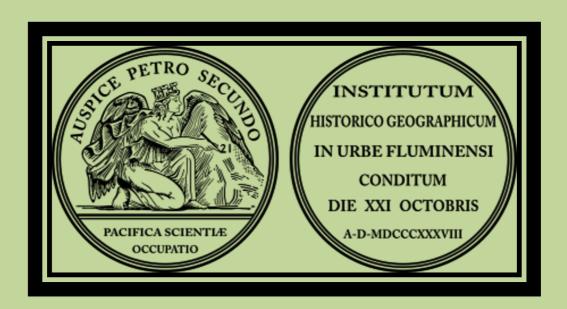
# MEUS 28 ARTIGOS NA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO



Veterano Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento Sócio Emérito do IHGB em 2021



**Livro Digital** 

Editora Camila Karen Costa Santos Renê

# FONTES DA CULTURA EM ARTE DA GUERRA DO DUQUE DE CAXIAS (\*)

Ten.-Cel. Cláudio Moreira Bento

#### 1980

O dia 7 de maio de 1980 assinalou o centenário da morte de um dos nossos maiores estadistas, o duque de Caxias e marechal-de-exército efetivo, Luís Alves de Lima e Silva, após prestar ao Brasil mais de 60 anos de excepcionais serviços, como político e administrador de contingência e, inigualados, como militar de tradição e vocação, a serviço da unidade, da paz social, da integridade e da soberania brasileiras. Por esta última razão foi consagrado de direito, em 1962, pelo exército brasileiro onde se forjou e de cujo seio emergiu no cenário nacional, como o seu Patrono, no sentido como Pedro Calmon definiu o termo — «o chefe integral de uma instituição, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nela vibra, a síntese mágica de suas virtudes e de seus brios» e acrescentaríamos, seu oráculo em momentos difíceis para autocríticas e correções de caminhos, ou na busca das soluções mais adequadas em determinada conjuntura.

Ainda em vida, e nos últimos cem anos desde sua morte, o povo, a imprensa, chefes, escritores, pensadores e historiadores civis e militares têm procurado defini-lo entre outros com os seguintes títulos: «Filho querido da Vitória»; «o Pacificador», «General Invencível»; «Condestável, patrício, escora e espada do Império»; «A maior espada do Brasil»; «o Wellington Brasileiro»; «o Duque de Ferro e da Vitória»; «o Escravo da Pátria»; «Nume, Gênio ou Espírito Tutelar»; «Símbolo da Nacionalidade»; «Maior soldado do Brasil»; «Brasileiro nº 1»; «o Equânime»; «o Herói Tranqüilo» e finalmente o «Pacificador de Consciências», por sua decisiva atuação no término da Questão Religiosa, traduzida pela anistia, que propôs e foi aceita, aos bispos de Olinda e Belém. Em razão de tudo isto julgam alguns analistas de nosso processo histórico caber ao duque de Caxias os títulos de Patrono e mesmo Fundador da Nacionalidade.

A presente comunicação objetiva evidenciar um aspecto pouco conhecido e pesquisado da biografia do duque de Caxias, a sua excepcional cultura em Arte e Ciência da Guerra e a explicação de como e de onde ele a hauriu e a sedimentou.

#### Uma Lacuna Biográfica

Uma das grandes lacunas da biografia do duque de Caxias é a explicação do onde ele hauriu a sua notável cultura em Ciência e Arte da Guerra, responsável pelo seu merecido ingresso na galeria dos grandes capitães da história da humanidade. Pesquisas a que temos procedido os levam a concluir que ela se deve às seguintes circunstâncias, entre outras: haver possuído, segundo o visconde do Rio Branco, «inteligência e bom senso geniais»; ter sido, além de militar de vocação, um militar de tradição que conviveu com onze parentes que atingiram o marechalato no Brasil; haver freqüentado quatro anos a Academia Militar Real, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras; haver possuído e cultivado vasto círculo de relações bem informadas, situadas em postos de observações privilegiados nacionais e internacionais, com as quais manteve intenso, estreito e objetivo intercâmbio epistolar. Nessa correspondência familiar e pessoal, pela qual mantinha-se sempre muito bem

informado, é que revelou todo o seu pensamento militar em Arte da Guerra. Lamentavelmente a maior parte dessa correspondência foi extraviada ou mesmo destruída e parte da localizada ainda não foi paleografada e devidamente explorada, constituindo-se em fator de imobilização de seu estudo biográfico à luz do seu pensamento militar, a maior expressão de sua vida e obra e uma necessidade cultural militar passível de ser implementada no transcurso do centenário de seu falecimento em 7 de maio de 1880. Por outro lado concorreu muito para a formação de Caxias em Arte da Guerra a sua intensa e ininterrupta vivência militar nos moldes em que a definiu Camões, o poeta-soldado neste verso muito conhecido de *Os Lusíadas* (Canto X estrofe CLIII):

A disciplina militar prestante, não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando.

Os marechais Humberto Castello Branco e Tristão de Alencar Araripe, ilustres e destacados chefes, historiadores, pensadores e instrutores de nossas escolas militares e ex-comandantes de nossa Escola do Estado-Maior do Exército, assim procuraram explicar parte da cultura em Arte da Guerra haurida pelo duque de Caxias e aplicada em especial na guerra da Tríplice Aliança. Para o primeiro o fato de Caxias haver estudado e adaptado às realidades da América do Sul muito da Arte da Guerra de Napo- leão e, em especial, o conceito de a querra é uma arte toda de execução. Para o segundo o fato de haver Caxias realizado acompanhamento cerrado da Guerra de Secessão nos EUA com tantas semelhanças com a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, inclusive os célebres balões cativos usados naguela guerra nos EUA pelos irmãos Allen.e que Caxias usou para o reconhecimento de Humaitá. Segundo Vilhena de Morais, o maior e mais dedicado estudioso de Caxias, este acompanhou também com vivo interesse o desenvolvimento da doutrina militar aplicada na guerra franco-prussiana (1870-71) da qual resultou mais uma República francesa com a queda de Napoleão III. Além dos aspectos militares preocupavam o atual Patrono do Exército os possíveis reflexos daquela guerra na monarquia brasileira, já ameaçada na época pela Convenção Republicana de Itu — SP, em 1870.

#### Inteligência e Bom Senso Geniais

A afirmação do visconde do Rio Branco, uma das maiores capacidades do Império, de Caxias ser dotado de «inteligência e bom senso geniais» é comprovada pela projeção de sua obra de militar e político muito bem sucedido. O marechal Humberto Castello Branco, que foi um dos mais brilhantes pensadores militares brasileiros, numa das três vezes, antes de ser o E/3 da FEB, em que foi instrutor de Tática e História Militar da ECEME, concluiu que a maior característica de comando de Caxias foi a de possuir o senso do praticável. Vilhena de Morais registra outra e que o próprio Caxias traduziu nesta máxima — «Fui ver não mandei outros verem». E isto está confirmado no diário do capitão Jacob Franzen, natural de Caí, que acompanhou Caxias na inspeção que fez ao longo do rio Paraguai, da desobstrução da foz de um seu afluente da margem direita, para permitir a atracação de barcos de nossa Marinha, para o desembarque das tropas que realizaram a marcha de flanco.

# Militar de Vocação e Tradição

Segundo Vilhena de Morais, Caxias conviveu em sua família com 11 marechais. Por outro lado pode-se afirmar que foi bisneto, neto, sobrinho-neto, sobrinho e irmão de destacados infantes. Eis em largos traços seus parentes militares:

Bisavô-. João da Silva da Fonseca Lima, major de Infantaria que subcomandou em Portugal o Regimento de Lagos.

Avós paterno e materno: José Joaquim de Lima e Silva, marechal-de-campo, veio coronel de Portugal em 1767. Como comandante do Regimento de Bragança, unidade que integrou a comitiva do Tenente-General Henrique Bohn, comandante do Exército do Sul que expulsou em 1775-76 os espanhóis do Rio Grande do Sul, veio um tio avô de Caxias. O Regimento de Bragança veio a fundir-se com o Regimento de Infantaria, o Velho do Rio de Janeiro, dando origem ao Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro.

A referida unidade, por transformações sucessivas, é o atual Batalhão Sampaio onde Caxias iniciou sua carreira em 1808 e jurou bandeira em 1814. O cel. José Joaquim, por volta de 1800- 1810, comandava o atual Batalhão Sampaio, unidade em que foram iniciados, sob sua direção, nos segredos da Infantaria pelo menos 4 de seus filhos e um neto, o mais tarde duque de Caxias. Luís Alves de Freitas Belo, marechal-de-campo veio de Portugal como coronel. Era o avô materno de Caxias que lhe herdou o nome Luís Alves.

Pai de Caxias-. Francisco de Lima e Silva. Formou-se sob a orientação do pai, desde menino, no Batalhão Sampaio. Em 1824, como coronel, comandou as forças que combateram a Confederação do Equador no Nordeste. Em 7 de abril de 1831, como comandante das Armas do Rio de Janeiro, liderou o movimento político-militar do qual resultou a abdicação de D. Pedro I em favor de D. Pedro II. A seguir exerceu por algum tempo as funções de regente do Império.

Tios paternos de Caxias: José Joaquim de Lima e Silva, marechal-decampo e visconde de Magé. Formou-se sob a orientação do pai e do irmão Francisco nas fileiras do Batalhão Sampaio. Foi encarregado por D. Pedro I de organizar o Batalhão do Imperador, unidade de elite, raiz histórica do atual Batalhão da Guarda Presidencial em Brasília. Foi o padrinho de batismo e de fogo de seu dileto sobrinho — o mais tarde duque de Caxias. Na fase final da campanha da Independência na Bahia, comandou o Exército Pacificador no impedimento de Pedro Labatut. Passou à história com o título de herói de Pirajá. Em 7 de abril de 1831 formou ao lado de seu irmão Francisco, em prol da abdicação, como alternativa de continuação da monarquia. Possuía muito prestígio junto à trepa e seus conselhos sobre doutrina militar eram levados muito em conta. Exerceu muita influência sobre seu sobrinho e afilhado Caxias.

— Manuel da Fonseca Lima e Silva, marechal-de-campo e barão de Suruí. Iniciou sua vida militar como cadete do Batalhão Sampaio. Cursou a Academia Militar Real (1811-12), Infantaria, primeira turma. Seguiu para a Bahia em 1823 no subcomando do Batalhão do Imperador. Exerceu o comando desta unidade no final da guerra da Independência na Bahia, na Guerra Cisplatina 1821-28, em Montevidéu, e em 7 de abril de 1831, durante a abdicação. Foi outra grande

influência recebida pelo futuro duque de Caxias em sua carreira, pois este tio o comandou em graves momentos de crises internas e lutas externas de 1823-1831.

- João Manuel de Lima e Silva, general (farroupilha). Era dois anos mais moço do que Caxias. Conviveram cerca de cinco anos como cadetes do atual Batalhão Sampaio e dois anos na Academia Real Militar. Por ocasião da eclosão da Revolução Farroupilha era major como seu sobrinho Caxias. Ao aderir à proclamada República Ric-Grandense, foi feito o seu primeiro general. Em 18 de agosto de 1837 foi preso e assassinado no dia seguinte no Passo do Acampamento do rio Piratini, pela escolta que o transportava preso para Camaquã. Foi sepultado em Caçapava. Posteriormente seu túmulo foi profanado e seus restos mortais espalhados pelos campos. A única iconografia publicada pelo jornal *O Povo* da República Rio-Grandense é uma alegoria homenagem póstuma a sua grande vítima.
- Marechal-de-Campo João Manuel de Lima e Silva. Existe dúvida se foi tio ou primo de Caxias. Conviveu com Caxias como cadete no atual Batalhão Sampaio e em 1821 como aluno da Academia Real Militar. Em sua matrícula figura como filho de um marechal João Joaquim. Viveu a maior parte de sua vida no Rio Grande do Sul. É autor da cbra *Anais do Exército Brasileiro* anotada pelo barão de Rio Branco e general Sousa Docca, focalizando a Guerra Cisplatina. Em 1861, ao saber que o Exército iria adotar as *Ordenanças de Infantaria* de Portugal, se propôs a fazer Ordenanças de Infantaria próprias para as nossas realidades.

*Tios maternos de Caxias:* Venceslau e Joaquim Mariano de Oliveira Belo, marechais-de-campo.

Formação Militar de Caxias na Tropa sob Orientação Familiar

Os avós, tio-avô e tios maternos e paternos de Caxias foram formados em Infantaria, segundo a doutrina baixada pelo conde de Lippe, traduzida nas seguintes obras constantes do acervo da Biblioteca do Exército:

- 1 LIPPE, Conde de. Regulamento para o exercício e disciplina dos Regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelissima. Lisboa, Secretaria de Estado, 1763.
- 2 \_\_\_. Direções que hão de servir aos coronéis e majores dos regimentos de Infantaria dos Exércitos de sua Majestade Fidelissima. Lisboa, Secretaria de Estado, 1767.
- 3 \_\_\_\_. Novo método para dispor um corpo de Infantaria de sorte que possa combater com a Cavalaria em campanha rasa, estabelecido por ordem de sua Majestade Fidelissima. Lisboa, Secretaria de Estado, 1767.
- 4 \_\_\_\_. Memória sobre os exercícios de meditação militar para distribuição aos senhores chefes dos Regimentos de S. Majestade Fidelissima. Lisboa, Oficina Antônio Silva, 1782, 31 p. IDEM. Instruções gerais relativas a várias partes essenciais do serviço diário para o Exército de S. Majestade Fidelissima. Lisboa, Oficina Antônio Silva, 1782, 52 p.

A partir de 1816, quando o duque de Caxias tinha 13 anos e às vésperas de sua matrícula na Academia Real Militar, o Exército de Portugal no Brasil, e

particularmente na sua doutrina de Infantaria, passou a ser orientado pelas *Ordenanças de Infantaria* do Marechal Carr Beresford, inglês a serviço de Portugal, após a transmigração da família real para o Brasil.

Em 1861 seria o então marquês de Caxias que adotaria, com adaptações, como Ministro da Guerra, as *Ordenanças de Infantaria* do Exército de Portugal com a seguinte ressalva:

Até que se desenvolva uma tática elementar genuinamente nossa, harmônica com as peculiaridades de nosso Exército e com a natureza de nossas guerras.

As referidas instruções somente foram substituídas em 1889, no limiar da República, por atualizadas *Ordenanças de Infantaria* de Portugal.

Ainda em 1861, o marquês de Caxias, após assumir a Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Guerra, aboliu o rigoroso Regulamento do conde de Lippe que vinha sendo abrandado progressivamente. O referido regulamento foi substituído pelo *Regulamento Correcional das Transgressões Disciplinares*, o nosso primeiro Regulamento Disciplinar.

# Formação Acadêmica do Duque de Caxias

Em 1810, o príncipe D. João criou a Academia Real Militar no Rio de Janeiro, raiz histórica da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende. Freqüentou aquela Academia no Largo do São Francisco, no Rio de Janeiro, durante quatro anos (1818-21) como cadete, alferes e tenente — Luís Alves de Lima e Silva, o futuro duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro. O curso completo para aquela Academia, pelo diploma legal que a criou, era de 7 anos, sendo que os quatro primeiros matemáticos e os três últimos militares. Havia a previsão de um oitavo ano de coroamento, dedicado somente ao estudo da História Militar Nacional e Internacional, incluindo o estudo dos grandes capitães portugueses e estrangeiros.

Aos oficiais candidatos a Engenheiros e a Artilheiros era exigido o curso completo. Aos candidatos à Infantaria e Cavalaria era condição necessária cursarem o 1º ano matemático (1º da Academia) e o 1º militar (5º ano da Academia). Esta última exigência o futuro duque de Caxias satisfez em 1818 e 1819.

Nos anos de 1820 e 1821, como demonstrando uma intenção de completar o curso, freqüentou respectivamente os 2º e 3º anos matemáticos (2º e 3º anos da Academia). Acreditamos que as agitações, pródromos de nossa Independência em 7 de setembro de 1822 e lutas subseqüentes na Bahia e Cisplatina tenham impedido o então tenente Luís Alves de Lima e Silva, que delas participou ativamente, de completar o 4' ano matemático e os dois últimos anos militares da Academia Real.

Aprofundando no estudo do currículo ministrado a Luís Alves de Lima e Silva, conforme assinou de próprio punho ao matricular-se, chegamos às seguintes conclusões:

1º Ano Matemático (1º da Academia) — 1º ano de Caxias.

Matérias: Aritmética Álgebra (até equações do terceiro e quarto graus).

Geometria, Trigonometria Retilínea e primeiras noções de Esférica e Desenho.

Bibliografia indicada:

- EULER, Leonard (1707-1783). Análise Infinitesimal e Cálculo Diferencial e Integral, (geômetra suíço).
- LACROIX, Sylvestre François (1765-1843). *Elementos de Geometria Descritiva*. (matemático francês).
- LEGENDRE, Adrien Marie (1752-1834). *Tratado de Mecânica.* (geômetra francês).
- DELAMBRE, Jean Baptiste Joseph (1749). Base do Sistema Métrico Decimal, (astrônomo francês).
  - 1º Ano Militar (5º Ano da Academia) 2º ano de Caxias.

Matérias: Tática, Estratégica, Castramentação (Arte de Acampar), Fortificações de Campanha e Reconhecimento do Terreno e Química.

### Bibliografia indicada:

- LAVOISIER, Antoine Laurent (1743-1794). *Diversas Memórias sobre Química*. (químico francês).
- VAUQUELIN, Louis Nicolas (1763-1825). *Memórias diversas relacionadas com Minas.* (químico francês).
- FOURCROI, Antônio François (1755-1809). *Memórias diversas sobre* Química Aplicada, (químico e político francês).
- CHAPTAL, Jean Antoine (1452-1832). *Tábua Analítica e elementos de Química.* (químico francês).
  - 2º Ano Matemático (2º ano da Academia) 3º ano de Caxias.

Matérias: Álgebra, Geometria e suas aplicações na Física, Astronomia e Cálculo de Probabilidades e na dedução das teorias da Mecânica da Hidrodinâmica e da Ótica, Geometria Descritiva e Desenho.

#### Bibliografia indicada:

As já indicadas no 1º ano Matemático e mais:

— MONGE, Gaspard (1748-1818). Estática e geometria descritiva. (geômetra francês).

3º ano *Matemático* (3º da Academia) — Último ano de Caxias.

Matéria: Princípios de Mecânica, Estática, Hidrodinâmica, Hidráulica, Hidroestática, Desenho, Máquinas e nas aplicações e Balística.

#### Bibliografia indicada:

Além das obras de Euler:

- BEZOUT, Etienne (1703-1783) Curso completo de Matemática para uso da Marinha, da Artilharia e dos alunos da Escola Politécnica (França), (matemático francês).
  - ROBINS, Benjamln (1707-1751). Princípios de Artilharia. (matemático

inglês).

- FRANCOEUR, Louis Benjamin. *Tratado de Mecânica*. (matemático francês).
- PRONY, Gaspard Clair François Marie (1755-1839). *Arquitetura Hidráulica*. (francês).
- BOSSUT, Charles (padre). (1730-1814). *Mecânica em geral.* (matemático francês).
- FABRE, Jean Antoine. (1749-1834). *Ensaio sobre a teoria das torrentes e dos rios*, (engenheiro francês).
- GREGORY, Olintus Giber (1774-1841). *Tratado de Mecânica,* (matemático inglês).

#### Matricula de Caxias na Academia Militar Real

Caxias, ao matricular-se na Academia Real, o fez de próprio punho e nos seguintes termos:

Luís Alves de Lima e Silva, Cadete do Primeiro Regimento de Infantaria, natural do Rio de Janeiro, de idade de quinze anos, filho de Francisco Lima e Silva, foi admitido à matrícula do primeiro ano matemático da Academia Real Militar, por despacho da Junta da mesma Academia em quatro de março de 1818. (a) Luís Alves de Lima e Silva.

Dentre os professores de Caxias destaca-se o Frei Pedro de Santa Mariana. No ano em que deixou o estabelecimento a Junta de Direção da casa era:

- Presidente: tenente-general Francisco de Borja Garção Stockler, barão da Vila da Praia.
- Deputados: Brigadeiro graduado João Manuel da Silva inspetor do Real Corpo de Engenheiros e Diretor do Arquivo Militar e brigadeiro Manuel Jacinto Nogueira da Gama (visconde e marquês de Baependi, parente de Caxias).
- Inspetor de Aulas: Marechal Joaquim de Oliveira Alvares, herói das guerras contra Artigas e brigadeiro Joaquim Norberto Xavier de Brito, comandante do Corpo de Engenheiros.

#### Vivência Militar de Caxias

A vivência militar de Caxias, como aprendizado de disciplina militar prestante que se «aprende vendo, tratando e pelejando», segundo Camões, foi intensa. De 1823 a 1828 fez a campanha da Independência na Bahia e a Guerra Cisplatina em Montevidéu. De 1831 a 1840 foi peça-chave da segurança interna no Rio de Janeiro. De 1840 a 1845 pacificou o Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, sacudidos por revoltas que ameaçavam transformar o Brasil numa colcha de retalho. De 1851-52 comandou forças brasileiras na guerra contra Oribe e Rosas que teve seu epílogo na Batalha de Monte Caseros. De 1866-1869 comandou os brasileiros na guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Além dessas funções exerceu

as de comandante das Armas do Rio de Janeiro. Foi Ministro da Guerra três vezes, Conselheiro de Guerra, Ministro do Supremo Tribunal Militar e Presidente do Conselho de Ministros pelo menos três vezes. A última envolvia funções militares de comandante do Exército e da Marinha. Se computarmos a vivência militar do duque de Caxias do ano de seu juramento à bandeira em 1817 até 1877, data de seu afastamento da vida pública e recolhimento à fazenda de Santa Mônica, contamos 60 anos de intensa vivência militar, desde os menores aos maiores problemas militares brasileiros.

# Caxias Amigo de Escrever Cartas

Uma das explicações para a invejável cultura do duque de Caxias em Arte e Ciência da Guerra advém do intenso intercâmbio epistolar que manteve durante mais de 60 anos com pessoas bem informadas no Brasil e no exterior.

Segundo Vilhena de Morais, em «Um vestido bem bonito», na obra Novos aspectos da figura de Caxias, este «era muito amigo de escrever cartas, não descuidando em qualquer circunstância de mandar notícias à família, aos chefes, aos parentes e amigos e até ao Jornal do Commércio e de próprio punho». E mais, que «as milhares de cartas que escreveu acham-se esparsas por diversas obras e muitíssimas se perderam, umas pelo lamentável desbarato de seu precioso arquivo, outras, sistematicamente pelos seus próprios destinatários». Está no último caso, segundo o autor citado, o barão de Tocantins, irmão de Caxias que o salvara de um acidente militar em Santa Luzia. O irmão de Caxias, ao pressentir aproximar-se a morte, mandou queimar todos os seus papéis e com eles a correspondência mais íntima e descontraída de Caxias. Sabe-se também que Caxias, na correspondência com a esposa, desabafava e confidenciava inclusive problemas militares de natureza tática e estratégica, ao ponto de alertar-lhe que não falasse para outras pessoas em «cousas de guerra» para não colocar-lhe em má posição, no caso de não conseguir transmitir como fidelidade seu pensamento.

O autor citado relaciona, na parte da obra a que referi, as personalidades com as quais Caxias manteve intercâmbio epistolar durante cerca de 60 anos.

Na correspondência particular expedida por Caxias é que se encontra o seu pensamento militar e na recebida as experiências alheias em Arte e Ciência da Guerra que absorveu.

Através de serões que alimentava em suas residências ou postos de comando, na paz e na guerra e que também colheu e absorveu durante cerca de 60 anos experiências alheias em Arte e Ciência da Guerra. Pois, além de amigo de escrever cartas. Caxias era muito amigo de conversar, particularmente após o jantar.

Um exemplo disto é o questionário que respondeu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1852, analisando criticamente a batalha de Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827, a que não assistiu, mas com apoio em conversas que entre- teve com brasileiros, argentinos e uruguaios de 1827-1852.

#### **BIBLIOGRAFIA**

1. AM AN. Carta de Lei de 4 Dez 1810 de Criação da Academia Militar

Real. Rio, Imp. Militar 1961.

- 2. IDEM. Fé de Ofício de Duque de Caxias: ín: Sesquicentenário de Caxias. Rio, Imp. Nac. 1954.
- 3. ARARIPE, Tristão de Alencar, Cel. «A importância dos estudos de História Militar». *Nação Armada,* abr. 1941, nº 17. pp. 22-26.
- 4. BENTO, Cláudio Moreira, Ten.-Cel. Biografia de Caxias necessidade. *Letras em Marcha.* Março 1979.
- 5. COSTA, Otávio, Gen. «Pequena Memória de um grande homem». Defesa Nacional. Jan/fev. 79, pp. 141-174.
- 6. ECEME, *Pensamento Militar ao Marechal Castello Branco.* Rio, Imp. Militar. 1968. (organizado pelos Cels. Francisco Ruas Santos e Fernando Maia Pedrosa).
- 7. MORAIS, Eugênio Vilhena de. «Um vestido bem bonito». *Novos aspectos da figura de Caxias.* Rio, 1937, pp. 129-142.
- 8. PONDÊ, Francisco de Paula Azevedo, Gen. «Academia Militar Real». Congresso de História da Independência do Brasil. Rio, IHGB, 1976, pp. 37-86.
- 9. SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. *Generais do Exército Brasileiro* 1822-89. Rio, Bibliex, 1940, 2» ed. V. 1, pp. 215, 250, e V. 2 (pp. 286, 338, 364 e 509).

# A GUERRA DO PARAGUAI — UM LABORATÓRIO DA DOUTRINA MILITAR POUCO EXPLORADO

# Abr/jun 1982

#### Cláudio Moreira Bento

Caracterização da Guerra. Importância Histórico-Militar. Causas. Desenvolvimento crítico. Reflexos na consolidação do Exército Brasileiro. Permanência de seus ensinamentos cívicos. Significado de suas operações na formação das novas gerações militares.

#### Caracterização Sumária

De 1865-1870 a bacia do Rio da Prata foi cenário do maior conflito entre nações das Américas — a Guerra do Paraguai. Ela envolveu o Brasil, Argentina e Uruguai que formaram a Tríplice Aliança contra o Paraguai. Seu início teve lugar logo depois do término da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, guerra interna entre o Norte industrial e o Sul agropecuário e escravagista daquele país. A Guerra de Secessão é considerada o primeiro grande conflito da era industrial. Conflito que foi o prenuncio da guerra total. Nele, com apoio na máquina a vapor, as ações militares envolveram extensas áreas terrestres e marítimas. A máquina a vapor tornou possível a produção, em série, de munições e armamentos que aumentaram consideravelmente a densidade de fogo na superfície do campo de batalha. Isto obrigou o combatente, para sobreviver, a se enterrar no terreno à procura de abrigos, mais conhecidos por trincheiras, e marca registrada da I Guerra Mundial, em sua primeira fase.

A Guerra de Secessão, com a qual a nossa Guerra do Paraguai apresenta

muitas semelhanças e recebeu fortes influências, somente foi estudada criticamente, à luz dos fundamentos da arte de guerra entre as duas últimas grandes guerras.

Lamentaram profundamente os chefes, pensadores, planejadores e historiadores militares norte-americanos o atraso do estudo, em razão dos valiosos ensinamentos que ela sugeria. Ensinamentos que poderiam ter sido incorporados à doutrina militar do exército dos EUA na I Guerra Mundial. E mais, eles se conscientizaram da importância do conflito no contexto da evolução da doutrina militar mundial.

# Importância histórico-militar da Guerra do Paraguai

A nossa Guerra do Paraguai, a maior experiência bélica do Brasil até hoje, carece de um estudo crítico militar, como de resto quase toda a História Militar do Brasil. Esta vinha sendo estudada de forma a maior parte das vezes empírica, ao invés de científica. Sua transmissão vinha sendo feita predominantemente descritiva e não crítica ou analítica. As últimas, foram as formas em que a História Militar contribuiu para a formação dos grandes capitães da História: Júlio César, Alexandre o Grande, Gustavo Adolfo, Frederico o Grande, Napoleão e tantos outros, conforme eles mesmo proclamaram, bem como a do nosso grande Duque de Caxias que encontrou nas manobras de flanco Humaitá e Piquiciri, na guerra que ora estudamos, passaporte seguro para figurar, sem favor nenhum, na galeria dos grandes capitães da História ou dos grandes mestres da Arte da Guerra.

Abordagens críticas ou analíticas da História Militar, assim enfatizados, por Frederico o Grande, ao professor da matéria de seu filho:

Não ensine História Militar a meu filho como se ensina a um papagaio. Faça-o meditar, raciocinar, tirar conclusões próprias e ensinamentos.

As abordagens predominantemente descritivas e não críticas ou analíticas de nossa História Militar, à luz dos fundamentos de uma Doutrina Militar, contribuíram no Brasil para o desprestígio da disciplina entre nossos chefes militares. E isto era justificável, por eles não verem resultados práticos das atividades de História, no sentido de contribuições para o desenvolvimento de uma Doutrina Militar Brasileira, com índices progressivos de nacionalização.

Índices calcados no estudo crítico militar de nossas experiências acumuladas em quase 5 séculos, em lutas internas e externas, nos mais variados rincões do Brasil. Experiências predominantemente vitoriosas, que contribuíram para configurar e manter um Brasil de dimensões continentais que não é obra de um milagre. Mas, sim, obra em grande parte de judiciosas soluções estratégicas, táticas e logísticas militares. Soluções decorrentes por seu turno, da correta aplicação dos fundamentos da Arte da Guerra, por militares portugueses e brasileiros do passado ao problema brasileiro. Problema caracterizado por um fator de decisão militar constante e específico — o terreno brasileiro e por um importante e característico elemento do fator militar — o soldado brasileiro.

Acreditamos que muitas daquelas soluções, se estudadas criticamente por chefes, pensadores, planejadores e historiadores militares brasileiros, servirão de ferramentas para alicerçar o Exército Brasileiro do futuro. Um exército esteio terrestre da defesa de um Brasil Potência por nós sonhado.

Exército dotado de uma doutrina militar com expressivos índices de nacionalização. Isto como fruto, em parte, da análise crítica do seu passado para o entendimento do seu presente e tudo visando ao desenvolvimento de suas capacidades de estimar o seu futuro militar e de formular e praticar doutrina militar dinâmica e coerente com este futuro, conforme procedem os exércitos das grandes potências.

Creio que se a nossa Guerra do Paraguai for estudada criticamente a fundo, como o foi a Guerra da Secessão pelo Exército dos EUA em data recente, trará gratas surpresas aos militares brasileiros, como aquela trouxe aos militares norte-americanos.

É possível que ela venha a ser considerada como o primeiro grande conflito entre nações na Era Industrial como se verá; nela a máquina a vapor se fez presente nos navios de nossa Marinha, numa ferrovia do adversário, depois aproveitada pelo Brasil e numa ferrovia logística construída por nossa Marinha.

O Brasil para ser potência mundial deverá necessariamente ser potência militar. Ao estudar e analisar, criticamente, as grandes potências mundiais, na qualidade de pesquisador e instrutor de História Militar, cheguei a uma conclusão simples. Todas são potências militares, possuidoras de doutrina militar própria ou com elevados índices de nacionalização. Nenhuma copiou doutrina alienígena.

O campo de batalha foi, é e continuará sendo o melhor laboratório de pesquisa para o desenvolvimento de uma doutrina militar.

Não existe nenhum sucedâneo eficiente a substituí-lo. O que longe se aproxima são as manobras. Estas, por sua vez, de alto custo.

Acreditamos que a Guerra do Paraguai, o maior e mais marcante conflito enfrentado pelo Brasil e o maior entre nações das Américas, ainda se constitui em importante laboratório, com vistas ao desenvolvimento das doutrinas militares. Isto, não só a do Brasil, como a dc nossos irmãos uruguaios, argentinos, bolivianos e paraguaios. Para os dois últimos, o valor será maior se esta experiência for comparada com a última que ambos tiveram, ao se defrontarem na Guerra do Chaco 1935 — última guerra convencional envolvendo nações das Américas.

O então marquês de Caxias, ao baixar, em 1861, como Ministro da Guerra, as *Ordenanças de Infantaria* do Exército de Portugal, para uso no nosso com adaptações que introduziu, como experimentado e consagrado infante de vocação e tradição, o fez com a ressalva de que elas entrariam em vigor até que nossa Infantaria desenvolvesse uma doutrina guerreira em acordo com nossas realidades.

Aquelas ordenanças foram seguidas por nossa Infantaria durante toda a Guerra do Paraguai e particularmente pela Divisão Encouraçada do Brigadeiro Sampaio.

O marechal Floriano Peixoto, como Presidente da República, determinou que o oficial Engenheiro Emilio Jourdan, veterano da guerra e construtor de algumas pontes da célebre Estrada do Chaco escrevesse uma história do conflito, para servir de subsídio «aos alunos de nossas escolas militares, com objetivo de desenvolverem uma tática e uma estratégia adaptada às nossas realidades».

O marechal Bernardino Borman, veterano da guerra, ajudante- de- ordens

e biógrafo do duque de Caxias e mais tarde chefe do Estado-Maior do Exército, com aquele objetivo escreveu a sua visão da Guerra do Paraguai.

Ainda jovem oficial de Estado-Maior, o mais tarde General Tasso Fragoso começou a estudar aquele conflito.

Seu estudo, foi traduzido na monumental obra — A Guerra da *Tríplice Aliança*, editada quando era chefe do Estado-Maior do Exército.

Obra predominantemente descritiva, foi trabalhada tecnicamente pelo coronel Ruas Santos que a enriqueceu e a transformou em instrumento indispensável a estudos críticos futuros.

- O Estado-Maior do Exército em sua Portaria 061, de Outubro de 1977, marcou os seguintes objetivos para as atividades de História no Exército:
  - Contribuir para a formação e o aperfeiçoamento dos quadros e da tropa.
  - Contribuir para o desenvolvimento da doutrina das forças terrestres brasileiras.
  - Preservar e divulgar o Patrimônio Histórico-Cultural do Exército.

Com isto, orientou a História no Exército para aspectos predominantemente críticos militares, em apoio à formação dos seus quadros e ao desenvolvimento de sua doutrina.

#### Causas da Guerra

- O Brasil foi à guerra depois de sua Soberania e Integridade serem agredidas pelo adversário.
  - Agressão à soberania, materializada através da ameaça à livre navegação brasileira nos rios Paraná e Paraguai, caracterizada pela ereção da fortaleza sobre o rio Paraguai e prisão, em Assunção, do Presidente de Mato Grosso quanto este, depois de partir do Rio, viajava para assumir o seu posto. Os rios Paraná e Paraguai eram elos de ligação bisseculares do Centro do Poder do Brasil, com sua Província de Mato Grosso.
  - Agressão à integridade materializada pelas invasões e ocupações temporárias de territórios brasileiros do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

# Desenvolvimento da Guerra — Síntese Ofensiva adversária

A iniciativa das ações coube ao adversário. Manobrando em linhas interiores ele invadiu o indefeso sul de Mato Grosso. Em Dourados ocorreu o épico episódio da resistência até a morte do tenente Antônio João, atual Patrono dos Oficiais do Quadro Auxiliar.

Depois foi a vez da província argentina de Corrientes e do Rio Grande do Sul. O Brasil foi apanhado de surpresa e despreparado para a eventualidade.

Em 11 de Junho de 1865, nossa Marinha obteve a retumbante e decisiva vitória naval de Riachuelo, a maior batalha naval da América do Sul e ponto de inflexão do conflito, de ofensiva para defensiva adversária.

Nesta batalha, forças navais e terrestres brasileiras embarcadas, puseram fim à capacidade ofensiva estratégica do adversário.

O término da ofensiva adversária no sul foi selado com a rendição aos aliados, em Uruguaiana, das tropas invasoras, em presença do Imperador D. Pedro II.

A invasão adversária da província de Corrientes provocou o ingresso da Argentina na Guerra. Foi formada então a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai.

#### Ofensiva aliada

Os aliados depois de Uruguaiana passaram a ofensiva, tendo como objetivo militar estratégico a conquista da fortaleza de Humaitá e, político - estratégico, a conquista da capital adversária — Assunção.

Em 16 e 17 de Abril de 1866, sob a liderança do intrépido general Osório, atual patrono da Cavalaria do nosso Exército, forças navais e terrestres aliadas, em ação conjunta, em operação que poderíamos hoje classificar de anfíbia, transpuseram o rio Paraná em Passo da Pátria, concretizando a invasão do terreno adversário. Isto depois de bem sucedida ação diversionária sobre o forte Itapiru, consumada com a conquista e manutenção da ilha da Redenção, por uma força- tarefa integrada por infantes, artilheiros e engenheiros ao comando do valente Tenente-Coronel Vilagran Cabrita, atual Patrono da Arma de Engenharia do nosso Exército. Nesta ação, ele perdeu a vida atingido por um obus adversário quando redigia a parte da vitória.

Prosseguindo o avanço aliado, ainda sob a liderança de Osório, travou-se a Batalha de Tuiuti, a maior batalha campal da América do Sul. Esta batalha pôs fim à capacidade ofensiva estratégica adversária. Nela, Osório liderando uma manobra defensiva em posição, conseguiu anular o duplo envolvimento intentado pelo adversário. Perdeu a vida, em razão de ferimento, nesta batalha. o brigadeiro Sampaio — atual patrono da Infantaria do Exército, o Bravo dos Bravos de Tuiuti após desenvolver papel decisivo para a vitória à frente de sua bem treinada e valente Divisão de Infantaria Encouraçada. Destacou-se e consagrou-se igualmente o então Coronel Emílio Mallet, atual Patrono da Artilharia, com sua «Artilharia Revólver» postada atrás de um fosso escavado pelo Batalhão de Engenheiros de Conrado Bitencourt que integrava a sua Artilharia e que amparou e manteve o seu flanco esquerdo, atuando como Infantaria, em momento crítico da batalha. Prosseguindo em sua manobra de penetração ao longo do rio Paraguai, os aliados, sofreram sério revés frente à fortaleza de Curupaiti. Este insucesso conhecido como hecatombe ou desastre de Curupaiti cobrou o alto preço de cerca de 4000 vidas brasileiras e argentinas, resultado da inobservância do Princípio da Unidade de Comando, agravado pelo não reconhecimento da posição, descoordenação dos ataques terrestres e destes com os navais e ataque frontal a uma posição fortificada.

Era impositivo um Comando Único. E Caxias, conservador, foi colocado, pelos liberais na direção da guerra. Caxias arquitetou suas vitórias. Depois de obter suficiente suporte logístico passou á ação. Flanqueou Humaitá e fez cair pela manobra este objetivo militar estratégico que deteve por 2 anos os aliados. A sua ultrapassagem e conquista representou a perda da capacidade defensiva estratégica adversária. Para vencê-la Caxias usou dois balões cativos de reconhecimento que mandou vir dos EUA e que inicialmente foram operados pelos irmãos Allen, veteranos do Exército da União na Guerra de Secessão, onde haviam empregado com êxito em reconhecimento os referidos balões. A

nossa Marinha construiu pequena ferrovia para realizar o apoio logístico da Esquadra entre as fortalezas adversárias de Curupaiti e Humaitá.

Prosseguindo rumo ao objetivo final — Assunção, os aliados defrontaram com um complexo de fortificações apoiadas no arroio Piquiciri. Para ultrapassálas, Caxias concebeu o ousado plano de desbordá-las através de estrada a construir sobre a região pantanosa do Chaco, para cair de surpresa sobre a retaguarda profunda do adversário, cortando a ligação que este mantinha com Assunção.

Seu plano implicava em correr risco calculado. Ou seja, sacrificar o princípio de guerra de Segurança, ao atravessar com o grosso de suas tropas uma região sujeita a inundações repentinas. Isto, em benefício do princípio de guerra da Surpresa. No caso, desembarcar na retaguarda profunda adversária, sem lá ser esperado, e colher assim todas as vantagens militares decorrentes.

O Corpo de Pontoneiros do Rio Grande do Sul e o Corpo de Engenheiros do Rio de Janeiro executaram com grandes sacrifícios 8 pontes, cerca de 8 quilômetros de picadas e estivaram com milhares de palmeiras o caminho da vitória aliada — a Estrada do Chaco, feito épico orgulho de nossa Engenharia de Combate e sobre a qual marcharam os infantes, cavalarianos e foram tracionadas algumas peças de Artilharia, que, sob o comando pessoal do atual Duque de Caxias e Patrono do Exército Brasileiro, caíram de surpresa na retaguarda adversária em Santo Antônio, obtendo a surpresa estratégica. Esta circunstância incomum na guerra é o prêmio mais cobiçado dos verdadeiros artistas da guerra, por proporcionar a vitória com o mínimo desgaste e com o máximo rendimento militar.

Teve lugar então a Dezembrada, conjunto de batalhas tais como Itororó, Avaí, Vileta, Lomas Valentinas, travadas em dezembro que acabaram com a capacidade defensiva tática adversária, obrigando-o a refugiar-se nas montanhas e deixando livre e aberto o caminho para o objetivo final — Assunção, cuja ocupação aliada caracterizou, no campo estratégico, o fim da guerra. A redução das últimas resistências ficou a cargo do Conde d'Eu genro do Imperador D. Pedro II. A guerra teve seu epílogo em Cerro Corá, em março de 1870 com a morte em ação do Marechal Solano Lopes, que morreu de espada em punho, como um bravo, coerente com seu ideal que na ocasião chocava- se com o interesse nacional brasileiro e se constituiu em ameaça à Soberania e Integridade do Brasil. São coisas de um passado longínquo, feridas cicatrizadas, alicerces para uma cooperação mais íntima e produtiva para ambas as nações, que ora de mãos juntas constroem parte de seus futuros.

Neste conflito enfrentamos um dos mais valorosos e disciplinados soldados sul-americanos e, em sentido figurado, cinco grandes generais adversários, que explicam as dificuldades enfrentadas pelos aliados até Assunção e a grande duração do conflito. Foram aqueles generais: (em sentido figurado)

- O General *Distância de Apoio Logístico:* Ou seja, a distância do Centro do Poder do Brasil no Rio de Janeiro, separado do TO, nos confins da Bacia do Prata, por milhares de quilômetros de caminhos marítimos e fluviais. Este general temível seria mais tarde enfrentado pela Inglaterra na Guerra dos Boers na África do Sul e pela Rússia, na Guerra Russo-Japonesa no TO da Coréia.
- O General *Terreno Adversário:* Desconhecido, difícil por natureza e agravado por centenas de fortificações nos arroios tributáriosdo rio Paraguai, a única via de acesso aos objetivos.
  - O General rio Paraná: Interposto inicialmente entre os aliados e

adversários em Passo da Pátria, obstáculo de vulto vencido com grande sacrifício e enfrentado depois da invasão, separando a zona de Administração Aliada, em Corrientes, da Zona de Combate em território adversário.

— Os Generais *Tifo e Cólera:* — Eles ceifaram milhares de vidas aliadas ou chegaram, em períodos críticos, a neutralizar a capacidade ofensiva tática aliada.

### Reflexos da Guerra na Consolidação do Exército

Esta guerra, em plena Era Industrial, veio comprovar que um Exército não mais podia ser improvisado, de uma hora para outra, em razão da crescente sofisticação da Ciência da Guerra. Em realidade, desde sua criação, em 1824, o Exército Brasileiro sofreu diversas pressões que se refletiram negativamente em sua consolidação.

A principal delas foi a criação da Guarda Nacional na Regência, cópia de similares na França e Estados Unidos. Esta instituição perdurou até a 1ª Guerra Mundial, quando foi absorvida como 2ª. linha do Exército no governo de Venceslau Brás, por inoperante, decorativa e desviada de suas finalidades. Graças ao prestígio do Duque de Caxias e dos marechais Osório e Câmara, heróis do conflito e ministros da guerra entre 1870-80 — foram minimizados os esforços tendentes ao enfraquecimento e desprestígio do Exército.

No bojo da luta republicana, fruto da Questão Militar, emergiram no Exército duas correntes, a dos profissionais militares, desejosos de um Exército forte à altura das necessidades de Segurança Nacional e a dos científicos ou bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, adeptos do Positivismo — a religião da Humanidade, cujos reflexos na consolidação da instituição foram prejudiciais. Isto, em razão de seus adeptos militares não interpretarem e praticarem a nova filosofia como o fez o marechal Rondon. Este, a um tempo só dedicado à integração do Brasil e ao índio ou à Humanidade e, profissional de raros méritos, encarregado de combater a Revolução de 24 e indicado pelo general Gamelin chefe da Missão Francesa, como o general que reunia na época as melhores condições para comandar o Exército Brasileiro numa eventualidade de guerra. A corrente dos profissionais representada no governo por Deodoro e Floriano não se fez ouvir. Predominou a corrente dos científicos, com o regulamento do Ensino Militar baixado pelo Ministro da Guerra Benjamin Constant em 1889. Regulamento voltado exclusivamente para a formação de oficiais bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas, sem a necessária formação militar que ridicularizaram nossas tradições militares e debochavam, segundo Tasso Fragoso, dos desfiles dos veteranos do Paraguai que marchavam com os peitos cobertos de medalhas.

Por isso o Brasil pagou alto preço em Canudos, na Bahia e na Revolução Federalista 1893-95 no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina onde o Exército revelou o mais baixo índice de operacionalidade de sua história. Os oficiais de Escola, os bacharéis estavam na política ou na administração. A tropa estava acéfala liderada por chefes desinformados, improvisados, despreparados e manipulados por lideranças políticas estaduais.

A isto tudo assistiam impotentes alguns adeptos do profissionalismo militar, veteranos e filhos ou parentes de chefes da Guerra do Paraguai, como Hermes da Fonseca, João Nepomuceno Medeiros Mallet, Bernardino Bormam, Machado Bittencourt — atual Patrono da Intendência e outros. Medeiros Mallet criou o Estado-Maior do Exército e marcou assim o início de uma gradativa reforma militar, visando ao progresso e consolidação do Exército.

Machado Bittencourt introduziu o suporte logístico nas operações contra Antônio Conselheiro, em Canudos.

Em 1904, Hermes da Fonseca, Comandante da Guarnição do Rio, realizou as primeiras manobras do Exército em Santa Cruz.

Na Escola Militar da Praia Vermelha reinavam os científicos.

Por esta época teve lugar na referida Escola a ridícula Revolução da Vacina Obrigatória em 1904. Chegara a oportunidade para a corrente profissional do Exército. A escola foi fechada por um ano e depois extinta. A reforma de 1905 extinguiu o título de bacharel e em seu lugar criou o de aspirante- a-oficial que perdura até hoje. Esta grande revolução ou ponto de inflexão do pensamento militar brasileiro, em 1905, de bacharelismo para o profissionalismo militar, foi promovida por antigos tenentes e capitães do Exército, veteranos da Guerra do Paraguai, que retomaram o elo perdido da consolidação do Exército.

A Escola foi recriada em Porto Alegre em 1905, com o nome de Escola de Guerra e não de Física e Matemática. Marcos posteriores dessa consolidação foram entre outros a reforma de 1908, a implantação do Serviço Militar Obrigatório em 1916 e absorção da Guarda Nacional como 2ª linha do Exército durante a I Guerra Mundial no governo do ilustre mineiro e amigo do Exército Dr. Venceslau Brás, personalidade marcante a quem se deve a localização em 1921, às margens do Sapucaí, em Itajubá, do 4º Batalhão de Engenharia de Combate que hoje tenho a honra de Comandar. Neste ínterim o Exército contratou a Missão Francesa (1920-35).

Afastada a Guarda Nacional, outra ameaça à consolidação do Exército se fez sentir, particularmente a partir de 1922. Foi o super dimensionamento das polícias militares, dotadas algumas de todas as armas, blindados e até aviação e com capacidade de operarem outros estados, desviando-se, por contingências, das funções precípuas de Segurança Pública, na atualidade um dos mais graves problemas das grandes cidades.

Esta ameaça última foi superada com a Revolução de 1930, liderada no campo militar por oficiais egressos da Escola Militar do Realengo a maior parte alunos da Missão Indígena, equipe de instrutores de escol, selecionada em concurso e que formou instruendos de alto padrão profissional e com uma visão ampla, realista e nacionalista dos caminhos a serem percorridos pelo Brasil, para atingir o seu destino de grandeza. Dentre estes instrutores mencione-se o então capitão Euclides de Figueiredo, pai do nosso atual Presidente da República e o então Tenente Odylio Denys o mais moderno da equipe e tão ligado à articulação, liderança e êxito da Revolução de 64 que das Alterosas se espraiou vitoriosa por todo o Brasil. Foram os alunos da Missão Indígena 1918-1922 que criaram a Escola Superior de Guerra.

#### Permanência dos Ensinamentos Cívicos da Guerra

Os ensinamentos cívicos da Guerra do Paraguai, continuam evidentes na vida nacional e, em especial, no Exército e na Marinha. O patrono do Exército é o Duque de Caxias, o arquiteto da vitória rápida nessa guerra. Outros heróis do conflito como Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Severiano da Fonseca, Machado Bittencourt e Antônio João são os vultos maiores das armas de Cavalaria, Infantaria, Artilharia, Engenharia, de Serviço de Saúde e dos Oficiais do Quadro Auxiliar. Andrade Neves, Câmara, Conrado Bittencourt, Tibúrcio, Deodoro, Porto Alegre, Polidoro, Mena Barreto e muitos outros têm seus exemplos evocados quase que diariamente em todos os quartéis do Brasil.

Milhares de ruas, praças, edifícios espalhados pelo país imortalizam os nomes dos bravos citados e evocam seus exemplos. Poderia afirmar que a maioria das tradições do nosso Exército possui fundamento em sua participação neste conflito. E inclusive da Unidade que ora comando que foi organizada com uma Bateria do Regimento Mallet e reorganizado com elementos do 5º BI — Itororó de Lorena.

Foi dos campos do Paraguai que teve início a chama da Abolição, acendida pela oficialidade, em campanha, e transmitida ao Visconde de Rio Branco em memorável sessão que ele presidiu na Loja Maçônica Fé, em Assunção.

De retorno ao Brasil, sob o impacto da forte pressão recebida assomou à Tribuna do Senado por diversas vezes, até ver no ano seguinte àquela reunião maçônica, aprovada a Lei do Ventre Livre, primeiro passo da Abolição.

Permanecem vivos os ensinamentos cívicos à nossa Marinha legados por Barroso, Greenhalg e Marcilio Dias em Riachuelo e os de Ana Nêri, Rosa da Fonseca e Ludovina Portocarrero como exemplos mais ilustrativos do valor do patriotismo da mulher brasileira.

Acreditamos mesmos que nos campos do Paraguai, que foi reaceso o ideal republicano, ao contrário dos brasileiros, com ex-líderes farrapos, e republicano da Argentina e Uruguai.

# Significado das Operações na Formação das Novas Gerações do Exército

A Guerra do Paraguai oferece um manancial de ensinamentos às futuras gerações militares do Exército e da Marinha. Pouco foi explorado criticamente até o presente, conforme evidenciamos. Quem o vem fazendo faz 50 anos, são as sucessivas equipes de instrutores de História Militar de nossa Academia Militar, uma delas chefiada pelo General Álvaro Cardoso, e outra sob nossa Chefia. E isto em aspectos relativos à aplicação dos Princípios de Guerra e da Manobra e elementos na análise critica dos planos e operações de ambos os contendores, no mais alto nível de condução da guerra ou das batalhas.

Muito, mas muito precisa ser feito, relativo à análise crítica dos Princípios de Guerra, Qualidades de Chefia, Virtudes Militares, características do soldado brasileiro, elementos do Fator Militar e a infinidade de itens e assuntos que compõem uma Doutrina Militar nos Campos da Organização, Equipamento, Instrução, Desenvolvimento das forças morais de guerra e Emprego de um Exército. Tudo com vistas aos objetivos, baixados pelo Estado-Maior do Exército em sua Portaria 061/77 — Atividades do Exército no campo da História.

#### CENTENÁRIO DA MORTE DO DUQUE DE CAXIAS

Jan/mar 1983

Cláudio Moreira Bento

O dia 7 de maio de 1880 assinalou o centenário da morte de um dos nossos maiores estadistas, o duque de Caxias e Marechal- de- Exército Efetivo, Luís Alves de Lima e Silva, após prestar ao Brasil mais de 60 anos de excepcionais serviços, como político e administrador de contingência e, inigualados, como

militar de tradição e vocação, a serviço da Unidade, da Paz Social, da Integridade e da Soberania brasileiras. Por esta última razão foi consagrado de direito, em 1962, pelo Exército Brasileiro onde se forjou e de cujo seio emergiu no cenário nacional, como o seu Patrono, no sentido como Pedro Calmon definiu o termo — «o chefe integral de uma instituição, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nela vibra, a síntese mágica de suas virtudes e de seus brios» e acrescentaríamos, seu oráculo em momentos difíceis para autocríticas e correções de caminhos, ou na busca das soluções mais adequadas em determinada conjuntura.

Ainda em vida, e nos últimos cem anos, desde sua morte, o povo, a imprensa, chefes, escritores, pensadores e historiadores civis e militares têm procurado defini-lo entre outros com os seguintes títulos: «Filho querido da vitória»; «o Pacificador»; «General Invencível»; «Condestável, patrício, escora e espada do Império»; «A maior espada do Brasil»; «o Wellington Brasileiro»; «o Duque de Ferro e da Vitória»; «o Escravo da Pátria»; «Nume, Gênio ou Espírito Tutelar e Símbolo da Nacionalidade»; «Maior Soldado do Brasil»; «Brasileiro nº 1»; «o Equânime»; «o Herói Tranquilo e finalmente o «Pacificador de Consciências» por sua decisiva atuação no término da Questão Religiosa, traduzida pela anistia que propôs e foi aceita aos bispos de Olinda e Belém. Em razão de tudo isto julgam alguns analistas de nosso processo histórico caber ao duque de Caxias os títulos de Patrono e mesmo Fundador da Nacionalidade.

Evocar para o Brasil de hoje aspectos relacionados com os últimos dias, falecimento e sepultamento desse providencial e modelar cidadão e soldado brasileiro é o objetivo da presente reconstituição histórica, resultado da integração de diversos e esparsos informes colhidos em diversas fontes e em especial, em exemplares do Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, dos dias 9 e 10 de maio de 1 880.

#### (\*) Comunicação ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 23 de abril de 1980

# Últimos Dias em Santa Mônica

Em 5 de janeiro de 1878, o duque de Caxias, muito doente, recolheu-se à Fazenda de Santa Mônica debruçada à margem esquerda do Paraíba, cerca de 1 Km, da estação de Barão de Juparanã (antiga Desengano) e a 8 Km de Vassouras. Ali ficou aos cuidados de sua filha mais moça a baronesa de Santa Mônica e passou os últimos 850 dias de sua grande vida de marcante projeção positiva nos destinos da Pátria Brasileira. Nos primeiros tempos apresentou sensível melhora e passou a percorrer a fazenda a cavalo. Ao fazer um esforço maior num exercício de equitação sentiu-se mal e teve de ser removido da sela. Poucos dias depois recuperou-se e pediu que lhe dessem um cavalo arreado para poder desfrutar do único prazer que lhe restava — andar a cavalo pelos arredores. Quando foi montar o cavalo, já não conseguiu fazê-lo. Faltaram-lhe forças nos braços e pernas. O mal que o consumia fizera grandes progressos. Recusou a ajuda do empregado para montar. Tristonho recolheu-se para o interior da casa. Em pouco tempo foi obrigado a socorrer-se de uma improvisada cadeira de rodas e limitar seus movimentos ao segundo piso do prédio e a contemplar a

paisagem, a atividade da fazenda e o Paraíba, de seu quarto e sacada. Ao anoitecer do dia 7 de maio após vários dias tranquilos a saúde do velho marechal apresentou sensível queda. Foi removido para sua cama que logo foi cercada por sua filha, genro, neto, monsenhor Meirelles, e coronel José Julião Carneiro da Silva, Carlos Arthur da Silva e Manuel, respectivamente seus assistentes, amigo e empregado. Após despedir-se de todos expirou entre as 08:00 e 09:00 da noite. A seguir foram tomadas as providências para seu transporte para o Rio para ser sepultado junto à duquesa de Caxias. Como mortalha vestiram-lhe sua farda de marechal-do-Exército com as medalhas de cobre do Mérito Militar e da Campanha Geral do Paraguai. O corpo foi velado durante todo o resto da noite até as 13 horas do dia seguinte na capela da fazenda, onde foi celebrada missa de corpo presente. O corpo foi transportado a braço por amigos até a estação ferroviária de Juparanã. Daí saiu ás 14:00 horas para o Rio em trem especial.

# Testamento do duque de Caxias

Ao falecer sua esposa em 1874, o duque de Caxias em 23 de abril fez seu testamento nomeando para seus testamenteiros, pela ordem, seus genros barão de Santa Mônica e visconde de Ururaí e irmão o barão de Tocantins. Como disposições testemantárias de interesse registre-se: Não ser embalsamado; ser enterrado pela Irmandade da Cruz dos Militares, sem expedirem-se convites, dispensa de honras militares e do Império, a que tinha direito como marechal-deexército e duque, e ser seu caixão transportado por soldados de bom comportamento dos mais antigos das diversas unidades da cidade do Rio (Corte). Legou os seus bens às seguintes pessoas: ao barão da Penha seu fiel ajudante-deordens na guerra contra Oribe e Rosas 1851-52 e Chefe do Estado-Maior na guerra do Paraguai, «todas as suas armas, inclusive sua espada de comando, com a qual fez todas as suas campanhas, e o seu cavalo com os melhores arreios que tivesse, como prova distinta do apreço em que sempre teve a sua fidelidade e co-participação dos trabalhos em campanha»; ao capitão Salustiano Barros de Albuquerque «como prova de apreço a lembrança de seus serviços prestados no seu Gabinete, o seu relógio e corrente de ouro»; a seu irmão visconde de Tocantins um candieiro de prata que pertencera ao pai; a sua irmã, a baronesa de Suruí, as suas insígnias de brilhantes de Grão- Cruz da Ordem de D. Pedro I; a cada um dos seus soldados que transportarem seu caixão 30 mil-réis; a sua afilhada Ana, esposa do capitão Noronha a quantia de 2 contos de réis (2.000.000 de réis); a seu criado Luís Alves «a quantia de 400.000 réis e a roupa de seu uso». Contou-me Vilhena de Morais que o criado referido, a quem Caxias deu o seu próprio nome, fora um indiozinho órfão que trouxera do Maranhão em 1841. Era pessoa de absoluta confiança do duque e da duquesa que o consideravam como filho de criação.

Segundo o historiador citado, Caxias trouxera como únicos «troféus de guerra» do Maranhão o índio órfão referido e da guerra do Paraguai um altar portátil mandado fazer em campanha e que se encontra no Convento de Santo Antônio.

# Chegada do Corpo de Caxias ao Rio

O corpo trazido por seu genro Francisco Nicolau Carneiro Nogueira da Gama

e sua filha Ana de Loreto chegou à estação D. Pedro II às 17:45 horas. Foi recebido pelos conde de Iguaçu e Beaupaire- Rohan representantes do Imperador e da Imperatriz que colocaram à disposição da família do duque de Caxias um coche imperial destinado ao enterro de príncipes. Fizeram-se presentes na estação, além de diversos oficiais e cadetes do Exército, as seguintes autoridades: visconde de Jaguari — Presidente do Senado; da Gávea — do Conselho Supremo Militar, e de Tocantins — irmão de Caxias; conde de Baependi; barões de Cotegipe, de Piraquara, de Maroim, de Vila da Barra, conselheiros Diogo Velho e Dr. Continentino; Jaguaribe, Fausto de Aguiar, Luís Carlos da Fonseca, Paulino de Sousa, Miranda de Carvalho e major Delgado de Carvalho.

O corpo foi transportado do trem para o coche por seis soldados de Infantaria, sendo Cândido Barbosa de Oliveira, Juvêncio Pereira da Serra e Anastácio José dos Santos do 1º BI o atual Batalhão Sampaio e José Talião Papa, Manuel Paula de Albuquerque e Tibúrcio Rodrigues Torres do 10º BI. O coche foi acompanhado por «16 moços de estribeira da casa imperial» e o séquito rumou para o palacete do duque de Caxias na Tijuca, na rua Conde do Bonfim. Este palacete histórico foi demolido em 1979 e situava-se entre as ruas Visconde de Figueiredo e Conselheiro Azenha. Neste local o corpo foi esperado pela filha mais velha de Caxias — D. Luísa Loreto e baronesa de Suruí e demais familiares. O caixão foi removido do coche para uma peça no interior do palacete, rodeada de seis tocheiros. Transportaram o caixão os viscondes de Tocantins e da Gávea, barão da Penha, tenentes- coronéis João Manuel de Lima e Silva e Aires Antônio de Morais Âncora, majores José Dias Delgado de Carvalho e Luís da Costa Pimentel e capitão João Antônio de Ávila. O corpo foi ali velado até a manhã do outro dia.

# O Enterro do duque de Caxias

Depois de missa e encomendação, o féretro do duque de Caxias saiu às 9:30 horas de 9 com destino ao Cemitério São Francisco de Paula no Catumbi. Transportaram seu caixão ao coche, conforme seu desejo, seis soldados de bom comportamento. Além das representações do Ministério, do Senado, da Câmara, do Exército, da Marinha, da Imprensa, da Magistratura, do Clero e estudantes compareceram os senadores visconde de Rio Branco, barão de Cotegipe, Afonso Celso e Cons. Correia e os deputados Joaquim Nabuco e Fernando Osório (filho do general Osório), conselheiros Paulino de Sousa e Pereira Franco, viscondes de Tocantins, da Gávea e do Rio-de-Vez, barões de Mesquita e da Penha, almirante de Lamare, major de engenheiros Alfredo de Taunay e Drs. Melo Matos e Gusmão Lobo.

O caixão do duque ia no primeiro carro. No segundo iam uma coroa de duque com uma fita preta, a espada, as dragonas, o talim, a banda e chapéu de marechal de Caxias. No terceiro carro ia o capelão imperial. No quarto carro e seguintes: os ministros, general Câmara e visconde de Pelotas — da Guerra, conselheiros Saraiva, Dantas, Buarque de Macedo, Lima Duarte e Pedro Luís; familiares do duque de Caxias e representações do Senado e Câmara.

O Imperador e Imperatriz se fizeram representar. O Comandante do Corpo de Policia do Rio, junto com seus oficiais, acompanharam o enterro todo o tempo. Segundo o *Jornal do Commercio*, «era tal o número de pessoas que quiseram prestar esta última homenagem ao ínclito cidadão, que quando o coche fúnebre chegou às 11:00 horas no Cemitério... a fileira de carros estendia-se até a rua

Conde de Bonfim de onde saíra o féretro... Em todas as casas estavam as janelas apinhadas de famílias; nas ruas o povo estendia-se em alas, e a entrada do cemitério tão crescido o número de pessoas já aguardava o féretro, o que só com grande dificuldade puderam os soldados que carregaram o corpo, alcançar o portão e passar além».

Do palacete de Caxias na Tijuca até o cemitério o enterro percorreu cerca de 6 Km, ao longo das atuais ruas Conde de Bonfim, Haddock Lobo, Estácio de Sá e Frei Caneca. Ao chegar ao cemitério o caixão foi tirado do coche pelos seis soldados que com dificuldade conseguiram transpor o portão do mesmo. Depois, no interior do cemitério São Francisco de Paula o corpo recebeu a 2º encomendação e foi recebido pela Ordem Terceira de São Francisco de Paula I entre alas de oficiais, alunos das escolas Politécnica e Militar do Exército e praças de diversas armas foi transportado por seus irmãos da irmandade Cruz dos Militares, e barão de Mesquita, José de Bessa, Dr. Tomás Alves, Joaquim José do Rosário, José Joaquim Ferreira Leal e irmão provedor. Foram revezados por outros graduados da Ordem c pelo visconde de Tocantins (irmão e grande amigo de Caxias e o que salvara de um desastre militar no combate de Santa Luzia em Minas Gerais em 1842), major Bernardino Borman (herói da guerra do Paraguai do Regimento de Mallet), ajudante-de-ordens de Caxias e seu biógrafo e mais tarde destacado escritor com o pseudônimo de Vilagran Cabrita, historiador militar e chefe de Estado-Maior do Exército, e brigadeiro Conrado Maria da Silva Bittencourt, o heróico, competente e valente comandante do Batalhão de Engenheiros na guerra do Paraguai, a Engenharia de que Caxias dispôs. Após a terceira e última encomendação o corpo de Caxias foi colocado ao lado do túmulo de sua grande esposa, amiga e inspiradora de sua grande obra.

A seguir usaram da palavra: o major de Engenheiros Alfredo de Taunay em nome do Exército; o senador Correia pelo Senado; o Dr. Rosendo Muniz pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do qual o duque de Caxias fora membro; o Dr. Aquino como veterano da guerra da Independência; o quintanista Barros Falcão pela escola de Medicina, o coronel de Engenheiros Conrado Jacob de Niemeyer (que fizera vários e arriscados reconhecimentos para Caxias em Humaitá usando os balões cativos vindos dos EUA) e o Dr. Duque Estrada Teixeira.

Sobre seu túmulo a imprensa registrou coroas enviadas por suas filhas, a afilhada, empregados, Escola Politécnica do Exército e Jornais o *Cruzeiro, do Commercio* e *Gazeta de Notícias* e várias outras.

Do discurso do Major de Engenheiros Alfredo de Taunay, em nome do Exército, destacamos estes antológicos e significativos trechos:

«Só a mais vigorosa concisão unida à maior singeleza é que poderá contar os seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior esta individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza». E finalizou: «Carregaram seu féretro seis soldados. Mas, senhores, estes soldados que circundam agora a gloriosa cova e a minha voz que se levanta para falar em nome deles são o corpo e espírito de todo o Exército Brasileiro. Representam o preito derradeiro de um reconhecimento inextinguível que nós militares de norte a sul deste vasto Império, viemos render ao nosso velho marechal, que nos guiou como general, como protetor, quase como pai, durante quarenta anos. Nós soldados e orador humildes todos em suas

esferas e muito pequenos pela valia própria nos sentimos grandes pela elevação da homenagem e pela sinceridade da dor».

Revezaram-se no carregamento do féretro de Caxias do palacete para o coche fúnebre e deste até o interior do cemitério, além de rodearem seu túmulo durante os discursos, os seguintes soldados: João Alves de Sousa, José Ferreira da Silva, João Batista de Santana, João Antônio da Silva e Valentim Delfim do Amaral do 1º RC o atual Dragões da Independência de Brasília e mais o cabo dessa mesma unidade Francisco de Meneses e soldados Manuel Ferreira de Melo do 2º R Art e Alexandre Idalino Ferreira, do 7º Bl. Portanto um cabo e treze soldados satisfizeram a vontade do Patrono do Exército de ser seu caixão transportado por «seis soldados dos mais antigos e de bom comportamento dos diversos corpos de guarnição do Rio de Janeiro».

### Biografia do duque de Caxias

Transcorre no dia 7 de maio de 1980 o centenário da morte do duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro. Desde sua ação pacificadora no Maranhão e até nossos dias, sobre sua excepcional obra de cidadão e soldado foram gastas toneladas de papel e centenas de litros de tinta. Contam-se às centenas os ensaios biográficos de Caxias na forma de livros e artigos, mas nenhum deles pode-se dizer definitivo pelas lacunas que encerram, particularmente quando a seu pensamento militar, manifesto em milhares de documentos que produziu no exercício de seus muitos comandos operacionais, na guerra, e funções de Presidente de Província, Ministro da Guerra, Senador do Império e Presidente do Conselho de Ministros. Esta última também ligada à de Comandante-em-Chefe das forças de Terra e Mar de então. Documentos espalhados por diversas reparticões e instituições nacionais e estaduais que precisam ser inventariados, ordenados e publicados, dentro da mais perfeita técnica arquivística, para que contribuam para lastrear a impositiva tentativa de biografia definitiva do Pacificador. Para o Exército, instituição que o tem como Patrono, no sentido, segundo Pedro Calmon «de seu chefe integral, seu modelo, a sua alma, a imagem do espírito que nele vibra e a síntese de suas virtudes e de seus brios», esta medida se torna impositiva e inadiável. É a oportunidade do centenário de sua morte se nos afigura ideal e oportuna para que se inicie este trabalho necessário mas que vem sendo postergado.

Ideal porque o EME, com apoio em sua Portaria nº 061, de 7/77 vem desenvolvendo grande esforço nos seguintes objetivos relativos á História do Exército: colocá-la a serviço da formação de seus quadros e tropa; desenvolvimento de sua doutrina e da preservação de seu patrimônio histórico-cultural. Embora o patrimônio histórico ligado à pessoa de Caxias seja pequeno e contável nos dedos das mãos — espadas de campanha como coronel e oficial general, binóculo, revólver, talheres, altar de campanha, etc. O patrimônio cultural que nos legou, em Arte da Guerra aplicada às nossas realidades operacionais da América do Sul ê imenso e riquíssimo em lições. E este patrimônio até hoje não foi aproveitado à altura, porque dorme há mais de um século em diversos arquivos. Partindo de sua análise crítica de ponto de vista dos fundamentos da Arte da Guerra e da Segurança Nacional, eles poderão contribuir para a formação dos quadros e da tropa do Exército e para o desenvolvimento de sua doutrina

militar, com progressivos índices de nacionalização. Ideal que Caxias manifestou em 1861, ao adotar para nosso Exército que até então usava as instruções do português Zagalo, desconhecido em seu país, as *Ordenanças de Infantaria* do Exército de Portugal com a seguinte ressalva: «Até que desenvolva uma tática elementar genuinamente nossa, harmônica com as peculiaridades de nosso Exército e com a natureza de nossas guerras».

Compulsando a imensa bibliografia e hemerografia de Caxias à procura de seu pensamento militar expresso, relacionado com os fundamentos da Arte da Guerra, pouco ou quase nada encontramos que tornasse possível intentarmos um ensaio sob este enfoque, como o que realizamos, com bem menor dificuldade, em relação a Osório, cujo patrimônio histórico e cultural militar que legou foi bem cuidado, por ele, em vida, e por seus familiares, tornando possível sua biografia senão definitiva mas bem desenvolvida. O livro A *Vida do General Osório* registra o cuidado que Osório dispensava a seu arquivo particular.

Dos ensaios sobre Caxias como militar temos editados pelo EME a conferência do então Coronel Castelo Branco, como Chefe da 3ª Sec do EME publicado na Obra Mal. Castelo Branco seu Pensamento Militar e Caxias — o Comandante-em-Chefe, traduzido em 1954 pelo Curso de História Militar da ECEME. Ambos são pouco desenvolvidos por carência de fontes. O último ensaio segue a marca da orientação do Mal. Humberto Castelo Branco que havia sido instrutor por três vezes na ECEME naquele curso, então com o nome de Tática e História Militar antes de ser o E/3 da FEB.

O assunto História Militar de uns tempos para cá vinha sendo descurado relativamente à História do Brasil. Este por insistir em aspectos descritivos e não críticos, contrariando o que Frederico II ordenara ao professor de História Militar de seu filho. «Não ensine História Militar a meu filho como ensina a um papagaio, faça-o raciocinar e tirar conclusões». Ou, por outro lado, o estudo da História Militar à luz da Arte da Guerra, responsável pelos êxitos militares de bem sucedidos generais como Napoleão e tantos outros que relaciono no ensaio — Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro.

Quem compulsa a Literatura Militar Brasileira, com freqüência depara com reivindicações justas e autorizadas por uma biografia definitiva do duque de Caxias, abarcando toda a enorme dimensão e projeção de sua vida e obra como militar, administrador e político. Não com o objetivo de conferir-lhe maior grandeza, mas para tirar da mesma subsídios que contribuam para diversos fins. No caso do Exército, para a formação profissional de seus quadros e tropa e desenvolvimento de sua doutrina militar, interna e externa, com progressivos índices de nacionalização. No último caso, como Caxias sonhou em 1861, Floriano Peixoto em 1895, Euclides de Figueiredo, e seus companheiros fundadores da *Defesa Nacional* e da Missão Indígena na Escola Militar em 1913 e 1919, e Castello Branco, como instrutor de Tática e História Militar e comandante da ECEME, e outros tantos destacados profissionais militares de nosso Exército, conforme registra a História da instituição.

Referimos antes que, além de ideal, seria oportuno empreender-se com vigor a tarefa, muitas vezes postergada, de uma biografia do duque de Caxias que a última revista do Clube Militar reivindica e que a Biblioteca do Exército sonha editar. E por que achamos oportuno? É simples! Ao estudarmos as grandes potências mundiais chama-nos atenção uma constante — o fato de todas possuírem doutrinas militares próprias, com altos índices de nacionalização ou

«genuinidade» na expressão de Caxias. E o Brasil trabalha laboriosamente para conquistar seu destino de potência no ano 2000. Para isto será condição, *sine qua nom*, possuir doutrina militar terrestre com expressivo índice de «genuinidade» ou nacionalização. índice progressivo que deverá ser procurado com apoio em subsídios de nossa experiência militar terrestre de quase 5 séculos de lutas internas e externas. Experiências válidas, em grande parte responsáveis pela configuração e manutenção de um Brasil de dimensões continentais que não é obra de um milagre. Experiências capazes de fornecerem preciosos ensinamentos que virão a contribuir para alicerçar o Exército do Brasil potência sonhado pelos brasileiros.

Mas pesquisas dessa natureza não poderão ser conduzidas, como até agora o foram, de modo amadorístico, salvo poucas exceções, ou de forma intermitente e apressada ao sabor de pressões de efemérides evocativas ou comemorativas ou na dependência de surgimento esporádico de oficiais que as têm realizado como *hobby* e às suas custas, sem apoio oficial no sentido material e cumulativas com suas funções. Acreditamos devam ser levadas a efeito em benefício do Exército e das Polícias Militares por uma entidade integrada por equipes interdisciplinares, composta de civis e militares da ativa e da reserva. Os últimos com vivência profissional, vocação, gosto e qualificação para a análise crítica de nossa História Militar.

Acreditamos esteja na hora de criar-se um Instituto Duque de Caxias de Pesquisas de História Militar do Brasil, à semelhança do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Instituto situado na órbita do MEC para trabalhar em proveito dos Ministérios da Educação e Cultura e do Exército e dos Estados, realizando as seguintes tarefas entre outras:

- Reunião das fontes da História Militar Terrestre do Brasil para apoiar as pesquisas de natureza crítica destinadas à formação dos quadros e da tropa e do desenvolvimento das doutrinas do Exército e das Polícias Militares.
- Organização de cursos de Pesquisador de História Militar do Brasil para introduzi-los gradativamente nas universidades brasileiras para a liberação futura do Exército e as Polícias Militares desses encargos e dos de preservação de suas memórias.
- Realizar como primeira tarefa a biografia do duque de Caxias, como cidadão e soldado, e assim concretizar velha, justa e relevante aspiração nacional. Não por um homem ou dois mas por uma grande equipe, dada a enorme dimensão e projeção de sua Obra, obstáculo intransponível para os que tentaram realizá-la.

#### **DUQUE DE CAXIAS**

#### Notas

Em 1871 o duque de Caxias foi provedor da Irmandade da Santa Cruz dos Militares, sita à rua 1º de março, 36, no Rio de Janeiro. Na época assim definiu o objetivo da Irmandade em palavras hoje imortalizadas em mármore no local mencionado:

«Os laços da espada nos unem, as lides da guerra nos ligam e os braços da cruz nos abrigam. Irmãos pela espada e irmãos pela cruz a nossa

missão é sagrada: santificar o culto do divino lenho (da cruz) e aliviar a miséria das viúvas e filhos dos que seguem a nobre profissão das armas. Eis ai o justo fim da sábia e religiosa instituição denominada Irmandade da Santa Cruz dos Militares».

Ass: Duque de Caxias Irmão provedor

- O duque de Caxias, em testamento, manifestou o desejo de ser enterrado pela Irmandade da Santa Cruz dos Militares o que de fato ocorreu, em 9 de maio de 1880, no Cemitério São Francisco de Paula no Catumbi. A referida Irmandade possui capela no atual local desde 1632. O atual prédio teve início em 1º de setembro de 1770. Foi bento em 28 de outubro de 181 1 e reconstruído em parte em 1915. Em 29 de agosto de 1923 foi atingido por incêndio, sendo restaurado no ano seguinte e sagrado seu altar em 21 de novembro de 1824.
- Em 23 de agosto de 1949, os restos mortais do duque e da Duquesa de Caxias foram exumados e permaneceram de 24 a 30 de agosto no interior da Igreja da Santa Cruz dos Militares, em vigília cívica até serem transportados para o Panteon do Duque de Caxias, na Praça Duque de Caxias e defronte ao Palácio também Duque de Caxias. Por essa igreja passaram os restos mortais de outros dois generais comandantes da guerra do Paraguai o general Osório e o conde d'Eu.
- De longa data encontra-se no Convento Santo Antônio no Largo da Carioca no Rio de Janeiro o altar portátil mandado confeccionar por Caxias para assistir missas cm campanha. Trata-se dc um caixão (canastra) de 1,00 x 0,60 x 0,80m, sobre cavaletes No interior da tampa é pintada a óleo a Última Ceia. Num certo aprofundamento são colocados castiçais, crucifixo, cálice e o missal. O compartimento inferior da canastra era destinado à guarda dos paramentos. A referida relíquia, o único troféu trazido por Caxias da Guerra do Paraguai, segundo Vilhena de Moraes, veio de Quissamã-RJ em data que não foi possível precisar.
- O duque de Caxias e o marquês de Barbacena foram os únicos brasileiros a integrarem a Ordem Honorífica D. Pedro I. As insígnias de Grã-Cruz dessa Ordem Caxias as legou em testamento a sua irmã baronesa de Ururaí. Atualmente elas integram acervo do Museu Mariano Procópio em Juíz de Fora-MG que possui mitras peças históricas ligadas ao duque de Caxias e seus familiares.

# PEÇAS HISTÓRICAS LIGADAS AO DUQUE DE CAXIAS

Decorrido um século do falecimento do duque de Caxias algumas peças históricas ligadas a sua pessoa estão em locais diversos. A Academia Militar das Agulhas Negras possui a espada de ouro que o povo brasileiro lhe ofertou após a guerra do Paraguai, e uma imagem de N. S. da Conceição a Padroeira do Exército Brasileiro Imperial e que o duque de Caxias possuía em seu quarto em sua casa na Tijuca e o livro de presença no velório de sua esposa a duquesa de Caxias. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui sua espada de campanha da qual os espadins dos cadetes do Exército são cópia fiel reduzida, o binóculo de campanha e farta documentação original que pertenceu ao Patrono do Exército. O Convento de Santo Antônio possui o altar portátil que o duque de

Caxias mandou confeccionar para assistir missas em campanha na guerra do Paraguai. O Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, possui as insígnias de Grã-Cruz da Ordem de D. Pedro I, as quais Caxias legara em testamento a sua irmã baronesa de Ururaí. O Museu Nacional possui um talher de campanha; um estribo e um revólver que pertenceram ao Patrono, bem como a cama onde presume-se tenha exalado o último suspiro. O colar de Grã-Cruz da Ordem da Rosa acha-se em poder de descendente de D. Pedro I, Pedro Gastão de Orleans e Bragança. O duque de Caxias recebeu de D. Pedro II o colar de Grã-Cruz que pertencera ao próprio Imperador D. Pedro I.

As condecorações do Mérito Militar e da Campanha do Paraguai levadas por Caxias para o túmulo foram recuperadas inutilizadas ao serem exumados seus restos mortais em 1949 para trasladação para o Panteão defronte o atual Palácio Duque de Caxias no Rio.

Em 7 de maio transcorre o centenário do falecimento, na Fazenda Santa Mônica em Vassouras, do duque de Caxias, o Patrono do Exército Brasileiro.

Nos cem anos desde sua morte muitas peças históricas ligadas a sua vida e obra desapareceram. As que foram conservadas e chegaram até os dias de hoje encontram-se espalhadas em locais diversos. Entre estes ressaltam-se as seguintes capazes de servir de base para uma exposição museológica no centenário do seu falecimento.

# Na Academia Militar das Agulhas Negras

- Espada de ouro que foi doada ao duque de Caxias após seu retorno da guerra do Paraguai.
- Lenço de pescoço com motivos alusivos à vida e obra do duque de Caxias mandado confeccionar na então Província do Rio de Janeiro.
- Gravura de N. S. da Conceição Padroeira do Exército Imperial do Brasil que o duque de Caxias mantinha no seu quarto na Fazenda de Santa Mônica, onde expirou em 7 de maio de 1880.
- Óleo da duquesa de Caxias existente na Sala dos Professores.
- Busto do duque de Caxias, contendo placa com o nome dos soldados que segundo sua determinação testamentária o transportaram para a última morada. O referido busto foi doado à Academia por seu idealizador e excomandante o então marechal José Pessoa.
  - Manifestação de pesar ao Duque de Caxias de 158 oficiais da Corte pelo falecimento da duquesa de Caxias (Livro manuscrito).
- Vocabulário ilustrado sobre o duque de Caxias (Livro manuscrito a nanquim).

### No Museu Histórico Nacional

- Revólver do duque de Caxias na guerra do Paraguai.
- Par de estribos usados pelo duque de Caxias no combate de Itororó e restante da Dezembrada.
- Talher articulado de campanha de duque de Caxias na guerra do Paraguai.
- Cadeira usada pelo duque de Caxias como Presidente do Gabinete dos Ministros.

Conjunto de poltronas e cadeiras usadas pelo' duque de Caxias na sala de seu gabinete de Ministro da Guerra.

- Cabeceira da cama em que o duque de Caxias expirou na Fazenda de Santa Mônica.
- Busto em gesso que serviu ao escultor para modelar a estátua do duque de Caxias inaugurada em 1889 no Largo do Machado e transferida em 1949 para o local onde hoje se encontra.

### No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- Espada de campanha como oficial general do duque de Caxias, da qual o espadim do cadete do Exército instituído em 1831 como arma privativa e distintiva daquele posto é cópia fiel reduzida.
- Binóculo de campanha do duque de Caxias.
- Legislação competente relativa a todas as promoções do duque de Caxias.

### No Museu Imperial de Petrópolis

Castiçal de prata que pertenceu ao pai do duque de Caxias.

### No Museu Mariano Procópio em Minas Gerais

Insígnia da Grã-Cruz da Ordem de D. Pedro I.

# Propriedade de D. Pedro de Orleans e Bragança

- Colar da ordem da Rosa que pertenceu a D. Pedro I e ao Duque de Caxias.
- Cinto que pertenceu ao duque de Caxias.

#### No Convento Santo Antônio

 Altar portátil para rezar missa em campanha mandado fazer e usado pelo duque de Caxias na guerra do Paraguai.

#### No Museu do Exército

- Espada do duque de Caxias até atingir o generalato e com a qual pacificou o Maranhão.
- Par de esporas que pertenceram ao duque de Caxias.
  - Escrivaninha personalizada que pertenceu ao Duque de Caxias em sua residência na rua Conde de Bonfim, demolida em 1978.
  - Coroa Ducal usada em 1949 nas cerimônias de trasladação dos restos mortais do duque e da duquesa de Caxias, do cemitério do Catumbi para o Panteão na Praça duque de Caxias, em 1949.
  - Oratório da capela da Fazenda Santa Mônica onde o Duque de Caxias passou seus últimos momentos.
  - Duas caixas de madeira contendo terra tirada dos túmulos de onde foram exumados os restos mortais do duque e da duquesa de Caxias.
- Caixa com restos do caixão mortuário do duque de Caxias.
- Caixa com restos de metais do uniforme do duque de Caxias e duas condecorações.
  - Urna funerária que serviu para o transporte dos restos mortais do duque e da

- duquesa de Caxias do cemitério do Catumbi à Igreja N. S. da Conceição dos Militares e deste templo até o Panteão defronte o atual Palácio Duque de Caxias no Rio de Janeiro.
- Bandeira Imperial do Brasil, pertencente ao 8º Batalhão de Voluntários da Pátria, que foi hasteada em Assunção Paraguai pelo então marquês de Caxias em 1869.

# GETÚLIO VARGAS E A EVOLUÇÃO DA DOUTRINA DO EXÉRCITO (1930-45)

# **Abr/jun 1983**

#### Cláudio Moreira Bento

O Presidente Getúlio Vargas, cujo centenário de nascimento ocorreu em 19 de abril, em sua juventude foi militar do Exército, como aluno da Escola Tática do Rio Pardo. Ali estudaram na mesma época os seus mais tarde destacados amigos e colaboradores — marechais Eurico Gaspar Dutra e Mascarenhas de Morais, também centenário neste ano de 1983. Em discurso para as Forças Armadas, em 12 de dezembro 1940, Getúlio, filho de um herói brasileiro da Guerra do Paraguai, recordou aos ouvintes com orgulho, sua condição de ex-integrante do Exército, com estas palavras — «Como vós fui soldado e encontrei na camaradagem das armas uma escola de lealdade, de abnegação e desinteresse, com o que continuo servindo ao Brasil, somando o meu esforço ao vosso e ao de todos os patriotas, para torná-lo cada vez mais próspero. Sua contribuição para o progresso, relativamente ao Exército, foi a mais marcante da História do Brasil. Sob seu governo a Doutrina do Exército em seus campos Organização, Equipamento, Ensino e Instrução, Motivação e Emprego, atingiu a maior expressão e progresso relativos, ao longo do processo histórico brasileiro. Um sintético inventário por campo doutrinário citado corrobora com nossa afirmação ao mesmo tempo que lhe faz justiça por evocar, em seu centenário, a projeção de sua obra na Segurança Nacional.

(\*) Lida na Sessão da CEPHAS de 11 de maio de 1983.

#### Organização

O efetivo do Exército de 1930-45 cresceu 100% e atingiu cerca de 100.000 homens. O aumento destinou-se a fornecer quadros e tropa para as 50 unidades criadas: 13 de fronteira; unidades-escolas da Vila Militar; unidades motomecanizadas e antiaéreas; regimentos de Artilharia; escolas novas e para as estruturas de apoio logístico e de indústria bélica implantadas ou ampliadas. Para disciplinar toda organização foram promulgadas: as leis de Organização do Exército e do Ministério da Guerra; do Serviço Militar, das Promoções; da Inatividade, etc. Foram baixados os regulamentos básicos: Disciplinar (RDE); Serviços Gerais (RISG), de Continência (R. Cont) de Administração (RAE) e um conjunto de instruções, portarias, etc... que alteraram profundamente a organização do Exército que passou a ser comandada de instalação condigna, construída então e que se constituiu no Palácio Duque de Caxias, defronte à

Praça da República, no Rio. Fato significativo e de grande projeção na Defesa Nacional, foi a criação no Exército da Arma de Aviação que a partir de 1941, com material e pessoal, passou a infra-estruturar o Ministério da Aeronáutica. Igualmente significativo, pela sua imensa projeção na Integração Nacional, foi a criação em 1931 do heróico e benemérito Correio Aéreo Nacional (CAN) hoje presente e vivo nos institutos Histórico e Geográfico Brasileiro e de Geografia e História Militar do Brasil através de seu ilustre membro — Brigadeiro Lavanère Vanderley, um dos dois pioneiros do primeiro vôo do CAN, entre o Rio e São Paulo.

### Equipamento

Visando a reduzir a dependência externa em material bélico, foi criado o Quadro de Oficiais Técnicos, estimulada a indústria civil a produzi-los e implantada a Indústria Bélica Brasileira. Esta, através da construção das fábricas de Itajubá, Juiz de Fora, Piquete, Curitiba, Andaraí, Bonsucesso e Caju, além de remodelados os arsenais do Rio (onde destacou-se o general F. P. Azevedo Pondé, Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, hoje é membro ativo do IHGB) e o de General Câmara e as fábricas de Estrela e do Realengo. Estas fábricas que entraram em declínio com a importação de excedentes militares depois da 2ª. Guerra Mundial, hoje infraestruturam a IMBEL. No setor de Apoio Logístico foram criados: os estabelecimentos Mallet (depósitos de material de Intendência, de Engenharia, de Comunicações, de Veterinária e de Saúde): os hospitais militares de Porto Alegre, da Bahia; de Alegrete, Santo Ângelo e de Belém, sanatório de Itatiaia, pavilhões de Neurologia e Psiquiatria do HCE, a Policlínica Central e o Instituto de Biologia; as coudelarias de Minas Gerais, Pouso Alegre, Tindiquera e os depósitos de reprodutores de Avelar, Campos e São Paulo, além de ampliadas as coudelarias de Saicã e do Rincão. Grande projeção teve a criação da Rede Rádio do Exército que facilitou sobremodo o exercício seguro do Comando. sobre todo o Exército articulado no território nacional. O material de Artilharia, em especial o de Costa, passou por uma sensível modernização e atualização com o concurso de uma Missão Militar Americana contratada em 1939.

A indústria bélica do Exército produziu uma gama enorme de equipamentos militares, inclusive equipagens de pontes B4-A2 cujos pontões tiveram seu primeiro teste com os pontoneiros de Itajubá, do atual 4º BE-Cmb, no desembarque dos canhões de Costa, em Fernando de Noronha, durante a última guerra.

#### Ensino e Instrução

As transformações e progressos neste setor foram os mais revolucionários no sentido da profissionalização do Exército e da sua consolidação como força operacional. No tocante ao Ensino foram construídas condignas e monumentais, as escolas de Estado-Maior e Técnica do Exército, na Praia Vermelha. Da mesma forma, a monumental e distinta entre as melhores escolas militares do mundo — a nossa Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Foi igualmente construída a Escola de Artilharia de Costa da Urca. Foram criadas além, as escolas preparatórias de Cadetes de Porto Alegre (EPPA), de Fortaleza (EPF) e de São Paulo (EPSP) e os centros de preparação de oficiais da Reserva em todas as regiões militares — os célebres CPOR. Essa estrutura de ensino do Exército foi ainda enriquecida com a

criação das Unidades-Escola da Vila Militar, na Escola de Educação Física do Exército e de um grupamento escola de Artilharia Antiaérea. Para ordenar esta estrutura foram promulgadas as leis do Ensino e do Magistério Militar e baixadas instruções para regulamentar as escolas e normas para uma mais apurada seleção física, intelectual e moral dos candidatos ao oficialato do Exército. Neste contexto prestaram relevantes serviços ao ensino no Exército os também centenários em 1983 — generais Mário Travassos e Augusto Duque Estrada, respectivamente primeiro comandante da AMAN em Resende e último da Escola Militar no Realengo. Aliás escola que teve em 1921, como instrutor- chefe de Cavalaria da famosa «Missão Indígena», o então capitão Euclides de Figueiredo, destacado «jovem turco», co-fundador em 1913 da Defesa Nacional e coordenador no Gabinete do Ministro da Guerra do combate à Revolução de 24, em São Paulo e chefe militar da Revolução de 32 naquele Estado. A filosofia do Ensino no Exército de predominantemente científica e 1905, passou até 1920 ao extremo oposto predominantemente prática, segundo o Ministro da Guerra, general Eurico Dutra.

Segundo ainda a autoridade citada, foi procurado o equilíbrio entre a cultura geral e a prática. Baseou-se o Ministro Dutra nas *Memórias* do Marechal da França, Ferdinand Foch, herói em Marne e Flandres, comandante da batalha de Somme e generalíssimo que conduziu os aliados à vitória na 1ª Guerra Mundial e que escreveu a certa altura:

«O futuro demonstrará a necessidade da cultura geral ao lado do saber profissional militar, para quem como o militar que vive em presença de sucessivos fenômenos sociais que exigem para a sua compreensão um certo saber político e moral. Assim, não pode um militar, sob pena de segregar-se socialmente, de contentar-se apenas com os conhecimentos profissionais relativos ao manejo das armas e ao emprego da tropa». Aliás desse pensamento partilhava o general Charles de Gaulle, tendo suas palavras a respeito, sido imortalizadas, em bronze, em pérgula da AMAN à esquerda da saída do pátio Mascarenhas de Morais, por ocasião de sua visita ao Brasil, no governo Castello Branco. Foram entusiastas dessa idéia entre nós e a implantaram mais tarde no Brasil como Ministro da Guerra e Comandante da Escola Militar do Realengo, depois de 1930, os então major Leite de Castro e tenente José Pessoa que depois de lutarem no Exército da França na 1ª Guerra, frequentaram a Escola Militar de Saint Cyr. O então coronel Mascarenhas de Morais, como comandante da Escola Militar do Realengo nos anos 30, deu grande impulso à cultura geral, profissional e especializada dos futuros oficiais, ao implementar a biblioteca central da Escola e criar uma especializada em cada arma ou serviço e outras nos diversos departamentos (educação física, equitação, veterinária, etc.).

Durante o período 1930-45, o Exército se beneficiou por 9 anos do concurso da Missão Militar Francesa e por cerca de 6 da Missão Militar Americana. Esta contratada depois da histórica visita ao Brasil, de 25 Mar. — 7 Abr. 1939, do general George Marshall, Chefe do Estado- Maior do Exército dos EUA. Ele veio a bordo do encouraçado «Nashville» trazendo inclusive o mais tarde general Matheu Ridway, comandante americano na Guerra da Coréia.

No tocante à progressiva operacionalidade do Exército foram assinalados os progressos. Os períodos de instrução das unidades e grande unidades eram

observados e fiscalizados, com rigor. Os resultados práticos ficaram evidentes nas grandes manobras do Vale do Paraíba, e de Saicã que contaram com o estímulo da presença do Presidente Vargas. A instrução em campanha foi corporificada pela adoção de regulamentos específicos: para cada arma ou serviço; de Organização do Terreno (OT); de Serviço em Campanha, de Tiro de Armas Portáteis (RTAP) e de Instrução dos Quadros e da Tropa. Para estimular a cultura militar geral e profissional e a sua difusão, bem como a corrente do pensamento militar brasileiro que alimentou a Reforma Militar que surgiu em seu curso, foi reorganizada a Biblioteca do Exército, modernizada a Imprensa Militar e estimulada e prestigiada pelos ministros militares a criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, bem como a Revista Nação Armada. Para a ampla difusão da Doutrina do Exército foi criado o Estabelecimento Cordeiro de Farias. Ele editou regulamentos em substituição ao esforço particular que vinha sendo feito por uma plêiade de oficiais que se cristalizaram em torno da Revista Defesa Nacional e de seus ideais e usando editoras civis.

O Serviço Geográfico do Exército propiciou um grande apoio à instrução, ao levantar mais de 25.000 km² em cartas. Assim possibilitou a dispensa de cartas de território europeu sobre as quais a mais a da Vila Militar, os oficiais brasileiros estudavam em cartas topográficas exercícios táticos, chamados impropriamente de jogos da guerra, segundo o grande historiador geógrafo e sociólogo militar brasileiro — general F. Paula Cidade, também centenário em 1983 e contemporâneo em 1902, na Escola do Rio Pardo, do então «Sargento Getúlio.»

Na prática a consolidação da cultura geral dos oficiais gerou alguns acidentes ou distorções, produzindo justas reações. Estas por não se produzirem os efeitos esperados. Entre os acidentes ou distorções registram-se as opiniões contrárias ao lecionar-se aspectos genéricos da Psicologia, Sociologia e Filosofia, em detrimento de conhecimentos que eis sugerem aplicados à vida castrense. Outro foi o estudo descritivo e não o crítico da História Militar, modalidade tão exaltada por grandes capitães da História Militar como a verdadeira escola da guerra para eles, em razão dos ensinamentos que o único laboratório da doutrina militar — o campo de batalha — lhes sugeriu à luz do estudo crítico que realizaram das experiências que nele tiveram lugar e que a História registrou. No tocante à Geografia Militar foi confundi-la com Geografia Geral ou Estudos Brasileiros e não abordá-la em seus aspectos topo-táticos e topo-estratégicos e outros de interesse às operações militares nos diversos escalões.

# Motivação

Este importante campo da Doutrina Militar relativo às forças morais da guerra, tão evidentes nas vitórias de Guararapes, recebeu substancial estímulo no período em estudo, através de diversas ações. O passado militar brasileiro foi rebuscado, pesquisado, interpretado e amplamente difundido pelos periódicos

militares, Bibliex e Imprensa Militar e a Nacional. Os estudos feitos então tornaram possível em grande parte a sua consolidação *na História do Exército Brasileiro Perfil Militar de um Povo* editado pelo Estado-Maior do Exército em 1972 em projeto presidido pelo cel. Francisco Ruas Santos. Tarefa aquela que se dedicaram inclusive ilustres chefes do Exército, como o Marechal José Pessoa, idealizador da AMAN, que pesquisou e escreveu sobre os grandes chefes da Cavalaria Brasileira, cuja galeria iconográfica que mandou desenvolver, hoje encontra-se no Curso de Cavalaria da AMAN. Iniciou seu histórico artigo em 1940 com o seguinte argumento o idealizador da AMAN:

«É da tradição que se nutre a alma da nação. Das relíquias do passado retiram os povos as forças com que vencerão no futuro. Difundir pois o conhecimento da História do Brasil ê o grande dever de todos nós. Esse conhecimento nos desvendará a grandeza moral de que se cobriram nas lutas pela nossa Independência, unidade política e grandeza territorial, os nossos antepassados».

Oficialmente o culto aos heróis do Exército do passado mereceu ênfase sob o seguinte argumento: «O mérito excepcional sempre foi raro. Daí a necessidade do culto aos heróis mortos de mérito excepcional. Ele desenvolve nosso sentimento de veneração, exemplifica e exalta a virtude para o estímulo dos moços. As suas qualidades deixaram sulcos indeléveis que sempre servirão de lições para o presente e o futuro». Assim o duque de Caxias mereceu culto especial. Foram exumados seus restos mortais e da sua esposa e colocados no Pantheon a Caxias, em cerimônia histórica, além de criado o Espadim de Caxias dos Cadetes do Exército, cópia fiel em escala da heróica espada do Pacificador, desde 1925, patrimônio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que pertenceu. Outros heróis brasileiros do Exército como Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran Cabrita, Andrade Neves e Antônio João, etc foram cultuados condignamente. Mereceram ênfase as comemorações do centenário de nascimento do Marechal Floriano Peixoto, marcado inclusive pelo lançamento da pedra fundamental da AMAN, e, no Rio, por cerimônia cujo orador foi o então tenente-coronel Jonas Correia, junto ao monumento ao Consolidador da República.

Foi inaugurado monumento aos heróis de Laguna e restaurados diversos monumentos históricos. Recorreu-se enfaticamente à História Militar através do concurso, em cerimônias cívicas de projeção nacional e no assessoramento superior, de destacados historiadores ou pensadores militares do Exército tais como: generais Estevão Leitão de Carvalho, Valentim Benício, Coronéis J. B. Magalhães, Paula Cidade, Lima Figueiredo, Afonso de Carvalho, Cordolino de Azevedo, De Paranhos Antunes, Jonas Correia e outros. No setor civil registrese a destacada colaboração entre outras de Pedro Calmon — divulgador ímpar através de seus escritos e de sua inspirada e privilegiada palavra, de nossas tradições e glórias militares.

Para reconhecer o mérito foi criada a Ordem do Mérito Militar. As unidades históricas ganharam estandartes, nomes e distintivos e algumas, uniformes históricos como a AMAN e os Dragões da Independência. O antigo Batalhão do Imperador extinto pela Regência foi criado com o nome de Batalhão de Guarda Presidencial. Depois da Intentona Comunista que provocou tantas vítimas inocentes no Exército, o culto à memória dos mesmos adquiriu grande expressão. Esta tradição se mantêm acesa até o presente, visando prevenir acontecimentos como aqueles que violentaram as tradições democráticas e

cristãs do povo brasileiro e que tiveram como alvo o Exército, desde então a maior barreira do avanço do comunismo internacional no Brasil, a caráter ou sob disfarces vários.

Dentro do contexto, motivação poderíamos alinhar à valorização do reservista pela criação de seu dia; elaboração de Estatuto dos Militares, construção das vilas militares nas fronteiras sul e Oeste em Amambaí, Campo Grande, Mato Grosso, Quaraí, Uruguaiana, Borja, Foz do Iguaçu, Coimbra, Óbidos, Guajaramirim, São Luiz, Dom Pedrito, Bela Vista e General Câmara, além das de Quintaúna, em São Paulo, Santa Cruz no Rio de Janeiro, Socorro no Recife e Vila Operária na Fábrica Estrela da Raiz da Serra, para não citar a remodelação da Vila Militar em Deodoro.

Muito significativo foi a FEB antes de partir para a Itália, ter ido buscar inspiração nos Montes Guararapes. Ao retornar ao Brasil foi lá depositar os louros da vitória, proferindo seu comandante Mascarenhas de Morais, palavras antológicas hoje lá inscritas em bronze no interior do Parque Histórico Nacional dos Guararapes que tivemos o privilégio cívico de coordenar em 1971 sua implantação e escrever sobre as memoráveis batalhas que ali tiveram lugar, à luz, inclusive do preciso levantamento topográfico dos Montes Guararapes antes realizado pelo INCRA sobre nossa orientação.

# **Emprego**

Durante o período em tela o Exército atuou na Segurança Interna Revolução de São Paulo de 1932. Dela tirou precisas lições sobre a necessidade de dispor de uma indústria bélica sob seu controle para apoiá-lo e mais espalhada pelo território nacional do que concentrada em São Paulo. Ali o parque industrial revelou notável capacidade de mobilizar-se belicamente em apoio à Revolução.

Enfrentou em muito boas condições os levantes comunistas ocorridos em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro (Praia Vermelha e Campo dos Afonsos).

Na Segurança Externa, pela primeira vez na História do Brasil o Exército lutou em Teatro Europeu representado pela FEB ao comando do Marechal Mascarenhas de Morais. Neste contexto, a Defesa Territorial do Brasil sofreu rigoroso teste com a articulação de tropas do Exército para defender o imenso litoral do Brasil, notadamente no saliente nordestino, Baía de Guanabara e no estratégico arquipélago de Fernando de Noronha.

Em todas as oportunidades mencionadas ficou evidente a validade do esforço notável despendido durante o governo de Getúlio Vargas 1930-45 para o desenvolvimento da Doutrina do Exército.

O final do período citado mostrou o grande salto operacional do Exército desde a Revolução Federalista de 1 893-95 e Guerra de Canudos, até meio século após quando se fez representar na Itália através da FEB. Num extremo um Exército que por influência negativa de um positivismo mal-interpretado na Escola Militar da Praia Vermelha, revelou na prática operacionalidade inferior aos revolucionários gaúchos de Gumercindo Saraiva e aos sertanejos de Antônio Conselheiro. Isto conseqüência de um pacifismo utópico e romântico responsável por tantas vitimas inocentes nas campinas rio-grandenses, no cerco da Lapa no Paraná e nos sertões da Bahia. No outro extremo mostrou um Exército que depois de 50 anos de um trabalho sério e ingente, além de su-

portar e absorver, ainda na Itália, o impacto da mudança da doutrina francesa para a americana, fez muito boa figura no Velho Mundo lutando contra ou em aliança com os melhores exércitos do mundo presentes na Europa Ocidental. E mais, consagrou-se eternamente pelas vitórias de Monte Castelo, Montese e outras.

Não há como negar que a visão de estadista do presidente Vargas se estendeu às Forças Armadas. No exército ele encontrou o apoio patriótico e inteligente e muito objetivo dos Ministros da Guerra generais José Fernando Leite de Castro (1930-32), Augusto Inácio de Espírito Santo Cardoso (1932-34), Pedro Aurélio de Góes Monteiro, 1934-35) e de Eurico Gaspar Dutra, (1936-45) que cobriu o período de maiores realizações de seu governo coincidente com a 2ª Guerra Mundial, de caráter total. Havia de parte do presidente Vargas consciência estratégica de que nenhuma nação sustenta sua condição de grande nação ou de potência econômica se não o for grande nação ou potência do ponto de vista militar. Isto independe da tradição brasileira de repúdio à guerra de conquista, «qualitê maitresse» de nossa política exterior traçada pelo Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco. Este, grande estimulador na República Velha do fortalecimento das nossas Forças Armadas, para que o Brasil pudesse desempenhar com prestígio e segurança seu papel no convívio das nações.

No período em tela o ideal do Exército através do Ministro da Guerra general Dutra era de «um Exército disciplinado e poderoso, não para atacar os povos livres em razão do repúdio do Brasil à guerra de conquista. Mas um Exército superiormente aguerrido, em acordo com a nossa grandeza e defensor da soberania de um Brasil eterno, vindo de um passado de glórias. Já o Estado-Maior do Exército através de seu chefe, general Góes Monteiro, justificava esse ideal sob o argumento de que a neutralidade e o pacifismo não subsistem sem força que os assegurem. Pois, na ordem internacional a melhor prova de sensatez e inteligência é amparar as boas intenções com as melhores armas ou na faltas delas, com as de um forte aliado». No último caso foi a sábia solução de Portugal de aliar-se à Inglaterra por largo período.

# **FONTES CONSULTADAS**

Anais do Exército Brasileiro — Rio, BIBLIEx, 1938-40. 3v BENTO, Cláudio Moreira — Cel — Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro — Brasília, EME, EGCF, 1979.

Estado-Maior do Exército — História do Exército Brasileiro — Perfil Militar de um Povo — Rio, Sergraf — IBGE — 1972, 3v.

Ministério do Exército — Relatório dos ministros da Guerra — 1930-45 (Coleção BIBLIEx).

# OS FOGUETES COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO NO PASSADO (\*)

Jan/mar 1984

Cláudio Moreira Bento

<sup>\*</sup> Comunicação à CEPHAS a 7 de dezembro de 1983.

Quando alguém se dispuser a escrever a História dos Meios de Comunicação no Brasil, desde o início, não poderá esquecer o papel desempenhado pelo foguete antes do advento do rádio e da televisão.

O foguete, então, além de o mais estrepitoso meio de comunicação, ligado aos grandes acontecimentos festivos, constituía-se num «poderoso estimulante do entusiasmo» dos participantes de um evento festivo.

E a cidade de Pelotas, onde passou parte da meninice e juventude, o fundador da Imprensa Brasileira, o gaúcho Hipólito José da Costa, nos oferece interessantes subsídios sobre este meio de comunicação. Crônicas locais registram que a trasladação da imagem do padroeiro da localidade — São Francisco de Paula — em 23 de dezembro de 1813, da casa do padre Felício, irmão de Hipólito da Costa, para a Igreja e hoje Catedral, foi acompanhada de um foguetório. Recorreu-se então aos préstimos de um fogueteiro que trabalhava na Vila do Rio Grande. Desde então Pelotas se manteve singular no uso de foguetes.

O jornal local, o *Noticiador*, de 15 de dezembro de 1865, registrou o seguinte consumo de foguetes na relação das despesas feitas pela Comissão de Recepção, quando da visita do Imperador D. Pedro II àquela cidade, no início da guerra do Paraguai, e onde residia a família do então General Osório, depois Marquês do Erval. Consumiu-se, então, 249 dúzias de foguetes. Foram vendidas a particulares 105 dúzias. O total foi de 4.296 foguetes, 7 salvas e 8 girando-las. Isto representava muitos foguetes para uma população de 15.000 habitantes.

O calor de uma homenagem ou a importância do evento a comemorar ou a assinalar eram mensuráveis pela intensidade do foguetório. Assim, podemos afirmar que o calor da recepção ao Imperador D. Pedro II em Pelotas, bem como a importância da imperial visita, foi registrado com o estrepitoso foguetório produzido por cerca de 4.310 foguetes.

Segundo escreveu Ângelo Pires Moreira, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas:

«O foguete, na sua era, foi um complemento da imprensa escrita.

Era através do foguete que os periódicos anunciavam ao povo o último resultado da eleição, ou a mais recente notícia da revolução que fustigava a região, ou que um grande furo de reportagem estava afixado na pedra colocada à porta da redação.

Era através do foguete que o agente lotérico anunciava que a sorte grande havia saído para a localidade.

Em tudo, finalmente, foguetes e mais foguetes, deixando em torno um cheiro de pólvora queimada, cuja situação se agravava quando o foguete não estourava.»

A. Augusto Pinto que visitou Pelotas em 1869, quase ao término da Guerra do Paraguai, registrou em seu livro *Uma Viagem ao Sul do Brasil*, entre outras coisas, a singularidade de Pelotas pelo exagerado uso de foguetes e com a expressão: «Que terra favorável aos fogueteiros»! E mais adiante:

«Parece que é filho de Pelotas, segundo ouvi dizer, um ex-redator de uma das folhas diárias do Rio de Janeiro que, por qualquer notícia vinda do Teatro de Guerra do Paraguai, lançava uma porção de foguetes ao ar». E prossegue:

«O espoucar de foguetes anunciava um nascimento e também a partida desta para uma melhor, quando o inditoso encetava a viagem para a sua última e eterna morada.

Na era do foguete, este engenho pirotécnico também anunciava um casamento, quando o noivo, de terno escuro e à noite (de dia só casavam os joãos- ninguém), ostentava na lapela do casaco um ramo de flor de laranjeira, símbolo da sua pureza. E a noiva, além do tradicional véu, também usava uma grinalda da mesma flor para dizer que a sua alma era mais branca do que a neve. Audiência de juiz, sessão do júri, da Câmara Municipal, partida do correio, chegada e partida de vapor, tudo enfim era anunciado pelo estrondo do foguete.

O espoucar de foguetes também anunciava o início de leilões.

E quantos leiloeiros havia em Pelotas. Basta que se compulse os jornais da época.

O chefe de uma família respeitável teve de ausentar-se por algum tempo desta cidade. No dia de sua partida subiram foguetes da porta de sua casa, como se ali houvesse uma grande festa. Quando ele abraçava a esposa e filhos, lavado em lágrimas, a bordo do vapor prestes a largar a amarra, uma girândola estourou nos ares, anunciado aos amigos que o homem lá ia mar fora, quem sabe se para mais não voltar.»

Segundo Ângelo Moreira, ainda, estatística da cobrança do imposto de indústrias e profissões em Pelotas, do ano de 1885, para uma população de, aproximadamente, 30.000 habitantes, estavam lotados para o pagamento do respectivo tributo, 4 fabricantes de fogos de artifícios.

Era neste ambiente festivo que vivia em Pelotas, a próspera e tradicional família da madrinha de nosso Presidente Pedro Calmon, conforme a evoca vez por outra, com muito carinho, num tributo, também, ao valor da mulher gaúcha.

O uso de foguetes era comum na minha cidade natal — Canguçu — vizinha e caudatária de Pelotas.

A lembrança mais remota de minha consciência de existir liga-se aos foguetes. Recordo a cena como se fora hoje! Eu embarcado num automóvel de praça *Ford* modelo 27, do tipo «guarda-louça», por possuir capota de ferro e vidros, lembrando, assim, aquele móvel doméstico da época. De repente, percebo um foguetório imenso e eu fazendo parte de uma comitiva de automóveis que se deslocava para fora da então vila para uma recepção. E vi foguetes usados e ainda quentes coalharem o assoalho do automóvel em que viajava. E eu deslumbrado e sôfrego juntando-os para mim como preciosidades. Chegou um momento que o «chofer» (motorista) convenceu-me que devia largá-los que ele os guardaria todos para mim.

Foi uma mentira, como tantas que se faziam às crianças da minha região, como a promessa enganosa, clássica, que ia receber um petiço de presente (cavalo pequeno, entre o normal e o pônei). Clamei em vão pelos meus foguetes usados. Fora enganado! E daí por diante, até hoje, associo a figura do motorista aos foguetes usados que não me entregou.

Soube mais tarde que se tratava de uma recepção a meu pai, reeleito prefeito local.

À noite, na minha casa, a festa continuou. Conheci então uma banda de música, assunto que mereceu aqui interessante crônica do General Umberto Peregrino, que provocou várias intervenções complementares ao tema. Recordo que me causaram profunda impressão infantil o ver e ouvir, pela

primeira vez, o clarinete e contrabaixo, ambos com formas e sons característicos. Creio que todos os presentes, rebuscando a memória, encontrarão no passado algo interessante a contar, em complemento a nossa exposição.

Por Pelotas transitaram, em 1827, na bagagem de Siegener os foguetes à Congreve que o vitimaram numa demonstração junto ao arroio Lexiguana, afluente do Camaquã- Chico, na Serra dos Tapes. O acidente tornou-o, em conseqüência, pioneiro e mártir no Brasil, do uso militar de foguetes, prática hoje tão em voga e sofisticada, através dos célebres «Exocet», vedetes na recente Guerra das Malvinas, dos «Cruiser», ora em instalação com grande reação popular na Inglaterra e Alemanha, e os que levaram e trouxeram hoje de volta do espaço o ônibus espacial «Columbia», com seu laboratório sofisticado, no qual se fizeram experiências importantes para o progresso da Ciência.

# AS TRADIÇÕES DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS EM SEUS 40 ANOS EM RESENDE (\*)

1984

Cláudio Moreira Bento

O ano de 1984 memora, além dos 40 anos do aprestamento da Força Expedicionária Brasileira (FEB), os 40 anos de instalação gradativa em Resende — RJ, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que até 23 de abril de 1951 chamou-se Escola Militar de Resende, desde que criada em 19 de novembro de 1943.

A instalação da AMAN, coincidiu com o último ano de funcionamento da Escola Militar do Realengo (1913-1944) que formara as gerações dos oficiais que lutaram na FEB, à exceção de seu comandante — o marechal Mascarenhas de Moraes, que comandou aquela Escola de modo assinalado de 1935-36.

O primeiro ano da Academia em Resende foi marcado pelas seguintes efemérides significativas, algumas delas já consagradas como tradições: 1º de marco — instalação administrativa, coincidente com o aniversário do término da Guerra do Paraquai e fase inicial de aprestamento da FEB; 20 de março início das atividades escolares com 596 alunos transpondo pela primeira vez o Portão de Entrada de Novos Cadetes; 23 de abril — inauguração do Museu Escolar e doação pelo Marechal José Pessoa, idealizador da Academia, de busto do duque de Caxias, como patrono do Exército e da Academia, contendo, em placas, os nomes dos soldados de bom comportamento que carregaram o caixão do Pacificador de acordo com suas últimas vontades; 2 de julho — comemoração do desembarque da FEB na Itália; 10 de novembro instalação oficial da Academia, assinalada pelo hasteamento, pela primeira vez, da Bandeira Nacional no mastro grande e incorporação do novo Estandarte do Corpo de Cadetes, confeccionado e doado pelas senhoras de Resende e, 11 de novembro — entrega pelo já consagrado historiador militar General Tasso Fragoso, ao Museu Acadêmico, da túnica branca perfurada a bala e manchada de sangue que usava, ao ser ferido, como primeiro-tenente, em 9 de abril de 1894, no combate de Morro da Armação. Túnica acompanhada de carta pessoal ao Presidente Floriano Peixoto exaltando sua heroicidade além de fato do canhão Krupp e guarnição que comandava ao ser ferido em combate.<sup>(1)</sup>

Surgiu, assim, em 1944, em Posição estratégica e clima privilegiado, debruçada no histórico rio Paraíba, impregnada, embalada e emoldurada por tradições e glórias militares significativas — umas das mais modernas e adiantadas escolas militares do mundo. A AMAN foi a concretização de um grande sonho, sonhado, acalentado, muito sofrido e perseguido, desde 1930, por um idealista e patriota singular — o marechal José Pessoa Albuquerque Cavalcanti, ponto culminante na galeria dos ilustres ex-diretores e comandantes de Nossa escola de formação de oficiais do Exército, desde sua instalação em 23 de abril de 1811, como Academia Militar Real, na Casa do Trem, onde hoje se situa o Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. (2)

«A AMAN foi o maior sonho sonhado por um chefe militar do Brasil». Recordar aspectos ligados a este sonho concretizado do Marechal José Pessoa, centenário em 1985, bem como as tradições da AMAN — ou o seu espírito nos seus 40 anos em Resende, é o objetivo maior deste trabalho que complementa estudo mais completo que publicamos na *Revista do Clube Militar* em 1979, no qual relacionamos as principais fontes referentes à História da Academia de 1810-1979.

# O Sonho de Construção da AMAN

Vitoriosa a Revolução de 1930, ela colocou no comando da Escola Militar do Realengo o coronel José Pessoa, filho de Cabaceiras — PB e figura providencial que em cerca de três anos a revolucionou por completo, e nela introduziu a maior parte de suas mais caras tradições. Idealizou e projetou a AMAN em 1931-34 e criou sua mística. Oficial de Cavalaria modelar, fora instrutor, em 1916, como tenente, da Escola de Direito de São Paulo, veterano dos Dragões da Cavalaria Francesa na I Guerra Mundial onde foi promovido, por bravura, estagiário em Saint Cyr e instrutor de Blindados no Brasil após curso específico em Versalhes. Era irmão de João Pessoa, prestigioso político paraibano, assassinado antes da eclosão da Revolução de 30. Sua ação no Realengo pode ser sintetizada pela introdução de um estádio para a prática de educação física e desportiva; de uma biblioteca condignamente instalada, acompanhada de outros melhoramentos visando o conforto e bem-estar de seus alunos. (3) No campo das tradições introduziu, segundo desenhos de Wastch Rodrigues, o Estandarte do Corpo de Cadetes, os uniformes históricos, elo do Exército Imperial com o Republicano, o título de cadete, o Corpo de Cadetes, o espadim de Caxias, como arma privativa do cadete e cópia fiel em escala do sabre de campanha do duque de Caxias que desde 1925 integra o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de que Caxias foi sócio. Criou o Brasão d'Armas da Escola, tendo ao fundo as Agulhas Negras, em Resende.

Trabalhou febrilmente com o concurso de comissão específica de cadetes, professores e instrutores e apoio superior do Ministro Leite de Castro, na procura de um local para a construção de uma nova escola militar, indicado por unanimidade Resende — RJ e o respectivo projeto.

O Livro de Hóspedes do Hotel Clube dos 200, na antiga Rio-São Paulo, registra diversas idas do então Cel. Pessoa a Resende visando a escolha do

local e projeto da Escola Militar.

O projeto inicial de instalação da AMAN foi na Fazenda do Castelo, assim chamada desde o início do século pelas moças do local, segundo Joaquim Maia, em razão de seu edifício-sede, ainda de pé com todo o seu esplendor, lembrar um castelo. Foi neste local que se fixou inicialmente, José Pessoa, ao visitar Resende em 16 de fevereiro de 1931, em companhia de seu ajudante-de-ordens capitão Mário Travassos, que seria o comandante instalador da AMAN no ano de 1944.

O projeto inicial do arquiteto Raul Pena Firme foi para este local, que estende-se inclusive, pelo hoje bairro do Paraíso. (4)

Na Revolução de 1932, a Estação Ferroviária de Resende — a atual das Agulhas Negras, foi o QG das forças do Governo combatendo a citada revolução. Nela, em 20 de março de 1932, o Presidente Getúlio Vargas comprometeu-se numa larga roda de oficiais a construir a atual AMAN. Na época, o campo de paradas da Academia serviu de base para os «vermelhinhos» aviões que apoiavam as tropas do governo. No Manejo, nome que significava Campo de Manejo ou de manobras de Tropas, desde a Guerra do Paraguai, por ter servido ao adestramento dos Voluntários da Pátria de Resende, concentrava-se parte do contingente que fazia frente aos revolucionários, ao longo da antiga Rio-São Paulo. Nesta época o então cap. Odylio Denys, que conhecia a região por ter permanecido largo período antes no atual Hospital Militar de Itatiaia, comandou com êxito um desbordamento pela Mantiqueira, aparecendo na retaguarda dos revolucionários, obrigando-os a retraírem. Tudo, em razão da presença de uma tropa legal de efetivo indefinido na retaguarda revolucionária. Isto é o que conta a tradição, a confirmar pelo ilustre cabo-de-guerra.

#### Pedras Fundamentais

O coronel José Pessoa pronto o projeto da AMAN para ser implantado não no local atual, repito, mas na Fazenda do Castelo, onde teve início Resende, idealizou lançar a pedra fundamental da AMAN, no jardim fronteiro ao edifício da fazenda, no dia 28 de outubro de 1933. Isto coincidindo com o término das grandes manobras anuais da Escola Militar do Realengo<sup>(5)</sup> Manobras que ali naquele local teriam seu epílogo. Dois anos antes, em 8 de setembro de 1931, José Pessoa incursionara às Agulhas Negras com autoridades de Resende, auxiliares diretos e o arquiteto da AMAN Raul Pena Firme, com o fim solene e específico de selecionarem uma pedra do maciço, para servir de pedra fundamental da Escola das Agulhas Negras. Foi da região chamada Grotão que José Pessoa selecionou uma pedra solta das Agulhas Negras de 60x50 cm. E falou, comovido, apertando a pedra junto ao peito, para a Comitiva:

«Meus amigos e meus patrícios esta será a pedra fundamental da Escola Militar em Resende».

Os pátios, jardins e pomares do solar ou «Castelo» dos Godoy foram preparados para o grande momento. Toda a Escola com oficialidade, Corpo de Cadetes, banda de música e salva de Artilharia, aguarda o histórico momento — a chegada das autoridades do Rio de Janeiro e o grande churrasco a ser oferecido. Lá pelas 15 horas, um mensageiro da Central do Brasil entrega um telegrama urgente do Ministro da Guerra, General Gesuíno Espírito Santo

Cardoso, dirigido ao Cel. Pessoa, com o seguinte teor:

«Não existindo até agora nenhum ato oficial sobre a futura Academia Militar, lembro ao prezado camarada que não convém fazer o lançamento da pedra fundamental da mesma, o que deverá ser adiado para outra oportunidade. »<sup>(6)</sup>

Ao ler a mensagem, lágrimas incontidas correram pela face do grande idealista. Sua decepção transmitiu-se aos cadetes aos quais não foi dado o real motivo. Segundo o arquiteto Raul Pena Firme, o Cel. Pessoa sozinho, à noite, enterrou a pedra, síntese de seu maior sonho, em algum lugar da imponente sede da Fazenda Castelo.

Resgatar esta pedra dos jardins da Fazenda Castelo seria uma grande homenagem ao idealizador da AMAN. Isto para colocá-la, talvez, no Museu, junto com a lançada em 1938 e resgatada em 1979 do desconhecido onde se encontrava, depois de demorada e acurada pesquisa da Cadeira de História Militar que integrávamos junto com os tenentes-coronéis: Ney Sales e Sérgio Marcondes.

O Cel. Pessoa ficou desgostoso. No ano seguinte, em que pese sua dedicação e amor aos cadetes, houve uma agitação entre os mesmos. Foi uma espécie de operação tartaruga que ficou conhecida como «A revolta dos braços caídos». O pretexto foi a exigência de aprovação no exame de saúde para a declaração de aspirantes. Soube-se, mais tarde, por Paula »Cidade, então professor de História e Geografia Militar e pelo coronel Mascarenhas de Moraes em suas *Memórias* que a agitação era de inspiração comunista. Provao um de seus líderes ter participado da Intentona Comunista na Escola de Aviação. O Cel. Pessoa enfrentou uma agitação escolar em 1932, por não haver permitido a participação de cadetes contra ou a favor da Revolução de 32. E, finalmente, em 1934, sofrerá outra que o obrigou, à certa altura, a desabafar com o capitão Paula Cidade: «Cidade, eu tenho feito tudo, mas tudo mesmo, por meus cadetes e agora que preciso deles me mandam a 1ª cria». Esta é a verdade histórica a surpreender as atuais gerações.

No comando seguinte, o Cel. Mascarenhas de Moraes conseguiu, conforme afirmou em suas *Memórias*, erradicar por diversas maneiras agitações que desde 1922 atingiam a Escola Militar.

Com a saída de José Pessoa, do Realengo, o seu sonho da Escola Militar em Resende, embora ele continuasse a defendê-lo bravamente pela Imprensa e correspondência, entrou em compasso de espera. Depois do memorável comando do Cel. Mascarenhas de Moraes, o sonho retornou forte. Em 2 de setembro de 1937 foi designada nova Comissão para escolher definitivamente o local para a nova Escola Militar. Ela confirmou a preferência por Resende, mas deslocou o projeto da Fazenda Castelo para a atual Fazenda Alambari (7). Dela fazia parte o capitão Amaury Kruel, que 26 anos mais tarde ali estaria, na qualidade de comandante do II Exército, para histórica reunião relativa à vitória militar da Revolução de 1964, na qual a AMAN teve saliente papel sob a liderança do General Emílio Garrastazu Médici, mais tarde Presidente da República, ao interpor a AMAN entre o I e II Exércitos na iminência de um choque.

Em 23 de junho de 1938, data coincidente com mais um aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, ocorrida próximo na estação da Divisa (entre Resende e Barra Mansa) atual localidade de Floriano (por aquela razão)

teve lugar o lançamento oficial da pedra fundamental da AMAN, em cerimônia presidida pelo Presidente Getúlio Vargas.

O local da AMAN, sobre o Paraíba, dista 60 km rio abaixo, em linha reta, da Fazenda Santa Mônica, também à margem esquerda do mesmo rio. Nesta Fazenda, ameaçada de ruir, o duque de Caxias, patrono da Academia e inspiração de seus cadetes, passou seus últimos dias de vida e veio a falecer ao anoitecer de 7 de maio de 1880.<sup>(8)</sup>

### Origem de Resende e das Terras da AMAN

As terras de Resende passaram a ser exploradas por uma expedição que desceu de Aiuruoca em Minas, em 1744, à procura de ouro. Ela foi chefiada pelo Coronel Simão da Cunha Gago, sargento-mor de Mogi das Cruzes-SP. A expedição desceu a Mantigueira pela Bocaina de Minas, Pedra Selada, com percurso balizado em grande parte pelo Pirapitinga. Na região de Resende levantaram povoação em local aprazível, hoje ocupado pelo solar dos Godoy, sede da Fazenda Castelo, no bairro do Paraíso. A novel provocação recebeu o nome de Campo Alegre. Temendo um ataque dos índios Puris, que habitavam a região desde então da Fumaça, em razão da fumaça feita por eles e avistada de Campo Alegre, houve a necessidade de procurar-se local mais seguro. Assim, em 1746, no local do centro da cidade de Resende, segundo se conclui do historiador Alfredo Sodré, foi erigida nova povoação na condição de Capela Curada da Santa Virgem da Conceição do Campo Alegre. Decorridos cerca de 57 anos de Capela Curada, em função do progresso da lavoura do café introduzido em 1780 pelo padre Antônio Couto da Fonseca, com mudas ofertadas pelo bispo do Rio de Janeiro, ela foi transformada em Vila de Resende, tendo como donatário o coronel Fernando Dias Pais Leme descendente direto de Fernão Dias Pais Leme — O Caçador de Esmeraldas. Segundo conclusão de Itamar Bopp, o nome da localidade mudado de Campo Alegre para Resende, foi para homenagear o Vice-Rei Conde de Resende — José Luís de Castro — que governou o Brasil de 1790-1801 e a quem coube no início do citado período presidir, em 21 de abril de 1791, o suplício do alferes José Joaquim da Silva Xavier — o Tiradentes — hoje o Patrono Cívico da Nacionalidade. O citado Vice-Rei nasceu e morreu em Lisboa em 19 de agosto de 1744 e março de 1815, respectivamente.

No ano em que a AMAN se instalou em Resende transcorria o ano do bicentenário de nascimento do citado conde. José Pessoa não concordou com o nome inicial de Escola Militar de Resende. Achava que uma escola de oficiais do Brasil não podia levar o nome do Vice-Rei que presidiu o suplício de Tiradentes. Assim lutou para que a Estação Ferroviária de Resende se transformasse em Agulhas Negras e o bairro Campos Elíseos em Agulhas Negras e, finalmente, a mudança de Escola Militar de Resende para Academia Militar de Agulhas Negras.

As terras onde se ergue a AMAN pertenciam à Fazenda Alambari, cuja origem e evolução histórica sintetizamos: Elas fizeram parte inicialmente de Sesmaria que deu origem ao nome do arroio Sesmaria. Ela foi concedida em 1817, segundo Itamar Bopp e Alfredo Sodré, ao capitão Pedro de Souza. Suas terras se mantiveram até 1827 virgens, ocasião em que receberam um fluxo migratório de Minas Gerais que as exploraram agricolamente. Parte das terras foram compradas em 1836 pelo padre Mariano José da Rocha. O local da atual AMAN foi conhecido até 1847 como campo do Padre Mariano. Parte destas ter-

ras foram adquiridas em 1 847 pelo mineiro republicano, capitão João Batista Brasiel, proveniente de Minas onde participara da Revolução de 1842. Seu sonho frustrado cristalizou-se no nome que deu ao local de Campos Elíseos. Outra parte foi adquirida por José Ribeiro que a transmitiu a Pascoal Isoldi que recusou vendê-las, em 1910-11, para ali estabelecer-se uma unidade do Exército. O nome de Campos Elíseos dado pelo capitão Brasiel procurava emprestar ao local o significado mitológico de lugar de delícias e bemaventurança, destinado à morada dos heróis e dos justos após a morte. Havia o sentido de seu refúgio de paz e tranquilidade para o resto de sua vida.

Em 1913 a Fazenda Alambari foi adquirida pelo governo e transformada em Fazenda de Sementes e logo a seguir em Patronato Agrícola, para acolher menores de 12 a 18 anos abandonados nas ruas do Rio de Janeiro, tentativa que logo fracassou para transformar-se em Horto Florestal, acrescido mais tarde da Estação de Monta, com animais selecionados, muitos dos quais tornaram-se célebres no turf paulista. Na Revolução de 32 o atual Campo de Paradas da AMAN serviu de campo de pouso das tropas legais. A situação de campo de pouso continuou até 1938 com a construção do Aeroporto Militar de Resende, que se destinara inicialmente, em substituição ao Campo dos Afonsos, a servir para a formação de oficiais da Arma de Aviação pela AMAN, até a criação, em 1941, do Ministério da Aeronáutica. A aviação amadora em Resende era muito expressiva e liderada pelo coronel do Exército, Mendes Santos, segundo o piloto Pazzini, que possui em seu escritório em Resende, valioso acervo fotográfico sobre esta época áurea da aviação em Resende.

# O Panteon de Caxias — o fecho de ouro que falta na AMAN

Do plano diretor da AMAN, idealizado pelo marechal José Pessoa, ainda não foi concretizado o Panteon de Caxias. No projeto original do Conjunto Principal locado na região do casarão da Fazenda Castelo, saía uma esplanada que terminaria por um cais com balaustrada na margem do Paraíba. Este seria retificado no trecho fronteiro à AMAN para os cadetes disputarem suas regatas. E, no meio dessa esplanada, segundo o Cel. Pessoa, «será erigido o Panteon de Caxias, patrono do Exército, e no seu interior repousarão os restos mortais do grande brasileiro».

A descrição do plano diretor da AMAN executado em sua quase totalidade, ê encerrada com a seguinte referência ao Panteon de Caxias:

«— Panteon de Caxias. Fruto de patriótica, sadia e fértil imaginação, o Panteon de Caxias — repositório sagrado dos restos mortais do inolvidável Marechal Duque de Caxias — será muito em breve, maravilhosa realidade.

A Chefia da Comissão de Construção da Escola está dedicando carinho todo especial à sua próxima execução. Constituindo ele também a Capela do Cadete, nela haverá lugar propício e sossegado para a meditação sobre os feitos do grande herói nacional. O Panteon será lugar de honra, locado à direita de quem entra na Escola, isolado, em local de absoluta quietude e voltado para as Agulhas Negras, perfeita- mente banhado pelos raios solares, com linhas arquitetônicas em gracioso estilo romano; dispondo de museu e capela etc... e tendo à sua frente maravilhosa e imponente estátua equestre do herói. O Panteon será sem dúvida «fecho de ouro» de toda esta série de magníficas construções da Escola Militar!»

Estátua voltada também para além e detrás das Agulhas Negras para Baependi, onde Caxias recuperou a saúde que pensava irremediavelmente perdida ao retornar, vitorioso, da guerra contra Oribe e Rosas 1851-52.

Com a construção do Panteon de Caxias no Rio, defronte ao antigo Ministério da Guerra, não foi colocado «o fecho de ouro da AMAN». Com a transferência do Ministério para Brasília, o Panteon regionalizou-se e perdeu a sua projeção cívico-nacional. Em Resende, no local em que com ele sonhou o marechal José Pessoa e a Comissão Construtora, o Panteon de Caxias recuperaria sua projeção e significação nacional e se constituiria, sim, no «fecho de ouro» a ser colocado por um estadista para completar a AMAN, não só no seu aspecto material, como, principalmente, no seu aspecto simbólico e espiritual. O Mal. Pessoa teve sempre em mente impregnar a AMAN e seus cadetes do espírito de Caxias. Isto através do espadim e dos raios de luz no Brasão de Armas da AMAN, fulgindo por detrás das Agulhas Negras, simbolizando o sol que brilhava em Itororó, momento maior de Caxias como líder de combate.

Em 1980, centenário do falecimento do Duque de Caxias em Santa Mônica. a AMAN foi cenário da cerimônia oficial principal que contou com a presença presidencial, e exposição de relíquias pertencentes a Caxias, vindas de diversos locais. E, inclusive, sua espada de campanha das quais os espadins são cópia fiel em escala. Cerimônia imortalizada na Revista Agulhas Negras de 1980. O culto a Caxias naquela época intenso parece registrar uma queda de uns tempos para cá. Vejamos: A casa onde casou e viveu na Tijuca nos intervalos de suas lutas em defesa da Integridade e da Unidade, apesar de patrióticas reações, transformou-se nas modernas instalações da Mesbla e sem uma placa balizando que ali morou o maior de nossos generais. A casa onde nasceu e que pretendeu-se transformar em Parque Histórico Duque de não mais existe e são discutíveis suas ruínas. descaracterizadas suas terras e, assim, de significado municipal. A casa de sua filha em Quissamã, e baronesa do mesmo nome, possui significado restrito e projeção municipal. A casa da Fazenda Santa Mônica, de propriedade de sua filha e genro Barões de Santa Mônica, está a caminho da ruína total e pertence à EMBRAPA que a cedeu em comodato para o Exército. Nela o duque de Caxias faleceu e passou seus últimos dois anos e meio de vida. Ela, se recuperada, poderia ter projeção nacional não só porque ali teve fim o maior de nossos generais, como, segundo Pedro Calmon, por ter sido erigida pelo marquês de Baependi, sogro da filha do duque, além de seu parente e que foi senador do Império, deputado constituinte em 1823 e introdutor do primeiro orçamento nacional durante a Regência de D. João. O solar liga-se também ao conde de Linhares — o primeiro-ministro da Guerra de D. João, ligado à criação da Academia.

O Brasil vive um período de renascença da preservação do patrimônio histórico brasileiro. Nossos museus ressurgem. Múltipas são as iniciativas como a de tornarem Ouro Preto e Olinda patrimônios da Humanidade. Assim como nasceu uma consciência ecológica brasileira, nos últimos anos, estamos assistindo a um renascimento no sentido da preservação patrimonial e dos valores culturais da nacionalidade. Impõe-se que o grande brasileiro e o maior de nossos generais não seja esquecido e tenta melhor sorte do que o general Osório, com uma estátua eqüestre no corredor cultural do Rio, a casa onde faleceu na rua Riachuelo transformada em Casa de Osório e a casa onde nasceu restaurada e transformada no notável Parque Histórico Mal. Luís Ma-

nuel Osório, no Rio Grande do Sul em 1970.

Espera-se que surja um estadista para atalhar a ruína da Fazenda Santa Mônica<sup>(9)</sup> impedindo-a de seguir o triste destino do Solar de Caxias na Tijuca e, a transferir a Panteon de Caxias para a AMAN, como patrono do Exército, da AMAN e dos cadetes, num conjunto que abrigue um museu e uma capela evocativa de N. S. da Conceição, a padroeira do Exército Imperial e devoção do grande soldado, cuja imagem que lhe pertence e aos pés da qual expirou em Santa Mônica encontra-se no Museu do Exército, na AMAN.

O histórico da AMAN registra a nomeação de algumas comissões visando à construção de um santuário, cuja idéia liga-se ao plano diretor e ao Panteon. O Museu da AMAN, elevado em Museu do Exército por Portaria 1.633, de 17 Out 56 e que passou a funcionar em 18 Out 56, é um corpo estranho que não encontrou o seu local adequado. Isto penso só acontecerá quando for concretizado o «Fecho de Ouro» da AMAN no conjunto Panteon de Caxias (estátua eqüestre, restos mortais do Pacificador, Capela e Museu). Só assim, de fato, terão sentido estas palavras do idealizador da AMAN, não só no sentido material, mas sobretudo no espiritual, no caso o fecho de ouro da AMAN: «A AMAN foi o meu sonho e sinto-me feliz em vê-lo realizado».

# A construção da AMAN em Resende

O plano diretor inicial da AMAN é o que foi realizado à exceção do fecho de ouro sonhado pelo Mal. José Pessoa e Comissão Construtora o Conjunto Panteon de Caxias (estátua, museu e capela) não realizado e, de um modo geral, as instalações do Curso Básico, Curso de Material Bélico, Hotel de Trânsito, Curso de Comunicações etc, não previstos originalmente.

O plano executado possui diferenças com o inicial; embora tenha sido o mesmo arquiteto Pena Firme. Adaptações decorrentes principalmente da mudança do local inicial, Fazenda do Castelo para o atual. O Marechal José Pessoa preconizava a existência de alojamento visando a aumentar a amizade e a camaradagem e não o aspecto atual de apartamentos.

A escolha de Resende decorreu da excelência de seu clima e posição. O clima foi considerado ameno, salubre e sem variações bruscas, águas de serra potáveis, ar puro e seco. Quanto à posição, por afastada do Rio, centro de agitações políticas, e situação entre o Rio e S. Paulo, respectivamente capital do país e maior centro industrial, além de chave de acesso para o Sul do Brasil, Sul de Mato Grosso e facilidade de comunicações com Minas, irradiadora de caminhos para o W e N e, com Angra dos Reis, de valor naval notável. (10)

O valor militar de Resende se evidenciou em 1932 como QG das Forças Legais e na Revolução de 1964 quando a AMAN se interpôs entre tropas do I e II Exércitos, evitando um choque entre ambos.

A retirada da AMAN do Rio procurava previnir seu envolvimento histórico, «por manipulação externa e desassistência interna», em movimentos políticos. Para isto a história havia evidenciado na própria carne de muitos chefes, que a «Escola Militar é o Exército do futuro que não pode sob pretexto algum ser comprometido no presente, por seu envolvimento em lutas internas». E esta tradição vem sendo atendida desde 1935, segundo se conclui do Marechal Mascarenhas de Moraes em suas *Memórias*.

O projeto da AMAN foi assim definido:

«Arquitetura sóbria, neoclássica, apropriada ao espírito de transição

moderno. Mantêm equilíbrio de tendências arquitetônicas, sem ferir a tradição, e deixar de tirar proveito dos predicados progressistas da atualidade e procurando, também, atender às condições técnicas compatíveis com as construções de grande vulto».

O conjunto principal foi construído sobre 1.059 estacas Franki para suportarem entre 30 e 100. Colocadas de topo mediriam 8,5 km. O rancho e a biblioteca com 1.800m² cada, possuem 10 e 9 metros de pés direitos e o cinema 18. Os alojamentos foram construídos para um efetivo de 1.440 cadetes, com possibilidade de ampliação com camas duplas ou beliches. O conjunto de piscinas foi na época da construção o mais moderno da América do Sul e o cinema o mais moderno do Brasil. O mármore vermelho usado no conjunto principal foi doado por Henrique Laje e o amarelo foi adquirido em Portugal e transportado grátis por esse ilustre brasileiro.

# Henrique Laje — O Cadete nº 1

Ao tempo da Escola da Praia Vermelha tornou-se grande benfeitor dos cadetes o velho Laje, Antônio Marins Laje Filho, fundador da Cia. de Navegação Costeira, em 1891. Desde então ele introduziu o costume de fornecer aos alunos da Praia Vermelha passagens grátis em seus navios, por ocasião das férias. Esta tradição foi continuada por seu filho Henrique Laje com os alunos do Realengo. Henrique foi um grande amigo e estimulador do Marechal José Pessoa. O apoio dado aos cadetes caracterizava-se por fornecer-lhes passagens de férias em seus navios, prêmios aos primeiros colocados das Armas e Serviços e doar a Taça Henrique Laje para as disputas entre as escolas Militar e Naval. Em julho de 1938 Henrique Laje ofereceu todo o mármore vermelho necessário à construção da AMAN que foi extraído de Santa Catarina. Segundo a tradição, os portões de ferro da Entrada Monumental, da entrada do Conjunto Principal e do rancho foram fabricados nas oficinas de Henrique Laje, na Ilha do Viana. Era voz corrente que toda a prataria 90 que equipava o rancho dos cadetes tinha sido oferta de Henrique Laie, homem sem filhos, aos cadetes do Exército, que ele simbolicamente perfilhara. Por tudo, ao falecer em 1942 e após, foi alvo de significativas homenagens dos cadetes. Na cerimônia de sepultamento discursaram, entre outros, o marechal José Pessoa e o cadete Jarbas Passarinho. Henrique Laje, conforme seu desejo, foi sepultado com o primeiro Estandarte do Corpo de Cadetes que lhe fora ofertado antes. Oferta que para ele fora a maior homenagem recebida em vida. Colocou o Estandarte em seu ataúde o próprio marechal José Pessoa, após removê-lo do local que o ilustre morto o colocara, em destague, em sala de sua mansão no Parque Laje atual. Henrique Laje apreciava muito ser chamado o cadete nº 1. Esta tradição foi consagrada pelo Boletim Escolar nº 59, de 13 de marco de 1943, na forma a seguir transcrita:

# «III Parte — Assuntos Gerais e de Administração Cadete nº 1

O Comandante da Escola Militar deliberou, como homenagem excepcional ao grande patriota Henrique Laje, conceder em sua memória o título de Cadete nº 1, deixando de distribuir esse número aos Cadetes da Escola.

Passando amanhã, 14 de março, a data natalícia do insigne brasileiro e maior amigo da Escola Militar, este Comando baixa as seguintes instruções sob o título acima:

- a) o Cadete nº 1 pertencerá sempre ao estado efetivo da Escola Militar e do Corpo de Cadetes e figurará nas relações gerais de uso interno;
- b) anulamente o Cadete nº 1 será incluído na subunidade a que pertencer o Cadete porta-estandarte da Escola e figurará como efetivo dessa subunidade;
- c) em todas as chamadas das «Revistas do recolher» o sargento de dia à subunidade da letra *b* chamará o Cadete nº 1, cabendo ao cadete porta-estandarte responder: HENRIQUE LAJE!
- d) quando o cadete porta-estandarte deixar de figurar na «Revista do recolher», caberá ao cabo de dia responder à chamada do Cadete nº 1.

#### Inclusão do Cadete nº 1 em Subunidade

Em consequência do item anterior é nesta data incluído na Bateria de Artilharia desta Escola, o Cadete nº 1 — HENRIQUE LAJE, o qual passará a figurar nos pernoites dessa subunidade a partir de 15 do corrente.»

Em conseqüência coube-lhe o espadim de Caxias nº 1 que foi retirado de circulação e incluído no Museu Acadêmico para pertencer eternamente ao Cadete nº 1 — Henrique Laje.

Assim todas as noites, desde 15 mar 1943, no silêncio da Academia o primeiro aluno do último ano ao ouvir no início da Revista as palavras — Cadete nº 1 — responde: Henrique Laje.

Há cinco anos, desde o centenário do nascimento de Henrique Laje, o cel. Rubem Barbosa Rosadas — Delegado da Academia Brasileira de História em Resende, da Delegacia Barão Homem de Mello, tem sido convidado pelo Corpo de Cadetes para proferir palestra ao 1º ano sobre Henrique Laje.

A Delegacia recebeu o nome do Barão Homem de Mello por ter ele vividos os últimos dias e falecido em 1918, em Itatiaia, depois de haver sido Presidente do Rio Grande do Sul, na Guerra do Paraguai, onde auxiliou de modo assinalado o general Osório a recrutar um Corpo de Exército. Mais tarde foi Ministro da Guerra e historiador que presidiu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além de professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde foi alvo de tocante homenagem dos alunos no período 1895-1905, conforme se conclui de coletânea de ordens do dia mandadas editar pelo coronel Agenor Homem de Carvalho em 1983-84. Foi além o 1º biógrafo de Andrade Neves (11) D Barão do triunfo. Segundo o Cel. Rosadas Henrique Laje foi o primeiro civil a ser agraciado com a Ordem do Mérito Militar criada em 1934.

#### As Tradições na AMAN em seus 40 anos em Resende

Ao transferir-se para Resende foram para a AMAN entre outras as seguintes tradições: Aniversário da AMAN em 23 de abril; título de cadete; uso do espadim de Caxias e uniformes históricos; Livro de Honra, estímulo ao exemplo e instituído em 22 jun 1940 e a ser assinado pelos cadetes que durante o curso não sofreram punição e, Livro de Ouro destinado a impressões de visitantes ilustres, a critério do comandante. Trouxeram os cadetes uma gíria própria preservada em parte na Revista do Clube Militar 1961 (Número Especial) e a tradição do Cadete nº 1 — Henrique Laje. Em Resende foram

pouco a pouco tendo início as sequintes tradições hoje consolidadas ou não. Assim em 20 mar 1944 pela primeira vez houve cerimônia de Entrada dos Novos Cadetes por portão próprio. Em 23 abr de 1944 foi introduzida a cerimônia do sino fundido em 1811 e que dava tantas badaladas quantas fossem as gerações que passaram pela Escola desde 1811. Esta tradição belíssima durou só três anos e não foi possível localizar o sino quando o procuramos em 1978 por todos os locais da AMAN, com o concurso do cel. Sérgio Marcondes. Data de então a inauguração do cinema escolar e logo a seguir o início da tradição dos cadetes torcerem pelos bandidos para divertirem-se com a reação das crianças que frequentavam os matinês. A primeira Páscoa dos Militares ocorreu no Domingo de Páscoa em 1944. Em 31 dez 1944 com a extinção da Escola do Realengo, a AMAN recebeu o encargo total de formação de oficiais do Exército. (12) Em 17 de julho de 1945 por ocasião de visita à AMAN do general Mac Clark, comandante do V Exército dos EUA que enquadrou a FEB, o estádio escolar passou a ter o seu nome. 23 abr 1945 — Foi inaugurado o pátio central que desde 1965 chama-se Mascarenhas de Morais. 7 ago 1945 — Visitou a AMAN o general Dwight Eisenhower que doou espadim de West Point que for decisão do comandante da AMAN deveria ser cingido, em cerimônias pelo cadete Porta-Bandeira. Esta tradição não pegou. Existem dois espadins de West Point no Museu da AMAN.

Em 11 ago 1945, teve lugar a primeira declaração de aspirantes na AMAN e o início de mais uma tradição — a cerimônia de abertura do Portão de Saída dos novos Aspirantes. Transpuseram-no pela primeira vez os depois generais Fernando Valente Pamplona (Inf), Waldemar de Araújo Carvalho (Inf), Harry Alberto Schnardof (Inf), Diogo de Oliveira Figueiredo (Cav), Floriano Aguilar Chaves (Cav), Demócrito Correia Cunha (Cav), Sílvio Ferreira da Silva (Inf), Valdir Eduardo Martins (Art), Raymundo Maximiano Negrão Torres (Art) Domingos Fragomeni (Cav), Hélio Pacheco (Inf), Manoel Augusto Teixeira (Art), Everaldo Oliveira Reis (Art), José Albano Leal (Inf), Mário Orlando Ribeiro Sampaio (Cav), Leo Etchegoyen (Cav), Dálnio Starling (Eng), Décio Barbosa Machado (Art), Luiz Henrique Oliveira Domingues (Art), Osvaldo Muniz Oliva (Art), José Antônio Barbosa Moraes (Cav) e Jonas de Morais Correia Neto (Art).

21 nov 1946 — Foi aprovado o uso de anéis de formatura para os aspirantes com distintivo da arma ou serviço, nome do formando. A tradição não firmou-se como no Exército dos EUA onde ela é muito significativa.

12 set 1945 — o mal. José Pessoa passou o ultimo dia de sua carreira na ativa na AMAN. Consta haver destinado ao Curso da Cavalaria a galeria dos grandes chefes da Arma no Brasil que organizara quando Inspetor da Arma de Cavalaria (1939-43).

16 fev 1950 — Foi batizado de Ten. Moura o pátio principal da AMAN. Ele homenageava o Ten. Moura desportista que preparava-se para tentar a travessia do Canal da Mancha a nado e que foi vítima do seguinte acidente aéreo. O piloto da FAB Ten. Brasil, deu uma carona ao Ten. Moura num avião NA (T-6)<sup>(13)</sup>. Depois do avião dar um razante na região de Penedo, ao executar um looping, foi direto ao solo, perdendo a vida o piloto e o Ten. Moura. Este acidente tem sido confundido na memória local com o do cadete Osório, do Ceará, que pilotando um Aeronca sobrevoou a AMAN, onde jogou suas roupas, para depois rumar para o Rio, onde fez alguns rasantes em Copacabana e embicou para o oceano para morrer. No comando do general Meira Matos, em 1969, o pátio citado teve o nome mudado para marechal Mascarenhas de

Morais e o Ten. Moura passou a ser nome de uma avenida na área do Curso Básico.

- 10 jul 1950 Foi criado o Batalhão de Comando e Serviços, importante elemento de apoio à instrução dos cadetes.
- 20 jan 1951 Foi inaugurada a BR-101 (Rio-São Paulo) diminuindo o isolamento da AMAN.
- 23 abr 1951 Data em que a Academia passou a chamar-se Academia Militar das Agulhas Negras, concretização de um sonho do marechal José Pessoa, já na reserva. No mesmo dia foi introduzido na AMAN o busto de D. João VI, criador da Academia Militar Real, em 1810<sup>(14)</sup>.
- 1º mar 1952 Introdução do busto do barão do Rio Branco grande estimulador do fortalecimento militar do Brasil durante a Reforma Militar «para que o país pudesse desempenhar com prestígio e segurança seu papel no convívio internacional».
- 23 mar 1952 Com a presença do Mal. Mascarenhas de Morais foi inaugurado o Monumento aos Tenentes do Realengo Tombados gloriosamente na Itália durante a 2ª Guerra Mundial tenentes Aloísio Faria, Francisco Mega, Godofredo Cerqueira Leite e José Maria Penha Duarte. De algum tempo para cá, na frente desse monumento tem lugar cerimônia de recepção dos novos cadetes de Infantaria. No mesmo dia foi inaugurada a Biblioteca e o quadro Chegada da FEB. (15)
- 4 nov 1951 Teve lugar na Seção de Hipismo a inauguração do monumento ao cavalo Casemiro, glória do hipismo acadêmico.
- 31 jan 1953 Teve início a primeira cerimônia solene de Escolha de Armas.
- 23 abr 1953 Os cadetes e depois oficiais da turma de 15 fev 1955, a qual pertencemos, escolheram para patrono o aspirante Mega, morto em ação na Itália. Com eles transpôs o Portão de entrada dos Novos cadetes e, na condição simbólicam de general-cadete, o Ministro da Guerra Cyro do Espírito Santo Cardoso destacado e marcante ex- comandante da AMAN e amigo dos cadetes que findou seus dias em São João d'El Rey, cercado do respeito e veneração daquela histórica comunidade. Neste dia a AMAN recebeu como doação uma espada de ouro que o povo brasileiro ofertou a duque de Caxias, depois de seu retorno vitorioso da Guerra do Paraguai.
- 12 mai 1953 Surge o primeiro número do O ALAMBARI. Informativo Interno fundado pelo Cap. Rubens Portugal.
- 7 jun 1953 Primeira entrega de espadins na AMAN, tradição que se firmou desde então. Antes era feita no Largo do Machado, em frente à estátua eqüestre de Caxias e a partir de 1939 no Panteon para onde foi transferida a estátua e os restos mortais do duque e duquesa de Caxias. Panteon ora pleiteado pela AMAN para completá-la.
  - 14 jun 1954 Início do ano letivo com aula inaugural de Pedro Calmon.
- 9 jul 1954 Foi inaugurada a Agência dos Correios dentro da AMAN, elo fundamental dos cadetes com o mundo exterior à Academia e principalmente com suas famílias, namoradas e noivas.
- 23 abr 1955 Foi feita pela primeira vez a cerimônia de apresentação do Estandarte do CC aos cadetes do 1º ano e definido seu significado segundo concepção heráldica de Wasth Rodrigues.
- 1 dez 1955 A AMAN recebeu a coleção de quadros de Funchal Garcia, adquiridos pelo Ministro da Guerra, focalizando a região de Canudos no sertão

baiano. Esta coleção em grande parte ilustra as paredes dos gabinetes de História e Geografia Militar.<sup>(16)</sup>

10 out 1956 — O Museu Acadêmico depois de receber o acervo vindo do Rio passou a funcionar como Museu do Exército (Portaria de 17 set 56).

15 out 1957 — Tem início a justa tradição de comemorar-se na AMAN o Dia do Professor.

19 jun 1958 — Encerram-se as filmagens de «Aí vêm os cadetes».

Estas são algumas das mais caras tradições da AMAN. Tradições que devem ser preservadas e divulgadas sob o argumento de que elas são para a Academia como o perfume para uma flor.

Em 1979, visando a preservá-las e divulgá-las, realizamos alentada e exaustiva pesquisa sob o título «35º aniversário de instalação da AMAN». Ao final relacionamos e localizamos 164 fontes de História da AMAN, desde 1811. Esforço que temos continuado a proceder por colecionar outras fontes desconhecidas ou produzidas depois em nossa Biblioteca à rua Florença 266 — Jardim das Rosas — Resende.

A referida pesquisa foi publicada em Revista do Clube Militar em 1979, além de distribuída no original sob a forma de separata a diversas entidades e bibliotecas. Ela é capaz de orientar o pesquisador sobre a História da AMAN, em seus diversos aspectos. No final relacionamos algumas novas fontes surgidas depois.

Em 24 dez 1947 declarados aspirantes os integrantes da primeira turma formada integralmente pela AMAN. Deles atingiram o generalato Sinval Senra Martins (Int. e o primeiro aspirante pela AMAN a atingir o posto), Niaze Almeida Nerude (Int.), Ivan Jejuhy A. Costa (Inf.), Antenor de Santa Cruz Abreu (Cav.), José Ramos de Alencar (Cav.), Fábio de Moura e Silva Lins (Inf.), Manuel de Jesus e Silva (Inf.), Alberto dos Santos Lima Fajardo (Inf.) — destacado futebolista e, Resende como cadete), Samuel Tarso Teixeira Primo (Art — exsubcomandante da AMAN, em 1979), Ramiro Monteiro de Castro (Cav. — o primeiro comandante da AMAN na condição de formado integralmente por ela), íris Lustosa de Oliveira (Cav.), Ângelo Baratta Filho (Art.), Brummel Couto (Inf.), Waldemar dos Santos Costa (Cav.), Almério José Ferreira Dinis (Inf. — exComt. do CC), Hans G. Haltenburg (Cav.), Murilo Fernando Alexander (Inf.) e Garrone Romão Veloso (Cav.).

São formados integralmente pela AMAN os ministros Danilo Venturini e Rubens Carlos Ludwig e o atual comandante Rubem Bayma Denys, filho do Marechal Odylio Denys, o único sobrevivente da Missão Indígena da Escola Militar de Realengo (1919-21).

E, assim, a AMAN caminha para a data 2 de março de 1980 quando superará o *record* de sua permanência no Largo de São Francisco de 181 1-1857, de cerca de 46 anos, seguido de perto de quase igual período de permanência na Praia Vermelha — 1858-1904 —Nesta data todos os oficiaisgenerais da Ativa terão sido formados integralmente nas Agulhas Negras — o sonho maior do marechal José Pessoa — ainda incompleto, enquanto não receber o «seu fecho de ouro» o Panteon de Caxias (conjunto estátua eqüestre, e restos mortais do Pacificador, capela e museu). Aliás, sonho que seu atual comandante general Rubens Bayma Denys esforça-se por concretizar, cujo projeto honrou-nos em mostrar com grande entusiasmo de soldado em seu gabinete, em 25 de maio de 1987.

#### **NOTAS AO TEXTO**

1. Tasso Fragoso enviou da Alemanha em 1898 durante curso no Exército Imperial Alemão entre outros, artigos sob o título «Como se faz um oficial alemão» *in: Revista Brasileira,* 1898, tomo XIII, ano IV. Nele analisava e combatia o bacharelismo militar e propunha: «1ª redução de teoria ao mínimo indispensável; 2ª máxima atenção ao ensino prático ou profissional; 3ª Seleção criteriosa dos melhores, para maior treinamento prático e teórico visando a preparação para o Estado-Maior.» Assim além de haver sido pioneiro em estágio no Exército Alemão, o foi na luta bacharelismo x profissionalismo Militar que teve seu ponto de inflexão no Regulamento de Ensino de 1905. Tasso Fragoso é membro dos IHGB e IGHMB pioneiro no estado crítico da História do Exército no Brasil. É seu biógrafo o historiador militar e membro dos IHGB e IGHMB Tristão de Alencar de Araripe que foi uma espécie de S/3 do Realengo ao tempo do comando do Mal. José Pessoa e diretor de Ensino do então Cel. Mascarenhas de Moraes.

A obra sob o título *Tasso Fragoso* foi editada pela Bibliex.

2. Deve-se o resgate à Memória Nacional da Academia Militar Real ao general Francisco de Paula Azevedo Pondé, ao localizar os documentos respectivos nos porões da Escola de Engenharia na ilha do Fundão e havê-los entregue ao Arquivo Nacional. Trabalho específico de sua autoria sobre a Academia Real Militar esta publicada nos *Anais do Sesquicentenário da Independência*, do IHGB em 1972.

Revela que o coronel do Corpo de Engenheiros Jacinto Nogueira mais tarde o construtor da Fazenda Santa Mônica em Vassouras e marquês de Baependi, integrou a Junta Tríplice que dirigiu e instalou a Academia Militar Real em 1811 e atual AMAN. Jacinto era sogro da filha do duque de Caxias e senhora da Fazenda Santa Mônica, quando ali faleceu seu pai em 7 de maio de 1880.

- O general Pondé é biógrafo do general Napion patrono do Material Bélico. É presidente do IGHMB e IHG da cidade e estado do Rio de Janeiro e tesoureiro do IHGB.
- 3. Segundo conclusões do Ten.-Cel. Hiran de Freitas Câmara, biógrafo do Marechal Pessoa que estuda faz 13 anos, estes melhoramentos visavam os futuros instrutores da AMAN que ele sonhou e viu nascer.
- 4. Este local na forma de um platô colocaria a Academia a salvo das enchentes, economizariam terraplanagem, segundo o citado oficial na nota 3. Foi sobre ele que surgiu o núcleo povoador inicial de Resende Vila Alegre.
- 5. Coordenava as manobras o então major Tristão Alencar Araripe que mais tarde seria o Diretor de Ensino do Realengo, com o comando do Cel. Mascarenhas de Moraes. Integrava igualmente a Direção de Manobras o capitão Humberto de Alencar Castello Branco, mais tarde E/3 da FEB e Presidente da República.

Os mais tarde Marechal Tristão de Araripe e Castello Branco, por seus valiosos estudos históricos militares críticos, foram membros do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e ambos comandantes da ECEME.-.

6 Segundo Penna Firme, o Cel. Abílio Godoy, proprietário da Fazenda Castello viu, um local onde José Pessoa enterrou a pedra.

No fundo eram duas correntes de opinião em conflito. A do General Leite de Castro e José Pessoa, favoráveis à criação de uma moderna Escola Militar que seria agente por si de uma abrupta elevação do padrão do oficial do Exército. A outra liderada pelo General Góes Monteiro no sentido que a escola moderna deveria ser conseqüência da evolução gradativa do padrão cultural. Esta era a ponta visível do *iceberg.* É assunto que exige um aprofundamento maior e do qual talvez surja uma luz com os centenários de José Pessoa em 1985 e do General Góes Monteiro em 1889.

- Temia a corrente de Góes Monteiro e à qual parecia pertencer o Chefe da Casa Militar. Gen. Pantaleão Pessoa, que os aspirantes saídos duma escola modelar tivessem um choque cultural violento com a realidade existente na tropa. Este choque já fora sentido pelos ex-alunos da Missão Indígena e creio esteja o mesmo nas raízes das revoluções de 23, 24 e 30.
- 7 Segundo conclusões do Ten.-Cel. Hiram, com apoio em depoimento do arquiteto Penna Firme que colheu em 1972, a AMAN motivou três projetos: o primeiro para a fazenda do Castello; o segundo para o atual local, mas bem mais amplo e, o terceiro, basicamente o realizado com modificações e inacabado por faltar o Panteon de Caixas (estátua eqüestre, museu e capela) e o gabinete de Comando. No primeiro, o Panteon foi previsto no centro da esplanada de acesso ao Paraíba; no segundo, à esquerda para os lados do atual Estádio Mark Clark e, no último, à direita de quem transpõe o Portão Monumental.
- 8 Foi construída por um dos três integrantes da Junta Tríplice que dirigiu e instalou a Academia Real Militar, inicialmente na Casa do Trem e logo a seguir no Largo de São Francisco. Trata-se do então Coronel do Corpo de Engenheiros Jacinto Nogueira da Gama, mais tarde Marquês de Baependi, sogro da filha mais moça do Duque de Caxias e baronesa de Santa Mônica. O Cel. Jacinto foi o executivo da Junta e assim uma espécie de primeiro comandante da AMAN, em 1811.
- 9 O marquês de Baependi foi Deputado constituinte em 1823, Senador e Presidente do Senado, Ministro da Fazenda, autor do primeiro Orçamento do Brasil, além de ligado à instalação e direção da AMAN em 1811. Estes fatos justificam a participação do Senado, da Câmara Federal e do Ministério da Fazenda na restauração de Santa Mônica além do Exército e do MEC. Segundo Pedro Calmon, o personagem foi estudado, em 1852, por Francisco José da Rocha.
- 10 Esta argumentação geopolítica era da lavra do Capitão Mário Travassos, Assistente de José Pessoa e considerado um dos pioneiros em estudos geopolíticos na América do Sul e Brasil.
- O Cel. Travassos ao assinar o Boi. Escolar nº 1 da AMAN em 1 de março de 1944 escreveu a certa altura:
- «É para mim grande honra assinar o Boletim nº 1 do Comando da Escola Militar de Resende. Conhecedor, até os seus mínimos pormenores, das origens da Nova Escola Militar, que datam do ano de 1931, nunca pensei que pudesse ver realizado o sonho do então Coronel José Pessoa Cavalcante de Albuquerque, tão cedo concretizado, graças ao espírito dinâmico, à capacidade técnica e à experiência do Ex- mo. Senhor General Luís de Sá Afonseca, e viesse me tocar a missão de insuflar vida à majestosa realidade que é hoje a Escola Militar de Resende».

Faz justiça Mário Travassos ao general Afonseca que está a merecer um estudo especial pela construção da AMAN.

- 11. Segundo o então Ten.-Cel. Jonas Correia Neto, membro do IGHMB, no excelente ensaio biográfico Barão *do Triunfo Bravo entre os bravos*, Rio, Sec Ge Ex, 1970.
- \*2. Em 1944 predominou o espírito de que os cadetes da AMAN não deveriam ter nenhum contato com os cadetes do Realengo. Ao final de 1944 a realidade mostrou que era impositivo este contato para transmissão de padrões, tradições e mensagens. Assim a primeira turma declarada aspirante em 1945 foi levada para a AMAN para completar esta lacuna, segundo seu integrante Jonas Morais Correia Neto, em depoimento ao autor.
- 13. Na Revolução de 32, no campo de paradas atual da AMAN, foi improvisado um campo de pouso para os aviões de guerra do governo os WACO (vermelhinos) e os POTEZ. Foi necessário então derrubar árvores de parte do então Horto Florestal que ali existiu. Houve protesto ecológico sob o argumento de serem essências raras. O então capitão-aviador Henrique Dyott Fontenelie não podendo reverter o processo respondeu:

- «Se estas árvores são raras fiquem consolados que elas vão ficar mais raras ainda». Achega fornecida pelo historiador da FAB, Brigadeiro Lavanère-Wanderley, segundo o qual nunca esteve nas cogitações da Aviação Militar treinar pilotos em Resende.
- 14. Deve-se ao general Azambuja Brilhante, antigo auxiliar do Mal. José Pessoa, tornar oficial o atual nome da AMAN «nome orográfico escolhido pelo Mal. Pessoa para que ficasse perpetuada a grande obra na terra brasileira». O ato do Gen. Brilhante descrito é com apoio no traço de seu perfil feito por Umberto Peregrino no IGHMB em 5 jun 84, aliás autor de excelente memória sobre a AMAN publicada na RIHGB em 1981 e por nós entregue ao biógrafo do Mal. Pessoa de quem Umberto Peregrino foi Ajudante-de-Ordens.
- 15. O então General Pessoa sonhou ardentemente comandar a FEB. Escolhido Mascarenhas de Morais, apoiou o que classificou muito boa escolha. Como Presidente do Clube Militar coube-lhe organizar a memorável e condigna recepção á FEB. Achega com apoio no filho do mesmo nome do Marechal Pessoa e transmitida a seu biógrafo Ten.-Cel. Hiram.
- \*6. O Ministro da Guerra era o General Henrique Baptista Dufles Teixeira Lott, que patrocinou a ida do artista a Canudos, segundo Humberto Peregrino ao traçar perfil biográfico do Mal. Lott em sessão do IHGB em 31 de maio de 1984.
- 17. A mudança do nome de Campos Elíseos para Agulhas Negras foi ato de governador Ernani do Amaral Peixoto às instâncias do Marechal José Pessoa.

#### **NOTA COMPLEMENTAR**

- O Cap. José Pessoa pelo seu porte, garbo e esmero no fardar-se ficou conhecido por «Capitão Beleza» entre as moças professoras que tomavam o trem da Central no mesmo horário que ele. Ele era sobrinho do ex-Presidente Epitácio Pessoa.
- Em 31 de janeiro de 1951 assumiu o comando da AMAN o General Nestor Souto de Oliveira que determinou a confecção do primeiro resumo histórico da AMAN desde 1810, o qual assinou em 27 de julho de 1952. No seu comando teve lugar, por Decreto de 23 de julho de 1951, a mudança de nome da Escola Militar de Resende para Academia Militar das Agulhas Negras, sonho do Mal. Pessoa, proposto pelo General Azambuja Brilhante que antecedeu o Gen. Souto de Oliveira.
- Em 5 de agosto de 1944 visitou a AMAN o Presidente Getúlio Vargas, em cujo governo teve lugar o sonho e a concretização do grande empreendimento.

O Mal. Mascarenhas visitou a AMAN como general em 27 de março de 1946 no comando interino do Cel. professor de História Militar Pedro Cordolino de Azevedo, ofertando então quadros sobre Monte Castelo, Castelnuovo e Montese feitos por artistas italianos. Mais tarde em 23 de março de 1952, na cerimônia de inauguração do Monumento aos Tenentes do Realengo, assistiu à AMAN desfilar pela primeira vez, com seu atual Estandarte com o nome de Academia Militar das Agulhas Negras.

REFLEXOS NO PODER NACIONAL DA PESQUISA E ESTUDO MILITAR CRÍTICO DA HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL (\*)

#### Cláudio Moreira Bento

No ano de 1978 fomos honrados com a nomeação para as funções de instrutor de História Militar das Agulhas Negras.

No sentido de dar o melhor de nós aos nossos instruendos e ao Exército, elaboramos, como estudo e preparação para as novas funções, um ensaio sob o título — «Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro».

Nosso objetivo central foi o de procurar ajudar a transformar os quase cinco séculos da História Militar Terrestre do Brasil, em instrumento auxiliar de construção da Doutrina do Exército do futuro, a altura de seu destino de grande potência ou, no mínimo, de grande nação.

# A História Militar e Nacionalização Progressiva da Doutrina Militar

Até então já estávamos convencidos de que a configuração, definição e manutenção do Brasil com suas dimensões continentais, não havia sido obra do acaso ou do milagre. E, mais, que para isto havia concorrido de forma acentuada o fator militar, traduzido por quase cinco séculos de experiências, em lutas internas e externas, predominante vitoriosas e, portanto, ricas em soluções táticas, estratégicas e logísticas. Soluções passíveis de isolamento pela crítica Histórica Militar, para incorporação, numa doutrina militar terrestre brasileira, com índices progressivos de nacionalização e, condicionada por um fator da decisão militar — o terreno brasileiro, quase que imutável em seus condicionamentos topotáticos e topoestratégicos. E, mais, por outro elemento fundamental do fator militar brasileiro e o mais importante e característico — o homem brasileiro. Estudo para o qual o confrade Umberto Peregrino tem dado inteligentes e objetivas contribuições.

# A História Militar Exaltada Pelos Grandes Capitães da História

Sonhávamos, igualmente, do ponto de vista de profissional das armas, ainda no serviço ativo, que a semelhança das lições da História Militar apreendidas, aplicadas e exaltadas pelos grandes capitães da História da Humanidade, na solução de problemas militares decisivos para as suas vitórias, que lições semelhantes fossem retiradas do estudo crítico de nossa História Militar Terrestre. Esta rica de quase cinco séculos como referi.

Avançando nossas pesquisas e reflexões, concluímos que a História Militar tão exaltada pelos grandes generais da História era a que classifico no meu ensaio de crítica ou interpretativa.

Esta, absolutamente contrária a que classifico de descritiva — a senda enganosa, que não conduz ao aprendizado profissional militar, particularmente no campo mais nobre e fascinante, o da Arte da Guerra ou da Arte do Soldado.

História descritiva ou memorativa assim condenada, de modo prático, por Frederico — O Grande, o primeiro grande general estudado na nossa Academia Real Militar, fundada por D. João VI. Academia resgatada à memória nacional, com risco da própria saúde, dos úmidos porões do arquivo da Escola de Engenharia, do Fundão pelo General Francisco de Paula de Azevedo Pondé, atual Presidente do Instituto de Geografia da História Militar do Brasil.

História descritiva condenada por Frederico, O Grande, mais ou menos assim, ao orientar o professor de História Militar de seu filho:

«Não ensine História Militar a meu filho fazendo-o repeti-la como papagaio.

Mas, sim, fazendo-o raciocinar e dela tirar conclusões e lições para o futuro».

História que ainda alcancei assim ensinada, sob forma de textos e de datas decoradas e que segundo concluí de Pedro Calmon, em abertura recente que fez de Curso de Mestrado de História no Museu Histórico Nacional, ter sido ele, nosso mestre, um pioneiro do estudo crítico e interpretativo da História do Brasil e um dos primeiros a rebelar-se contra o ensino descritivo e memorativo.

Ensino em que os melhores alunos se caracterizavam pela capacidade de decorar. Nosso ensaio em tela pretendia ter uma função alfabetizadora dos futuros Oficiais do Exército, em assuntos de História Militar e para os quais foi dirigido.

Portanto, um ensaio para principiantes e não para profissionais do estudo de História.

O trabalho restante, de aprofundamento, contávamos, ficaria a cargo dos mais capazes em se tornarem chefes, pensadores e planejadores brasileiros do Exército, do **futuro.** 

# Algumas Ferramentas para Exploração da História Militar pelos Grandes Generais

Assim abordamos noções de História, fontes, disciplinas auxiliares, História Militar com sentido de Doutrina Militar e de História da Ciência e da Arte de Guerra; conceitos de historiador militar; um pouco da História do Exército; fundamentos para a pesquisa e estudo crítico da História Militar (fundamentos da expressão militar, fundamentos da Arte e da Ciência Militar, conceito de Arte e Ciência Militar, Doutrina Militar, fatores da decisão militar, fator militar, princípios de guerra, manobra e elementos etc). Enfatigamos temas focalizando o emprego histórico das forças terrestres brasileiras, desde o Descobrimento, visando à pesquisa e análise crítica. Estes para subsidiarem a formação do combatente e a doutrina do Exército com o apoio em suas experiências de cinco séculos. Aliás temas desenvolvidos em grande e exaustiva pesquisa pelo Coronel Francisco Ruas Santos e traduzido, no *Sistema de Classificação de Assuntos de História das Forças Terrestres Brasileiras*, 1972, editado pelo Estado-Maior do Exército.

Sistema que relaciona as mais importantes experiências militares brasileiras vividas, as quais, se constituem ao nosso ver, no verdadeiro laboratório da História da Doutrina do Exército. Laboratório de experiências vividas, do qual, com ferramentas adequadas, terão que ser retirados subsídios para construção do Exército do futuro, com doutrina acentuadamente genuína ou brasílica e que leve em conta as peculiaridades do Homem, da Terra e das Instituições do Brasil desde 1500. Aliás,foi o que concluímos do estudo das grandes potências ou grandes nações. Estágios de grandeza que passaram obrigatoriamente pela condição de grandes potências ou grandes nações no campo militar. E mais, que os status de grande potência ou nação é sustentado por doutrinas militares genuínas ou com elevados índices de nacionalização. Doutrina também preocupada em formar chefes, pensadores e planejadores capazes de modificá-la para adaptá-la a novas circunstâncias, sem terem de limitar-se à absorção pura e simples de doutrinas alienígenas, elaboradas para um momento histórico.

A Importância do Estudo Histórico Militar na Formação do Combatente

E foi deste ideal que ora trato, que a ele referiram, expressamente pelo menos, o Duque de Caxias em 1862 e o marechal Floriano Peixoto e o historiador Barão do Rio Branco em sua ação à frente do Itamarati. Isto para não falar nos dos grandes pensadores militares brasileiros modernos, Castello Branco, J. B. Magalhães e outros.

Pensamentos coerentes como que referiu Jomini, na época de Napoleão:

«A pesquisa e estudo da História Militar, acompanhada de crítica sadia é, na realidade, a verdadeira escola da guerra».

Ferdinando Foch, mais tarde, do alto de sua experiência militar riquíssima e abalizada, afirmou confirmando Jomini e o que difundi em nosso ensaio militar.

«Para sustentar em tempo de paz o cérebro de um Exército e prepará-lo para guerra, não há livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar».

# O Dever de um Profissional das Armas de um País Que Ama a Paz e Repudia a Guerra de Conquista

Como profissional militar de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista, não podia deixar de preocupar-se pelo destino e o futuro da minha instituição, orientado pelo seguinte pensamento:

Soldado de um Exército de um país pacifista, que repudia a guerra de conquista, peço a Deus que jamais o Brasil entre em guerra. Mas, por outro lado, almejo que os profissionais do Exército não percam um só minuto em contribuir para que ele esteja sempre o melhor preparado possível para enfrentar a hipótese indesejável, mas tão comum na história dos povos — a guerra.

Dentro desse espírito, em nosso ensaio, procuramos oferecer também uma metodologia de pesquisa histórica, ferramenta para extrair subsídios de nossa História Militar para o progresso do Exército.

#### Nacionalização de Exemplos da História Militar

No capítulo VI apresentamos uma metodologia, fusão das metodologias semelhantes de informações e pesquisa histórica. Metodologia de Informações que penso Arnold Toynbee usou com raro brilho como Chefe do Serviço Secreto da Marinha Inglesa e até morrer como um dos maiores, senão o maior historiador do mundo ocidental. E além dele Charles Boxer, historiador correspondente do IHGB e antigo membro da Inteligência Inglesa.

Nosso ensaio transcreveu a primeira Diretriz do Estado-Maior do Exército para atividades de História do Exército.

Ela nos emulou a produzir o trabalho. Como apêndices, selecionamos dois exemplos brasileiros originais, de batalhas analisadas criticamente. A primeira batalha de Guararapes, sobre a qual havíamos produzido obra específica em 1971 e o combate de Monte Castelo. Era um esforço de nacionalizar os exemplos de História Militar até então, em maioria, procurados em exemplos europeus divorciados de nossas realidades operacionais. Abordamos, igualmente, em apêndice, a participação histórica do Exército no progresso brasileiro, além de suas missões constitucionais, e parte do esforço editorial da BIBLIEX, em assuntos de interesse militar operacional.

O nosso ensaio foi aprovado pelo Estado-Maior do Exército e mandado editar com a ressalva — «Para uso interno do Exército», pelo Estabelecimento General Cordeiro de Farias, sob a forma de manual. E, com o nome do autor na lombada.

À guisa de apresentação o Estado-Maior do Exército inclui a seguinte nota, que substituiu a apresentação do autor.

«Este ensaio histórico-militar de autoria do Ten Cel Cláudio Moreira Bento, atualmente instrutor de História Militar da AMAN, foi considerado de interesse profissional pela Seção de Geografia e História do Estado-Maior do Exército, embora não represente necessariamente o pensamento do referido órgão. Qualquer sugestão ou observação, que implique em alterações, supressões ou acréscimos, deve ser encaminhada ao autor, diretamente, ou através da mencionada Seção».

# Estímulos e Aceitação do Trabalho

O trabalho desde então tem orientado pesquisas de história programada pelo EME e levadas a cabo na Escola de Comando do Estado-Maior e Academia Militar das Agulhas Negras.

As reações têm sido positivas e estimulantes no meio militar terrestre brasileiro e, inclusive, na Comissão de História Militar do Exército de Portugal, conforme correspondência em nosso poder. Conhecemos pelo consórcio Arno Welhing, destacado professor universitário de História, que nosso ensaio interessou seus companheiros que o julgaram válido em seu meio.

Dentro de nosso propósito alfabetizador em História Militar, de nossos instruendos, introduzimos o capítulo VII com o subtítulo «Onde estudar e pesquisar a História do Exército».

Não pretendemos então, e seria impossível, mencionar tudo o que existia. E isto ficou claro em nossas palavras finais:

«Sobre o ensaio apreciaríamos receber sugestões, com vistas ao seu progressivo aperfeiçoamento e atualização, particularmente no que se refere ao capítulo — Onde pesquisar e estudar a História do Exército Brasileiro». A prudência e a honestidade me impuseram estas últimas palavras.

Pois fazia só oito anos que havíamos iniciado a pesquisar História. E isto quando fomos escalados funcionalmente, em 1970, para orientar o planejamento, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes e a produzir um estudo técnico militar sobre as Batalhas dos Guararapes, cumulativamente com muitas funções no Estado-Maior do VI Exército no Recife. Estudo técnico que mereceu então de Câmara Cascudo, desvanecedor aval e estímulo, transcrito na contracapa do livro resultante — As Batalhas dos Guararapes — Análise e descrição militar.

Recebemos poderosos estímulos então de Gilberto Freyre, Pedro Calmon e José Américo culminâncias da cultura do Brasil, do Nordeste, que nos animaram a progredir.

Ao elaborarmos o capítulo — Onde estudar e pesquisar a História do Exército —, tivemos presente que eram suficientes as obras indicadas como capazes de orientar a alfabetização de nossos instruendos. Aprendendo o conteúdo do ensaio, eles teriam condições de procurarem seus próprios

caminhos como eu encontrei os meus.

Em 1978, como hoje, depois de um aprofundamento na História Militar Mundial, da qual a do Brasil é um apêndice a partir do Descobrimento, mantemos ainda a seguinte convicção:

- Na História da Doutrina Militar existem duas coisas permanentes a sua contínua mudança e o seu agente — o homem
- O maior e melhor laboratório do desenvolvimento de uma doutrina militar ê o estudo crítico das experiências de lutas vividas no passado. Assim, explorar o laboratório de experiências militares, predominante vitoriosas vividas pelo Brasil, em quase cinco séculos e um imperativo de segurança e de fidelidade ao destino de grandeza que sonhamos pelo Brasil.
- Que o destino de grande potência ou grande nação do Brasil tramita obrigatoriamente pela condição de potência militar, apoiada por doutrina, com significativos índices de nacionalização fornecidos pela pesquisa e estudo crítico de sua História Militar.

E este será o desafio a ser vencido pelos militares do Exército do presente e do futuro, com o concurso de historiadores civis e outros pesquisadores ligados às disciplinas auxiliares da história e, principalmente, com o apoio de estadistas brasileiros, sensíveis ao problema.

Finalizando cabe aqui recordar como o grande estudioso de nosso passado militar e de seus heróis guerreiros — o historiador Barão do Rio Branco soube transformar estes estudos em ferramentas de fortalecimento da Expressão Militar do Poder Nacional (Terrestre e Marítima) a sua época. Isto ao propugnar para que o Exército e Marinha atingissem níveis de operacionalidade compatíveis com o progresso do Brasil e seus compromissos internacionais. A gratidão e o reconhecimento foram expressos pelos militares no Clube Militar em homenagem que lhe prestaram, em 15 de outubro de 1911, em histórica reunião presidida pelo marechal Hermes da Fonseca — Presidente da República e talvez a derradeira prestação de contas de serviços relevantes ao Brasil feita pelo grande brasileiro antes de falecer no ano seguinte, menos de quatro meses de seu discurso.

Outra Homenagem do Exército foi introduzir seu busto em 1º de março de 1952 num hall do Pavilhão de Comando da Academia Militar das Agulhas Negras, ao mesmo nível dos bustos de D. João IV, o criador da AMAN em 1810 e do Duque de Caxias, o Patrono do Exército e ex-aluno mais famoso do estabelecimento, cuja espada de campanha serviu de modelo aos espadins de Caxias, cingidos pelos cadetes daquela Academia, desde 1932, com o próprio símbolo da Honra Militar.

Todas estas considerações iniciais e introdutórias prendem-se ao seguinte: Ao ler o nº 334 da RIHGB, no subtítulo — «Autores Militares em discussão» do ilustre consócio Umberto Peregrino, conheci que nosso ensaio *Como Estudar e Pesquisar a História do Exército Brasileiro,* para uso interno no Exército, havia sido objeto de sua superior e honrosa consideração, em sessão do CEPHAS em que não compareci por encontrar-me em Itajubá no Comando do 4º Batalhão de Engenharia e Combate. Assim por ausente e ignorância, não pude explicar dúvidas e reparos formuladas ao lado de estimuladoras observações que muito me honram.

# SIGNIFICAÇÃO HISTÓRICA

1984

Cláudio Moreira Bento

Em 13 de novembro transcorre o centenário de nascimento do Marechal João Baptista Mascarenhas de Morais, de família modesta e sem tradição militar, na castrense São Gabriel que ajudou a consagrar como a terra sulina dos marechais e dos historiadores militares. Coube-lhe a suprema honra, na 2ª. Guerra Mundial, (II GM) em função de Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, comandar as principais ações militares do Brasil, levadas a efeito contra o nazifascismo.

Primeiro ao bem organizar a defensiva no Nordeste, «O Trampolim da Vitória», e a proteção dos seus portos e das bases aéreas americanas, em Natal e Recife, e a ilha de Fernando de Noronha, contra um ataque alemão, partindo da África, até a conquista desta pelos Aliados.

Segundo, ao comandar, em ofensiva, na Itália, a vitoriosa ação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Histórica e gloriosa missão que ele classificou antes de partir de, «a maior aventura da História do Brasil»<sup>(1)</sup> e o povo brasileiro, depois, através do Congresso, «de o mais brilhante empreendimento militar do Brasil na República».<sup>(2)</sup>

Atuação brilhante, pela qual esta Casa de Memória Nacional, em sua função de Tribunal da História, hoje aqui se reuniu, para homenagear Mascarenhas de Morais, consagrá-lo como herói nacional e recomendá-lo como exemplo de patriota moderno.

Se o duque de Caxias, sócio honorário desta Casa que abriga desde 1925, sua heróica e invicta espada de campanha, è o maior soldado do Brasil e a maior espada do Império. Mascarenhas de Morais é o maior soldado da República e, ambos os lideres militares providenciais com que contou a Pátria Brasileira, em três dos seus mais graves momentos, para conduzir o Brasil à Vitória, em guerras externas, a que foi forçado, contrariando a sua tradição pacifista e de repúdio à guerra de conquista.

Caxias, na condução das guerras contra Oribe e Rosas 1851-52 e Tríplice Aliança contra o Paraguai 1865-70, em defesa da Integridade e da Soberania do Brasil. O Marechal Mascarenhas, na primeira guerra extracontinental que o Brasil independente participou, ao lutar na Itália e fazer muito boa figura, em aliança ou contra, representações dos mais modernos e melhores exércitos do mundo, presentes na Europa Ocidental, no maior conflito da História da Humanidade, em defesa da Democracia e da Liberdade Mundial.

À medida que passam os anos, a semelhança de Caxias, que foi o seu modelo em vida, vem se agigantando a projeção da vida e obra do nosso Marechal «que somente viveu do Exército, para o Exército ao serviço do Brasil, na paz e na guerra, até o sacrifício sem reservas e vacilações» (3).Em função disso, nosso herói recebeu justas e honrosas homenagens tais como: — do povo norte-americano três citações presidenciais, consagradoras de sua obra como cabo-de-guerra de projeção internacional; dos seus co-estaduanos, oferta de espada de ouro — hoje no Museu da República. Honraria concedida antes a Osório — o maior líder de combate de nossa História; do povo brasileiro, através da Assembléia Constituinte em 1946, a concessão das honras de Marechal-de-Exército e do Congresso e Executivo, em 1951, (Lei nº 1.448, de 10 dez 51) sua reversão ao serviço ativo, em caráter vitalício, no

posto de Marechal-de-Exército.

Honraria igual à concedida depois da 1ª Guerra Mundial, pela França, aos seus marechais que a conduziram à vitória e, pelos Estados Unidos, ao general John Pershing, que comandou os americanos naquela guerra, na Europa.

O nosso marechal faleceu em 17 set 1965 aos 85 anos, cercado de todo respeito do Exército e da Nação e da veneração de seus comandados da FEB que ele liderou e por eles se interessou até falecer. Isto, com a consciência tranqüila de haver trasladado da Itália, os mortos na campanha da FEB, para o monumento condigno aos Mortos do Brasil na II Guerra Mundial, que idealizou e construiu sob argumento: — «Eu os levei para o sacrifício cabe-me trazê-los de volta».<sup>(4)</sup>

Sr. Presidente: — Antes de passarmos a relatar detalhes da grande obra e vida exemplar e edificante do maior soldado brasileiro contemporâneo, cumprenos realçar os relevantes serviços que prestou ao desenvolvimento da Cultura, ao culto às tradições militares nacionais, da Geografia e da História do Brasil, campos de interesse, deste quase sesquicentenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como comandante da Escola Militar oficializou, estimulou e dinamizou as bibliotecas central, dos cursos e da Sociedade Acadêmica e criou outras especializadas. Tudo visando, a despertar nos futuros oficiais, o gosto pela leitura e o recurso ao autodidatismo no aprimoramento da cultura geral, profissional e especializada.

Na fase defensiva do NE, contra um possível ataque alemão partindo da África, foi buscar inspiração, para si e para seus comandados, nos Montes Gurarapes, através de cerimônia cívico-militar memorável, de trasladação para a igreja, mandada construir pelo general vencedor daquelas memoráveis batalhas, dos restos mortais dos heróicos Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.

Ao retornar da Itália, vitorioso, foi depositar os louros conquistados pela FEB, nos Montes Guararapes, proferindo palavras memoráveis e antológicas que desde a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, em 1971, encontram-se inscritas, em bronze, em local de destaque ao mesmo nível da Igreja N. S. dos Prazeres.

Como demarcador das novas fronteiras, do Brasil com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, decorrentes do Tratado de Petrópolis de 1903, prestou assinalados e relevantes serviços à Geografia do Brasil. Sua obra específica merece respeito e consagração desta Casa.

Prestou meritório serviço à Memória Nacional, ao produzir as obras *A FEB* por seu comandante e Marechal Mascarenhas de Moraes — Memórias, 2v, fontes preciosas de nossa História Contemporânea.

Elas, ao lado de trabalhos históricos que produziu, focalizando o duque de Caxias como a Maior Espada do Império<sup>(5)</sup> e o general Gamelin, primeiro chefe da Missão Militar Francesa, no nosso Exército, o consagram como historiador militar. Revelam uma consciência histórica cristalina, serena e equilibrada dos tempos que viveu e testemunhou, fruto de segura, madura, honesta e muito franca interpretação. As suas *Memórias*, em particular, constituem uma das mais serenas e claras fontes da História do Exército, como Instituição e força operacional, no contexto de Reforma Militar. E, mais, indispensável item na bagagem e cabeceira dos oficiais, como um guia do Oficial do Exército Brasileiro. Elas traduzem a vivência militar de quem é hoje padrão, símbolo e

patrono espiritual do soldado brasileiro moderno.

«Além de exemplo de ilustre e exemplar cidadão, cabo-de-guerra estudioso, dedicado, simples e corajoso»<sup>(6)</sup> e para Menotti dei Pichia — «o marechal historiador», que ajudou a fazer e a escrever, um dos mais belos capítulos da História Contemporânea, ao comandar a FEB, na II Guerra Mundial.

# Infância e despertar para a carreira das Armas

Jango, como era conhecido em família, recebeu influência cultural e espiritual de seu avô materno, pelotense que estudou no Caraça, em Minas. Seu avô venceu na vida, tornando-se estancieiro próspero em São Gabriel, onde foi vizinho e amigo de Deodoro da Fonseca. Sua infância foi feliz. Aos 10 anos, a Revolução Federalista de 93, com seus barbarismos, obrigou-o a imigrar para Porto Alegre, em companhia dos pais, com significativa perda patrimonial. Lá, durante o dia, auxiliava a mãe numa padaria, enquanto o pai percorria o Rio Grande como caixeiro-viajante. À noite estudava, visando a Escola Preparatória e Tática do Rio Pardo, cedendo à vocação de soldado. Esta, despertada na infância, «ao deslumbrar-se com o brilho das espadas, o vibrar de clarins e com os desfiles do Regimento de Mallet, aos domingos, para assistir missa na Matriz». E, como era tradição no Império, «com suas fardetas ajustadas, guritões de verniz, gravatas de couro e calças alvíssimas»<sup>(7)</sup>

Iniciou carreira militar, em 1º de abril de 1899, na Escola Tática do Rio Pardo, em turma de civis, onde se destacava, escreveu, «a figura minúscula, como eu de Bertoldo Klinger»<sup>(8)</sup>

Em Rio Pardo foi meu calouro escreveu «Getúlio Vargas, senhor já daquele sorriso que nunca o abandonou».

Concluiu a escola com destaque, no início de 1902, quando tomou contato com o Rio, terra adotiva, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha. Ali foi colhido ao final do 3º ano pela Revolta da Vacina Obrigatória de 1904, que se recusou, de pronto, como poucos, a participar. Fechada e extinta a Escola, foi mandado apresentar- se à tropa como soldado raso de Infantaria e logo a seguir de Artilharia na Fortaleza de São João. Ali colheu através de seu sargenteante, sargento Fontoura, um correto exemplo de profissional modelar e consciente. Em 23 de agosto de 1905, após exames, foi de soldado a alferesaluno, posto lembrança, do que classificou de «exército de teóricos» à cuja última turma pertenceu. Aliás, denominação abandonada, desde então, em função do Regulamento de 1905, pela atual de Aspirante a Oficial. Regulamento que transformou o episódio político da Revolta da Vacina, na maior revolução doutrinária ou cultural do Exército. Isto por se constituir no ponto de inflexão de ensino militar, de bacharelismo para profissionalismo militar. E, na prática, por elevar os padrões de operacionalidade do Exército. dos descoloridos e tristes de Canudos e Revolução Federalista, para os destacados padrões atingidos pela FEB, que Mascarenhas teve a honra e o privilégio cívico de conduzir à vitória, na Itália.

Coube-lhe assim, como representante da última turma do bacharelismo, da Praia Vermelha, impregnada por um positivismo mal interpretado no campo militar, dar a volta por cima e tornar-se o maior expoente do profissionalismo militar, ao comandar a FEB.

#### Demarcador de fronteiras no Brasil-Bolivia no Acre

Sua primeira missão foi na demarcação das fronteiras com a Bolívia, no Acre e Mato Grosso, em função do Tratado de Petrópolis. Nela demorou-se

cinco longos anos. Percorreu os vales dos rios da Prata, Paraná, Paraguai, Madeira, Abunã, Xipamano, Rapinã e Amazonas. Num intervalo da missão cursou Engenharia e Estado-Maior. Como engenheiro praticou na construção do Forte Copacabana. Acusou de ridículo e pretensioso o ensino militar da época, ao conferir a um 2º tenente o título de oficial de Estado-Maior, modificado, pela Missão Francesa, ao entendimento atual. Conseguiu driblar a malária e aumentar suas rendas para auxiliar seus pais e realizar o sonho de constituir família. Consciente, de forma clara, dos momentos históricos que viveu, registrou a coincidência de quatro gabrielenses terem tido participação ativa na incorporação do Acre ao Brasil. Gentil Norberto, ao iniciar a revolução acreana; Plácido de Castro ao colocar-se frente do movimento armado e tornálo vitorioso; o diplomata e jurista J. F. Assis Brasil, como negociador plenipotenciário, junto com Rio Branco, do Tratado de Petrópolis de 1903 e, finalmente, ele Mascarenhas de Morais, como um dos demarcadores das novas fronteiras com a Bolívia, no Acre.

# Início de duas ligações sentimentais

De retorno da demarcação no Acre, em 1915, teve lugar duas fortes ligações sentimentais: — Primeiro o casamento com sua conterrânea Adda Brandão com quem viveu ligação modelar e teve um casal de filhos. A segunda, sua ligação com o 1º RAM — Grupo Floriano, onde penetrou afetivamente nos mistérios de Artilharia, inclinação despertada na infância à vista do heróico e legendário Regimento Mallet e por ouvir suas bélicas tradições. Ali foi guia seguro e esclarecido — o seu amigo desde o Rio Pardo — o capitão Bertoldo Klinger, que cursara, de forma brilhante, Artilharia no Exército Alemão.

Era a época da Revolução Cultural levada a efeito na *Defesa Nacional* entre outros, por Klinger, Leitão de Carvalho, Euclides Figueiredo, Paula Cidade, os dois últimos centenários em 1983.

Mascarenhas deu a sua contribuição literária à revista, através das seguintes matérias técnicas e táticas de sua Arma: — «Pontaria Indireta», «Novidade do Regulamento do Tiro de Artilharia», «Aplicações e Observações sobre o Regulamento de Emprego de Artilharia» e «O Estágio de Oficiais pelas Armas»

Cursou na Escola de Aperfeiçoamento, com brilho, sob a orientação dos mestres da Missão Militar Francesa (MMF). Época em que se tornou amigo do primeiro chefe da missão — o general Gamelim. Amizade até a morte deste chefe francês, quando dedicou-lhe artigo no *Correio da Manhã*, de 1º ago 1958.

Chamou a atenção dos franceses, por possuir «elevada consciência profissional». Foi por eles apontado como exemplo em apresentar objetivas soluções táticas, «tão concisas quanto claras».

Mascarenhas, ao escrever artigos e comandar bateria, em apoio a EsAO, participou da Revolução Cultural que ele coroou ao comandar a FEB à vitória na Itália. Foi a época, em que expressões do profissionalismo militar, tiveram que alternar, o sabre com o livro, na tarefa de auxiliar os chefes a transformar o

Exército de Canudos, no Exército da FEB.

Fase que comprovou «que não cora o livro de ombrear com o sabre nem cora o sabre de chamá-lo irmão. Aliás casamento característico e harmônico nas grandes potências, no desenvolvimento de doutrinas militares genuínas, capazes de sustentar seu *status* internacional.

E os chefes e lideres profissionais da Reforma Militar do Exército provaram,

com resultados positivos da FEB, para os quais também concorreram os escritores militares, através das revistas *Defesa Nacional, Militar Brasileira, Nação Armada* e da BIBLIEX.

#### Lutas internas — dias sofridos 1923-34

Mascarenhas de Morais obteve suas promoções de oficial superior por merecimento. Foi fundamentalmente um «tropier», oficial ligado à tropa. Não foi burocrata e nem instrutor. Ligou-se indiretamente à atividade de ensino como apoiador da EsAO, administração da Escola de Aviação, direção da Escola das Armas e comandante da Escola Militar. Foi por convicção um soldado legalista autêntico.

Colocou-se ao lado da Lei, no Rio Pardo, na Praia Vermelha e no combate ás revoluções de 22, 24 e 30. Deplorava ver lutas fraticidas e a divisão do Exército em facções. Se, segundo Meira Matos, a fase estóica de nosso herói foi a de demarcador e a heróica a de comandante da FEB, tenho para mim que sua fase profissional sofrida e mais difícil foi a de 1930-34, em consequência de sua posição legalista em 30. Comandando a Fortaleza de Santa Cruz, em 1929, dela fugiram três presos políticos no dia que reassumia o cargo vindo de férias. Isto fruto de uma trama, com participação de seus subordinados. Responsabilizado, foi mandado para Cruz Alta. Ao eclodir a Revolução de 30, foi preso por sargentos na estação de rádio e por eles ameaçado de morte — «Não fale seu coronel senão nós lhe atiramos. — Todos os oficiais já estão presos na sala de comando». E escreveu: «Fui chorando a grande dor que afligia a minha dignidade. Mas os reveses, melhor que os sucessos, aprimoram a personalidade».

Dali foi remetido preso para Porto Alegre, passando 40 dias nessa situação, em navios, ao largo do Guaíba.

De Porto Alegre, foi para a Escola de Estado-Maior atualizar-se com alunos do 3º ano. Curso de grande valor «seus ensinamentos influíram poderosamente em minhas decisões» tomadas na Campanha da Itália».

Continuando sob desconfiança foi enviado para um comando em Curitiba. Dele foi afastado por suspeita de simpatizante da Revolução de 32. Enviado para 1º RAM, foi afastado por colocar-se contra a manifestação política a Getúlio Vargas, de parte da oficialidade e colocado em função burocrática. Em 1934 foi Diretor da Escola das Armas, função que o recomendou para a primeira missão de relevo em sua carreira militar de 35 anos.

#### Comandante da Escola Militar — primeira Comissão de relevo

Em jul 1935, quando caminhava célere e solerte a subversão comunista no seio do Exército, Mascarenhas de Morais foi o chefe providencial para comandar a Escola Militar. Escola que no ano anterior, no Comando do coronel José Pessoa, segundo escreveu, «deixou-se infiltrar por insidiosa propaganda subversiva, levando os cadetes à greve geral, em franca e inédita desobediência ao seu comandante. E o cadete que conduzira os companheiros ao protesto no ano seguinte, já oficial, foi um dos líderes na Escola de Aviação Militar, da Intentona de 35».

O evento que passou a história como «A Revolta dos braços caídos» (10) teve por pretexto a exigência de aprovação em exame médico para o oficial. Pasmem senhores! A escola manipulada por agitadores vermelhos e inocentes

úteis, foi levada a insurgir-se, contra o coronel José Pessoa, aquele que é considerado, até o presente, o maior comandante daquele estabelecimento desde a sua criação em 1810, como Academia Real Militar.

Consciente disso e das constantes intervenções da Escola Militar na vida política do Brasil, desde a campanha republicana, no Império, o coronel Mascarenhas de Moraes fez um levantamento de todos os movimentos ocorridos em escolas do Exército (Praia Vermelha, Realengo, Porto Alegre e Rio Pardo). Determinou suas causas e tratou de erradicá-las.

Ao eclodir a Intentona de 35, empregou os cadetes na erradicação do foco na Escola de Aviação, em apoio à ação da Vila Militar e à reação liderada pelo então tenente-coronel Eduardo Gomes, no 1º Regimento de Aviação.

Coube a cadetes render e conduzir à sua presença, na Escola Militar, os dois principais chefes do levante na Escola de Aviação e conduzi-los, presos, à 1ª Região Militar.

O dia 27 nov 1935 foi também marco da erradicação de revoltas da Escola Militar, fruto da manipulação externa, da pureza e romantismo cívico da juventude militar, combinada com desassistência interna. Sobre isto registrou o coronel Mascarenhas: «Sob o meu comando, pela primeira vez no Brasil, os alunos da Escola Militar saíram do quartel para defender a ordem e as instituições. Mediante assistência dedicada e permanente, diligenciei no sentido de que os cadetes, futuros chefes, fossem preservados da deformação mental provocada pelo espírito revolucionário extremista, apregoado pelo Comunismo e Integralismo. Foram, sobretudo, orientados e instruídos no respeito à Lei e à Disciplina<sup>(11)</sup>.

Em jan 1936, dirigiu em presença do chefe da Nação, aos aspirantes da turma de 1935, saudação que chamou de «Modesto Catecismo» com 15 itens, para orientar a vida dos aspirantes e que conserva até hoje grande atualidade.

Dele destaco 4 conselhos, fruto de reflexão madura duma vivência militar de 35 anos. Conselhos de um chefe extremamente responsável e mais do que isso o pai de um dos cadetes em forma: (12)

- «Ampliai vossa cultura profissional, em proveito próprio e no do adestramento da tropa que comandais (Cultura e Operacionalidade).
- Economizai e conservai, com carinho, os bens da Fazenda Nacional e em especial o material de guerra que além de caro é diminuto para nossa necessidade. (Economia e zelo pelos bens da Nação).
- Sede brandos e justos para com vossos comandados, subordinados e leais para com os superiores, severos convosco, abnegados no serviço, tudo na forma sublime do sacerdócio militar. (Justiça, Lealdade darão Exemplo Carreira Militar Sacerdócio).
- Senti bem a força de vossa autoridade, sem vos esquecerdes de que ela è uma delegação do próprio Estado, através de todos os escalões da hierarquia; ela emana da soberania nacional e, como tal, só se exerce em defesa do Brasil e de suas instituições» (Autoridade Militar é Delegação para Defesa da Pátria).

Elas foram ouvidas pelo aspirante Carlos de Meira Mattos, mais tarde seu capitão na FEB, seu amigo, prefaciador de suas *Memórias*, e hoje seu biógrafo, com livros em processo de edição pela BIBLIEX.

E mais, pelos cadetes do 2º ano, Walter Pires de Albuquerque e o seu próprio filho Roberto Brandão Mascarenhas de Moraes. No 1º ano, formavam,

entre outros, os cadetes João Baptista de Oliveira Figueiredo e Délio Jardim de Mattos.

Dentre os capitães e tenentes que integraram a FEB muitos foram seus excadetes na Escola Militar.

Pelo Boletim Escolar nº 31 de 06 Fev 1937, reconheceu e oficializou a Biblioteca Escolar, bem como as dos cursos da Sociedade Acadêmica. Autorizou os departamentos de Equitação e Educação Física a organizar bibliotecas especializadas.

Seu gesto sucedeu de um ano ao da criação do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do qual é patrono da cadeira nº 79. Antecedeu um ano, a reorganização da BIBLIEX com o espírito, então, de dar preferência a trabalhos de militares do Exército, para estimular o surgimento de novos escritores militares e apoiar, com biblioteca de consulta, os militares da Guarnição do Rio. Tudo como parte de um contexto de apoio e estímulo ao desenvolvimento e difusão da corrente do pensamento militar brasileiro que emergiu e orientou a Reforma Militar. Pensamento visando o longo prazo, a formulação de uma doutrina militar brasileira. Sonho que vinha sendo sonhado e perseguido por Caxias, Deodoro, Floriano, Medeiros Mallet, Hermes e Clodoaldo da Fonseca, os «jovens turcos» da Defesa Nacional, os veteranos de nosso Exército, que lutaram ao lado da França na 1º Guerra, os missionários indígenas da Escola Militar do Realengo, os pensadores militares J.B. Magalhães e Castelo Branco e muitos outros, que seria exaustivo enumerar, até 1945.

Como outros eventos marcantes de seu comando na AMAN registre-se:

— o recebimento do Espadim de Caxias, das mãos do Presidente Getúlio Vargas, pelo hoje primeiro recipiendário do troféu a atingir a Presidência da Nação e a Chefia Suprema das Forças Armadas — o Presidente João Figueiredo, Presidente de Honra desta Casa de Memória Nacional. Envio de representação de um pelotão de Cavalaria a Porto Alegre, para o centenário da Revolução Farroupilha; definição de 23 de abril, data início do funcionamento da Academia Real Militar em 1810, como data oficial do aniversário da AMAN; consagração da Escola Militar como campeã universitária de atletismo e finalmente, incorporação à Escola, em 25 fev 37, do bronze «pela Pátria, pela Humanidade», alegoria ao gesto heróico do Aspirante Humberto Pinheiro Vasconcelos, que deixou mutilar sua mão e braço para evitar que granada de mão, acionada acidentalmente, atingisse a tropa que instruía numa sala.

A partir de 1936, o coronel Mascarenhas registrou o brilhante auxilio que passou a receber do então major Tristão Alencar de Araripe, emérito instrutor da Tática Geral na ECEME, como seu Diretor de Ensino, personalidade que destacou-se na 2ª Guerra Mundial na defesa de Fernando de Noronha e depois, como historiador e Presidente, diversas vezes, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, além de membro destacado deste Instituto e comandante da Escola de Estado-Maior.

# Atuação na II Guerra Mundial

A ação de nosso herói moderno foi providencial, relevante e vitoriosa na II GM. Tanto nas fases defensivas no NE e ofensiva na Itália, do acordo Militar Brasil — EUA (Mar 1942).

Na fase defensiva, como comandante da 7ª Região Militar, no Recife para:

«Assegurar a integridade do NE — O Saliente Nordestino (13) incluído no cinturão de defesa estratégica dos EUA, contra possível ataque alemão

partindo da África», até que ocorreu o desembarque vitorioso americano naquele Continente.

O correto e eficaz desempenho dessa missão é atestado pela citação do presidente dos EUA — Franklin Delano Roosevelt, ao conceder-lhe a Ordem da Legião do Mérito:

«Conduta excepcionalmente meritória, de setor que incluía bases aéreas e portos. Organizou e dirigiu a defesa dos mesmos quando era constante a ameaça de ataques. Sua previsão, excelente critério, iniciativa, habilidade para organização, faculdade inventiva e superior direção, contribuíram de maneira inestimável para a continuação do esforço de guerra no Nordeste».

Nessa honrosa missão teve o concurso de cerca de 50.000 militares. Entre eles alguns consócios deste Instituto. O primeiro, o general Leitão de Carvalho que lhe «fez inspeção severa e preciosa com observações úteis e plausíveis». O terceiro, após ter deixado o NE o general Tristão de Alencar Araripe, no comando da defesa de Fernando de Noronha «A guarnição sacrifício», cujos 99 canhões 152, desembarcados em trabalhos hercúleos e épicos, pelos pontoneiros do 4º Batalhão de Engenharia de Combate de Itajubá, que tive a honra de comandar em 1981/82, foram instalados e apontados, pelo consócio general Francisco de Paula Azevedo Pondé, também Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Na fase defensiva, coube-lhe conduzir a FEB à vitória, nos campos da Itália. Feito maior que trataremos sinteticamente por se achar bem preservado e divulgado e com suas fontes significativamente arrolados, por Francisco Ruas Santos, expedicionário da FEB e hoje operoso consócio deste Instituto. Trabalho editado pela BIBLIEX, sob o estímulo de seu diretor, à época e também nosso ilustre consócio, general Umberto Peregrino que se preocupou em editar trabalhos sobre a FEB e que apoiou o Marechal, através da BIBLIEX, na primeira cerimônia, realizada no Monumento aos Mortos da 2ª GM, ainda em construção.

Atuaram em apoio ao Marechal mais três ilustres consócios e chefes militares, primeiro o general Estêvão Leitão de Carvalho, como representante do Brasil na Comissão Mista Brasil — EUA, intermediário entre os dois governos, em tudo que se referia à FE Be ex-comandante da Escola de Estado-Maior. Segundo, nosso então tenente-coronel Nélson Lavanère-Wanderley, pioneiro do primeiro vôo do CAN, como integrante da comitiva do Marechal na África, para os primeiros contatos com oficiais dos EUA no TO do Mediterrâneo e que permaneceu naquele TO, como oficial de ligação de Aeronáutica das forças brasileiras com as norte-americanas.

Em terceiro lugar, o então tenente-coronel Aurélio Lyra Tavares, integrando a Chefia do Estado-Maior do interior no Brasil, encarregado de assuntos relacionados com a FEB, na Itália, cujos detalhes nos fornece em sua obra o *Brasil de minha geração* v.2 e que, na qualidade de Ministro do Exército, baixou ato em 1968, incluindo foto e dados sobre o Marechal, no Almanaque dos Oficiais do Exército, logo a seguir a página reservada ao duque de Caxias — como Patrono do Exército.

Além das vitórias colhidas na FEB, pelo Marechal Mascarenhas e os cerca de 25.000 brasileiros que comandou (militares do Exército e Força Aérea, enfermeiras e civis do Banco do Brasil) merece destaque o grande feito pouco percebido e enfatizado, mesmo por especialistas. Feito semelhante ao milagre da transmutação da água em vinho! Ele consistiu na adaptação da FEB na Itália, da doutrina francesa em implantação há 24 anos no Brasil, para a

doutrina americana, graças à criatividade e adaptabilidade do soldado brasileiro e o valor de chefe do Marechal.

Doutrinas com diferenças gritantes em seus processos e equipamentos. A americana baseada na motorização, no fuzil Garand, nos canhões anticarro, 105 e 155, na observação aérea, etc., coisas desconhecidas do Brasil, com seu Exército hipomóvel, voltado para a defesa das fronteiras Sul e Oeste e não para uma expedição ultramarinha.

Durante a campanha, Mascarenhas tomou duas decisões históricas de grande repercussão na sucessão de vitórias da FEB, segundo Meira Mattos.

A primeira, foi a centralização do comando, depois dos insucessos de Monte Castelo, particularmente o preparo e conduta das operações de combate. Daí por diante, as ações da FEB, foram conduzidas com sucessos assinalados pelas vitórias de Monte Castelo, Castel Nuevo, Montese, Calechio. Sobre isto escreveu:

«A FEB somente passou a resplandecer no cenário da guerra, quando centralizei em minhas mãos o comando periclitante de nossa Divisão Expedicionária».

A situação traz-me a lembrança a conduta da guerra do Paraguai, até o desastre de Curupaiti, que determinou a ida de Caxias para assumir o Comando Único e Centralizado.

À primeira vista é uma preciosa lição da História Militar do Brasil. É um assunto importante a ser analisado como lição.

A segunda, foi embarcar a Infantaria nos caminhões da Artilharia, na fase da perseguição alemã. O marechal foi formado na era hipomóvel.

Esta decisão determinou a surpresa tática das unidades alemãs que tiveram a retirada cortada pela FEB, através do rio Pó. Isto resultou na rendição de 15.000 alemães e o abreviamento da campanha.

Este feito traz à lembrança a manobra desbordante de Caxias, de Piquiciri, através do Chaco, com o desembarque de surpresa em Santo Antonio, entre o grosso adversário e a capital Assunção.

Por sua brilhante atuação no comando da FEB, Mascarenhas de Morais foi alvo das citações do Presidente dos Estados Unidos cujo termos sintetizo:

«Demonstrou em grau superlativo, habilidade, liderança e coragem. Conduziu a FEB por 299 dias de ação contínua, contra o inimigo, sob intempéries por ela desconhecidas. Suas tropas fizeram cerca de 20.000 prisioneiros. Cumpriu todas as missões recebidas dos oficiais do Exército dos EUA, sob cujas ordens serviu, demonstrando suas magníficas qualidades de líder de combate.»

A outra citação: «Dirigiu hábil e corajosamente operações contra resistências sob condições adversas do terreno. Neste afã se expôs a grave perigo nas áreas avançadas. Pela sua vigorosa e sábia direção a FEB mostrou adaptabilidade e zelo na execução de cada missão. O largo conhecimento profissional e habilidade para cooperar e coordenar com as unidades aliadas, envolvidas nas operações, granjeam-lhe créditos e estão em acordo com as mais altas tradições dos exércitos aliados».

Do Povo Brasileiro recebeu consagração através de Projeto Lei nº 115 de 1948 do Congresso Nacional, assinado por 143 deputados, entre os quais os hoje ilustres consócios beneméritos desta Casa, general Jonas Correia e Afonso Arinos e, além do deputado Euclides Figueiredo, jovem turco e

missionário indígena, centenário neste ano e pai de nosso Presidente de Honra atual.

Projeto transformado na Lei nº 1.488 de 10 de dezembro de 1951, sancionada pelo seu antigo calouro do Rio Pardo, o então Presidente Getúlio Vargas e com seguinte espírito:

— Investidura no posto de Marechal-do-Exército, reversão e permanência no serviço ativo até morrer. Na justificação do projeto seus signatários se expressaram entre outros nos seguintes termos:

«Sob seu bravo comando a FEB realizou os mais gloriosos feitos. Onde quer que tenha atuado antes da guerra, deixou a marca de uma forte individualidade e de militar dotado das virtudes essenciais à profissão de soldado. Democrata nas idéias e nos hábitos, discreto, inimigo do ruído em torno de seu nome e atos. Modelo em resumo, do oficial completo para quem o serviço da Pátria é o objetivo supremo da existência.

Na direção das tropas, no estrangeiro, longe da Pátria, mostrou, finalmente, como era de fato incomum a sua capacidade de chefe militar e de esplêndido condutor de homens. Capacidade de comando revelada pela ascendência sobre os subordinados, baseado no exemplo e na confiança que soube conquistar, pela prática das verdadeiras virtudes militares e provas positivas e permanentes das qualidades de chefe.

# Significação histórica

O Marechal Mascarenhas de Morais, — é símbolo e padrão do soldado brasileiro moderno. Comandou à vitória forças brasileiras, na Itália, no esforço de guerra dos Aliados na 2ª. Guerra Mundial, que culminou com a derrocada ameaça nazi-fascista, no maior conflito da Humanidade.

Por esta razão, principalmente, conquistou lugar de grande relevo, entre os maiores guerreiros do Brasil, cultuados, evocados e apontados como exemplos à Nacionalidade, por esta guase sesquicentenária Casa de Memória Nacional.

Nosso marechal conheceu cm vida a glória e a consagração, como herói nacional militar, cm demonstrações espontâneas oportunas e justas de parte do Povo c do Exército do Brasil. Iniciando a vida militar, como aluno, passou pela graduação de soldado raso e atingiu a culminância da hierarquia militar no posto de marechal, por vontade soberana do povo brasileiro. Esta, manifestada através do Congresso Nacional. Por vontade desse mesmo povo reconhecido, teve o privilégio da vitalicidade no Serviço Ativo e o de ser soldado na Ativa por 65 anos, até morrer.

Sua espada honrada só foi desembainhada em defesa da Lei, da Ordem e das Instituições, no campo interno, e da Democracia e da Liberdade Mundial, no campo internacional. Prestou assim brilhantes serviços, de grande projeção no Brasil, em sua marcha rumo à conquista de seu destino de grandeza.

Concentrando no comando da FEB, na Itália, e no retorno vitorioso da mesma, grandes poderes legais e, potenciais de fato, em suas mui dignas mãos, jamais abusou dos mesmos, virtualmente soldado, não cedeu às tentações políticas, em que caíram vários generais, ao retornarem cobertos de glórias do campo de batalha, conforme o registra a História da Humanidade.

Suas glórias imortais e consagradoras, como a maior espada até o presente, da República, ele as conquistou com soldados tropicais no montanhoso e por vezes nevados campos de batalhas na Itália, já sexagenário,

e na condição, de o mais velho general aliado em campanha, naquele Teatro de Guerra.

Lá, seguindo seu oficial de operações, o então tenente-coronel Humberto Castello Branco, nosso herói afrontou a morte, com serenidade, expondo-se aos lances e perigos da guerra, com características de ato de bravura. Esta, reconhecida, em citação do Presidente Harry Truman dos EUA. Bravura capaz de justificar a concessão de medalha específica a «única que não recebeu e que mereceu mais do que ninguém» e que completariam as suas 27 condecorações, das quais 11 nacionais e 16 internacionais.

Escolhido por sua ciência e virtudes para comandar a FEB, segundo o acadêmico Menotti dei Pichia, «o marechal que aliava tanta dignidade à bravura, transformou aquela força, de um punhado de bravos, num corpo de combate, homogêneo, eficiente, não raro audaz e impetuoso que nos trouxe as vitórias de Castel Nuevo, Montese, Fornovo e o instante épico de Monte Castelo que iluminou de glórias as virtudes do soldado brasileiro». (14)

Sr. Presidente Pedro Calmon — Nosso Marechal à frente da FEB, e a História o comprova, revelou ao Brasil, um espírito superior ao chamar a si a responsabilidade do revês e dividir os louros da vitória. Mostrou-se modelar como chefe e líder militar brasileiro, consciente e alto grau de seus deveres e responsabilidades em sua histórica missão de «comandar a maior aventura militar do Brasil». Em combate, revelou calma, equilíbrio intelectual e emocional no insucesso e humildade e modéstia na vitória. Foi organizador silencioso, discreto, meticuloso e previdente. Estrategista e tático inspirado. Planejador sóbrio e objetivo. Condutor sereno, tenaz, enérgico, perseverante, estóico e capaz dos maiores sacrifícios.

#### Sr. Presidente Pedro Calmon.

O Marechal Mascarenhas de Morais foi na FEB um herói brasileiro providencial na medida em que V. Exa. definiu a expressão certa feita com apoio em Plutarco.

«Herói providencial por ter sido sem injustiça, sem ilegalidade, sem egoísmo e impelido por sua única paixão, compatível com os deveres cívicos — a paixão do Bem Comum. Providencial por ter feito como soldado modelo, do destino nacional a sua diretiva da glória sem mácula, a sua ambição, do sacrifício o seu timbre heráldico, das vitórias ganhas pelo país os títulos impessoais de sua carreira militar honrada.»

Todos os seus feitos que o consagraram na galeria dos maiores soldados guerreiros do Brasil, foram praticados sem alardes, arruídos, violência desnecessária e abusiva. Não se embriagou com a glória. Não tripudiou sobre os vencidos. Ao contrário, exigiu, para os prisioneiros de guerra, trato humano coerente com as melhores tradições brasileiras e recusou assinar proclamações que expusessem seus homens a manipulações psicológicas.

Como gaúcho foi fiel às características de Firmeza e Doçura, do gaúcho histórico que encontraram no general Osório a sua expressão maior e mais autêntica. Características inscritas na bandeira da República Rio-Grandense sob a forma de dois amores-perfeitos. Firmeza no combate ao lutar com toda a bravura, garra, firmeza, tenacidade e determinação. Doçura depois da vitória, traduzida pelo respeito, como religião, à vida, à honra, à família e ao patrimônio do vencido.

Foi além, a expressão viva da dignidade e do respeito à ética e a

encarnação da lealdade autêntica à Ordem, à Lei e às Instituições, pelo que sua dignidade pagou alto preço em 1930.

Não foi um líder carismático arrebatador. Mas sim líder que firmou sua liderança, em função de suas elevadas capacidades profissional, militar e administrativa. Esta decorrente das aptidões de muito bem planejar, organizar, comandar, controlar e coordenar. Tudo embasado em: inteligência e saúde mental invejáveis; caráter superior; espírito público e integridade em grau superlativo; coragem física e moral, provada em diversas ocasiões; capacidade de decisão e de diagnosticar situações humanas, como no caso de seu Estado-Maior antes da vitória de Monte Castelo; grande capacidade de auto-análise e auto-domínio e fortaleza de espírito que resistiu na guerra às enormes pressões, que não lhe deixaram seqüelas na paz, caso comum entre veteranos de campanhas.

Comparando-o com um «iceberg», a ponta era representada por sua figura humana que ele classificou certa feita de minúscula.

Sob ela, a parte restante e a maior do «iceberg» era representada por seu espírito superior e providencial, para comandar os brasileiros na primeira participação militar extracontinental da Nacionalidade.

Chefe e amigo de seus subordinados, foi o arquiteto de seus entusiasmos, levou-os todos os dias, em todos os recantos de sua zona de ação a sua presença, a sua assistência moral, a palavra certa e sobretudo a confiança. Na paz continuou atento aos seus destinos e na luta pela defesa de seus legítimos interesses.

Além das qualidades excelentes e modelares de cabo-de-guerra e cidadão brasileiro, foi esposo modelar. Alimentou um amor-veneração correspondido por sua esposa Adda Brandão, exemplo de filha, esposa, mãe e avó de soldados do Exército Brasileiro. Heroína brasileira moderna que repousa faz um ano ao lado do Marechal, no Mausoléu dos Veteranos da FEB, no cemitério São João Batista, que inauguraram com seus veneráveis despojos. Eis Sr. Presidente! Mais um traço comum do Marechal com o Duque de Caxias, entre tantos outros estudados em *Letras em Marcha* pelo seu oficial de Logística na FEB, o atual general Agnaldo Senna Campos, autor do anteprojeto do célebre distintivo da FEB, «a cobra está fumando».

# Bravo histórico e providencial cabo-de-guerra brasileiro!

Marechal Mascarenhas de Morais, hoje denominação histórica da gloriosa 1ª Divisão de Exército, da Vila Militar que carrega as mais caras tradições da 1ª DIE da FEB, à frente da qual colhestes com teus bravos soldados, louros imarcescíveis para armas brasileiras, na Itália na II Guerra Mundial.

Hoje esta Casa de Memória Nacional, em cerimônia, simples, modesta, mas sincera e de grande significado histórico, se reuniu, na forma de um Tribunal da História. Reunião para, através da palavra deste relator, modesto soldado e pesquisador e divulgador da História do teu Exército, prestar-te, por justiça e dever, uma das poucas homenagens que te eram devidas e mais do que isto, para consagrar-te!

«Como historiador e geógrafo brasileiro e, fundamentalmente como padrão, símbolo e patrono espiritual do soldado brasileiro moderno, com projeção histórica que mais se aproxima do ínclito duque de Caxias — o Patrono do Exército.

Como general brasileiro que conquistou nos campos de batalha, na Itália:

lugar na galeria dos capitães da História Militar Mundial; o de maior soldado latino-americano deste século e um dos maiores da História do Brasil e que esteve à altura e honrou as tradições militares brasileiras dos Guararapes, Catalan, Taquarembó, Passo do Rosário, Monte Caseros, Paissandu, Passo da Pátria, Tuiuti, Curuzu, Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Campo Grande.

Bravo Marechal Mascarenhas de Morais!

Que o teu imortal exemplo de soldado brasileiro moderno continue a inspirar e alicerçar o presente e o futuro do Brasil e em especial o do Exército Brasileiro — o teu Exército — o Exército do duque de Caxias — O Pacificador.

Finalizando:

O major de Engenheiros Alfredo de Taunay, ao falar em nome do Exército, no sepultamento do duque de Caxias, assinalou como maior característica do Patrono do Exército — «grandeza de sua simplicidade».

Do Marechal Mascarenhas, falando em nome desta Casa e interpretando os sentimentos gerais, podemos afirmar que suas maiores características foram a grandeza de sua dignidade e a de sua consciência profissional.

#### **FONTES CONSULTADAS**

- Almanaque do exército (desde 1968). Foto e dados da vida do Marechal. Brasília, DCA, (coleção).
  - AMAN Boletins internos, 1935-37.
- idem Combate de Monte Castelo in: História Militar do Brasil, Resende 1979.
- Braga, Geraldo de Araújo Ferreira, Gen-Div. Algumas Lembranças do Marechal (a publicar na Revista do Exército (Especial) e cedida ao autor).
- Idem. Discurso em 13 nov 1982, junto ao Mausoléu dos Veteranos da FEB e esposa (cópia cedida ao autor).
- Idem. Mascarenhas de Moraes O homem. Aula inaugural da EsAO, 1983 (cópia cedida ao autor).
- Idem. A FEB na Itália e seu comandante in: Revista do Clube Militar Ago/Set 1982.
- Idem. Apresentação in: Meira Matos. Mal. Mascarenhas de Moraes e sua época. Rio, Bibliex, 1983, 2v.
- Bento, Cláudio Moreira, Cel. As Batalhas dos Guararapes. Análise e Descrição Militar, Recife, UFPE, 1971 2v.
  - Idem. O Dia da Vitória. Letras em Marcha, 07 mai 77.
- Cidade, Francisco de Paula, Gen. Síntese de três séculos de Literatura Militar Brasileira Rio, Bibliex, 1959.
- Estado-Maior do Exército. História do Exército Brasileiro. Brasília, Sergra 1972 3v. (Atuação FEB).
- Marques, L. J. Torres, Gen. Mascarenhas de Moraes Um exemplo de Soldado. (Conferências publicadas, Letras em Marcha 1983).
- Mascarenhas de Moraes, .1. B. Mal. Memórias. Rio, José Olímpio, 1969, 2v. (Prefácio do Gen. Carlos de Meira Mattos).
- Idem Caxias A maior espada do Império. Revista Militar Brasileira,
   1953
  - Mascarenhas de Moraes, Roberto. Meu avô Mascarenhas de Moraes

(depoimento de 4 páginas. A publicar Revista do Exército e cedida ao autor).

- Mattos, Carlos de Meira, Gen. Traços da personalidade do Comandante da FEB.: in: Revista Militar Brasileira, nº especial à FEB, 1973 (p. 84-85).
- Revista do clube militar. 1º Centenário do nascimento do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. Início Comemorações Inauguração Mausoléu Veteranos da FEB. Rio, jan/fev 1983 (capa e p. 3-8).
- Santos, Francisco Ruas, Cel. índice da Defesa Nacional 1913-57 (Coleção da Revista no PDC).
- Senna campos, Aguinaldo, Gen. Mal. Mascarenhas de Moraes in: Uma vida através do tempo. Niterói, Of. J. Figueiredo Ltda, 1983. (Qualidade do marechal Mascarenhas de Moraes).
- Teixeira, Athos Cezar Baptista, Gen. Bda. Chefia e Liderança. Revista Militar Brasileira, jan/abr/1975. p. 2-25.
- (\*) Palestra no IHGB, em 28 de setembro de 1983.
- (1) Palavras ao Gen. F. Paula Cidade, ao partir para FEB e na ocasião de despedir-se do Mal. Mascarenhas, no QG na Tijuca, segundo o Cel. José Carneiro de Oliveira, então Aj O de Paula Cidade.
- (2) Discurso do Etep. Oscar Passos, ao propor a reconvocação do Mal. Mascarenhas ao serviço ativo e a vitalicidade no mesmo.

#### **NOTAS AO TEXTO**

- (1) Palavras ao Gen. F. Paula Cidade, ao partir para FEB e na ocasião de despedir-se do Mal. Mascarenhas, no QG na Tijuca, segundo o Cel. José Carneiro de Oliveira, então Aj O de Paula Cidade.
- (2) Discurso do Dep. Oscar Passos, ao propor a reconvocação do Mal. Mascarenhas ao serviço ativo e a vitalicidade no mesmo.
- (3) Da despedida do Mal. Mascarenhas ao Sv. Ativo do Exército.
- (4) Depoimento do general Araújo Ferreira Braga, ex-Aj O do Marechal, em discurso em 13 nov 1982, em cerimônia de trasladação do Marechal e sua esposa para o Mausoléu dos Veterenos da FEB.
- (5) RMB 1953 (alusiva a Caxias).
- (6) Idem nota 4.
- (7) Memórias do Marechal.
- (8) Idem Nota anterior.
- (9) Seus arquivos estão no Centro de História Contemporânea na FGV
- (10) Segundo Paula Cidade, em suas Memórias inéditas, como antigo professor de Geografia e História Militar.
- (11) Memórias do Mal. Mascarenhas v.2.
- (12)Idem. Idem.
- (13) Nome dado ao Saliente Nordestino, como importante trampolim, para o ataque à Europa, através da África.
- (14) Prefácio «obra 2º Pel 8ª Cia», de Agostinho José Rodrigues.

#### UMA COMPANHIA DE ORDENANÇAS EM PELOTAS DESDE 1774

Em alguns autores que temos lido encontramos referências que em 1774, já existia em Pelotas atual, uma Companhia de Ordenanças ao comando do Alferes Félix da Costa Furtado. Este fluminense de Saquarema, pai de Hipólito José da Costa — o Fundador da Imprensa Brasileira, do Padre Felício, vigário que lutou por Pelotas tornar-se freguesia em 1812 e, também, do senador José Saturnino da Costa Pereira. Todos eles sobrinhos, pelo lado materno, do Padre Doutor Pedro Pereira de Mesquita — o «Padre Doutor que emprestou seu nome a um arroio em Pelotas. Julgamos que a companhia foi organizada em 1784 e não em 1774, com apoio no itinerário provável, percorrido pelo Alferes Félix da Costa que tentamos refazer a seguir.

Em 16 de junho de 1773 casou em Colônia, nascendo Hipólito da Costa logo a seguir, em 1774. Em 1775 foi para o Rio Grande, deixando a esposa grávida de Felícia da Costa. Foi mandado, por sua experiência como soldado granadeiro, integrar a recém-criada Companhia de Granadeiros do Regimento dos Dragões, do Rio Pardo especialidade fundamental para investir a fortaleza Santa Tecla, de cujo cerco, conquista e arrasamento ele participou, em março 1776.

De lá, ao longo do caminho atual Santa Tecla — Encruzilhada — Vão dos Prestes — Coxilha do Fogo (Encruzilhada do Duro) — Canguçu — Morro Redondo, Pedro Osório — Canal São Gonçalo — Povo Novo, marchou integrando a tropa dos Dragões que, ao comando do major Patrício Correia Câmara (1? visconde de Pelotas) veio juntar-se ao Exército do Sul em Rio Grande, reconquistada aos espanhóis, em 1 ? de abril de 1776. De 1763-76 foi impossível fixações expressivas em Pelotas atual, terra de ninguém e de escaramuças entre os espanhóis dominando o Rio Grande e vigiando atentamente o São Gonçalo e, os portugueses, em Rio Pardo, e vigiando aquele canal, a partir de Canguçu atual. Retornando Felix depois da reconquista de Rio Grande ao encontro de sua família em Colônia, ainda em 1776, lá foi gerado o seu filho — o mais tarde Padre Felício, possivelmente nascido em Buenos Aires quando para lá foram levados os colonistas por ordem do Vice-Rei Ceballos que então conquistou e arrasou definitivamente a Colônia do Sacramento.

Pouco depois a família de Félix da Costa Furtado e seu cunhado foram encontrar-se em Rio Grande, onde foi gerado e nasceu em 1780, o mais tarde senador José Saturnino.

Logo depois da expulsão dos espanhóis da vila do Rio Grande e da margem leste do São Gonçalo, as terras de Pelotas foram abertas ao povoamento.

Aí acreditamos tenha havido a necessidade de criar uma Companhia de Ordenanças na atual região de Pelotas e sido dado o seu comando ao Alferes Félix. Data, aliás, que coincide com o início da Demarcação do Tratado de Ildefonso de 1777, pelo qual o extremo-sul do Brasil ficava no Taim e a Fronteira de fato, no rio Piratini.

O povoamento de Pelotas se adensou no saco do Laranjal, em torno da agricultura de trigo. Foi cristalizada pela sede da Estância dos Prazeres, do opulento Manuel Bento Rocha, que prestara importantes serviços logísticos ao Exército do Sul que reconquistou o Rio Grande do Sul, em 1776, na qualidade de principal fornecedor de carne ao Exército do Sul. Penso que esta versão,

apoiada em estudos do autor e nos excelentes estudos de Heloísa Assunção Nascimento, historiadora pelotense, na obra *Arcaz de Lembranças* e do Décio Vignole Neves, historiador rio-grandino, em *Vultos do Rio Grande,* ponha luz, talvez num erro de data, por impressão que vem gerando alguma confusão entre os estudiosos de *História no Rio Grande no Sul.* 

# NO SESQUICENTENÁRIO DE JOAO SEVERIANO DA FONSECA

1987

Cláudio Moreira Bento

Desde a fundação, o Instituto teve em seu quadro social os expoentes das forças armadas, entre eles seu próprio patrono, o marechal duque de Caxias. Um dos mais atuantes, sem dúvida, foi o general João Severiano da Fonseca, que exerceu diversos cargos na Diretoria, entre os quais o de I.º vice-presidente. É o patrono do Serviço de Saúde do Exército.

É com grande satisfação que passo a exercer a honrosa delegação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para agradecer em seu nome as doações hoje recebidas, bem como prestígio das honrosas presenças que hoje emprestaram maior brilho a esta cerimônia de lançamento da obra *Viagem ao redor do Brasil* de um ilustre sócio desta Casa — o Gen Bda Médico João Severiano da Fonseca. Obra que o Exército reeditou através de sua Biblioteca e escolheu esta Casa para o seu lançamento solene.

Nesta oportunidade é mister recordar para os presentes que este sesquicentenário Instituto, desde sua fundação, tem contado, ao lado de expoentes civis dedicados à História e a Geografia do Brasil, com o concurso de oficiais do Exército que se assinalaram também em nossa instituição por ações que tornaram muitos deles imortais na Memória do Exército e alguns mesmo na Memória Nacional.

O Instituto em sua fundação contou com o concurso do brigadeiro Cunha Mattos. E durante 25 anos, desde a idade de 49 anos foi seu sócio o duque de Caxias, Patrono de nosso Exército. Esta Casa guarda deste ilustre sócio grande parte da documentação que balizou sua carreira de oficial e como titular do Império, bem como nomeações para comandar forças em lutas internas que pacificou e lutas externas que venceu.

O Instituto guarda como a maior de suas relíquias, há 62 anos, a invicta espada de Caxias de seis campanhas da qual os espadins dos cadetes, instituído em 1931, como a arma privativa dos cadetes e para eles símbolo da Honra Militar, são cópias fiéis em escala.

Além da documentação de Caxias é patrimônio desta Casa o arquivo do marechal Osório, atual Patrono da Arma de Cavalaria e o maior líder de combate de nossa História.

Foi membro desta Casa o marechal do Exército José Antonio Correia da Câmara e visconde de Pelotas, genro de um dos ilustres fundadores do

Instituto — o visconde de São Leopoldo, o pai das histórias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Coube ao então general Câmara escrever a página final da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em Cerro Corá em I.º mar. 1870. Foi também sob o agasalho de sua liderança e por sua iniciativa que teve lugar, em 26 jun. 1887, na sede do Clube Naval, a fundação do Clube Militar, cujo centenário transcorrerá dentro de 16 dias e cuja celebração contará com o concurso de sócios desta Casa, sob a liderança de seu preclaro presidente prof. Américo Jacobina Lacombe e de seu 2.º vice-presidente, gen. Jonas Correia, através de artigos na edição histórica da revista do Clube Militar, sob nossa direção e coordenação.

Foram membros desta Casa o visconde de Taunay; general João Severiano da Fonseca; general Augusto Tasso Fragoso, pai da História Crítica do Exército; o general Emílio Fernandes de Souza Docca, assinalado historiador da projeção do Brasil no Prata; general José Maria Moreira Guimarães, líder e fundador da Sociedade Brasileira de Filosofia em 1927; coronel J. B. Magalhães junto com o mal Castello Branco um dos mais fecundos pensadores militares brasileiros; o marechal Estevão Leitão de Carvalho, líder dos jovens turcos que em 1913 fundaram a revista *A Defesa Nacional*, que teve assinalada projeção na profissionalização do Exército durante a Reforma Militar. Reforma que arrancou o nosso Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, aos atingidos por nossa FEB na Itália, onde esta Força representou muito bem o nosso Exército, ao lutar contra ou em aliança com frações dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa naquele conflito.

E para isto muito contribuiu o confrade marechal Leitão de Carvalho, como elo nos Estados Unidos, entre o governo desse país e do Brasil e os respectivos exércitos. Segundo se conclui do inesquecível mestre Pedro Calmon, muito o nosso Instituto deve a sua condigna sede a gestões do confrade Leitão de Carvalho junto a seu antigo aluno que por ele nutria grande admiração e respeito profissional — o então presidente Médici, a quem se deve, em grande parte, as instalações condignas do nosso Instituto, o qual, em reconhecimento, criou através de Pedro Calmon, a Sala Presidente Médici.

Integrou nosso Instituto o general Waldemiro Pimentel, pioneiro da inseminação artificial na Amazônia, membro da Academia de História do Japão e que se notabilizou nesta casa pelo estudo da História dos Prisioneiros de Guerra do Brasil.

Embora membro da Aeronáutica, mas com formação e vivência de cerca de 14 anos de Exército, fato de que muito se orgulhava, foi sócio desta Casa o tenente -brigadeiro- do- ar Nelson Lavanere-Wanderley, um dos dois pilotos do Exército, pioneiros do I.º vôo do; Correio Aéreo Nacional em 1931, e consagrado historiador da Força Aérea Brasileira.

A presença do Exército hoje nesta Casa da Memória Nacional se traduz:

Pelo general Edmundo de Macedo Soares, neto político do nosso homenageado de hoje, o general João Severiano. Macedo Soares foi o construtor de Volta Redonda, sobre o qual se erigiu a industrialização do Brasil, além de ponto de inflexão do Brasil agrícola para um Brasil agrícola e industrial. Hoje preside o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Pelo general- de- exército Aurélio de Lyra Tavares, ex-ministro do Exército, historiador e sobretudo escritor castrense consagrado pela Academia Brasileira de Letras que integra.

Pelo general- de- divisão Jonas Correia, mestre querido de diversas gerações do Colégio Militar, 2.º vice-presidente desta Casa e um dos fundadores do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil que presidiu por 12 anos.

Pelo general-de-divisão Ref Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Tesoureiro desta Casa, de assinalada atuação na Indústria Bélica do Exército, de que é o historiador, além de autor da *História Administrativa do Exército*, no prelo.

Pelo general-de-brigada Umberto Peregrino, escritor, historiador e professor de História, com notável obra específica, que iniciou ainda jovem tenente da Arma de Cavalaria.

Pelos coronéis Ruas Santos e Elber de Mello Henriques historiadores do nosso Exército, além de heróis de nossa FEB, na Itália.

Mas fixamo-nos com detalhes na vida e obra neste Instituto do General João Severiano, no coroamento da celebração de seu Sesquicentenário.

Tendo o sócio duque de Caxias falecido em 7 de maio de 1880, decorridos 14 dias, o Instituto apreciava a comunicação de João Severiano sobre a Gruta do Inferno, existente no forte de Coimbra. Em 14 de agosto sua admissão como sócio teve parecer favorável subscrita pelo já consagrado escritor do Exército, o maj de engenheiros Alfredo de Taunay, veterano das campanhas de Mato Grosso e da Cordilheira na guerra da Tríplice Aliança, por ele imortalizadas com sua pena privilegiada. Este logo depois da guerra encontrou- se junto a Igreja Santa Cruz dos Militares com o duque de Caxias que disse-lhe a certa altura em diálogo que mantiveram:

"Que falta o sr. major me fez na guerra! Se o tivesse tido ao meu lado quanta coisa teria ocasião de escrever!"

O major Alfredo de Taunay caberia, em 9 de maio de 1880, falar em nome do Exército no falecimento do duque de Caxias seu consócio nesta Casa. Encerrou sua belíssima oração com estas palavras antológicas: "Só a maior concisão, unida a maior singeleza é que poderá contar seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloqüência capazes de fazer maior esta individualidade cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza".

Passemos a recordar para os presentes a vida e obra de João Severiano nesta Casa, com apoio em trabalhos de seus biógrafos e destacados historiadores do Serviço de Saúde do Exército o cel. Alberto Martins e o dr. Luiz de Castro e Souza, 3.º vice-presidente desta Casa.

João Severiano atuou com destaque neste Instituto por cerca de 16 anos, de major a general, desde seu ingresso. Eleito sócio correspondente em 19 de outubro de 1880, por unanimidade, em 11 de agosto de 1883 foi eleito sócio efetivo e no dia 6 de dezembro de 1889 foi elevado à categoria de sócio honorário — o maior preito da instituição. Exerceu desde 1880 funções em diversas comissões e o cargo de secretário suplente de 1886 a 1888. Em 1889

foi eleito I.° secretário e posteriormente exerceu os seguintes cargos; 3° vice-presidente, em 1890; 2.° vice-presidente, nos anos de 1891, 1892 e 1893. E, finalmente, I.° vice-presidente, em 1894, cargo em que permaneceu, reeleito, até o ano do seu falecimento.

Segundo o dr. Luiz de Castro e Souza que o estudou aqui no Instituto, João Severiano foi personalidade marcante, afável e resoluta do nosso sodalício.

Passemos a recordar com todos os detalhes um gesto nobre e eloqüente seu que ficou imortalizado nos anais desta Casa, e que teve lugar na sessão de 29 de novembro de 1889, decorridos 14 dias da proclamação da República, quando D. Pedro II viajava para o exílio.

No meio da sessão João Severiano, I.º secretário, extremamente comovido, pronunciou o seguinte discurso que foi ouvido de pé pelos presentes:

"Sr. presidente, srs. consócios. Quaisquer que sejam os sentimentos patrióticos, que animam os brasileiros, quaisquer que sejam os arroubos d'alma por esta ou aquela idéia de liberdade, há lugar, há sempre lugar, senhores, para o são, o justo, o honesto, para os sentimentos cuja ausência são o índice de que periclita a honorabilidade social; sentimentos cuja ausência bem se define na expressão conhecida — falta de sentimentos.

O advento da República brasileira trouxe-nos uma perda imensa e um sentimento de pesar: o afastamento do nosso augusto e venerando Imperador. Saiu —, mas o Instituto sabe, que sua retirada não foi um castigo; foi a conseqüência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de cousas; foi uma necessidade inevitável; foi a garantia, não só para a estabilidade do Imperador. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído; é antes um aposentado; retirando-se com todas as honras e distinções.

Senhores. S.M. o Sr. D. Pedro de Alcântara era o protetor, o pai do Instituto. E eu levanto-me aqui, solenemente, para pedir ao Instituto, que, no meio dos seus arroubos pelos esplendores da mãe Pátria, não se esqueça da gratidão, que deve àquele que foi seu protetor e pai.

Proponho, sr. presidente, que, enquanto for vivo S.M. o Sr. D. Pedro de Alcântara, aquela sua cadeira se conserve inocupada e coberta por um véu, e que o Instituto, fazendo votos ao Onipotente pela saúde e felicidade do Venerando monarca e de sua nobilíssima consorte, insira na ata a seguinte moção: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, submetendo-se ao novo estado de cousas, no sentido altamente patriótico de não prejudicar os interesses da nação, envidará todos os seus esforços em benefício da Pátria adorada. O Instituto sente profundamente não ver mais em seu grêmio, animando-o e dirigindo-o, o seu augusto e venerando protetor, que desde seus começos o amparou com especial e indefectível amor; que há quarenta anos, tamanho lustre lhe deu, presidindo pessoalmente seus trabalhos. O Instituto faz votos ao Onipotente pela saúde e felicidade do Sr. D. Pedro de Alcântara e sua virtuosíssima consorte; espera, que lá no exílio o grande magnânimo brasileiro não se esquecerá de sua associação predileta".

Para finalizar, agradecemos em nome do Instituto a honrosa presença do Exmo. Sr. Gen. Ex. Waldir Eduardo Martins, Comandante Militar do Leste, o prestígio de sua presença nesta cerimônia que por certo irá figurar nos anais desta Casa, aqui representando o Exmo. Sr. Ministro do Exército Gen. Ex. Leônidas Pires Gonçalves.

Agradecemos igualmente à Diretoria de Assuntos Culturais do Exército, na pessoa de seu Diretor Exmo. Sr. Gen. Div. Anápio Gomes Filho, a consideração que o Exército dispensou ao nosso Instituto escolhendo-o como local para lançamento do livro editado por sua Biblioteca *Viagem ao Redor do Brasil*, como marco do encerramento das celebrações do sesquicentenário do general João Severiano, cujo êxito em muito se deve a dedicação do ilustre historiador militar cel. Alberto Martins da Silva também Comandante da Escola de Saúde do nosso Exército e diligente coordenador da Comissão do Sesquicentenário do Gen. Severiano do qual é também biógrafo.

O Instituto agradece aos descendentes do seu ilustre general João Severiano, nas pessoas de suas netas Lucilia D'Alincourt Fonseca e D. Alcina D'Alincourt Fonseca Macedo Soares, os documentos que constituíram o seu arquivo pessoal e funcional.

Tenham a certeza que o Arquivo Histórico do Exército, a Casa da Memória Histórica do Exército e o Guardião de sua História, não se achará preterido pela escolha da família. Pois o Instituto foi e é a Casa de João Severiano da Fonseca, não só pela sua grande obra, como pelo seu histórico e eloqüente gesto em relação a D. Pedro II quando este partiu para o exílio.

Aqui eles ficarão bem guardados junto com os do duque de Caxias — marquês de Herval, por transcenderem do interesse do Exército para o Nacional. Ao Arquivo Histórico do Exército é importante saber onde eles estão e o que contêm como patrimônio cultural militar terrestre brasileiro capaz de contribuir para a construção do Exército Brasileiro do futuro, à altura do destino e grandeza do Brasil.

E a História do Brasil nos últimos 150 anos tem demonstrado que não existe local melhor para guardar-se documentos valiosos para a História do Brasil do que esta Casa. O dr. Luiz Castro e Souza declarou aqui desta tribuna com muita propriedade que João Severiano transcende o nosso Serviço de Saúde e o Exército pois ele é patrimônio do Povo Brasileiro, o que é mais um motivo para seu arquivo aqui permanecer.

Obrigado Excelentíssimo e preclaro presidente Américo Jacobina Lacombe e demais membros da Diretoria desta Casa pela honrosa incumbência de traduzir nesta ocasião os sentimentos da Casa da Memória Nacional.

# O CLUBE MILITAR E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

1989

Cláudio Moreira Bento

# O Clube Militar e a Proclamação da República

É consenso histórico que na Assembléia Geral do Clube Militar de 9 de novembro de 1889, sob a Presidência do tenente coronel Benjamin Constant, por doente seu Presidente — o Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca e na mesma noite do histórico baile da ilha Fiscal, foi decidida a Proclamação da República. Evocar os antecedentes, a projeção e a histórica Assembléia ocorrida então, na primeira sede própria de entidade, no número 155 da rua do Ouvidor, lado L junto à casa de esquina para a rua Uruguaiana, é o objetivo do presente trabalho, na oportunidade do Centenário da Proclamação da República em 5 de novembro de 1989.

#### **Antecedentes**

Com as mortes dos prestigiosos e heróicos senadores Marechal Manoel Luiz Osório, em 1879, do Duque de Caxias em 1880, a classe militar passou a sinalizar o não atendimento pelo governo de aspirações justas, de natureza profissional, institucional e social (previdenciária) que terminaram por deixar o Exército, por exemplo, segundo Eduardo Prado, esquecido, mal organizado e desestimulado".1

O Clube Militar fundado em 27 de junho de 1887, foi o desaguadouro da Questão Militar, conjunto de questões entre militares do Exército e Marinha e o Governo, que feriam os brios da classe e que vieram a contribuir decisivamente para o advento da República entre nós.

O Clube Militar foi por outro lado o desaguadouro do frustrado Diretório Militar fundado em 1881, por um pugilo de oficiais do Exército e da Armada, entre os quais o próprio Marechal Deodoro,² com reuniões no consistório da Igreja da Santa Cruz dos Militares, objetivando, através da conquista de cargos legislativos, lutar no parlamento, democraticamente, pelos interesses, da classe como militantes dos partidos Liberal e Conservador: Mas a realidade foi que nenhum membro do Diretório Militar foi eleito. Foram ignorados por ambos os partidos e mudaram as estratégias de luta, ao longo da qual tiveram lugar as questões militares. O Clube Militar registrou sua primeira grande vitória sob a presidência do Marechal Deodoro ao enviar petição à Princesa Izabel em 26 de outubro de 1887,³pedindo para liberar o Exército do encargo de prender escravos fugidos, o que veio precipitar o 13 de maio de 1888, sendo comum então o Exército ser chamado Libertador e a princesa Izabel a Redentora . \*

Mas, a este tempo, o republicanismo lavrara no Exército e na Marinha entre a oficialidade jovem, de major para baixo, a qual, no Exército, atendia à liderança do professor tenente coronel Benjamin Constant, da Escola Militar da Praia Vermelha e Escola Superior de Guerra. A este sentimento contrário ao Império, somava-se o de desgosto de profissionais do Exército, veteranos da Guerra do Paraguai e filhos destes, particularmente sob a liderança do heróico Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. Eles sonhavam com uma atualização doutrinária do Exército, em beneficio de sua maior operacionalidade, em decréscimo deliberado desde a Guerra do Paraguai, afora outras manifestações do Governo de desprestígio, alijamento e ofensas à classe militar.

Apesar de encerradas as questões militares, que envolveram Cunha Mattos e Sena Madureira, outras tiveram lugar após a fundação do Clube

Militar, envolvendo oficiais da Marinha, como o Vice-Presidente do Clube Militar Almirante Custódio de Mello, obrigado a repor de seu bolso, despesas feitas por seu navio, o cruzador "Barroso", ao retribuir no Chile homenagens recebidas do governo e povo daquele país. <sup>15</sup>Ou, envolvendo oficiais do Exército, como a humilhante exoneração a "bem do serviço público, acompanhada de Conselho de Investigação", do tenente- coronel João Nepomuceno Medeiros Mallet, da Escola Militar do Ceará, por haver reagido à nomeação de um oficial para a escola à sua revelia, atendendo a critérios políticos. <sup>7</sup> Mallet era filho do Marechal Emílio Mallet Barão de Itapevi, atual Patrono da Arma de Artilharia, que como Ministro da Guerra em 1901, iria dar início à Reforma Militar. <sup>8</sup>

O clima, a esta altura, no Exército, era de franca conspiração contra o Império, particularmente na Guarnição Militar da Corte, nos quartéis, na Escola Militar da Corte, na Praia Vermelha e Superior de Guerra em São Cristóvão e nos 1º e 9º regimentos de Cavalaria e 2º Regimento de Artilharia em São Cristóvão, integrantes da 2º Brigada do Exército, força que apoiaria efetivamente, no primeiro momento, o Marechal Deodoro em 15 de Novembro de 1889.9

A conspiração republicana esteve intensa em outubro. Agitava o Exército a idéia de que o Governo, para subjugá-lo, iria aumentar as polícias da Corte e do Rio de Janeiro; arregimentar a Guarda Nacional; criar a Guarda Cívica e armá-las todas com espingarda Comblain e adestrá-las a altura, além de retirar algumas unidades do Exército da Corte, para enfraquecê-lo, ferindo assim os seus brios, e dignidade. Deodoro muito doente em seu leito, explode em cólera:

"Não permitirei isto. Voltará o 31º Bl. Irei ao parlamento responsabilizar o Governo por semelhantes atos! Assestarei a Artilharia, levarei os sete ministros à praça pública e me entregarei depois ao povo para julgar-me. Não! Não!"

Benjamin Constant em 23 de outubro, em discurso na Escola Militar da Praia Vermelha em presença do Ministro da Guerra, declarou a certa altura "que o Exército era acusado injustamente de indisciplina pelo Governo que demonstrava querer um Exército de janízaros. Alertou o governo que não se julgasse forte, pois a parte sã do Exército saberia cumprir com altivez e desassombro o seu dever" ou por outro lado, culpou o governo pelos incidentes da Questão Militar.<sup>12</sup>

Em 26 de outubro, alunos da Escola Superior de Guerra e alguns integrantes dos 1º e 9º RC, e do 2º RA, se reuniram na Escola da Praia Vermelha e homenagearam Benjamin Constant. Reafirmaram a gratidão de todo o Exército, por ele "haver defendido o brio e a dignidade da classe militar" e afirmaram-lhe que estariam sempre a seu lado, com quem e por quem sacrificariam a vida se preciso fosse.

Este incidente provocou a dispensa de direção da Escola Superior de Guerra do Tenente-General Miranda Reis, por não haver censurado seus alunos.<sup>13</sup>

Era convicção, em largos círculos do Exército, que o Governo iria dissolvêla para garantir o 3° Reinado.

Esta convicção era reforçada pela efetivação pelo governo das medidas relacionadas na página anterior, tais como: arregimentação da Guarda

Nacional; criação da Guarda Cívica; aumento da Polícia da Corte e Rio, todas armadas com Comblaim, armamento superior ao do Exército, ao equipado com o sistema Minié transferência de algumas unidades do Exército da Corte."

Este clima de insatisfação e revolta foi o que predominaria na Assembléia Geral do Clube Militar de 9 de novembro.

Ao findar outubro, o Clube Militar estava em situação de abandono, desde que nele se realizara uma reunião para receber os ministros da Marinha e da Guerra, recentemente empossados, com a ascensão do Partido Liberal, além de desgostoso com uma moção do Cel Ernesto Augusto da Cunha Mattos, da Questão Militar "que colocaria o clube em situação de louvaminhei- ros, 15 sem expressão, pois, na defesa dos altos interesses, em jogo, da classe militar.

## Preparação da reunião do Clube Militar

O Clube Militar, no início de novembro, possuía cerca de 120 sócios. No dia 3 ficou decidido entre os líderes da conspiração que o Clube teria uma Assembléia Geral no dia 9. Grandes foram os esforços dos conspiradores para que comparecesse o maior número de oficiais.

Na reunião de 5 de novembro do Clube Militar foram propostos e aceitos os seguintes 42 integrantes do Exército e Armada, muitos bastante comprometidos na conspiração republicana em marcha.<sup>16</sup>

#### Coronéis:

Cândido José da Costa\* Joaquim Jerônimo Barrão João Evangelista Neves da Fonseca

Tenentes-Coronéis:

Ernesto Jaques Ourique João Nepomuceno de Medeiros Mallet

## Majores:

Frederico Solon de Sampaio Ribeiro\* Antônio Virgílio de Carvalho Luis Mendes de Morais

## Capitães:

Henrique Guatemosin Ferreira Antônio Tertuliano da Silva Mello

Lídio Porpurário dos Santos Costa\* Vespasiano Augusto de Albuquerque Silva\* Manoel Joaquim Godolphim\* 1º RC Antônio Carlos Ferreira Leão Floriano Florambel da Conceição\* 1º RC José Pedro de Oliveira Galvão

#### Tenentes:

Jerônimo A. Ribeiro de Morais Gentil Eloy de Figueiredo\* 1º RC Feliciano Mendes de Morais\* Alcides Bruce Sebastião Bandeira\* 1º RC Henrique de Amorim Bezerra\* 1º RC Augusto Chimeno Villeroy\* Lauro Nina Sodré

Saturnino Nicolau Cardoso\* 2º RA Américo de Andrade Almada\* 2º RA

2º Tenentes:

Eugênio Bittencourt Tristão A. Araripe Júnior\* ESG Adolfo Augusto de Oliveira Galvão\* 2º RA Joaquim Máximo M. de Sá\* 2º RA

#### Alferes:

João Ludgero dos Santos Conny\* 1º RC José Vieira da Silva\* 1º RC Gasparino de C. Carneiro Leão\* 1º RC

(viera de São Paulo onde participara de incidentes que acelerou a libertação dos escravos)

Alexandre Zacarias de Assunção\* 1° RC

Álvaro de Portugal

Pedro D'Artagnan da Silva\* 1º RC

Joaquim Ignácio Cardoso\* 9º RC

Daniel Acioly de Azevedo e Sá\* 1º RC

João Paulo de O. Carvalho

Pedro Nolasco Alves Ferreira\* 9º RC

Abel Nogueira

Médicos:

Dr. Luiz Carlos Duque Estrada Henrique de Araújo Lima

O número mais expressivo foi de oficiais do 1º Regimento de Cavalaria, a começar por um dos maiores conspiradores, o então major Frederico Solon de Sampaio Ribeiro, gaúcho de Porto Alegre, que iria liderar os 1º RC e 9º RC em 15 de novembro.

Os oficiais assinalados como estariam entre os oficiais que firmaram Pactos de Sangue com o major Benjamin Constant, depois da reunião do Clube Militar de 9 novembro, nos dias 11 e 12 de "acompanharem Benjamin Constant em todo o terreno até o da resistência armada".

Os Pactos de Sangue firmados dão uma idéia do clima da reunião de 9 de novembro, no Clube Militar.

Eles foram firmados por cerca de 160 oficiais, sendo 35 da Escola Militar da Praia Vermelha; 33 dos 1º RC, afora os cadetes e inferiores do 1º RC representados; 1º do 2 Regimento de Artilharia; 57 da Escola Superior de Guerra, entre os quais os, mais tarde, marechal Rondon e general Augusto Tasso Fragoso, que terão papel de destaque em 15 de novembro, além de 13 oficiais avulsos.<sup>17</sup>

Benjamin Constant em reunião na sua casa, às 11 horas da noite de 6, com um grupo de oficiais conspiradores, fez as seguintes recomendações:

— Apressar-se o movimento militar, agindo-se secretamente e com

cuidado para não comprometer o sucesso do mesmo.

- Realizar-se a reunião do Clube Militar de 9 com a maior discrição, ocultando as reais intenções da conspiração.
- Aconselhar que o 22º BI, como demonstração de disciplina, embarcasse para a Amazônia, atendendo ordem precipitada do governo.
- Comunicar, a todos os conspiradores, que o general Almeida Barreto, havia aderido ao movimento.
- Cercar o Imperador, a ser deposto, de todas as garantias e considerações, porque é um nosso patrício e muito digno.<sup>18</sup>

## A reunião do Clube Militar de 9 de novembro

Ela foi presidida por Benjamin Constant, por estar impossibilitado por doença, o Presidente. — Marechal Deodoro. Benjamin Constant expôs o motivo da convocação. Assumiu o compromisso solene de, no máximo em 8 dias, ou até 17 de novembro (domingo), apresentar a seus companheiros uma solução honrosa para o país e para a classe militar. Caso fracassasse estaria disposto a renunciar a todos os empregos que possuía no governo e reafirmou, com calor, "estar pronto a morrer pelo Exército, na defesa da Pátria e dos brios da classe".

A Assembléia delegou-lhe poderes para resolver a situação, ou seja a Proclamação da República.

A seguir transcreve-se a Ata da reunião de 9 de novembro que só pode ser entendida dentro do contexto que abordamos **em Antecedentes.** 

"Sessão da Assembléia Geral, em 9 de novembro de 1889. — Presidência do Sr. tenente-coronel Dr. Benjamin Constant.

Achando-se presentes 116 sócios, o Sr. presidente declara aberta a sessão.

Sendo lida a ata da sessão antecedente é aprovada sem debate.

Passando à ordem do dia o Sr. presidente declara à Casa os motivos que levaram a Diretoria, reunida a 5 do corrente, a convocar esta reunião de Assembléia Geral.

Fazendo uma exposição dos atos do Governo Ouro Preto, o Sr. presidente disse que não precisava descer a detalhes para acentuar aos sócios do Clube os maus intuitos do Governo para com aqueles a quem é confiada a mais nobre das missões — garantir a honra, a liberdade e a integridade da Pátria; que já estava no domínio de todos o estado de coisas tão lastimável a que a política de homens sem critério, pretendia nos reduzir; que nem um só membro deste Clube o podia ignorar, mas que nunca pensava que lhe fossem dados plenos poderes para tirar a classe militar de um estado de coisas incompatível com a sua honra e dignidade; que a isso se comprometia sob a sua palavra de honra, e que desde já poderiam ficar cientes de que, se fosse mal sucedido, resignaria todos os empregos públicos que lhe foram confiados quebrando, até a sua espada.

Terminava o discurso, quando pede a palavra o Sr. alferes aluno José Bevilaqua e diz que ao venerando mestre Dr. Benjamin Constant deveria ser dada pleníssima confiança para proceder como entendesse, a fim de que em breve nos fosse dado respirar o ar de uma Pátria livre, no que foi coberto de imensos aplausos.

Em seguida lembra que o Clube Militar, achando-se reunido pela primeira vez após o falecimento do bravo capitão Luis Maria de Melo Oliveira, não pode deixar de lançar em ata um voto de pesar pelo passamento de tão ilustre associado.

Neste sentido envia à mesa uma proposta que foi unanimemente aceita.

Tendo o Sr. presidente declarado que resignaria a todos os empregos públicos que os homens da monarquia lhe haviam confiado, caso não lhe fosse dado colocar a classe militar na posição que lhe compete, pede a palavra o Sr. tenente Ximeno Villeroy, e diz que o mestre Dr. Benjamin Constant não deveria proferir aquelas palavras, nem sequer pensar em tal coisa; parecia não conhecer a política de homens como Ouro Preto, antipáticos, mal intencionados e em cujo coração só germina o mal.

Que se a Ouro Preto fosse dado, mesmo em sonho, saber que o mestre havia pretendido firmar semelhante fato, isto somente seria suficiente para fazê-lo vítima de uma cilada.

Terminando o seu discurso, pediu ao Sr. presidente que retirasse o seu modo de pensar, declarando que em defesa da grande causa nacional o acompanharia cegamente em qualquer que fosse o terreno, no que foi calorosamente aplaudido, e secundado pelo Sr. Anfrísio Filho.

Em vista da maneira por que foram recebidas as palavras do Sr. tenente Villeroy, o Sr. presidente acede ao seu pedido.

Manifestam alguns sócios o desejo de falar sobre o assunto, quando pede a palavra o Sr. tenente-coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique, e diz que ninguém melhor que o Sr. Dr. Benjamin Constant para guiar-nos no caminho da honra, resolvendo de uma vez para sempre, de um modo o mais digno para a nossa classe, todas as questões da política desorientada de que éramos vítimas, e que não admitindo que um só membro do Clube se pronuncie sobre tal assunto depois da palavra do Sr. Dr. Benjamin Constant, que fosse suspensa a sessão, o que foi unanimemente coberto de calorosos aplausos.

O Sr. presidente, chamando a si tão alta quão patriótica responsabilidade, declara que se não lhe fosse dado convencer aos homens do governo que eles marchavam em um caminho errado, que estavam cavando a ruína da nossa Pátria, e que eram os únicos responsáveis pelo abismo que nos está destinado, que se a calma que lhe é peculiar, se os meios legais e suasórios não forem suficientes para mudar a direção de uma política caduca, política de homens completamente ignorantes, e sem patriotismo algum, estaria pronto para desprezar o que havia de mais sagrado — o amor da família — para ir morrer conosco nas praças públicas, combatendo em prol da Pátria que era vítima de verdadeiros abutres, para o que só pedia lhe fossem dados alguns dias para desempenhar-se de tão árdua quanto difícil missão de que foi investido pela classe a que tem a honra de pertencer.

Após estas palavras, o Sr. presidente foi coberto de uma salva de palmas e enormes aplausos. — Tomás Cavalcanti, 1º secretário. — Pedro Ferreira Neto, 2º secretário". (Os grifos são do autor.)

## A revolução republicana em marcha

De 9 a 15 de novembro, intensificaram-se as medidas preparatórias, com vistas à Proclamação da República.

No dia 10, Benjamin visitou o Presidente do Clube Militar e comunicou-lhe a decisão da Assembléia Geral do Clube Militar. No dia 11, Deodoro recebeu em sua casa os líderes civis do movimento republicano Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Ruy Barbosa e Francisco Glicério, que obtém a adesão de Deodoro à República.<sup>20</sup>

Nos dias 11 e 12, cerca de 100 oficiais da Guarnição do Exército na Corte e um médico da Armada firmaram Pactos de Sangue, comprometendo-se a apoiar Benjamin Constant até no terreno da resistência armada. Nos dias 12 e 13, exemplares dos jornais **O Correio do Povo** e **O Dia** penetraram nos quartéis e inflamaram os ânimos nos mesmos, "dizendo da péssima situação em que o Governo deixara o Exército.<sup>21</sup>

Ainda em 13. o Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-Gene- ral do Exército, ao visitar o Marechal Deodoro, recebeu deste a comunicação de "estar a frente da sublevação do Exército contra o Gabinete Ouro Preto".

Segundo Ernesto Sena, em **Deodoro e a verdade histórica,** "era notável a atividade empregada pelos conspiradores, que pareciam possuir o dom da ubiqüidade, não descansando um momento, percorrendo os quartéis, confabulando com os oficiais, graduados e soldadesca. e realizando conferências secretas para deliberação dos planos que teriam de por em execução para a completa vitória".<sup>22</sup>

No dia 14, à tarde, o Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, procurou informar-se do Marechal Floriano Peixoto Ajudante-General do Exército, e recebeu como resposta: "Estamos sobre um vulcão".

O major Sólon Ribeiro, à tardinha, espalhou boato na rua do Ouvidor de que o Marechal Deodoro e Benjamin Constant foram presos e de que a Guarda Negra, integrada por ex-escravos e organizada em 1888 por José do Patrocínio para defender a Princesa Isabel dos escravagistas, iria atacar a 2ª Brigada em São Cristóvão. O boato se espalhou e surtiu efeito. O Gabinete se recusou a desmenti-lo. E quando o fez, já era tarde!

Ainda a 14, à noite, Benjamin Constant conspirou no Clube Naval com o almirante Wandenkolk acerca da colaboração da Armada. Na manhã de 15, ele obteve a confirmação da adesão daquela entidade, através de trocas de mensagens das quais foram portadores, a cavalo, os alferes alunos da Escola Superior de Guerra, Tasso Fragoso e Cândido Mariano Rondon.

# A proclamação da República

Na manhã de 15 de novembro de 1889, uma sexta-feira, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente efetivo do Clube Militar, secundado por outro destacado membro de sua diretoria, o tenente-coronel Benjamin Constant, liderando tropas da Guarnição do Rio de Janeiro, (Corte) (Exército, Armada, Polícia e Bombeiros) penetraram no Quartel General do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, onde se reunia o Gabinete Liberal do Visconde de Ouro Preto, e como feliz desfecho de uma bem urdida, sucedida,

coordenada e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto, sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Pedro Calmon, "Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro", proclamada a República à tarde em sua casa, através do Decreto nº 1, do Governo Provisório, que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos constituintes de 1891).

Da Diretoria do Clube Militar tomaram parte os seguintes componentes do Governo Provisório.

Presidente da República — Marechal Manoel Deodoro da Fonseca Ministro da Guerra — Tenente-coronel Benjamin Constant Ministro da Marinha — Almirante Eduardo Wandenkolk.

Sobre a proclamação da República escreveu Euclides da Cunha.

"Foi o que se viu em 15 de novembro de 1889: Uma parada repentina e uma sublevação; um movimento refreado de golpe e transformando-se, por um princípio universal, em força e desfecho feliz de uma revolta, porque a revolução já estava feita (23).

Os seguintes sócios do Clube, eleitos constituintes, ajudaram a escrever a primeira constituição da República, em 1891 (23).

- Antônio Borges de Athayde Júnior (ES)
- Antônio índio do Brasil (PA)
- Belarmino Augusto de Mendonça Lobo (PR)
- Caetano M. de Faria e Albuquerque (MT)
- Carlos A. Campos (SC)
- Custódio José de Mello (BA)
- Eduardo Wandenholk (DF)
- Gabino Bezouro (Corte)
- Inocêncio Serzedelo Correia (Corte)
- Ivo do Prado Monte Pires da Fonseca (SE)
- João Pedro Belfort Vieira (MA)
- João Severiano da Fonseca (Corte) Atual Patrono do Serviço de Saúde
  - José Augusto Vinhães (Corte)
  - José Bevilaqua (CE)
  - José Simeão de Oliveira (PE)
  - Lauro Müller (SC)
  - Manoel Perciliano de O. Valadão (SE)
  - Marciano A. Botelho de Magalhães (PR)
  - Pedro Paulino da Fonseca (AL)
  - Vicente Antônio do Espírito Santo
  - (\*) Foram da 1<sup>a</sup> Diretoria do Clube Militar.

Na Proclamação da República, o Clube Militar através de seus ilustres dirigentes: Deodoro, o proclamador e Benjamin Constant, o fundador da República, expressava a vontade centenária de milhares de republicanos, tanto

civis como militares, fossem eles bacharéis ou povo, padres ou antiescravagistas, maçons ou industriais, plantadores de café ou simplesmente agricultores.

Uniram-se no marechal Deodoro as vontades dispersas e informes que tinham ficado ao longo do caminho à, espera do advento da República. Nele se exprimiram dois séculos de tradição republicana.

Através dele, falaram os inconfidentes mineiros, os poetas da Inconfidência, os libertários pernambucanos de 1817 e 1824, os rio-grandenses farroupilhas, os civilistas de São Paulo, os militares, os abolicionistas...

A nova bandeira unia simbolicamente as 20 estrelas da nação e, se, na crise final, faltou calor popular, não se poderá negar raiz popular à idéia mais generosa que jamais brotou no Brasil"(24).

Eis em síntese a contribuição histórica do Clube Militar, ao advento da República Brasileira, hoje centenária.

→ A diferença entre o armamento Minié e Comblain segundo o Cel Pedro Chirmer, estudioso de Armamento "era como a de um carro de boi para um caminhão". A Minié era de antecarga ou de carregar pela boca, calibre 14,8mm e 14,8mm. Conseguiu-se que um atirador desse 16 tiros em 1 hora e 46 minutos. A Comblain era retrocarga carregamento pela culatra, com cartucho metálico, calibre 11mm. Possuía maior cadência de tiro e precisão. Era, pois justa a Indignação do Exército ficar com armamento obsoleto e a Polícia e a Guarda com Comblain.

**NOTAS** 

- (01) Citado por Américo J. Lacombe, Revista do Centenário do Clube Militar, n° 280, p, 12.
- (02) Citado por Garcez Palha em Efemérides Navais. Sv. Doc. Geral da Marinha, 1988.
- (03) Citado por Cláudio Moreira Bento, Revista do Clube Militar, n? 284, pp. 8-9.
- (04) Idem nota anterior. (5). Com apoio em depoimento ao autor, de Piragibe da Fonseca, do IHGB, filho do general Clodoaldo da Fonseca.
- (06) Citado por Cláudio Moreira Bento, em A Guarnição Militar do Rio de Janeiro (Corte) na Proclamação da República. Rio, Poupex, 1989.
- (07) Citado pelo Ten Cel Gonçalves Meira, em Centenário da Escola Militar do Cear<sup>9</sup>, conferência no Arquivo Histórico do Exército, 24 mai 1989.
- (08) Com apoio em informação ao autor do Ten Cel J. J de Mallet Joubim.
- (09) Idem nota 6. (10). Com apoio em Ernesto Senna. Deodoro subsídios para a História. Brasília, Ed. V Bra, 1981.
- (11) Idem nota anterior. (12). SILVA, Hélio. 1889. A República não esperou amanhecer. Rio, Civ. Bras. 1972, p. 17. (13). Com apoio em declaração de Vicente Tapajós, do IHGB, biografia de Miranda Reis. (14) Com apoio op. Cit. nota 10. (15). Idem nota anterior. (16). Com apoio revista do Cinquentenário do Clube Militar, 1937. (17). Com apoio op. cit. nota 10, p. 491. (18). Com apoio,

op. cit. nota 10. (19). O original encontra-se no Museu do Clube Militar. (20). Idem op. cit. nota 6. (21). Idem op. cit. nota 10. (22). Idem, nota anterior (23). Citado op. cit. nota 6. (23). Idem op. cit. nota 3 p. 27. (24). BESOUCHET. A evolução da idéia republicana no Brasil. Estado de São Paulo. São Paulo, 13/06/87.

# A DOUTRINA DO EXÉRCITO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA — ASPECTOS BÁSICOS

#### Cláudio Moreira Bento

Em 15 de novembro de 1889, o Exército Brasileiro teve atuação decisiva na mudança pacífica do regime monárquivo para o republicano.

Já haviam decorrido 19 anos do término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e 65 de sua organização, com a Independência.

O presente ensaio, contribuição ao Centenário da Proclamação da República, procurará abordar aspectos brasilares do estágio do desenvolvimento da Doutrina do Exército, nos campos da Organização. Equipamento, Instrução/Ensino, Motivação e Emprego atingido em 1889, tendo por guia o **Sistema de Classificação de Assuntos de História do Exército** em uso no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, desde fevereiro de 1985.

# Campo da organização

Alto Comando

**Ministro da Guerra: O** Exército subordina-se diretamente ao Gabinete de Ministros, através do Ministro, cujos titulares em 1889 foram:

- Thomaz José Coelho de Almeida, 10 Mar 88-07 Jun 89 (Conservador)
- Rufino Eneas Gustavo Galvão, Marechal, 07 Jun 89-15 Nov 89 (Liberal) e Visconde de Maracaju.

O Ministro era assistido por seu Gabinete, muito pequeno, quase um Estado-Maior pessoal, e pela Secretaria de Guerra, cujo titular era o Gen Bda Hon Dr. Francisco Manoel das Chagas.<sup>1</sup>

A Secretaria de Guerra funcionava no andar superior do QG do Exército, sobre o Portão Principal, e serviu de cenário em 15 Nov 1889, para deposição do Gabinete Ouro Preto, ali reunido, pela manhã.

**Ajudante-General:** Foi criado em 1857, em substituição ao Comando das Armas da Corte e da Capitania do Rio de Janeiro. Era na opinião do Conselho de Estado, o Comandante-em-Chefe do Exército. Em 1899, foi substituído pelo Estado-Maior do Exército. Era a primeira autoridade do Exército. Ele comandava diretamente toda a tropa. Acumulava estas funções, com o comando da Guarnição do Exército da Corte e Província do Rio de Janeiro. E eleS estavam subordinados todos os demais comandantes de Armas e as 1ª e 2ª

brigadas do Exército da Corte e 3º no Paraná.

Eram atribuições da Ajudância-General: Planos e operações militares; trabalhos históricos, administração da Justiça Militar, instrução e ensino militar, administração de pessoal, reserva. Enfim, tudo referente ao pessoal do Exército (organização, instrução, disciplina, economia e serviços).<sup>2</sup>

Foram Ajudantes generais do Exército — 1889-1890:

— Mal Campo Visconde de Maracaju, 19 Mar-07 Jun 1889 — Mal Campo Floriano Peixoto, 08 Jun 1889-18 Abr 1890 Era o titular na Proclamação da República e na transição do Império para a República.

**Quartel Mestre General:** Enquanto o Ajudante-General era operacional o Quartel Mestre era logístico.

Era responsável pela aquisição, depósito, arrecadação, conservação, movimentação e emprego do material do Exército. Era responsável pelas acomodações da tropa em qualquer circunstância, pelos transportes do pessoal e material do Exército, pelas Comunicações, pelos arsenais e fábricas, pela Remonta, pelos suprimentos, pelos armamentos e equipamentos, pelos hospitais e farmácias, pelos imóveis do Exército, pelas obras militares e pelo Asilo de Inválidos.<sup>3</sup>

Ela viria dar origem a criação da Repartição da Intendência Geral, raiz do Serviço de Intendência, em 15 Jan 1899.

O Quartel Mestre General despachava diretamente com o Ministro da Guerra, em cujo nome ordenava. Em cada organização militar ele possuia o correspondente. Por exemplo, cada OM possuia o tenente quartel mestre que desempenhava as funções de Aprovisionamento e Almoxarife.

Era quartel mestre general em 1889, o brigadeiro Conrado Jacob Niemeyer.

#### Corpos Especiais

Havia os seguintes corpos especiais:

- Estado-Maior General. Composto de todos os oficiais generais do Exército em número de 28: 1 Marechal de Exército. 4 tenentes-generais, 7 marechais de-campo e 16 brigadeiros.
- Corpo de Estado-Maior de lá Classe. 72 oficiais. Possuia uma função semelhante a dos oficiais com curso de Estado- Maior da ECEME, menos em funções destinadas ao Estado- Maior de Artilharia.
- Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe. 42 oficiais. Fornecia oficiais para ocupar nos locais privativos do oficial de 1ª Classe, outras funções consideradas não privativas daqueles.
- Corpo de Estado-Maior de Artilharias Funções de Estado- Maior de 1ª Classe, em vagas privativas da Artilharia, embora pertencendo a esta arma (arsenais, fábricas, laboratórios, escolas de tiro).
- Corpo de Engenheiros. 56 oficiais. Funções específicas: Construções, fortificações e cartografia, ligado ao Imperial Arquivo Militar no atual BG, no Rio de Janeiro.

- Corpo de Saúde; Com funções semelhantes a do Serviço de Saúde do Exército. 149 médicos e 30 farmacêuticos.
- Corpo Eclesiástico. Com organização semelhante ao do atual Serviço Religioso do Exército, e constituído de capelães católicos: 57 oficiais.

## Repartições

Gabinete do Ministro, Secretaria de Estado, do Ajudante General, do Quartel-Mestre General, Repartição Fiscal, Conselho Supremo Militar (presidido pelo Imperador), Secretaria do Conselho Supremo Militar. Comissão de Melhoramentos do Material da Guerra, Pagadoria tropas da Corte, Diretoria de Obras militares, Biblioteca do Exército, Asilo de Inválidos da Pátria, na ilha Bom Jesus, Comissão de Fornecimento de viveres e forragens. A Comissão de Melhoramentos do Material, datada de 1872.

## Escolas

- Escola Superior de Guerras (ESG), que funciona no atual quartel do lº
   BG em São Cristóvão. Fora fundada em 1888.
  - Escola Militar da Corte. Funcionando desde 1857, na Praia Vermelha.
- Escola Militar do Rio Grande do Sul. Funcionando no Parque da Redenção-atual, em Porto Alegre, onde lecionava o Capitão José Caetano de Faria, mais tarde destacado Ministro da Guerra (1914-18).
- Escola Militar do Ceará. Comandada pelo Ten cel João Nepomuceno Medeiros Mallet e criada em 1º Fev 1889. Mais tarde Ministro da Guerra 1901.
  - Imperial Colégio Militar. Criado em março de 1889.
- Escola Geral de Tiro de Campo Grande. Comandada pelo Cel José Simeão de Oliveira, que havia trazido a espada do Mar Solano Lopes para o Imperador.
  - Escola Tática e do Tiro do Rio Grande do Sul, em Rio Pardo.
- Escola de Aprendizes Artilheiros na fortaleza de S. João e Companhias de Aprendizes Militares (de Goiás e Minas Gerais).
  - (As escolas eram regidas pelo Dec. 10.203 de 9 Mar 1889).

#### Arsenais e Laboratórios

- Arsenal de Guerra da Corte, no local do Museu Histórico Nacional e comandado pelo Cel Art Augusto Fausto de Souza.
- Arsenais de Guerra da Bahia, de Pernambuco, do Pará, do Rio Grande do Sul, (ao lado do atual QG do CMS) e de Mato Grosso.

## Fábricas

- Fábrica de Pólvora da Estrela, no mesmo local de hoje.
- Fábrica de Pólvora de Coxipó-MT
- Fábrica de Armas da Conceição, no Morro da Conceição-RJ.

# Laboratórios

- Laboratório Pirotécnico do Campinho (fábrica munições)
- Laboratório Pirotécnico do Menino Deus no Rio Grande do Sul, no local atual CPOR/Porto Alegre.

# Hospitais

- Enfermaria Militar do Andarahy, no quartel do atual 1º B PE.
- Hospital Militar da Corte, no Morro do Castelo hoje arrasado, onde atuava o 1° cirurgião-mór, Cel Dr. João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde.

Comandos de armas, tropa do Exército e sua articulação territorial

Em 1889, e a partir de 1º Dez 1888, o Exército era constituído das seguintes OM: 30 BI; 10 RC; 8 RA; 2 BE e 1 CT, num efetivo em torno de 15.000 homens, podendo elevar-se a 30.000, em circunstâncias extraordinárias.

Elas distribuíram-se pelos seguintes comandos de armas, estados e municípios:

Guarnição do Exército da Corte e Rio de Janeiro

#### Infantaria

```
1º BI — Corte — Quartel no QG do Exército
```

7º BI — Corte — Quartel no Mosteiro de SãoBento

10º BI — Corte — Quartel no QG do Exército

22° Bl — Corte — Transferido para o Amazonas, antes de 15 Nov

 $23^{\circ}$  BI — Corte — Transferido para Ouro Preto-MG, antes

de 15 Nov

24° BI — Corte — Quartel na ilha do Bom Jesus.

### Cavalaria

lº RC — Corte — Quartel em São Cristóvão

## Artilharia

2º RA Campanha — Corte — Quartel em São Cristóvão

1º RA a Pé — Corte — Fortaleza Santa Cruz

## Engenheiros

1º BE — Corte — Praia Vermelha e depois Realengo

Comando das Armas da Província do Rio Grande do Sul

Comandante Barão de Apa-Brig Antônio Eneas Gustavo Galvão *Infantaria* 3º BI — Quartel na cidade de Rio Grande

4º BI •— Quartel na cidade de São Gabriel 6º BI — Quartel na cidade de Uruguaiana

12º BI — Quartel na cidade Rio Grande, 18º BI — Quartel na cidade de Alegrete 28° BI — Quartel na cidade de Rio Pardo 29º BI — Quartel na cidade

de Pelotas 30º BI — Quartel na cidade de Porto Alegre

#### Cavalaria

2º RC — Quartel na cidade de Jaguarão

3º RC — Quartel na cidade de São Borja

4º RC — Quartel na cidade de Livramento

5º RC — Quartel na cidade de Bagé

6º RC — Quartel em Jaguarão

#### Artilharia

1° RA Campanha — Quartel em São Gabriel

4º RA Campanha — Quartel em Bagé

3º RA a Pé — Quartel em Rio Grande

## Engenheiros

2º BE — Quartel em Cachoeira

## **Transportes**

CT — Quartel em Saicãm-RS (Corpo de Transportes)

As Guarnições mais fortes eram as de Rio Grande (2º Bl-t 1º RA a pé; a de Bagé (1º RC + 1º RA Camp); a de São Gabriel (1º Bl t-1º RA Camp) e a de Jaguarão (2 RC).

Comando das Armas da Província de Mato Grosso

Comandante Cel Art Ernesto Augusto da Cunha Mattos (da Questão Militar)

## Infantaria

8º BI — Quartel na cidade de Cuiabá

19º BI — Quartel em São Luiz de Cáceres

21º BI — Quartel e Cuiabá

#### Cavalaria

7º RC — Quartel na localidade de Nioac

## Artilharia

2° RA a Pé — Quartel na localidade de Corumbá

Comando das Armas da Província Pernambuco

#### Infantaria

2º BI — Quartel na cidade do Recife

14º BI — Quartel na cidade do Recife

Comando das Armas da Província da Bahia

(Comandada pelo Mar Campo Hermes Ernesto da Fonseca)

## Infantaria

9º BI — na cidade de Salvador

16º BI — na cidade de Salvador

Comando das Armas da Província do Pará

15° BI — Quartel da cidade de Belém

Comando das Armas da Província do Amazonas Nenhuma OM e sim fortificações

Aos comandos das Armas subordinavam-se outras instalações do Exército na área, como arsenais e fortificações.

Guarnições militares provinciais

Província do Paraná

Infantaria

17º BI — Quartel na cidade de Curitiba

Cavalaria

8º RC — Quartel na cidade de Curitiba

Artilharia

3º RA Camp — Quartel na cidade de Curitiba

Províncias do Maranhão, Ceará, Paraíba, Alagoas e Goiás

Infantaria

5º BI e São Luiz-MA; 11º BI em Fortaleza-CE; 26º BI em Maceió-AL; 27º BI em João Pessoa-PB e 20º BI em Goiás-GO.

Províncias de São Paulo e Minas Gerais

Cavalaria

10º RC em São Paulo e 9º RC em Ouro Preto-MG.

As guarnições mais fortes eram a do Rio Grande do Sul (fronteira), Rio de Janeiro (capital do Império) e Mato Grosso (fronteira).

Cada OM era composta de:

- Estado-Maior. O comandante; o major fiscal (atual sub- comandante); o capitão-ajudante; o 2º tenente quartel-mestre (funções de Intendência) e o 2º tenente secretário.
- *Estado-Menor:* O sargento ajudante (ou brigada), o sargento quartel mestre, o mestre de música e o cometeiro-mór.

Os sargentos eram chamados oficiais inferiores.

Os Comandantes das Armas eram subordinados diretamente ao Presidente das Províncias e ao Ajudante-General do Exército, que por sua vez era também o Comandante da Guarnição da Corte e Rio de Janeiro.

Brigadas do Exército

Aviso de 16 Abr de 1888, havia constituído as seguintes brigadas:

- 1º Brigada do Exército (1º RC, 2º RA e 1º BE) São Cristóvão Rio.
- 2° Brigada do Exército (1° BI, 7° BI e 10° BI) QG do Exército Rio.
- 3º Brigada do Exército (17º BI, 8º RC e 3º RA Camp) Curitiba PR.

As duas primeiras tiveram participação decisiva nos fatos que culminaram com a Proclamação da República em 15 Nov 1889.

#### Comando Geral de Artilharia

Este era exercido pelo Conde D'Eu.

# Fortificações

Do Sul para o Norte, existiam as seguintes fortificações defendendo o litoral, já bastante antiquadas a exceção das fortalezas de Santa Cruz e São João, na entrada da Guanabara, modernizadas em função da Questão Cristhie e quarnecidas pelo 1º BA a Pé.

Santa Catarina: Fortificações de Santa Cruz, Ratones, São José, Santana e Barra Sul.

Paraná: Fortificações de Paranaguá-ilha do Mel.

São Paulo: Fortificações barras de Santos e Bertioga.

Rio de Janeiro: Fortificações de Santa Cruz, São João Lage, Praia de Fora, do Pico e Gragoatá.

Bahia: Fortificações de São Paulo, Barbalho, Santo Alberto, São Diogo, Morro de São Paulo, Monte Serrat, São Lourenço, Santa Maria, São Marcelo e São Bartolomeu.

Pernambuco: Fortificações do Brum. Itamaracá, do Buraco, Pau Amarelo, Gaibú, Nazareth e Tamandaré.

Rio Grande do Norte: Fortificação dos Reis Magos.

Ceará:Fortificação de Assunção, onde funcionava a Escola Militar do Ceará 1889.

Maranhão: Fortificações de Santo Antônio da Barra e São Luiz.

Pará: Fortificações do Macapá e Óbidos.

Amazonas: Fortificações de São Joaquim (rio Branco), São Gabriel (rio Negro) e Santo Antônio (rio Madeira).

Mato Grosso: Fortificações de Coimbra e Duque de Caxias (Corumbá).

#### Inspetores do Exército

Havia inspetores do Exército responsáveis pelas seguintes inspetorias:

— De corpos e estabelecimentos militares, (inspecionava o 1º BA, 1º RC e 10' BI, na Corte); do Arsenal de Guerra da Corte; dos corpos de Infantaria do Rio Grande do Sul; dos corpos de Artilharia e Cavalaria; dos corpos e estabelecimentos do Norte; da Fortaleza de São Paulo, na Bahia; dos corpos estacionados no Paraná; dos corpos de Mato Grosso; e das fronteiras e guarnições do: Rio Grande do Sul (Bagé, Rio Grande, Uruguaiana, Missões, Quaraí, Santana do Livramento, São Borja, Rio Pardo, Alegrete, São Gabriel); do Amazonas (Cucúi, Tabatinga e Urari (no Içá) e do Mato Grosso (distritos militares de Vila Maria, Miranda e Mato Grosso).

## Depósitos Militares

— No Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul (São Gabriel e Santa Maria) Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso (Corumbá).

# Depósitos de Pólvora

Corte (Ilha Boqueirão, próximo a ilha do Governador), Niterói (Inhomirim), Pará (Aurã), Pernambuco (Imbiribeira), Bahia (Maratú), Rio Grande do Sul (ilha da Pólvora, no rio Guaíba) em Porto Alegre e na cidade do Rio Grande.

## **Auditorias**

Amazonas, Pará, Pernambuco, Bahia, Corte, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

## Colônias Militares e Presídios

Pará: D. Pedro II (no Araguaia); S. João do Araguaia (junto a Cachoeira Itaboca) e Óbidos (junto a embocadura do Trombetas).

Amazonas: Rio Branco, próximo Forte S. Joaquim.

Mato Grosso: Brilhante (abas serra Maracajú), São Lourenço (confluência com o Ivinheima), Miranda (cabeceira do Miranda com Mondego), Itacary (no Araguaia), Conceição de Albuquerque (na povoação mesmo nome onde começa a navegação do rio).

São Paulo: Itapura, sobre o rio Tietê, junto do Paraná.

Paraná: Jatai (na confluência com o Tibagi), Chapecó (nos campos do Xagu, na atual e próspera Chapecó), Chopim, nos campos do Êre.

Santa Catarina: Santa Tereza, entre São José e Lages, no vale do Itajaí.

Rio Grande do Sul: Alto Uruguai, no município de Palmeira, junto ao Uruguai.

Goiás: Terepensem (margem direita do rio Vermelho), Santa Maria do Araguaia (na ilha de Santana), S. José dos Martírios (na foz do rio Cana Brava), Santo Antônio (na foz do rio Bagagem), Santa Cruz (na foz do ribeirão Gregório).

## Hierarquia

(Quadros, postos e graduações:

- Oficiais generais: Brigadeiro, Marechal de Campo, Tenente-general e Marechal de Exército correspondendo aos atuais generais de Brigada, Divisão, Exército e Marechal.
- Quadro de oficiais: Alferes, 2º Tentente, 1º Tenente, Capitão, Major, Tenente-Coronel e Coronel.
- Quadro das praças: Soldado, anspeçada, cabo, furriel, 2º Sargento, 1º
   Sargento. Sargento quartel mestre, e Sargento ajudante ou brigada foram

eliminados na República.

A graduação de sargento Quartel Mestre foi substituído pelo de subtenente. O posto de Alferes foi substituído pelo de Aspirante a oficial em 1905.

O Sargento Quartel Mestre era chamado de Vago Mestre, corruptela do Wagoon Mainster, alemão encarregado dos transportes e herança do contrato de mercenários alemães que lutaram nas guerras Cisplatina 1825-28 e contra Oribe e Rosas 1851-52.

O major no Brasil Colônia era designado sargento mor.

Nos corpos de Saúde e Eclesiásticos haviam respectivamente as seguintes correspondências: Tenentes eram o 2º cirurgiões ou capelães. Capitães "eram os 1º cirurgiões ou capelães-móres. Os tenentes-coronéis eram os cirurgiões de divisão.

Celebrizaram-se o alferes José Joaquim da Silva Xavier e o anspeçada Marcelino Bispo, autor do atentado ao presidente Prudente de Morais, em 1897.

Os postos de tenente general e marechal de Exército foram substituídos pelo de Marechal, no qual Floriano Peixoto passou a História como o Marechal de Ferro.

Existia na organização do Exército desde 1874, uma coudelaria, provavelmente em Saicã-RS.

A Comissão de Melhoramentos do Exército foi criada em 1872 mantinha permanentemente na Europa dois oficiais como órgão informativo. Ela dividia-se em seções: Fortificações, Artilharia de Campanha e Armamento Portátil. Foi ampliada com o Ministro Marechal Osório e correspondeu a altura a renovação do armamento do Exército, traduzido pela adoção do armamento individual Comblain a retrocarga e os canhões Krupp 1872, logo depois da Guerra do Paraguai e mais a pistola Marquês do Herval, retrocarga, para a Cavalaria.

Existia em Terezina-PI uma Companhia de Infantaria Isolada cuja inspeção pelo Cel Cunha Mattos iria dar início a Questão Militar que veio a contribuir para o aceleramento da Proclamação da República.

Existiam companhias isoladas de Infantaria em Natal-RN; Vitória-ES, e Florianópolis-SC com 82 homens cada.

Desde 1881-82, havia a idéia de organização do 2º Batalhão de Engenheiros em Cachoeira do Sul para encarregar-se da construção de ferrovias e linhas telegráficas o que ocorreu no ano da Proclamação da República e cujas tradições são atualmente carregadas pelo 1º Batalhão Ferroviário de Lages-SC.

O grande idealizador das ligações ferroviárias como instrumento de defesa foi o Marechal Osório. Antes de falecer insistiu na ligação ferroviária das fronteiras do Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

O efetivo do Exército era em tomo de 15.000 homens para uma população estimada em 14,3 milhões de habitantes. Em circunstâncias extraordinárias o efetivo do Exército podia ser elevado a 30.000.

O Exército contava em diversas funções com o concurso de oficiais honorários e reformados (atuais oficiais da Reserva e reformados), particularmente na atividade meio da instituição.

Os honorários foram instituídos pelo Dec. 23 de 16 Ago 1838 por serviços

relevantes prestados em defesa da ordem pública e da integridade do Império.

Por aviso do Ministério da Guerra de 10 Jun 1884, foi definido que "oficial honorário não é militar".

A designação reformado tem origem em Dec. 23 Ago 1763, ou seja, os militares fora do serviço ativo.

Por decreto 193A de Jan a idade limite de reforma voluntária e compulsória para oficiais era, respectivamente:

Marechal de Exército	69	е	72
Tenente-General	67	е	70
Marechal de Campo	65	е	68
Brigadeiro-General	62	е	65
Coronel	58	е	62
Tenente-Coronel	58	е	62
Major	52	е	56
Capitão	47	е	54
1º Tenente	43	е	48
2º Tenente	40	е	45

Os oficiais generais possuíam um adicional inatividade de 100 mil réis mês, por ano de serviço que exceder os 30 anos. Os superiores 70 mil réis ano e os oficiais subalternos 50 mil réis. Ambos, por ano acima dos 25 anos de serviço.

Assim o Marechal de Exército com 40 anos de serviço ganharia por ano 750 mil réis + 10 X 100 = 1750 = um conto e 750 mil réis.

#### **B** — **EQUIPAMENTO**

#### **Uniformes**

Os uniformes usados pelo Exército em 1889 são resultado do Dec. 1029 de 7 Ago 1852, que aprovou o Plano de Uniformes do Exército com alterações introduzidas pelos Dec. 3620 de 28 Fev 1866; Dec. 3625 de 2 Mai 1874; Dec. 8335 de 17 Dez 1881; Dec. 9059 de 17 Dez 1883; Dec. 9981 de 12 Jul 1888 e Dec. Nº 21 de 28 Nov 1889 (Ordem do Dia nº 6).

O Arquivo Histórico do Exército possui coleção de gravuras a cores que assinalam esta evolução da transição do Império- República.

#### Armamento

Armas de fogo portáteis: Em 1889, quase todo Exército era armado com fuzis e mosquetões Comblain anos 1873, 1874 (brasileiro) 1878 e 1885, que substituíram em grande parte equipamento a Minié que ainda persistia no Exército, Guarda Nacional e Policiais.

A substituição do Comblain, pelo modelo a Minié usado na Guerra do Paraguai, começou a processar-se a partir de 1872. O Comblain era de carregar pela culatra e usava cartuchos. O a Minié era de carregar pela boca. A diferença era gritante. A alça do Comblain era graduada de 100 em 100 metros, até 1200 m. Seu calibre era 12 mm e usava pólvora negra.

Muitos corpos de Cavalaria usavam a clavina Winchester calibre 12, modelos 1872, 1874, de Percussão periférica, e o 1876, de percussão central. Sob o cano existia um tubo com capacidade de 15 tiros. Modificações introduzidas na Winchester fizeram com que passasse a consumir cartuchos

Comblain.

Os revólveres usados eram o Gerad, para oficiais, de cartuchos metálicos, projétil de chumbo, calibre próximo de 8 mm e o Nagant para praças montadas e muito popular. Seu calibre era maior que o do Gerard. Havia também a pistola Marquez do Herval, fabricada na fábrica da Conceição. Ela era de retro carga e destinada a Cavalaria.

Uma questão que incendiou os ânimos do Exército, às vésperas da Proclamação da República, foi a notícia ou boato, de que o Governo iria armar as Polícias e Guarda Nacional com Comblain e o Exército com o velho modelo a Minié, que fora usado no Paraguai. Era como passasse de um caminhão para um carro de boi, segundo o Cel Pedro Shirmer, para quem a Minié, em condições excepcionais, conseguiu dar 16 tiros em 1 hora e 45 minutos. O armamento a Minié possuía dois calibres 14,8 mm e 14,4 mm.

Dispunha o Exército também da clavina Spencer e mais outros tipos de armas, conforme se conclui da obra existente no Arquivo Histórico do Exército:

OLIVEIRA, Luiz Maria de Mello, Ten Inf. Estudo sobre armas de fogo portáteis ou Catecismo do Atirador. Rio, Tip. Escola Serafim Alves, 1880. (usada na Escola de Tiro.)

Armas brancas: Todos os oficiais e as praças montadas eram armados com espada. Metade dos regimentos de Cavalaria eram armados de lanças. Aqui incluem-se as baionetas largamente usadas em combate.

Artilharia: A Artilharia de Campanha possuía canhões raiados La Hitte (franceses, espanhóis e brasileiros) calibre 4, 6 e 12 de bronze e antecarga e mais os Paixahans de 40 e 90.

Desde 1886, o 1º RA (Regimento Mallet) possuía canhões Krupp 80 mm de aço, de retrocarga e fechamento em cunha, que substituíram os seus célebres La Hitte da Guerra do Paraguai. O 2º RA (Floriano) possuía 19 canhões Krupp do mesmo calibre e as únicas existentes na Corte em 1889. A Artilharia de montanha usava canhões Whitworter calibre 2 e a pesada, canhões raiados de aço calibre 130mm.

Os Krupp 80 não satisfaziam, em mobilidade, como canhão de campanha. Não podiam acompanhar a Infantaria e a Cavalaria em terrenos sem estradas. Foram mais tarde substituídos pelos Krupp 75 TL.

A Artilharia de Costa possuía uma variedade enorme de canhões e calibres que não ultrapassavam 5 km de alcance. Entre eles cite-se as marcas Parrot, Whitworter e Armstrong e Krupp e foguetes a Congrève.

O alcance máximo dos canhões de campanha andava em tomo de 5.000m e a técnica de tiro estava muito longe da atual, que começou a ter desenvolvimento, entre nós, nos anos 10, com artilheiros que estudaram na Alemanha, como Bertoldo Klinger.

Era Comandante Geral da Artilharia o Conde D'Eu, que muito lutou pelo progresso do Armamento de Exército, depois da Guerra do Paraguai, no âmbito da Comissão de Melhoramentos do Exército.

A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil nº 63, 1971, dá uma visão da projeção, como soldado, do Conde D'Eu em artigo, do então Cel Everaldo de Oliveira Reis.

Conclui-se que armamento do Exército, com apoio no general Francisco de Paula e Azevedo Pondé no artigo: Armamento das Tropas de Terra da cidade do Rio de Janeiro in: RIGHB, n' 67, 1973, pp. 43-120, evoluiu muito entre o término da Guerra do Paraguai até a República. O armamento portátil evoluiu de antecarga para retrocarga, com cartucho metálico e o de Artilharia, de antecarga e alma lisa, para retrocarga e alma raiada. Portanto, uma grande evolução técnica que não correspondeu a uma evolução tática expressiva. Esta estagnada aos padrões da Guerra do Paraguai, segundo os generais Estevão Leitão de Carvalho, Paula Cidade e outros. A evolução do Armamento foi qualitativa, mas não quantitativa, segundo se conclui de depoimentos da época.

Ainda conviviam armas modernas com outras quase obsoletas, ao ponto de haver concorrido para exaltar os ânicos no Exército, nas vésperas de 15 Nov 1887, a notícia de que o Exército cederia seu armamento Comblain a Guarda Nacional e Polícias, por ordem do Governo.

# Equipamento individual

Eram fabricados nos arsenais de guerra brasileiros e não sofreu modificações sensíveis. Eles podem ser observados na ilustração específica e nos Uniformes usados em 1889, estampados na obra citada *Uniformes do Exército*.

Sobre o cuidado com o equipamento, o Regulamento Disciplinar do Exército, da época, previa como transgressões disciplinares:

Parágrafo 16 do Artigo 5º:

"Não ter o cuidado em suas armas, uniforme, cavalo e em tudo que lhe pertencer, ou negligentemente o arruinar ou estragar".

Parágrafo 17 do Artigo 5º:

"Servir-se de armas ou uniformes alheios e de cavalos praças de outrem, ou pedi-los emprestados a seus camaradas".

#### Cavalos

O cavalo era importante item do equipamento militar, particularmente das tropas montadas. Mereciam cuidados desvelados nos seguintes artigos do Regulamento do Serviço Interno dos corpos arregimentados do Exército: 161 a 172 e 176 a 192 baixado pelo Duque de Caxias. O tratamento dos cavalos ocupava 1/12 das disposições regulamentares:

Era proibido uma praça montar a cavalo que não fosse sua montada específica.

Para cuidar do equipamento, num escalão acima do individual, cada Unidade possuía o seleiro, o espingardeiro, o coronheiro, o veterinário e os ferradores com atribuições bem específicas.

As dotações de equipamento eram reguladas pelo Decreto de 23 Jul 1873, que aprovava as tabelas de fardamento, armamento equipamento e arreiamento para as Unidades do Exército e publicado no Anexo H, da obra O Militar Arregimentado do cadete Olivério, publicadas em Rio Grande-RS, em

1886 e escrita em Jaguarão. Por elas é possível se conhecer em detalhes todo o material usado pelo Exército.

Apesar de tudo o Exército era mal equipado o que se pode concluir pelas verbas a ele destinadas segundo o insuspeito Edmundo Macedo Coelho em busca de Identidade, O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. (Rio, Forense, 1976) 1846-1860 (25% do Orçamento); 1865-1866 (50%); 1880-1889 (em torno de 10%). Durante a Guerra do Paraguai ela atingiu níveis bem superiores a 50%.

Isto amparava sentimentos de frustração de oficiais que haviam lutado na Guerra do Paraguai e que viam nisso uma política irresponsável do governo que apenas terminada a guerra voltava a descuidar da defesa militar do Brasil, a cargo do Exército, principalmente.

A Revista do Exército Brasileiro surgida em 1882, segundo o autor citado "usa expressões de frustração e ressentimento contra um país como o Brasil, que julga que um Exército só se faz necessário quando o inimigo lhe bata a porta, que não avalia ainda devidamente o merecimento militar, que aniquila a verdadeira disciplina, que pouco aprecia a justa dedicação ao serviço público".

Isto era fruto da política de erradicação do Exército praticada de forma agressiva pela elite política no Império, dentro da máxima conformar-se ou perecer, segundo ainda Edmundo Macedo Coelho citado.

Em 1854, um grupo de jovens oficiais do Exército editou o jornal O Militar, no qual defendiam a modernização do Exército, a Abolição, a imigração e a indústria nacional e o direito de casarem, proibido por lei.

# Instrução/ensino

O primeiro aspecto era o da instrução primária. Cada unidade possuía uma escola. Era dirigida por um oficial que ensinava aos cabos e soldados a ler, a escrever e as quatro operações e aos graduados geometria plana.

Havia ainda em cada corpo uma escola de recrutas.

Seus instrutores e monitores estavam dispensados do serviço externo. Cada escola deveria ter de 15 a 20 recrutas. A instrução era, escola de pelotão, e manejo, conservação de armas e tiro, segundo instruções de 11 Set 1862. A formação do recruta não podia exceder de 6 meses. O horário de instrução tática era das 5 às 7 horas da manhã e das 17 às 19 horas da tarde. A instrução com armas era duas vezes por semana, das 10 às 12 horas.

Na Cavalaria, Artilharia Montada e Corpos de Engenheiros, havia a instrução de equitação, a cargo do Picador, para praças e oficiais. Ao picador incumbia adestrar os cavalos para as lides militares.

Havia escolas para aprendizes de artilheiros na Fortaleza São João e de aprendizes de artífices nos arsenais de guerra, recrutados entre jovens pobres.

Exercícios ou manobras, tem-se notícia dos realizados pelo Conde D'Eu em 1885, na Fazenda de Santa Cruz e em 1880, em Saican.

Como instrução especializada, registre-se a de tiro de armas portáteis na Escola de Tiro de Campo Grande e de Tática e Tiro do Rio Pardo no Rio Grande. Elas formavam inclusive instrutores para a tropa.

Em 6 Mai 1889, foi instalado o Colégio Militar do Rio de Janeiro com atribuições semelhantes as atuais, inclusive, uma espécie de preparatório às

escolas militares e naval.

O ensino militar desde a criação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho na Casa do Trem em 1782, era predominantemente científico.

Ele visava mais a construção do Brasil do que a sua defesa. Esta fácil de mobilizar antes dos reflexos da Revolução Industrial na Ciência Militar.

O regulamento de ensino de 1874, possuía um toque de bacharelismo que foi acentuado pelo regulamento de 1890, do Ministro Benjamin Constant. Ambos contribuíram para a desprofissionalização do Exército, só iniciada a retomar em 1905 com a Escola de Guerra de Porto Alegre, e revigorado em 1913, na Escola Militar do Realengo.

O Ensino e a Instrução eram bastante divorciados das possíveis realidades operacionais do Exército, no tocante a Segurança Interna e Externa.

O ensino militar, em 1889, era ministrado na Escola Superior de Guerra e Escola Militar da Praia Vermelha, ambas de grande projeção na Proclamação da República e, mais nas escolas militares do Rio Grande e Ceará. Está recém instalada na Fortaleza N. S. de Assunção.

O Regulamento para a Disciplina e Serviço Interno não dava ênfase à instrução, nas atribuições do comandante.

Os cursos nas escolas militares obedeciam a seguinte hierarquia: Infantaria e Cavalaria 1º e 2º anos, Artilharia 3º ano, Estado-Maior 4º ano e Engenheiros 5º ano. Um engenheiro havia feito todos os cursos abaixo. Possuindo o engenheiro militar formação completa de seu quadro eram, em geral, recrutados os oficiais generais. Nos parece uma distorção pelo qual o Exército pagou pesado tributo. Na Revolução Farroupilha todos os generais imperiais recrutados para combatê-la, a exceção de Caxias, infante, foram entre os engenheiros. Taticamente, estrategicamente não foram bem sucedidos. Confirmar é obra de simples verificação: Eram renomados engenheiros com largos prestígio nacional, mas não cabos-de-guerra. O Marechal Polidoro, da Guerra do Paraguai era engenheiro militar.

Assim, o Ensino Militar de 1874-1905, não contribuiu para a operacionalidade do Exército. Em Canudos esta afirmação fica bem transparente. E ela se verifica ainda no Contestado, em célebre relatório do general Setembrino de Carvalho.

Não era costume, nesta época, exercícios de tiro que eram limitados à Escola de Recrutas responsáveis pela formação dos soldados. Ademais era uma instrução muito dispendiosa.

O Ensino e a Instrução no Exército de 1889, eram aspectos doutrinários que ficavam muito a desejar. E disso falam depoimentos de ilustres chefes que foram ex-alunos e críticos abalizados desse sistema, como os generais Tasso Fragoso, Rondon, Estevão Leitão de Carvalho, Tristão de Alencar Araripe e Paula Cidade.

Talvez, por isso, o Ensino Militar mereceu, nos anos 30 e 40, deste século, com o Ministro Eurico Gaspar Dutra, um cuidado todo especial nas AMAN, EsAO e ECEME, cujas estruturas só agora, decorridos quase meio século, estão sendo ampliadas ou reaproveitadas. Ele priorizava a cultura geral, capaz

de, por si só, tirar o maior rendimento da cultura profissional. Na prática isto foi o regulamento de ensino de 1943. Conclui-se que a Instrução/Ensino era o elo fraco da Doutrina do Exército em 1889.

Disto resultou a divisão dos oficiais entre científicos e tarimbeiros. Os primeiros segundo J. B. Magalhães em **A evolução militar do Brasil** (Rio, Bibliex, 1958) "orgulhosos de sua superioridade cultural, poucos eram os que não relegavam para segundo plano os estudos de caráter tipicamente profissional e, muitos os que prezavam mais as comissões estranhas ao profissionalismo que as militares e os seus títulos científicos que os da carreira. Entre os últimos, os tarimbeiros, poucos haviam cujo interesse profissional efetivo fosse além das meras práticas de rotina, e quase todos olhavam com desprezo os primeiros a quem não consideravam bons soldados".

Os tarimbeiros e os científicos na Proclamação da República, embora unidos, perseguiram objetivos diferentes e possuíam valores antagônicos. Aos científicos deve-se o Regulamento de Ensino de 1890, do Ministro Benjamin Constant, que priorizou mais o bacharelismo militar.

## Motivação

Dentre os diversos mecanismos para desenvolver as forças morais da guerra (a motivação do militar do Exército), existiam os em forma de prêmio aos bons serviços prestados (condecorações, promoções, etc) e os em forma de castigo (disciplina e justiça).

# Condecorações

As condecorações imperiais brasileiras eram em número de 13 conforme o **Almanaque do Exército** de 1889. Destas 6 eram consideradas ordens honoríficas e 17 medalhas de campanha.

As ordens existentes e mais comumente concedidas a militares eram as Imperial do Cruzeiro, da Rosa, de Cristo e São Bento de Aviz. Havia mais as ordens de Cristo e São Thiago da Espada. Todas com graduações.

As medalhas referiam-se as guerras internas e externas desde 1811-1870.

Este assunto é bem resgatado na obra:

POLIANO, Luiz Marquês. **Ordens Honoríficas do Brasil.** Rio, Imprensa Nacional, 1943 (Ilustrado a cores).

Os oficiais detentores das mesmas constam no Almanaque do Exército citado.

Caxias por exemplo foi Grã-Cruz das ordens de São Bento, da Rosa, do Cruzeiro e D. Pedro I.

# Promoções

As promoções eram reguladas pela Lei nº 585 de 6 Set 1850, regulamentada pelo Decreto nº 772 de 31 Mar 1851, com modificações constantes do Almanaque do Exército de 1889. Portanto, legislação do tempo da guerra contra Oribe e Rosas.

Seguem em linhas gerais o sistema vigente atualmente.

Ao oficial mais antigo de cada classe era concedido, caso tivesse mérito, graduação no posto imediato, permanecendo com os vencimentos do posto que ocupava. Esta prática perdurou por mais de um século.

# Disciplina

Vigorava para transgressões disciplinares o **Regulamento Disciplinar para o Exército em tempo de paz.** Aprovado pelo Decreto 3.884 de 8 Mar 1875 e publicado na Ordem-do-Dia da Repartição do Ajudante General de 24 de Março de 1875, baixado pelo Ministro da Guerra, Duque de Caxias.

Os castigos disciplinares tinha a seguinte gradação: 1 Admoestação; 2 Repreensão; 3 Dobrar serviço de guarda; 4 Detenção; 5 Prisão; 6 Rebaixamento temporário de posto; 7 Rebaixamento definitivo de posto; 2 Transferência para depósitos de disciplina.

As de números 1, 2, 4 e 5 eram privativas de oficiais cadetes e soldados particulares.

Para os sargentos, cabos e anspeçadas, existiam mais as de números 3, 6, 7 e 8.

Para os soldados além das mencionadas 1, 2, 3, 4, 5 e 8 existiam as seguintes penas acessórias:

Carregar Armas; Carregar equipamentos em ordem de marcha; Faxina; Repetição de instrução na Escola de Recrutas; Diminuição do número de refeições e de cada refeição; Privação de vícios tolerados (cigarro) e isolamento em cela especial (a solitária).

# Justiça Militar

Era um complexo de leis e regulamentos que estabeleciam os meios de punição e repressão das infrações das regras e deveres militares.

Ela estava condenada na seguinte obra, verdadeiro vademecum de Justiça Militar, no Exército.

OLIVERIO, Ten. O Militar Arregimentado, Rio, Imprensa Nacional, 1896. 2v.

As bases da Justiça Militar pouco mudavam. Elas se encontravam nos seguintes regulamentos:

- .— Alvará de Justiça Militar de 1718 (parcial)
- Regulamento de Infantaria e Artilharia de 1763 do Conde de Lippe adotado para todo o Exército desde 11 Out 1843, por provisão daquela data, sob a forma de 29 artigos de guerra e publicado na obra citada.
- Ordenança de 9 abril de 1805, regulando as deserções e publicada na obra citada.

O castigo a espada foi abolido em 1874 por Caxias. Ainda em 1910, no Rio Grande, segundo Paula Cidade, ainda eram usadas, ilegalmente, surras com varas de marmelo.

A título de curiosidade, reproduzimos para o leitor, os artigos de guerra.

## Artigos de guerra

- Art. 1º Aquele que recusar, por palavras ou discursos, obedecer às ordens dos seus superiores, concernentes ao serviço, será condenado a trabalhar nas fortificações; porém, se lhe opuser, servindo-se de qualquer arma ou ameaça, será arcabuzado.
- Art. 2º Todo o oficial de qualquer graduação que seja, que estando melhor informado, der aos seus superiores, por escrito, ou de boca, sobre qualquer objeto militar, alguma falsa informação, será expulso com infâmia.
- Art. 3º Todo o oficial de qualquer graduação que seja, ou oficial inferior, que, sendo atacado pelo inimigo, desamparar o seu posto, sem ordem, será punido de morte. Porém, quando for atacado por um inimigo superior em forças, será preciso provar perante um Conselho de Guerra, que fez toda a defesa possível, e que não cedeu, senão na maior e última extremidade; mas se tiver ordem expressa de não se retirar, suceda o que suceder, neste caso nada o poderá escusar, porque é melhor morrer no seu posto do que deixá-lo.
- Art. 4º Todo o militar que cometer uma fraqueza escondendo-se, ou fugindo, quando for preciso combater, será punido de morte.
- Art. 25 Todo o soldado, que de propósito, e deliberada- mente se puser incapaz de fazer o serviço, será condenado ao carrinho perpetuamente.
- Art. 26 Nenhum soldado poderá emprestar dinheiro ao seu camarada nem ao superior.
  - Art. 27 Nenhum soldado se poderá casar sem licença do seu coronel.
- Art. 28 Todo o oficial de qualquer graduação que seja, que se valer do seu emprego para tirar qualquer lucro, Por qualquer maneira que seja, e de não puder inteiramente verificar a legalidade, será infalivelmente expulso.
- Art. 29 Todo o militar deve regular os seus costumes pelas regras da virtude, da candura, e da probidade; deve temer a Deus, reverenciar e amar ao seu Imperador Constitucional, e executar exatamente as ordens que lhe forem prescritas.

Estes artigos eram base nos Conselhos de Guerra.

Em dia de pagamento eram lidos na frente das companhias. Nenhum recruta podia fazer o juramento, sem entender a profundidade dos artigos de guerra.

A administração da Justiça estava confiada ao Supremo Tribunal Militar.

As penas superiores a 6 anos eram cumpridas nas fortalezas e em Fernando de Noronha.

Havia os conselhos de Inquirição; de Disciplina; de Investigação e de Guerra.

O Conselho Supremo Militar julgava, em 2ª instância, todos os crimes militares.

Em 1889, a criminalidade era elevada no Exército, segundo o general Paula Cidade.

#### Outros estímulos

Para amparar os militares inválidos, em conseqüência de serviço de guerra, existia o Asilo dos Inválidos da Pátria na ilha do Bom Jesus.

Os filhos de militares tinham o Colégio Militar gratuito, para educar seus filhos.

Havia ainda o Meio Soldo a viúva, esposa, mães e filhas de oficiais do Exército, estabelecido em Lei de 9 Nov 1827, que foi sendo ampliado com o tempo.

Lutava-se na época no âmbito da Santa Cruz dos Militares e Clube Militar para um Pecúlio a ser deixado a família pelo militar falecido.

# Comissões de promoções

Depois da Guerra do Paraguai visando a melhoria dos oficiais foi criada uma Comissão de Promoções integrada por quatro generais.

A ela incumbia fazer as listas de promoções que até então eram da alçada dos Presidentes de Províncias e Comandantes-de-Armas.

Extinta em 1878, foi restabelecida em 1880, pelo Marechal Osório.

## Culto das tradições

Entre os veteranos de Guerra do Paraguai havia forte espírito de classe, notadamente entre os que tinham tradições de bravura conquistadas na luta.

A influência positivista nas Escolas Militar da Praia Vermelha e na Escola Superior de Guerra passou a discutir a legitimidade de nossas lutas externas "levando seus alunos a desprezarem os veteranos da Guerra do Paraguai que desfilavam orgulhosos ostentando em seus peitos as medalhas de campanha "segundo testemunha desses fatos, o general Tasso Fragoso no prefácio da sua obra: **A Batalha do Passo do Rosário, 1922.** 

## **Emprego**

O emprego constitucional do Exército decorria do capítulo VIII, da Força Militar, da **Constituição do Brasil**, de 25 Mar 1824.

"Art. 145 — Ser o Exército obrigado a pegar em armas, para sustentar a Independência, a Integridade do Império, e defendê-lo dos seus inimigos internos ou externos".

"Art. 148 — Compete ao poder Executivo privativamente empregar (o Exército), como bem parecer conveniente a segurança, e a defesa do Império".

O Exército era diretamente subordinado ao Gabinete de Ministros, através do Ministro da Guerra que mudava, com frequência. Na maioria das vezes era um político civil dos partidos Liberal ou Conservador, com pouco ou nenhuma vivência do assunto, que tinha que confiar no comandante operacional do Exército — o Ajudante-General, e no comandante logístico — o Quartel-Mestre General que também mudaram bastante em 88 e 89.

Muitos achavam e, ainda acham, que o Exército deveria estar subordinado diretamente ao Imperador e acima dos partidos, como instrumento do Poder Moderador.

E por não ter sido assim, concluem também haver o abandono do Exército, pelos gabinetes, especialmente de 1881-89, contribuído para a Proclamação da República, de forma decisiva.

Era atribuição do Imperador, no entanto, movimentar os oficiais, prerrogativa que abdicava deixando as vezes oficiais a mercê de perseguições e atos de desprestígio, que resultaram na Questão Militar, na fundação do Clube Militar, na Abolição e finalmente na República.

O preparo operacional do Exército, segundo consenso de diversos memorialistas militares, havia decaído expressivamente do final da Guerra do Paraguai, até a República.

Havia uma consciência da necessidade de uma Reforma Militar. Segundo Piragibe da Fonseca, sobrinho neto do Marechal Deodoro da Fonseca, este acalentou este sonho que só foi possível executar do final da Guerra de Canudos, 1897, até o envio da FEB para a Itália, no contexto da Reforma Militar.

## Corrente do pensamento militar brasileiro

Em 1881, militares do Exército começaram a sinalizar o não atendimento pelo Governo de aspirações políticas, profissionais e previdenciárias, criando o Diretório Militar que reunia-se no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares.

Em 17 Dez 1881, era fundada a atual Biblioteca do Exército, exemplo logo seguido pelas fortalezas de Santa Cruz e São João e em janeiro de 1882, era editado o primeiro número da **Revista do Exército Brasileiro (1882-89)**, que serviu de suporte e difusão de uma saudável corrente do pensamento militar brasileiro nos campos da Arte e da Ciência Militar e que se propunha entre outras coisas:

"Preencher, bem ou mal, uma lacuna bastante sensível — a falta de um órgão que sirva, ao mesmo tempo, de transmissor de idéias e de elo de união entre os membros do Exército... Seu fim é todo doutrinário militar e somente nesse terreno aceitará discussão".

Seu domínio abrangia Administração e Organização, Tática e Estratégia, Engenharia Militar, Artilharia e Armamento, História Militar, Geografia e Estatística. Discretamente, ela sinalizava o descaso pelo Exército.

O Arquivo Histórico do Exército reconstitui a coleção da revista.

Outros trabalhos sobre Arte e Ciência Militar eram publicados por autores diversos, antes do advento da Biblioteca e da Revista, na Coleção Biblioteca Militar da Livraria Serafim José Alves — Rua 7 de Setembro, 83 e outras que se dedicaram a este ramo.

A revista tratou dos mais variados assuntos. Nota-se nela uma preocupação com a Reorganização do Exército, inclusive do Clube Militar, do Conde D'Eu, de Medeiros Mallet, de Sena Madureira, de Miranda Reis, do Visconde da Gávea, do Visconde de Maracajú, de Severiano Martins da Fonseca, do Cap José Carlos Lobo Botelho, "um jovem oficial muito interessado" e de outros. Era o sentimento de necessidade de mudança.

A Revista já publicava sobre Aerostação Militar, fortes subterrâneos e metralhadora Nordenfelt. A preocupação estratégica voltava-se para a defesa do Rio Grande do Sul e notadamente de São Borja.

Um aprofundamento no assunto recorrer a SANTOS, Francisco Ruas, Maj. índice da Revista do Exército Brasileiro **in: Coleção Bibliográfica Militar,** Rio, Bibliex, 1980, pp. 9-125.

O Major Ouriques no primeiro artigo da revista sobre a Defesa do Rio

Grande do Sul, previa as seguintes linhas de defesa:

- 1ª Linha fronteira de postos avançados, São Borja, Itaqui, Uruguaiana, Quaraí, Santana, Bagé, Jaguarão e Santa Vitória, com fortificações passageiras destinadas a deter por algum tempo o invasor, ou obrigá-lo a fazer grandes desvios.
- 2ª Linha de depósitos entrincheirados: Cruz Alta, voltada para o Oeste e São Gabriel e Rio Grande, para o Sul, como piões de manobras.
- 3ª Linha do pião central de manobra: Porto Alegre, depósito principal e último refúgio da defesa.
- 4ª Linha complementar de defesas No caso de invasão, a 2ª Linha seria complementada por fortificações passageiras em Santa Maria face ao Oeste, Caçapava, Piratini e Canguçu, na Serra dos Tapes e outros pontos julgados necessários, face ao Sul.

A linha do Uruguai seria defendida pelo Exército e Armada e a linha, sul pelo Exército sozinho e, combinado com a Armada, na região das lagoas.

Rio Grande e São Gabriel seriam as grandes posições fortificadas da fronteira su, com apoio em Brialmont e Vandeveld.

Preconiza que este sistema devia ser completado com a construção de ferrovias irradiantes para as fronteiras a partir de Porto Alegre, as quais seriam convergentes, em caso de retirada.

A ordem de batalha, em linhas gerais, obedecia o esquema descrito.

A tática se baseava no emprego de pequenas Unidades em combate, pelos seus comandantes efetivos, combinando manobra e fogo, através de seus atiradores.

As manobras principais eram:

- Ocupação e defesa de uma posição: (Muro; Elevação de terra; Bosque; Paliçadas; Casas; Desfiladeiros; Flanco da Posição).
- Marcha para frente;
- Ataque de uma posição defendida Por atiradores;
- Ataque de flanco;
- Ataque de frente;
- Marchar em retirada:
- Flanquear uma coluna ou comboio.

Enfim eram variações da Defesa, Ofensiva e Movimentos Retrógrados.

A companhia de Infantaria atuava no seguinte esquema: Linha de atiradores, reforço e apoio,. O reforço era uma reserva imediata da linha de atiradores e o apoio uma reserva mais a retaguarda dos atiradores. A maior intensidade do fogo era obtida com o maior número de atiradores na linha respectiva.

A ofensiva era constituída de 4 fases:

- 1<sup>a</sup> Avanço em terreno batido pela Artilharia;
- 2<sup>a</sup> Tomada de contato;
- 3a O ataque;

4<sup>a</sup> — Perseguição.

Na Defensiva a posição era assim caracterizada;

- Campo Exterior compreendendo postos avançados;
- Frente da Posição atual linha de resistência;
- *Recinto* era o interior da posição, composto de redutos e pontos fortes e *Retaquarda*. Era dada grande importância ao contra-ataque.

Alguns oficiais absorviam conhecimentos de Arte Militar na famosa obra abaixo, escrita pelo general Favé, "o mais famoso escritor militar francês e um dos teóricos militares mais conhecidos no mundo" segundo o general Paula Cidade em **Literatura Militar Brasileira.** Rio, Bibliex, 1959, p. 259.

Obra traduzida pelo tenente Joaquim Alves da Costa Mattos, era:

FAVÉ, general. **Curso de Artilharia.** Rio de Janeiro, Tip. Militar, de Costa e Santos, 1882.

O livro tratava de História Militar, Tática, Serviço em Campanha, Instrução de Combate, Emprego das Armas, Fortificação, Ataque e defesa de praças fortes, Batalhas célebres, apontadas como modelos de aplicação da Arte Militar.

Era um livro mais indicado para oficiais tarimbeiros ou de tropa, sem curso, que aprendiam a Arte Militar, na forma camoniana "vendo, tratando e pelejando".

Esta obra foi mandada adotar para a instrução de oficiais em 1882, pelo Ministro da Guerra Franklin Dória, criador da Biblioteca do Exército. Foi apresentada aos leitores com carta do heróico Brigadeiro Conrado Bittencourt, comandante do Batalhão de Engenheiros da invasão do Paraguai até o final da Guerra, e por largo período no após guerra.

A Infantaria em Canudos foi empregada com apoio nas **Instruções para a Infantaria do Exército Brasileiro** (com base em instrução de Portugal (Rio, Imprensa Nacional, 1897) que tratava:

1º Livro — Ensino do recruta;

2º Livro — Ensino da Companhia; e

3º Livro — Ensino do Batalhão e da Brigada.

A Comissão encarregada de tratar do assunto:

Gen Div José Clarindo de Queiroz;

Ten Cel Antônio Moreira Cézar;

Major João de Souza Castello; e Ten Napoleão Felippe Aché. (Chefe de Missão Militar na 1\* GM (1914-18).

Este regulamento do qual o Arquivo do Exército possui exemplo era conhecido como Moreira Cézar, trás o retrato em bico de pena do membro (3ª edição), seguramente homenagem após sua morte em Canudos.

As instruções em geral eram adaptações de instruções portuguesas que por sua vez traziam a influência inglesa.

Eram instruções complexas que exigiam bastante treinamento, o que não ocorria em realidade. As influências positivista e do bacharelismo no Exército, reagiam a operacionalidade do Exército.

O emprego da Artilharia era apoiado entre outras nas seguintes obras do então coronel Severiano Martins da Fonseca, comandante do 2º RA (atual) Floriano e que comandara o Regimento Mallet, em Tuiti e outros embates posteriores.

FONSECA, Severiano Martins da. Cel et alii. Instruções para o serviço dos canhões raiados de campanha e montanha. Rio, Tip. do Imperial Instituto Artístico, 1872.

IDEM. Regulamento para instrução do Serviço de Artilharia. Rio, Imperial Instituto Artístico, 1877 (mandado imprimir pelo Duque de Caxias).

Como parte da corrente de pensamento militar que começou a se desenvolver em 1881, no período de 1886-1896 surgiram as seguintes obras do mais tarde coronel Olivério de Deus Vieira, natural do Rio Grande do Sul:

- O Militar arregimentado 1886, 1891 (2v) e 1896 (2v);
- Exame Prático de Cavalaria, Infantaria e Artilharia 1885 (4v) (Para alferes, tenentes, capitães e majores).

O primeiro era um índice de toda a legislação administrativa e doutrinária de interesse de um oficial na tropa, desde antes da Guerra do Paraguai.

O segundo era um conjunto doutrinário de interesse dos diversos postos nas armas, para obterem promoções mediante aprovação em exames práticos, exigência muito objetiva posta em prática pela República.

Eles refletem a Doutrina Militar aplicada em Canudos.

Seu autor, da modesta obscuridade em que se encontrava em Jaguarão, veio para a capital federal, onde inclusive foi ajudante-de-ordens do Ministro da Guerra, do Ajudante General e do Quartel Mestre General.

Seu mais expressivo trabalho e o único que estava publicado em 1889, era o:

OLIVÉRIO, Cadete. O Militar Arregimentado. Rio Grande

Ele trazia indicação de toda a Legislação publicada nas Ordens-do-Dia do Exército de 1860-86, de interesse das Unidades.

Ele vinha complementar o trabalho a seguir, que indicava toda a legislação de interesse do Exército até 1874:

SILVA, José Joaquim do Nascimento. Sinopse da Legislação, Brasileira (Exército). Rio, Tip. Diário do Rio de Janeiro, 1874, 2v.

Esta foi atualizada de 1885-90 e só publicada em 1891, com apoio do Ministro da Guerra Benjamin Constant, pela Imprensa Nacional. Ela continuou até 1907, formando uma coleção de 10 volumes, mais o Indicador da Legislação Militar de A. J. do Amaral de 1870-1892, em 14 v.

Portanto, em 1889, os militares dispunham dos índices de Legislação de Cunha Mattos até 1840, de Titara 1840-1857, de Nascimento e Silva 1857-89,

de A. J. Amaral (1870-1880), do índice do Olivério de 1860-86.

Todos pela sua importância tiveram apoio oficial. O Arquivo Histórico do Exército conseguiu obter todos estes trabalhos, graças aos desvelos de sua funcionária Adália de Assis.

Eles davam indicações de todo o Corpo de Doutrina que sistematizava então a Organização, Equipamento, Ensino/Instrução, Motivação e Emprego do Exército, que emanava da Congregação da Escola Militar, no Rio.

A complexidade, abundância, dobramento da legislação do Exército "originou uma forte corrente litero-burocrática", no dizer de Paula Cidade, que trouxe fama e prestígio aos indexa- dores da Doutrina do Exército, num trabalho extremamente meritório e relevante. Homenagem pois aos Cunha Mattos, aos Ladislau Titara, aos Nascimento e Silva e aos Olivério que tanto contribuíram para racionalizar e dinamizar a administração do Exército.

A deficiência do campo de Instrução/Ensino se refletiu negativamente no campo Emprego, fato agravado pelo bacharelismo e influência negativa do positivismo no Ensino do Exército de 1873-1905.

As ordens eram transmitidas a toques de cornetas e clarim. Elas obedeciam a Ordenança de toques de cornetas e clarins organizada pelo general Severiano Martins da Fonseca e aprovada em aviso de 30 Nov 1887 e mandada adotar por aviso de 12 Mar 1888.

Os toques de cometas eram em número de 177 e os de clarins 26, totalizando 13 toques, conforme Olivério, Exame Prático, 1895 (v. 1. p. 254).

Em 1883, um oficial do Exército, reformado e oriundo do Serviço de Saúde começou a editar o seu dicionário biográfico que passou a ser conhecido pelo nome de seu autor **Sacramento Blake**, e até hoje instrumento de trabalho de indiscutível valor, no qual pela primeira vez, são publicadas sínteses biográficas de oficiais do Exército Brasileiro que até então mais se haviam notabilizado. Estes trabalhos relativamente a oficiais generais do Exército de 1808-1908, foram realizados por Pretextato Maciel e Laurênio Lago. Salvo um número restrito de oficiais generais foram continuados no **Dicionário Biográfico da Fundação Getúlio Vargas.** Existe uma lacuna muito grande até os dias atuais.

Até a entrada em vigor do Regulamento de Estado-Maior do Exército aprovado pelo Dec. n' 3.189 de 6 jan, 1896, segundo se conclui de Tasso Fragoso "não havia órgão encarregado no Exército de estudar, em sistema, prováveis Teatros de Operações, planos de Campanha, Mobilização, Concentração e Transportes'. Havia muita improvisação. Quem tinha de fazê-lo era a Repartição do Ajudante-General, cujos integrantes eram imobilizados por estas funções, pela rotina administrativa.

#### **FONTES CONSULTADAS**

Principais além das citadas no texto.

ALMANAK DA GUERRA, 1889. Rio, Imp. Nac. 1889.

ARARIPE, Tristão Alencar de. Mar. O Exército Brasileiro a partir da Guerra do Paraguai in: RIGHMB, nº 33 e 34, 1958, pp. 2-34.

- CIDADE, Francisco de Paula, Cel. O Exército em 1889, in: República Brasileira. Rio, Bibliex, 1939.
- COELHO, Edmundo Campos. Em busca da Identidade O Exército e a Política na Sociedade Brasileira. Rio, Forense, 1976.
- MAGALHAES, João Baptista, Cel. A Evolução Militar do Brasil. Rio, Bibliex, 1958.

MATTOS, João Baptista, Gen. Origem e História do Juramento Militar no Brasil, in: RIGHMB, nº 45, 1964, pp. 39-52.

# A GUARNIÇÃO DO EXÉRCITO DO RIO DE JANEIRO NA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

#### 1989

#### Cláudio Moreira Bento

Foi decisiva a participação da Guarnição do Exército», sob a liderança do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca e secundado pelo major Benjamin Constant na revolução republicana de 15 Nov 1889, da qual resultou a Proclamação da República.

É o que veremos na parte a seguir, complementando-a com a participação da Armada da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, ressaltando também o papel desempenhado pela Casa do Marechal Deodoro, pelos clubes Militares e Naval e pela Igreja Santa Cruz dos Militares.

Abordaremos outras OM da Corte que não tiveram participação direta, ao menos conhecida nas fontes relacionadas ao final. Ao concluir esta parte, terá o leitor uma visão ampla de como se processou, eclodiu e se impôs a República Brasileira de modo incruenta, embora sem calor popular, pois tratava-se de uma conspiração, ao contrário da Revolução Francesa proclamada com muito calor popular, mais ao custo de um banho de sangue de grandes proporções que atingiu muitos de seus promotores. Esta é a realidade histórica!

# Residência do Marechal Deodoro — 1889

Conhecida hoje como Casa de Deodoro, integra o Museu Histórico do Exército. Foi alugada pelo Marechal, no período 1889-91. Dela Deodoro saiu na madrugada de 15 Nov, numa caleça, para liderar os fatos que culminaram com a República, por ele proclamada de fato, ao dominar a situação militar no QG do Exército, pela manhã, e, de direito, ao assinar nesta casa, à noite, o Decreto de Proclamação da República Brasileira. Ela possui grande projeção histórica por haver abrigado entre outras, as seguintes reuniões básicas para a Proclamação da República e seu encaminhamento; 4 Nov 1889 — Benjamin Constant, Wandenkolk e outros oficiais visitam Deodoro e o convidam a aderir à conspiração republicana; 10 Nov 1889 — Benjamin Constant visita Deodoro e comunica-lhe a decisão do Clube Militar no sentido de apoiar a Proclamação da República decidida no dia anterior; 11 Nov 1889 — Deodoro recebe em sua casa os líderes civis republicanos Quintino Bocayuva, Aristides Lobo, Ruy Bar-

bosa e Francisco Glycério que obtém sua adesão à República; 13 Nov 1889 — Deodoro recebeu em sua casa o Marechal Floriano — Ajudante-General do Exército a quem comunicou estar à frente da sublevação do Exército, contra o Gabinete Ouro Preto; 15 Nov 1889 — assina em sua casa, à noitinha, como Chefe do Governo Provisório e perante seu Ministério, reunido, o Decreto nº 1, de 15 Nov 1889, que rezava:

"Art. 1º — Fica proclamada provisoriamente e decretada como forma de Governo da Nação Brasileira — A República Federativa".

Nesta casa teriam lugar a assinatura de outros atos importantes relativos ao ordenamento jurídico da República, como primeira sede do Governo da República, antes do Palácio Itamarati.

# Quartel-General do Exército — (QG)

No Quartel-General aquartelavam os 1º Bl e 10º Bl, atuais regimentos Sampaio e Avaí e tinham sede a Secretaria da Guerra, a Repartição do Ajudante-General e outras repartições. Nela reuniu-se, na madrugada de 15 Nov, na Secretaria da Guerra guase todo o Gabinete Ouro Preto, defendido por forcas que convocara e dispostas em seu interior e exterior. O 1º BI neste dia estava reduzido a 40 homens por estar dando guardas a diversas repartições. Havia acompanhado expedição comandada por Deodoro em Mato Grosso. O 10º BI simpático à revolução fora mandado até a Lapa para conter o avanço da Escola Militar da Praia Vermelha. Deodoro à frente da 2º Brigada do Exército, com reforços, a dispôs defronte ao QG, em ordem de batalha. Determinou que a Brigada Provisória que defendia o QG incorporasse ao seu dispositivo, no que foi atendido, como parte do plano revolucionário. Atendeu à direita, incidente envolvendo o Barão de Ladário, Ministro da Marinha que então foi detido e ferido ao reagir. Procurou através do Marechal Floriano conferenciar com o Visconde de Ouro Preto. Não sendo atendido, por volta das 09:00 horas, forçou o pórtico principal do QG, que foi aberto por guardas do 1º Bl. A seguir, precipitou-se através dele, a cavalo e com o boné na mão direita, conforme Rodolfo Bernadelli o imortalizou no óleo original existente no Museu da AMAN. Então ordenou ao 7º BI, que comandara, na recente expedição a Mato Grosso, que abrisse o toque a que tinha direito. Um capitão desta unidade deu-lhe um viva que foi respondido por toda a tropa formada no pátio do QG. Aí segundo Pedro Calmon, repetimos "Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro". Determinou então que a tropa se reunisse no exterior do QG com a 2º Brigada. Visivelmente abatido, por estar muito doente desde a véspera, desmontou e subiu até o 2º andar, sobre o portão principal do QG, onde estavam reunidos os seguintes ministros do Gabinete Ouro Preto, na Secretaria de Guerra: Ouro Preto, Chefe do Gabinete; Visconde de Maracaju, Ministro da Guerra; Barão de Loreto, Ministro do Império; Cândido de Oliveira, Ministro da Justiça; Lourenço de Albuquerque e, Ministro da Agricultura e José Francisco Diana, Ministro de Estrangeiros. Deodoro ao penetrar na Secretaria junto com o Marechal Floriano, que participava da conspiração, dirigiu-se a seu primo Visconde de Macaraju: -"Adeus primo Rufino". Depois de áspera discussão com Ouro Preto, declarou que "o Gabinete estava deposto e que todos poderiam ir para suas casas e que seria organizado outro Gabinete com as indicações que iria levar ao Imperador". A seguir desceu e colocou-se à frente das tropas para um desfile

Pela cidade. Em nenhum momento no QG, ele declarou proclamada a República, fato formalizado à noite em sua residência.

2ª Brigada do Exército (2ª Bda Ex)

Regimento de Cavalaria (1º RC)

Foi o mais envolvido no movimento militar que culminou com a Proclamação em 15 Nov. Fez a vanguarda da 2ª Brigada do Exército, desde seu quartel, em São Cristóvão, até ela postar-se ao comando de Deodoro, defronte ao QG do Exército. O 1º RC se articulou na ala direita, em coluna, na altura da Escola Rivadávia Correia e com guardas nas ruas laterais ao Campo de Santana que desembocam defronte ao QG do Exército. O regimento marchou sem a bandeira imperial para o Campo de Santana e foi o que forneceu a montada com a qual o Marechal Deodoro teve sua histórica atuação, em 15 Nov. Montada que passou à história com o baio nº 6, base de tradição atual dos comandantes do 1º RCC — Dragões da Independência de Brasília, usarem simbolicamente um cavalo baio, como montada oficial privativa. O 1º RCÇ, em Brasília, foi criado, em 14 de Mal 1808, pelo Príncipe D. João, no dia de seu aniver

A EMC, em 15 Nov, chamava-se Escola Militar da Corte (1755-89). Fora construída na primeira administração do Ministro da Guerra Marquês de Caxias.

Sabe-se que na Escola Militar as idéias republicanas prosperaram desde 1874, data em que o seu aluno Hermes Rodrigues da Fonseca já freqüentava o Clube Republicano integrado por alunos da Escola. Eles viam e sonhavam com-'a República, "com o regime inspirado no interesse coletivo, onde imperasse a mais completa liberdade espiritual, a mais absoluta, honestidade e desinteresse no trato da causa pública e no qual só os competentes fossem escolhidos para o exercício de funções sociais".

Escola de Tiro de Campo Grande (ETCG)

A Escola de Tiro de Campo Grande completava a estrutura de ensino do Exército. Se destinava a aperfeiçoar e a completar a instrução dos oficiais e praças de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, egressos das escolas militares, em tiros de Artilharia e de armas portáteis.

No ano da Proclamação ela funcionou com 45 alunos, dos quais 6 oficiais e 39 praças de pré.

Em 1889, a escola estava ao comando do brigadeiro José Simeão de Oliveira que como major trouxera a espada do Marechal Solano Lopes desde Cerro Corá até o Imperador no Rio de Janeiro e como coronel fora aí Secretário do Clube Militar, fundado em 26 Jun 1886.

Atuação dos batalhões 7º de Infantaria e de Engenheiros

7º Batalhão de Infantaria (7º BI)

O 7º BI, que aquartelava nos fundos do Mosteiro de Santo Antônio, teve papel importante na Proclamação da República.

Havia chegado, em 2 Mar 1889, junto com os 1º BI e 24º BI, de Expedição

ao Mato Grosso, ao comando do Marechal Deodoro e gozava da confiança do mesmo e era favorável à revolução republicana. Em 15 Nov, uma de suas companhias fora destacada para o Morro do Castelo para proteger o Arsenal de Guerra e também o Hospital Militar da Corte. Ela cumpriu a importante função tática de ficar em condições de impedir o desembarque do 1º Batalhão de Artilharia de Posição da Fortaleza de Santa Cruz, na Praia do Arsenal de Guerra, para apanhar peças de Artilharia para fazer frente às tropas de 2º Brigada do Exército.

O restante do Batalhão, numerando 120 homens, foi convocado para ocupar o pátio do QG do Exército para nele defender o Gabinete Ouro Preto ameaçado por tropa ao comando de Deodoro.

Na manhã e tarde de 14 Nov, o 7º BI foi agitado pela notícia que chegou até ele que seria embarcado para fora do Rio. A notícia de que o levante militar seria na manhã de 15 Nov foi-lhe comunicada pelos alferes Augusto Tasso Fragoso e Cândido Mariano Rondon, alunos diletos de Benjamin Constant e por ele enviados naquela missão.

Quando Deodoro penetrou impetuosamente no pátio do QG através de seu portão principal, defronte ao atual Pantheon que guarda os restos mortais do Duque e Duquesa de Caxias, foi a banda do 7º BI que deu o toque a que tinha direito e um capitão seu que logo a seguir deu um brado viva o Marechal Deodoro da Fonseca que foi respondido por toda a tropa do pátio, significando, assim, a adesão ao velho Marechal. O 7º BI no início do século foi incorporado ao atual Regimento Sampaio que hoje guarda as suas tradições. Assim, foi o Sampaio a única tropa de Infantaria a apoiar Deodoro no interior do QG do Exército, em 15 Nov 1889.

No Mosteiro de Santo Antônio acha-se guardado o altar de campanha do Duque de Caxias, onde freqüentemente, como cristão de fé robusta, assistia a missas.

# Batalhão de Engenheiros (BE)

Aquartelava provisoriamente no prédio que serviria mais tarde (1811-44) de Escola Militar do Realengo. O Gabinete Ouro Preto "providenciou para que o Batalhão se deslocasse do longínquo Realengo do Campo Grande". Ele integrava a 2ª Brigada do Exército)

Sabe-se hoje que o BE foi atingido pela conspiração. Elementos seus destacados na Escola da Praia Vermelha a acompanharam até o Campo de Santana. Em 6 Nov 1889, seu comandante tornou público em ordem interna, "a tomada de providência para evitar que suas praças tomassem parte em reuniões suspeitas". Era a conspiração republicana em marcha. Uma de suas companhias tomava conta da Escola de Tiro de Campo Grande, ao lado.

O Batalhão de Engenheiros fora criado em 23 Jan 1853.

É guardião de História e Tradições da Batalhão de Engenheiros o 1ºBE Cmb — Batalhão Vilagran Cabrita, aquartelado em Santa Cruz-RJ.

Fortalezas da barra do Rio de Janeiro 1889

## Fortaleza de Santa Cruz 1889

O Gabinete Ouro Preto fez de tudo para contar a seu favor, para enfrentar

o movimento militar que culminou com a República, com o 1º Batalhão de Artilharia de Posição (1º B Art Pos) que guarnecia a Fortaleza de Santa Cruz. Planejava o Gabinete Ouro Preto atravessar a Guanabara com o 1º B Art Pos, desembarcá-lo na Praia do Arsenal de Guerra e equipá-lo com onze canhões Krupp e seis Whithworth ali depositados. O Batalhão não chegou a mover-se da Fortaleza. E se o fizesse teria dificuldades ou impossibilidade de desembarcar no Arsenal de Guerra, dominado por uma companhia do 7º BI, em posição no Morro do Castelo. A Fortaleza aderiu ao movimento que proclamou a República.

A Fortaleza de Santa Cruz é a fortificação brasileira mais majestosa e bela e a que mais lutou e a mais respeitada pelo seu grande poder de fogo e muito vantajosa posição. Sua origem remonta a 1555 quando a posição foi fortificada por Villegaignon.

Atualmente a Fortaleza de Santa Cruz, com forte apelo e interesse turístico presta relevante apoio ao Exército, como Quartel-General da Brigada de Artilharia de Costa e Antiaérea, solução que concilia de forma notável a necessidade de sua preservação como monumento arquitetônico de rara beleza e valor.

#### Fortaleza de São João

A Fortaleza de São João aquartelava, em 15 Nov 1889, a Escola de aprendizes de Artífices Artilheiros que recebeu ordens de deslocar 100 homens para o QG do Exército, o que efetivamente não se verificou. Aderiu a tropa à República tão logo soube de sua proclamação. Também nela aquartelava uma bateria do 1º Batalhão de Artilharia de Posição.

Nesta Fortaleza funcionava, em 1889, a mencionada Escola destinada a formar chefes de peças e artilheiros para todas as Unidades de Artilharia do Exército, cujo comandante geral era o Conde D'Eu.

Em 1889, no ensino prático e teórico, a escola teve 930 aprovações e 159 reprovações. O local da Fortaleza foi berço da cidade do Rio de Janeiro e local da morte e sepultamento de seu fundador Estácio de Sá. Nela funcionou, em 1855-56, provisoriamente a Escola Militar, antes de ser construída na Praia Vermelha.

Em seu perímetro original funcionam a Escola Superior de Guerra e a Escola de Educação Física do Exército.

Estrutura de apoio em material bélico 1889

# Fabrica de Armas da Conceição

Situava-se onde hoje aquartela a 5ª Divisão de Levantamento, no Morro da Conceição, em dependências da Fortaleza da Conceição, construída por volta de 1715, para a defesa de Porto do Rio de Janeiro. No local Duguay Trouin havia instalado uma bateria, em 1711.

A Fábrica de Armas surgiu independente do Arsenal de Guerra da Corte, em 30 Fev 1888 e da 3ª Seção do mesmo e como oficina de espingardeiros. Não teve ação digna de nota na Proclamação da República. Em 1889, ela havia consertado 553 armas portáteis; fabricado 5.230 peças de armas e executado 4.229 modificações em carabinas Comblain.

Nos idos de 1791, serviu de prisão aos inconfidentes Tomaz Antônio Gonzaga e José Maciel.

#### Arsenal de Guerra da Corte

Situava-se na área onde, desde 1922, foi erigido o edifício do Museu Histórico Nacional. Ele junto com os arsenais de Guerra da Bahia, de Pernambuco, do Pará, do Rio Grande do Sul e Mato Grosso compunham parte do apoio logístico ao Exército Brasileiro, particularmente na parte de Armamento. De seu interior, em 15 Nov, saiu uma tropa com o propósito de defender a Monarquia, mas que logo aderiu à República. Sua famosa banda de menores aprendizes animou o histórico baile da Ilha Fiscal, em 9 Nov, em frente do velho Arsenal. Ele foi erigido, em 1762, como Casa do Trem e ganhou grande impulso com o Conde da Cunha, 1º Vice-Rei, no Rio de Janeiro.

Em 1889, o Arsenal de Guerra contava com 116 menores pobres aprendizes e com 106 artífices militares. O Arsenal depois de mais de dois séculos e meio no endereço citado, transferiu-se para moderna e amplas instalações na ponta do Caju, onde se encontra até hoje.

# Laboratório Pirotécnico do Campinho (1863-1900)

Ao Laboratório Pirotécnico do Campinho coube o encargo de fornecer algumas granadas ao 2º Regimento de Artilharia de Campanha (2 RAC) com vistas ao movimento que culminou com a Proclamação da República.

O laboratório fora instalado em Campinho com o nome de Fábrica de Munições e Petrechos (1851-63), no interior do perímetro do forte de Nossa Senhora do Campinho. erigido, em 1822, sobre ruínas de fortins erigidos, em 1720 e no estratégico local do aquartelamento atual do 15' RC Mec.

O Laboratório Pirotécnico prestou relevante apoio logístico específico às forças do Exército na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70). Em 1889, o Laboratório preparou as munições e artifícios de guerra destinados às unidades e fortalezas do Exército. O trabalho noturno era apoiado por instalações elétricas, à base de lâmpadas incandescentes de correntes contínua, recém-inauguradas.

A esta estrutura de Material Bélico comunicou-se o desgosto que lavrava na tropa do Exército, em razão de seus armamentos e cavalos serem utilizados para o treinamento da Guarda Nacional, "visando-se com isto substituí-la pelo Exército na segurança da Corte" com o esfriamento da Questão Militar, ainda latente.

#### Estrutura assistencial do Exército — 1889

Asilo dos Inválidos da Pátria da Ilha do Bom Jesus (1868-1976)

O Asilo não teve atuação digna de nota na Proclamação da República. Neste dia nele aquartelava o 24º BI que fora organizado com companhias extintas do 10º BI e que não poderia atuar por estar isolado na ilha do Bom Jesus, necessitando, para atingir o continente, de lanchas e batelões e, assim, atuar contra as forças que apoiaram Deodoro na Proclamação da República. Não atuaram também os 22º BI e o 23º BI organizados com companhias

extintas, respectivamente, dos 1º BI e 7º BI formadores do atual Sampaio. O 22º BI foi enviado para a Província do Amazonas, dentro de uma política de esvaziamento do Rio de Janeiro. Era favorável à República. Foi aconselhado a embarcar, sem reação, para não denunciar a conspiração republicana. O 23º BI também favorável a Deodoro fora enviado para Ouro Preto, poucos dias antes de 15 de novembro, para substituir o 9º RC que vinha tendo incidentes com a força policial de Minas Gerais.

Asilo dos Inválidos da Pátria, extinto em 10 Jun 1976, fora fundado, em 29 Ago 1868, depois de diversas tentativas de criar-se um Asilo "onde os militares de terra e mar, inutilizados no serviço da Pátria, fossem recolhidos ao abrigo da miséria e principalmente os que, na guerra, adquiriram lesões que os impossibilitaram para o trabalho". O Asilo foi inaugurado, em 29 Jul 1868, nos edifícios que hoje abrigam a Companhia de Comando e Serviços da 1° Região Militar — Mar Hermes Rodrigues da Fonseca.

Em sua capela foram depositados, em dezembro de 1869, com a presença do Imperador e altas patentes do Exército e da Armada, os restos mortais do Brigadeiro Antônio de Sampaio, até seguirem para o Ceará. Nela descansaram de 16 Nov 1879, até 3 Dez 1887, os restos mortais do Marechal-de-Exército Manoel Luiz Osório, até serem transferidos para a Santa Cruz dos Militares.

# Imperial Colégio Militar

Não teve atuação digna de nota na Proclamação da República. Guarda em seu arquivo histórico carta do Marechal Deodoro comunicando-lhe a Proclamação da República. O Colégio Militar foi criado, em 9 Mar 1889 (Dec. 10.202) e inaugurado, em 6 maio 1889. Segundo o seu criador, o conselheiro Thomas Coelho, em seu relatório de 1889, como Ministro da Guerra, o Colégio Militar foi criado "no intuito de proporcionar aos filhos dos militares ou àqueles que desejem seguir a carreira das armas, os meios de receberem instruções que em poucos anos lhes abra as portas das Escolas Militares do Império" (da Corte, do Rio Grande do Sul e do Ceará). Os recursos para aquisição do majestoso edifício inicial do Colégio Militar foram fornecidos pelo Conselho do Patrimônio do Asilo de Inválidos da Pátria, que continuou a concorrer para a manutenção do Colégio, com as obras do rendimento do Patrimônio do citado Asilo.

Hoje exatamente quando completa um século, passou a admitir meninas como suas alunas, por certo um ponto de inflexão expressivo em sua brilhante e benemérita trajetória e talvez uma abertura para que no futuro de igual modo que em West Point, brasileiras venham a freqüentar a Academia Militar das Agulhas Negras.

#### Estrutura de saúde Rio de Janeiro — 1889

# Hospital Militar da Guarnição da Corte

Não teve participação digna de nota na Proclamação da República, embora a ela tenha aderido sem contestação. Mas existem evidências que seu pessoal militar era simpático à revolução republicana. O Hospital Militar instalou-se no Morro do Castelo, em 1759, com o nome de Hospital Real e

Militar de Ultramar. Nele D. João fundou no Brasil, em 2 Abr 1808, o ensino médico no Rio de Janeiro com o curso de "ligaduras, cortes e operações de cirurgia". Em 20 Set 1808 e 12 Abr 1808. foram introduzidos os cursos de "Terapêutica Cirúrgica e Particular e o de Medicina Teórica e Prática". Estes cursos passaram a comportar a Academia Médico Cirúrgica criada em 1813 e transferida para a Santa Casa de Misericórdia, próxima, tendo após funcionado no Hospital Militar (1844-50). Nele foi aplicada, em 1847, a primeira anestesia a éter no Brasil.

O Hospital, em 1889, tratou 4.003 pacientes, dos quais 3.714 foram curados, 35 transferidos e 76 faleceram.

#### Enfermaria do Andarai

Instalada, em r Fev 1857, destinada a convalescentes, como dependência do Hospital Militar, e durante e após a Guerra da Tríplice Aliança, quando tomou grande desenvolvimento, situava-se onde hoje está instalado o 1º Batalhão de Polícia do Exército. O antigo Hospital do Andarai com 10 edificações ocupava em 1889 área de 167m de lado, pela Barão de Mesquita.

# Laboratório Químico Farmacêutico Militar (LQFM)

Ocupava, desde 1878, um sobrado antigo da rua Evaristo da Veiga, 95. Fora criado pelo Ministro da Guerra, Duque de Caxias, em Dez 1877, anexo ao Hospital Militar no Morro do Castelo. Em 1889, era dirigido pelo tenente Dr. Augusto Cézar Diogo, farmacêutico militar, formado pela Faculdade de Farmácia de Ouro Preto e que esteve à frente do estabelecimento por 14 anos, até 1901. O Laboratório conquistou para o Exército, até 1889, a Medalha do Progresso na Exposição Nacional de 1875 e o Diploma de Honra na Exposição Científica do Rio de Janeiro de 1884. O Laboratório Químico Farmacêutico Militar deu origem ao atual Laboratório Químico Farmacêutico do Exército que possui suas raízes na botica do Hospital Militar da Corte, depois transformado em Laboratório Químico Farmacêutico, ainda dependente daquela Casa da Farmácia Militar, até 5 Fev 1887.

Em 1889, o Laboratório aviou 8.451 receitas e fez 115 suprimentos a outras enfermarias e unidades do Exército.

Esta estrutura de saúde foi a que apoiou, inclusive, o Marechal Deodoro, através de seu irmão, coronel Dr. João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde do Exército antes, no dia e após a Proclamação da República. Pois sabe-se, segundo o Gen. Alberto Martins da Silva, atual Diretor do Hospital Central do Exército, que no dia 14 Nov. Deodoro foi acometido mais uma vez de violento "ataque de asma brônquica" que quase o levou à morte, obrigando-o a recolher-se e passar até às 22:30 horas da noite de 14/15 Nov, na casa do seu irmão Dr. Severiano, no Andarai. E foi atacado Por este mal que Deodoro num esforço sobre-humano de superação da doença atuou decisivamente em 15 Nov.

Recorde-se que no dia 15 Nov, Deodoro minado por doença desde a Guerra do Paraguai levantou-se da cama em sua casa, fardou-se de Marechal e embarcou sem espada numa caleça, levando seus arreios até encontrar-se com a 2ª Brigada na altura da Companhia Estadual de Gás e montar próximo à Casa da Moeda o seu cavalo para o seu grande encontro com a História, em

15 Nov 1889, sem decepcionar, pela doença, seus irmãos de armas do Exército, Armada, Polícia e Bombeiros.

# Associação de militares do Exército e Marinha

#### Clube Militar

O Clube Militar, à rua do Ouvidor 155, integrado por oficiais da Armada e do Exército, teve papel decisivo no movimento que culminou com a República, proclamada por seu Presidente, o Marechal Deodoro. Em reunião de 9 Nov 1889, com 116 sócios, sob a presidência do tenente-coronel Benjamin Constant, por estar doente o Marechal Deodoro, "a Assembléia conferiu-lhe poderes para atuar junto ao Governo no sentido de por fim à reação contra o Exército, levando o problema até as últimas conseqüências".

Em sessão anterior do dia 5, foram admitidos no Clube Militar os principais oficiais envolvidos na conspiração republicana.

Para darem força às deliberações, oficiais que participaram da Assembléia integrantes da 2ª Brigada do Exército, 1º RC e 2º RAC e mais alunos da Escola Superior de Guerra, firmaram pactos de sangue, em 13 Nov, em apoio, sem reservas, a Benjamin Constant para lutarem "contra o espezinhamento e aniquilamento do Exército". Este estado de ânimo foi exacerbado com boatos, como este, às vésperas de 15 Nov, do major Solon Ribeiro, na rua do Ouvidor de que "o governo acabava de resolver, não só o embarque de várias unidades sediadas no Rio de Janeiro, para diversos pontos do Brasil, bem como a prisão do Marechal Deodoro e de Benjamin Constant, dirigentes mais importantes do Clube Militar".

O Clube Militar fora fundado, em 26 Jun 1887, sob a Presidência do Marechal Deodoro, como desaguadoro da Questão Militar (1881-87). Quatro meses depois ele assinou petição à Princesa Isabel pedindo para liberar o Exército do encargo da captura de escravos fugidos, fato decisivo para a Abolição, em 13 Mai 1888. Os dois citados dirigentes do Clube Militar foram decisivos na Proclamação e no encaminhamento do regime republicano.

Ruy Barbosa mais tarde, em 1922, referiu que do Clube Militar saiu a Abolição e a República.

# Irmandade de Santa Cruz dos Militares

Os irmãos militares desta Irmandade da Marinha e do Exército tiveram papel expressivo na conspiração. Por esta razão as tropas do comando de Deodoro a incluíram no seu roteiro, após a deposição do Gabinete no QG do Exército, ao desfilarem a sua frente, depois de fazerem o mesmo em relação aos clubes Naval e Militar.

Em 1881, os oficiais do Exército e Armada fundaram um Diretório Militar que se reunia no consistório da Igreja. Dele participavam Deodoro e outros oficiais, segundo Garcez Palha. Eles objetivavam obter solução para os problemas sociais e profissionais que afligiam a classe e que não eram atendidos pelo governo, elegendo militares deputados. Não tiveram acolhida no eleitorado. Antes da fundação dos clubes era na Irmandade que se reuniam grupos de conspiradores militares republicanos. Este fato se repetiria na Revolução de 1930. A igreja se origina de capela erigida, em 1623, no local do

forte de Santa Cruz construído em 1585, e destinada ao sepultamento de militares.

Situa-se à rua 1º de Março 36. homenagem ao dia 1º Mar 1870, que assinalou o fim da Guerra do Paraguai, após a qual o Duque de Caxias foi seu provedor e teve de pacificar parcialmente uma crise, entre a devoção da Piedade e a Irmandade, proveniente da provedoria anterior, e que envolvia em seu bojo o Imperador e a Imperatriz.

#### Clube Naval

A conspiração republicana teve curso entre oficiais da Armada no âmbito do Clube Militar, sob a liderança do Chefe de Divisão Eduardo Wandenkolk.

Benjamin Constant conspirou no Clube Naval, em 14 Nov à noite. No dia 15, pela madrugada, despachou a cavalo os alferes alunos Tasso Fragoso e Cândido Rondon com a senha "Roma" e mensagem que foi entregue ao Clube Naval onde se reuniam secretamente líderes da conspiração na Armada. Mensagem "dizendo esperar todo o patriótico concurso da Armada, para proteger o desembarque dos fuzileiros navais". A resposta foi positiva!

Ele abrigou, em 26 Jun 1888, a fundação do Clube Militar. D. Pedro II era Presidente de Honra do Clube. Em 17 Dez, foi destituído respeitosamente desta condição e seu retrato destinado à Biblioteca do Clube, "como homenagem e sinal de lembrança por estar seu nome gravado no coração dos brasileiros".

# Participação da armada na proclamação da República

#### Ministério da Marinha

Os acontecimentos não a envolveram diretamente em 15 Nov. Apenas seu titular, o Barão de Ladário, quando se encaminhava pela 3º vez, para a reunião do Gabinete Ouro Preto, no QG do Exército. Percebido por Deodoro este mandou seu Ajudante-de-Ordens detê-lo. O Barão de Ladário reagiu corajosamente. Acionando uma pistola de dois anos, desferiu um tiro no Ajudante- de-Ordens e outro em Deodoro, errando ambos. Houve reação e ele foi ferido levemente a bala. Não foi morto por ordem de Deodoro — "Não atirem neste homem"! O Barão foi medicado no hoje Palácio do Itamarati. Mais tarde com grande senso de humor comentava a sua má pontaria.

O 1º Ten Raul Atto comandou um grupo de aspirantes da Escola Naval da Ilha das Enxadas que juntou-se a seus colegas da Escola Superior de Guerra, no Campo de Santana. Foi o tenente da Armada José Augusto de Vinhaes que por ordem de Deodoro tomou conta do Telégrafo no atual Paço da Cidade. Na Escola Naval alguns professores haviam criado simpatia à República entre os aspirantes. A data de 15 Nov só foi decidida pelos líderes Deodoro e Quintino Bocaiuva, depois de Benjamin Constant a haver combinado na noite de 14 Nov, "com seus amigos do Clube Naval." Na manhã de 15 Nov, a canhoneira "Carioca" navegava entre o Arsenal e a Ilha das Cobras, protegendo o desembarque dos fuzileiros e marinheiros. Foi o 1º tenente João da Silva Retumba, bibliotecário do Clube Naval, que comandou as metralhadoras que dominavam a entrada do QG do Exército e que aderiu a Deodoro. A República foi feita com o concurso efetivo da Armada, circunstância que Benjamin

Constant sempre enfatizava no ato de deposição do Gabinete Ouro Preto, por Deodoro, no QG do Exército.

#### Arsenal de Marinha

Situava-se onde hoje está instalado o 1º Distrito Naval. Na madrugada de 14/15 Nov, foi nele que se instalou mais da metade do Gabinete Ouro Preto. Foi junto ao seu histórico portão que terminou o desfile das tropas do Exército, Armada, Policia e Bombeiros que no QG do Exército apoiaram a deposição do Gabinete Ouro Preto. Desfile ao comando de Deodoro que percorreu as ruas da Constituição — Largo do Rossio (sede do Clube Naval) — rua do Ouvidor (sede do Clube Militar) — rua 1º de Março (sede da Igreja Santa Cruz dos Militares) e até fazer alto na altura do Arsenal de Marinha. Aí Deodoro desceu do seu cavalo baio nº 6 e adentrou o portão do Arsenal e sob ele abraçou cordialmente o Barão de Santa Marta, Ajudante-General da Armada, e os chefes de Divisão Wandenkolk e Foster Vidal Diretor do Arsenal. Era a adesão oficial da Armada. Ali Deodoro fez entrega solene ao Barão de Santa Marta dos Fuzileiros Navais e Imperiais Marinheiros. A seguir a tropa desceu a rua Mar Floriano até o Campo de Santana, onde foi liberada a destinos. Deodoro recolheu-se a sua casa muito doente às 14:00 horas. "Do desfile participaram lideranças republicanas civis que bradavam vivas à República que eram secundados pela grande massa popular que se havia reunido nos flancos da coluna de marcha", segundo o repórter Ernesto Sena. Na rua do Ouvidor a tropa fez altos defronte os jornais Diário de Notícias, Cidade do Rio e Gazeta de Notícias para ouvir homenagens, através de discursos de Aristides Lobo, Silva Jardim. José do Patrocínio e outros. Não existem fotos desses momentos históricos.

# Batalhão Naval (Fuzileiros Navais) —1889

Os atuais Fuzileiros Navais, em 15 Nov, com a denominação de Batalhão Naval, haviam saído de sua histórica caserna na Fortaleza de São José na Ilha das Cobras. Depois de desembarcarem às 05:00 horas da manhã no Arsenal de Guerra marcharam para o Campo de Santana, para cooperar na defesa do QG do Exército onde se reunia, na Secretaria de Guerra, o Gabinete Ouro Preto. Foi incorporado à P Brigada Provisória do Exército. Eles tomaram posição defensiva defronte e junto ao QG ao lado do Portão Principal, para o lado da Central do Brasil. Aderiram a tropa comandada pelo Marechal Deodoro, tão logo deu-se a adesão ao mesmo, previamente combinada, de seu comandante general Almeida Barreto. A partir desse momento ela apoiou Deodoro, inclusive, no momento mais crítico, quando este precipitou-se a cavalo, através do Portão Principal e temerariamente adentrou o pátio do QG onde logo a seguir, receberia a adesão de toda a tropa, que passou em revista. O Batalhão Naval incorporou às forcas sob o comando do Marechal Deodoro que depois de depor o Gabinete Ouro Preto, desfilou pela cidade, com toda a tropa que o apoiava, indo até o Portão do Arsenal de Marinha, onde deu-se, em presença do Ajudante-General e outros oficiais da Armada, que apoiaram o movimento republicano, a desincorporação dos Fuzileiros Navais em meio a tocante solenidade. Dali eles voltaram para seu quartel na Ilha das Cobras que já ocupavam fazia 80 anos.

# Corpo de Imperiais Marinheiros 1889

Para atender o QG do Exército onde, na madrugada de 15 Nov, estava reunido o Gabinete Ouro Preto, este convocou também os Imperiais Marinheiros aquartelados na ilha de Villegaignon, atual Escola Naval. Eles ocupavam o espaço entre o QG do Exército e a Estação Ferroviária, com a frente voltada para a tropa da 2º Brigada do Exército ao comando do Marechal Deodoro. Outro pequeno grupo guarneceu as metralhadoras do interior do pátio do QG do Exército que dominavam a entrada do Portão Principal do mesmo QG, na altura do Pantheon. Finalmente outro grupamento mais numeroso de marinheiros formou no interior do quartel a esquerda e no meio do pátio de quem entra, e atrás do 7º Bl. Os marinheiros do lado externo integrantes da Brigada Provisória logo confraternizaram com as tropas do Marechal Deodoro. Os que guarneciam as metralhadoras não atiraram quando aberto o portão do QG pelo 1º Bl, o Marechal Deodoro precipitou-se através dele, a cavalo, sem espada e com o quepe na mão direita.

Os marinheiros que formavam no pátio logo começaram a obedecer as ordens de Deodoro, terminando por prestar-lhe honras de estilo, junto com as demais que formavam no interior do pátio. O Corpo de Marinheiros a partir daí passou a apoiar o Marechal Deodoro, inclusive, no ato principal a deposição do Gabinete Ouro Preto, que logo a seguir teve lugar.

O Corpo de Marinheiros formou depois com as demais tropas e com elas marchou triunfalmente pelas ruas do Rio de Janeiro até sua desincorpoporação por Deodoro e entregue simbolicamente ao Ajudante-General da Armada barão de Santa Marta junto ao Portão principal do Arsenal da Marinha.

Corpos de polícia e de bombeiros do Rio de Janeiro — 1889

#### Corpo Militar de Polícia da Corte

Na madrugada de 15 Nov, o Corpo Militar de Polícia da Corte, atendendo à convocação do Gabinete Ouro Preto, deslocou-se de seus quartéis às ruas Evaristo da Veiga (Infantaria) e Estácio de Sá (Cavalaria) e passaram a integrar a P Brigada Provisória, tendo tomado posição defensiva no QG do Exército, entre este e a Estação Ferroviária. Parte da Infantaria ocupou o fundo do pátio do QG, à esquerda do portão principal, do lado da Central do Brasil. Os contingentes externos logo aderiram a Deodoro, integrado a P Divisão Provisória, obedecendo ordens do mesmo, para entrar na formatura da 2ª Brigada do Exército. No interior do pátio do QG do Exército os policiais aderiram ao movimento, tão logo Deodoro penetrou a cavalo no interior do QG. Toda a Polícia da Corte aderiu a Deodoro a tempo de apoiá-lo na derrubada do Gabinete Ouro Preto que teve lugar no 2º pavimento, na Secretaria da Guerra, sob o portão principal, então no alinhamento do Pantheon.

O Corpo de Polícia em tela se originava de Divisão da Guarda Real da Polícia do Rio de Janeiro, criada em 13 Mar 1809 pelo Príncipe Regente D. João.

#### Corpo Policial da Província do Rio de Janeiro

Forneceu um contingente de 100 homens que se foi postar em apoio ao

Marechal Deodoro, defronte ao QG do Exército, entre o 9º RC e uma Guarda do 7º BI. Foi a única força auxiliar a colocar-se desde o início, francamente, ao serviço do movimento militar, do qual resultou a Proclamação da República.

Corpo Provisório de Bombeiros da Corte 1856-83

Em 15 Nov 1889, o Gabinete Ouro Preto, convocou o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte para defender sua reunião no QG do Exército.

O Corpo marchou a pé de seu quartel no Campo de Santana, inaugurado em 1864, onde foi erigido o atual, em 1904. Seu contingente era diminuto e ocupou o fundo do pátio do QG, em paralelo à rua Marcílio Dias.

Ela aderiu ao Mal Deodoro em tempo para apoiá-lo, na deposição do Gabinete Ouro Preto. Depois participou da marcha pelas ruas da cidade com as demais trepas, até ser liberado, já com a coluna de marcha no Campo de Santana.

O Corpo de Bombeiros havia recepcionado em seu quartel, em 8 Nov, no dia anterior ao Baile da Ilha Fiscal a reunião decisiva do Clube Militar próproclamação da República, a oficialidade chilena do navio de guerra "Almirante Cochrane" que testemunhou o acaso do Império do Brasil.

#### **FONTES CONSULTADAS**

Principais fontes consultadas que encaminham, o leitor para outras fontes relacionadas com o assunto, caso deseje ampliar seus conhecimentos sobre os temas:

ANFÍBIO HISTÓRICO. Fuzileiros Navais 189 anos. Edição Especial, Mar 1988.

ASILO DOS INVÁLIDOS DA PÁTRIA: Livro *Histórico, 1927-76.* Fundado, em 29 Jul 1868 e extinto, em 10 Jun 1976 (Existente no Arquivo Histórico do Exército).

BENTO, Cláudio Moreira, Cel. 1º RCG — Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História. *Revista Militar Brasileira*, nº 102, Jan/Jun 1972, pp. 105-112.

IDEM. Cel. José Simeão de Oliveira, 1º Secretário do Clube Militar. *Revista do Clube Militar*. Nº 280, 1987, pp. 26-7.

IDEM. Mar Deodoro estado de saúde, ações e objetivos, em 15 Nov. 1889 (Estudo existente no Arquivo Histórico do Exército).

IDEM. *Quartéis-Generais das Forças Armadas.* Rio, FHE — POUPEX, 1988 (Original ampliado no IHGB e Arquivo Histórico do Exército).

IDEM. Marechal Deodoro da Fonseca. Revista do Clube Militar, nº 281, 1987.

BEZERRA, Eduardo. Santa Cruz dos Militares. Rio, P. Mendes, 1927.

BOITEUX, Lucas Alexandre. CMG. Corpo de Marinheiros Nacionais, *in:* subsídios para a História Marítima do Brasil. Rio, Imp. Nac. 1S39, v. 2, pp.

BUARQUE, Felício. Origens republicanas. Recife, 1894.

CAMARA DOS DEPUTADOS. O Ministério Ouro Preto e a República, in: Perfis

- Parlamentares. Silveira Martins. Brasília, 1979, pp. 77-84.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da Identidade. O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio, Forense, 1976.
- COELHO, Thomaz. Relatório do Ministro da Guerra. Rio, Imp. Nac. 1889.
- COLÉGIO MILITAR RIO DE JANEIRO BRASIL. Paris, Ed. Lavollois, 1906 (Álbum ilustrado).
- CONSTANT Neto, Benjamin Constant. Rio, Leuzinger, 1940.
- CUNHA, Epaminondas Ferraz. O Exército no dia 15 de novembro, 1889. *A Defesa Nacional.* Nº 635, 1970.
- DEODORO E A VERDADE HISTÓRICA. Rio, Imp. Nac. 1937.
- DÓRIA. Escrangnolle. O antigo Arsenal de Guerra. *Eu sei Tudo,* 1921 (4. ilustradas).
- DUNLOP, Charles J. Antônio. Rio, Ed. F. Lemos, 1956, v. 2, pp. 51-52. EDMUNDO, Luiz. Como se fez a República, *in:* A *República Brasileira*. Rio, BIBLIEX, 1934, pp. 142-178.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO: O Exército e a República, *in: História do Exército Brasileiro.* Rio, Sergraf. IBGE, 1972, v. 2, pp. 767-91.
- FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. Revolvendo o passado. *Jornal do Commércio*. Rio de Janeiro, 1940.
- FONSECA, Clodoaldo. Deodoro e Ouro Preto, *in: Deodoro verdade histórica.* Rio, Imp. Nac., 1937, pp. 109-164.
- GUIMARÃES, Tiago. Como se fez a República, um "interview" com o general Quintino Bocayuva. *in: Idéias políticas de Quintino Bocayuva.* Brasília, Senado e Casa Ruy Barbosa, 1986. v. 1, pp.. 649-46 (textos selecionados por Eduardo Silva).
- IMPRENSA NACIONAL. O Soldado, *in: Deodoro e a verdade histórica.* Rio, Imp. Nac., pp. 29-71.
- JARDIM, Antônio da Silva. Propaganda republicana. Rio, Casa Ruy Barbosa, 1978.
- JORNAL DO COMMÉRCIO DE SAO PAULO. 15 de novembro, Reminiscências e restituições históricas, São Paulo, 17 de dezembro, 1963 (Entrevista do Visconde de Ouro Preto).
- LAOOMBE, Américo Jacobina. A Questão Militar e fontes Históricas da República. *Revista do Clube Militar*. Nº 280, 1987.
- MIRANDA, Reginaldo Moreira de. Um grave incidente na Questão Militar. *Letras em Marcha.* Novembro, 1988, p. 9.
- MIRANDA, Salm de, Gen Floriano e a conspiração republicana e o 15 de Novembro, *in: Floriano*. Rio, BIBLIEX, pp. 94-128.
- MOREIRA, Uha, Mar Deodoro magnânimo, *in: Deodoro e a verdade histórica.* Rio, Imp. Nac., 1937, pp. 91-8. (Atribui a Deodoro a frase, em 13 Nov "A República é a nossa única saída, é a salvação do Exército).
- OLIVEIRA. Luiz Maria de Mello. Estudo sobre armas de fogo portáteis ou Catecismo do atirador. Rio, Tip. da Escola de Serafim José Alves, rua 7 de setembro, 1880. (Subsídios Laboratório Pirotécnico e Escola de Tiro do Exército).

- PMESP. Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio, Jotaneri, 1989.
- PONDÊ, Francisco de Paula e Azevedo, Gen. Defesa do porto da cidade do Rio de Janeiro. Rio, Imp. Ex., 1967.
- PRADO, Francisco Silveira do, Gen. *A Guarda Policial Fluminense.* Rio, Imprensa do Ev, 1975.
- REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO 15' HISTÓRICO. Rio, Imp, Naval, 1983.
- REPÚBLICA BRASILEIRA. Rio, BIBLIEX, 1939.
- REVISTA DO CLUBE BILITAR. Nº 280, 1984. (Edições históricas comemorativas do Centenário do Clube).
- SENA, Davis Ribeiro, Cel. 179 RC. Mec Um regimento de glórias. *Revista do Exército*. Nº 2. Abr/Jun 1988, pp. 50-53.
- SILVA, Alberto Martins, Gen. A Abolição A gargalhada SHRDA
- SILVA, Alberto Martins, Gen. Abolição A galharda atuação do Exército. *Revista do Exército Brasileiro*, v. 125, nº 2, Abr/Jun 1988, pp. 23-88.
- SENNA, Ernesto. *Deodoro subsídios para a História notas de um* HCE, em 23 Ago 1985, no Arq. Hist. Ex.).
- SENNA, Ernesto, *Deodoro* >— subsídios para a História notas de um repórter. Rio, 1913, pp. 43-44 (Ata Clube Militar de 9 Nov 1889).
- SILVA, Hélio. Proclamação da República. *in:1889 A República não inspirou amanhecer*. Rio, Ed. Civilização Brasileira, 1972, pp. 87-136.
- TAVARES, Aurélio de Lyra, Gen. Aristides Lobo e os militares. *in:Aristides Lobo e a República*. Rio, José Olympio, 1987, pp. 66-71.
- IDEM. História da Arma de Engenharia. Rio BIBLIEX, 1944.
- VIVEIROS, Esther de. A República. *Em Rondon conta a sua vida.* Rio. Coop Cult. Esperantistas, 1969, p. 45.
- WINZ, Antônio Pimentel. A Casa do Trem. Rio. Museu Hist. Nacional, 1960.

# MARECHAL JOSÉ SIMEÃO DE OLIVEIRA E A REPÚBLICA

1989

## Cláudio Moreira Bento

Em 15 de novembro de 1889 o Major Frederico Solon Ribeiro foi encarregado de entregar ao Imperador D. Pedro II, em nome do Governo Provisório da República, a comunicação da queda da Monarquia.

No dia seguinte, o então tenente-coronel João Nepomuceno Medeiros Mallet teve o encargo de fazer o embarque da Família Imperial no navio "Alagoas", rumo ao exílio. Aparece, no entanto, nestes últimos momentos de monarquia, o coronel José Simeão de Oliveira, como encarregado pelo governo republicano de comunicar ao Conde D'Eu que a Família Imperial receberia 5000 contos de réis para instalar-se na Europa, o equivalente, hoje, a cerca de 250 milhões de

cruzados novos, com base na evolução do preço do ouro desde então, até os nossos dias (26 set 1989), segundo estimativa do historiador José Augusto Vaz Sampaio Neto.

O coronel Simeão faz parte do grupo muito próximo a Deodoro, e que como comandante da Escola Militar em Porto Alegre conspirou na Questão Militar e de lá deslocou-se para o Rio de Janeiro, onde, ao lado de Deodoro e Floriano tomou parte destacada, embora muito discreta, no processo decisório de sua classe na criação do Clube Militar, petição à Princesa Isabel, pedindo para liberar o Exército do encargo de capturar escravos.

Quando da Proclamação da República, Simeão era comandante da Escola de Tiro do Exército, no Realengo do Campo Grande, local da extinta Fábrica de Cartuchos do Realengo.

Era o Cel José Simeão de Oliveira, gaúcho da cidade do Rio Grande. Nasceu em 26 Set 1838, quando a República Rio-Grandense e a revolução que a mantinha viviam fase áurea, com a reconquista do Rio Pardo, em 30 abr, seguida da colocação de Porto Alegre em 1 jun, sob o terceiro, último e o mais prolongado sítio.

Seu padrinho foi o heróico Maj Manoel Marques de Souza, mais tarde visconde de Porto Alegre, que, dois anos antes, num gesto de bravura e audácia, conseguiu libertar-se do presídio Presiganga, ao largo do Guaíba, e liderar a reconquista definitiva de Porto Alegre aos farrapos, em 15 jun 1836. O pai de José Simeão, mais tarde tenente-coronel, do mesmo nome, fez carreira na Pagadoria do Exército, em Porto Alegre, depois de, como bom pintor, junto com Araújo Porto Alegre, mais tarde barão de Santo Ângelo, pintar paisagens em casas de pessoas ricas, e panos e cenários dos modestos teatros e casa da ópera de Porto Alegre. A fortuna bafejou a sorte do pai de José Simeão, que se tornou rico proprietário em Rio Grande e em Porto Alegre, e viajou muito pelo Brasil, em especial para o Rio.

Assim em 1843, em plena Farroupilha, foi comissionado pela Câmara de Rio Grande para assistir ao casamento de D. Pedro II e D. Tereza Cristina. A partir de então, manteve a tradição de abrir a capela de seu palacete, em Porto Alegre, para comemorar, com ato religioso, os aniversários do Imperador. Nesta comemoração, como músico e compositor, dirigia a parte musical, e sua esposa cantava os principais trechos. Em 1870, seu filho José Simeão, foi comissionado pelo Exército, em operações contra o Paraguai, para transportar, desde Cerro Corá, no Paraguai, até o Palácio São Cristóvão, a espada do Mal Solano Lopes, que entregou pessoalmente a D. Pedro II. Por uma coincidência, esta espada foi devolvida ao Paraguai 110 anos mais tarde, em 9 abr 1980, no Palácio Lopez, pelo presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, sobrinhoneto de José Simeão, que era irmão de sua avó, Leopoldina de Oliveira Figueiredo, da qual o ex-presidente herdou traços fisionômicos.

A honrosa missão de José Simeão, de transportar a espada do Mal Lopes, deveu-se à sua importante atuação na Vanguarda, ao comando do Cel Silva Tavares, para o fim da guerra, em 1º mar 1870, decorrente da morte do Mal Lopes, e assim descrita. "Os serviços deste destemido major foram importantíssimos durante a ação. Foi um dos que mais se distinguiram na vitória. Perseguiu o Mal Lopes quando este escapava a cavalo e a galope, do acampamento para o mato. Fez assim com que os soldados que protegiam Lopes lhe dirigissem de preferência os seus tiros". Foi José Simeão que

também indicou ao Gen Câmara o rumo tomado pelo Mal Lopes, depois deste desmontar e, ferido e exausto, atravessar o arroio Aquidabam, até ser alcançado na margem oposta, onde teve o seu fim, combatendo de espada em punho, como um bravo, coerente com o seu ideal e a sua verdade.

José Simeão ingressou no Exército, em 4 fev 1855, aos 16 anos, no Regimento Mallet. Frequentou as escolas de Porto Alegre e Praia Vermelha (1855-63). Ao final bacharelou-se em Ciências Físicas e Matemáticas. Como alferes atuou na guerra contra Aguirre (1864), como encarregado do registro histórico das operações. Na Guerra da Tríplice Aliança (1865-70), combateu do início ao fim. Integrou a Comissão de Engenheiros do 1º Corpo do Exército, ao comando de Osório. Tomou parte destacada na invasão do Paraguai, seja na conquista e consolidação da ilha da Redenção, ao comando do bravo Ten Cel Vilagran Cabrita, atual Patrono da Arma de Engenharia, seja no desembarque aliado, em Passo da Pátria, onde comandou o vapor "Duque de Saxe". A partir de Tuiuti, como engenheiro de acentuada vocação cavalariana, passou a integrar a aguerrida e legendária 2º Divisão de Cavalaria, ao Comando de Andrade Neves e, por morte deste, do Gen Câmara, como assistente do deputado do Quartel Mestre General. Referências elogiosas dizem de sua "bravura, intrepidez, denodo, valor, distinção, dedicação ao serviço, presteza na transmissão de ordens e o fato de acompanhar sempre a Vanguarda". Esta última significa que sempre esteve na vanguarda do Exército, pois sua unidade era a vanguardeira. Assim, foi um dos atores do epílogo da guerra em Cerro Corá. José Simeão permaneceu mais um ano no Paraguai, na Força de Ocupação.

Ao entregar a espada do Mal Lopes ao imperador, este, contrariado por não ter sido possível poupar a vida do Mal Lopes, perguntou-lhe em tom sério e formal: "— Porque os senhores não me trouxeram o Mal Solano Lopes com vida?" O major, constrangido, mas respeitoso, respondeu: "Vossa Majestade, da leitura da documentação que acabo de entregar, saberá das razões pelas quais não foi possível assim proceder".

José Simeão, até 1873, trabalhou na construção de uma das primeiras ferrovias do Brasil — a D. Pedro II — e no Regulamento do Asilo dos Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus. Local onde, em sua histórica Igreja (hoje saqueada de suas históricas imagens, abandonada e ameaçada de ruir), foram guardados temporariamente os veneráveis restos mortais dos heróicos patronos da Infantaria e Cavalaria — o Brig Sampaio e o Gen Osório.

José Simeão dirigiu o Arsenal de Porto Alegre até 1878 e o Arquivo Real Militar por algum tempo.

Em 1878 secretariou a Repartição do Ajudante-General, que fora criada em 1857, pelo marquês de Caxias, com o fim de "dirigir o Exército, assegurar-lhe unidade de ação e continuidade de serviços". Foi uma espécie de Estado-Maior do ministro, tanto que cedeu lugar ao EME em 1896. Foi seu titular o Mal Ex Manoel Fonseca da Costa, marquês da Gávea (17 mar 1871-17 mar 1888). que fora ajudante-de-ordens de Caxias na pacificação de São Paulo (1842), e cujo filho, o visconde da Penha, foi ajudante-de-ordens de Caxias na guerra centra Oribe e Rosas (1851) e seu chefe de Estado-Maior no Paraguai, além de herdeiro, em testamento, da invicta espada de 6 campanhas do Patrono do Exército, da qual, o espadim de Caxias, arma privativa e distintiva dos cadetes

do Exército, instituído em 1931, é cópia fiel em escala. José Simeão, como coronel, comandou a Escola Militar do Rio Grande de 1880-87. Inicialmente no edifício do quartel do 1º BPM da Brigada Militar e a partir de 1883 no velho Casarão da Redenção, então adaptado para este fim. Em 11 ago 1886, menos de um ano antes da fundação de Clube Militar, em carta à esposa Marieta de Souza Oliveira, no Rio de Janeiro, revelou preocupação política. "Não sei quando se entenderá neste país que o serviço público é feito à nação e não aos partidos...".

Vindo para o Rio, atuou na fundação do Clube Militar. A seguir, comandou a Fábrica de Pólvora da Estrela e a Escola de Tiro de Campo Grande, além de substituir, como brigadeiro, desde 25 abr 1888, o conde D'Eu, num impedimento no Comando Geral da Artilharia e na Comissão de Melhoramentos do Exército. Na República, governou Pernambuco e as suas Armas por quatro meses. Exerceu as funções de ajudante-general em substituição ao Mal Floriano Peixoto, deixando-as ao ser eleito e assumir o mandato de senador por Pernambuco. No Senado, revelou "moderação de linguagem, retidão de princípios, austeridade, integridade de caráter e amenidade no trato". Foi ali imortalizado, em 1896, pelo pintor A. Figueiredo, no quadro "Compromisso Constitucional", do Museu da República, onde figura, em segundo plano, entre Julio de Castilhos e o Mal Floriano. Dissolvido o Congresso, ascendeu a ministro da Guerra de Floriano, cargo que deixou em 2 fev 1892, por não haverem sido convocadas eleições e antes do Manifesto dos 13 generais, de 21 mar 1892. Foi para uma comissão no exterior — a chefia da delegação do Brasil à Exposição Colombiana de Chicago. Nela foi colhido por morte repentina, em 20 jun 1893, em Nova lorgue, com guase 55 anos e como marechal efetivo, desde 7 abr 92, data do pronunciamento de Floriano à Nação. Na época, os federalistas do Rio Grande do Sul se preparavam, no Uruguai, para encetar a grande marcha em direção ao Rio, sob o comando de Gumercindo Saraiva, que só foi detido na Lapa, pela resistência memorável de Gomes Carneiro. Velado na catedral de Saint Patrick, o seu corpo veio para o Brasil e foi sepultado no Catumbi. Não possuindo filhos, criou a filha de sua irmã Josefina, de nome Marietinha. Esta é a avó da museóloga Marietinha M. Souza Leão, sobrinha-bisneta do Mal José Simeão, cuja memória tem preservado com imenso carinho e a quem se devem valiosos subsídios aqui abordados e não encontrados entre os subsídios no Arquivo Histórico do Exército. Este é, em síntese, o perfil do ilustre e heróico Mar Simeão.

## **DOCUMENTO**

A seguir transcrevo revelador documento constante de carta do Recife do novel coronel (1879) Floriano Peixoto, ao também novel coronel José Simeão de Oliveira, então comandante da Escola Militar de Porto Alegre.

Ambos haviam privado, na guerra do Paraguai, com o agora Ministro da Guerra Marechal Câmara no capítulo final da guerra do Paraguai em Cerro Corá, onde foi morto o Marechal Solano Lopez.

Floriano fala sobre sua visão da reforma do Exército "que seria a escolha de pessoal para os altos postos".

Fazia pouco haviam falecido o general Osório (1879) e o Duque de Caxias (7 Mai 1880).

# Recife 8 de agosto de 1880

José Simeão

Só ontem chegou-nos o Diário Oficial com a promoção de 25 do passado.

Prevíamos que o nosso Pelotas não seria capaz de fazer-te uma injustiça; venho, pois dar-te um apertado abraço apresentando-te meus sinceros parabéns pelo posto que te foi confiado e muito bem haveis conquistado.

A reforma muito urgente para reorganização do nosso exército é a escolha do pessoal para os altos postos; ainda bem que o primeiro passo foi dado.

Respondo a tua de 29 de julho

É na verdade para admirar que o Barão ainda não houvesse voltado à carga; se é tão corajoso!...

Mas, coitado se cair em tal, ficará mais aniquilado do que está.

Agradeço cordialmente o interesse que tens tratado a respeito da fé d'offício.

As chuvas aqui têm sido torrenciais, e constantes, razão porque ainda não estive com o Eugênio para cumprir tuas ordens.

Abraços, meus respeitos a Exma. Snra. e cumprimentos do

Collega e amigo certo Floriano

(Cedida pelo arquivo de Marietinha, sobrinha bisneta do Mar Simeão.)

# CANGUÇU E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

#### Cláudio Moreira Bento

# Introdução

Em 15 Nov de 1889, uma sexta-feira o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, Presidente do Clube Militar, liderando tropas da guarnição do Rio de Janeiro (Corte) penetrou no QG do Exército, local do atual Palácio Duque de Caxias, no Campo de Santana, onde se reunia o Gabinete Ouro Preto. E como feliz desfecho de uma bem urdida, coordenada, sucedida e incruenta conspiração republicana, o Gabinete foi deposto sem nenhuma resistência ou protesto expressivo. Assim, segundo Calmon, "Deodoro apoderou-se da situação, conquistou o Governo e passou a presidir o futuro", proclamando a República, à tardinha, através do Decreto nº 1 do Governo que passou a presidir, regime consagrado mais tarde pelos Constituintes de 1891.

A República era idéia antiga desde a Colônia, quando teve seu momento maior na Inconfidência Mineira, liderada pelo alferes do Exército Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, hoje Patrono Cívico da Nacionalidade. Depois de 1822, entre as tentativas republicanas registre-se a República Rio-Grandense,

única experiência republicana concreta entre nós, que durou quase 10 anos e surgiu em função da Revolução Farroupilha (1835-45), à qual aderiram maciçamente o Exército e a Guarda Nacional na Província do Rio Grande.

Em nossas lutas externas no Prata, em 1851-52, 1864 e 1865-70, tropas integradas por republicanos ex-farrapos lutaram pelo Brasil, e inclusive na última, sob as ordens do brigadeiro Antônio Neto, que liderou a vanguarda do Exército Brasileiro até Tuiti, em 24 Mai 1866. Nelas oficiais do Exército e Armada entraram em contato com as repúblicas da Bacia do Prata. Muitos passaram a simpatizar com a República tão difundida nas Américas e no mundo e a propagá-la.

Ao fim da Guerra do Paraguai (1865-70), teve lugar em Itu-SP, o V Congresso Republicano. Daí para frente o ideal republicano passou a empolgar os meios acadêmicos jurídicos, como a Escola de Direito de São Paulo, celeiro de grandes republicanos e, os acadêmicos militares, como as escolas Militar e Naval. Delas através da Imprensa adepta da República, seus ideais passam a ter crescente expressão popular.

Assim em 1881, estudantes gaúchos em São Paulo, fundaram o Clube 20 de Setembro, entre os quais Assis Brasil que então escreveu a segunda História da República Rio-Grandense do ponto de vista dos farrapos, glorificando-os e exaltando o seu republicanismo e os ideais pelos quais lutaram e morreram e o simbolismo dos mesmos, consagrados pelos constituintes do Rio Grande do Sul de 1891, muitos ex-integrantes do citado Clube 20 de Setembro, em São Paulo.

A esta luta republicana mencione-se a pregação republicana eficaz do jornal gaúcho, A Federação do Dr. Júlio de Castilhos.

Enquanto a República avançava, a Monarquia se havia tornado um edifício em ruínas, sem que ninguém se dispusesse a consertá-lo. Segundo Joaquim Nabuco, "no fim do Império, havia mais coragem em alguém declarar-se monarquista do que republicano". Isto em grande parte, consequência das questões Religiosas e Militar, da Abolição, da saúde abalada do Imperador e da indesejável perspectiva de um 3º Reinado. O movimento foi contra uma conjuntura política adversa e não contra D. Pedro II, conforme assinalou o general Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde do Exército, irmão do Proclamador da República, em discurso no sesquicentenário Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando D. Pedro viajava para o exílio: "A retirada do Imperador não foi um castigo; foi consegüência imperiosa, imprescindível, fatal, da nova ordem de coisas. Foi uma necessidade inevitável. E com ele seguiram todo o respeito, estima e veneração que os brasileiros devem e têm a esse grande e virtuoso varão. Saiu, porque não podia ficar. Não é um decaído. É antes um aposentado retirando-se com todas as honras e distinções".

A Questão Militar (1881-88), resultou de vários desencontros do Governo com a classe militar. Esta consciente, pós-guerra do Paraguai, através de suas lideranças egressas da classe média, de sua importância social e política. Com as mortes dos senadores Marechal Osório, em 1779, e do Duque de Caxias, 1880 a classe militar passou a sinalizar o não atendimento pelo governo de aspirações justas, de natureza profissional, institucional e social, tornando aos

poucos o Exército, segundo Eduardo Prado, "esquecido, mal organizado e desestimulado". Havia um grupo jovem, de major para baixo, sob a influência de Benjamin Constant que era considerado republicano. Outro grupo liderado por Deodoro sonhava com uma atualização doutrinária do Exército, em benefício de sua maior operacionalidade, em decréscimo deliberado desde a Guerra do Paraguai. Atualização impositiva, mas postergada pelo governo, o que estimula a sua derrubada por este grupo como desagravo da força. Este sonho, acalentado pelo grupo de profissionais liderado pelo Marechal Deodoro, só começaria a ser concretizado a partir de 1896, por chefes militares filhos de líderes do Exército, na Guerra do Paraguai ou veteranos da mesma: Machado Bittencourt, Thomaz Cantuária, Medeiros Mallet, Hermes da Fonseca e Caetano de Faria de ações administrativas relevantes na Reforma Militar, 1896-1940, que arrancou o Exército dos ultrapassados padrões operacionais revelados em Canudos, aos elevados demonstrados na FEB, na Itália.

Feita esta ambientação apresentaremos Canguçu face a Proclamação da República, regime surgido em 15 Nov 1889, pela ação decisiva e providencial do Marechal Deodoro, sem a qual segundo mais tarde, o líder civil do movimento Quintino Bocayuva, "ainda hoje estaríamos em propaganda republicana, dentro das muralhas do 3 Reinado".

Assim em 15 Nov Deodoro concretizava os sonhos e aspirações republicanos, então amadurecidos, dos inconfidentes mineiros, dos libertários nordestinos de 1817 e 1822, da quase maioria dos deputados brasileiros de 1832, dos republicanos farrapos, de 1836-45, dos congressistas de Itu de 1870, dos republicanos históricos, e de milhares e milhares de brasileiros de todos os segmentos sociais, que desde a centenária Inconfidência Mineira, sonharam e lutaram e até se imolaram pelo advento da República Brasileira, como os farroupilhas em Seival, Berço da República e em outros memoráveis e sangrentos combates no Decênio Heróico.

## Antecedentes republicanos de Canguçu

Para um melhor entendimento de como a Proclamação da República foi bem recebida em Canguçu, é importante uma digressão histórica, a partir de 11 de junho de 1836, Proclamação da República Rio Grandense, pelo general Antônio de Souza Neto, em Campo do Menezes (Bagé).

No dia anterior, dia 10 de junho, foi travado o vitorioso combate do Seival, vencido por Antônio Neto, com apoio em sua Brigada Liberal, integrada por quatro companhias recrutadas em Piratini, Canguçu, Vila Freire ento Cerrito do Piratini) e Bagé, até o Piraí.

Portanto, cerca de 1/4 das tropas vitoriosas em Seival, berço da República Brasileira e que apoiaram militarmente a Proclamação da República Rio-Grandense era de canguçuenses.

Do município de Piratini, cuja sede foi instalada a República Rio-Grandense, em 6 Nov 1835, fazia parte o atual município de Canguçu, portanto, integrante durante toda a Revolução Farroupilha, de Piratini, onde a República Rio-Grandense viveu os seus maiores momentos, ao ponto de confundir-se República Rio-Grandense com República do Piratini.

Como homenagem a esta contribuição republicana de Piratini, da qual Canguçu é credor de expressiva parte, o Palácio do Governo do Rio Grande do Sul denomina-se Palácio do Piratini.

Ao ser instalada a República Rio-Grandense, em 6 Nov 1836, em Piratini, no mesmo dia em que o general Bento Gonçalves, preso na Bahia, era eleito Presidente da República, quem carregou o pavilhão tricolor republicano farroupilha pela primeira vez, da Câmara a Igreja, para um Te Deum, "fremente de emoção", foi o heróico canguçuense, então major de Lanceiros Joaquim Teixeira Nunes, que viria a ser considerado por Tasso Fragoso a maior lança farrapa. Personagem que evocamos em detalhes em edição histórica do **Diário Popular** de Pelotas, de 20 Set 1985.

Canguçu prestou à revolução republicana farroupilha importantes serviços logísticos. Em suas terras tiveram lugar, ao final da Revolução, os combates de Canguçu, da noite de 25/26 Out 1843, na Pedra das Mentiras e de 6 Nov 1843, no sétimo aniversário da instalação da República, no Cerro do Ataque, nos fundos do Colégio N. S. Aparecida.

Canguçu em momentos difíceis da revolução farroupilha abrigou em sua vila, por diversas vezes, o Presidente da República Rio-Grandense, até agosto de 1843, seguindo correspondência do então Barão de Caxias, ao Ministro da Guerra.

Para o Ten Cel Francisco Pedro de Abreu, o Moríngue, temível e respeitado guerrilheiro que estabeleceu a ala esquerda do Exército Imperial na vila de Canguçu, a partir de agosto de 1843, Canguçu era "o distrito até então mais farrapo" ou republicano.

Canguçu forneceu expressivo apoio logístico à Brigada Liberal de Neto, em Pelotas, em setembro/outubro de 1836, na forma de 403,5 alqueires de trigo e 59 de milho.

Quando foi criado o município de Canguçu, em 1857, por sugestão do simbolista farrapo Bernardo Pires, para eles foram destinados dois funcionários que haviam servido à República Rio- -Grandense.

O primeiro era José Ignácio Moreira, descendente de republicanos do Sul de Minas Gerais, (conforme apurei em Itajubá em 1982), que havia sido 1 escriturário do Ministério do Interior e de Relações Exteriores da República Rio-Grandense, ocupado pelo mineiro de São João dei Rey, Ulhoa Cintra, sobrinho de Domingos Moreira, que presidiu a Câmara de Vereadores de Jaguarão, a primeira a aderir a República Rio-Grandense, em 1836, e que já fora prisioneiro farrapo, em Pelotas, em janeiro de 1839, junto com seu irmão Domingos, em golpe de mão feito pelo capitão Davi, imperial, a partir de Rio Grande.

José Ignácio era genro do Vereador da Câmara de Piratini, Serafim da Silveira, que presidira a instalação da República Rio- Grandense em Piratini, e eleição de Bento Gonçalves Presidente da República — Serafim fora o autor da proposição vitoriosa de eleger-se Gomes Jardim, presidente interino da República, para evitar que o polêmico Pedro Paulino da Fonseca, mais tarde assassinado em Alegrete, durante a Constituinte Rio- Grandense, assumisse a Presidência.

José Ignácio foi enviado a Canguçu como Escrivão de órfãos e Ausentes.

Acompanharam-lhe seus filhos menores, entre eles Franklin Máximo Moreira de 11 anos e Carlos Norberto Moreira de 7 anos, que terão papel de destaque na propaganda, republicanização e consolidação municipal da República.

O outro foi o lavrense Vicente Ferrer de Almeida, que como major- da Guarda Nacional da República Rio-Grandense havia prestado serviços burocráticos no Ministério da Guerra e Marinha da República.

Ele foi o primeiro funcionário público municipal da Câmara de Vereadores de Canguçu, instalada em 23 junho de 1857. Dele descende diretamente o exprefeito Odilon de Almeida Mesko.

Radicou-se em Canguçu, após a revolução, o republicano ex- tenente farrapo, Manoel Alves da Silva Caldeira, o maior cronista farrapo.

Foi de Canguçu que ele escreveu cartas de depoimentos aos historiadores Alfredo Ferreira Rodrigues, Alfredo Varela, Piratinino de Almeida e Alcides Lima que tornaram possível recompor significativamente a História da República Rio-Grandense e de seus líderes.

Foi o velho farrapo, Caldeira, o fundador em 1883, como coronel da Guarda Nacional, na Flórida- Canguçu, do Clube Republicano, integrado pelos seguintes membros do diretório:

Presidente: Cel GN Manoel Alves da Silva Caldeira.

Vice: David (Matos) Soares da Porciúncula.

Secretário: Francisco Antigueira e João Paulo Prestes.

Diretores: Francisco de Souza Oliveira, Francisco Pedro Ribeiro, Auto Juvêncio Prestes, Arthur Walcir Moreira, Ezequiel da Fonseca, Pedro Goncalves Medeiros e Manoel Ferraz Leite.

Tesoureiro: Manoel Ferraz da Fonseca.

Tratamos com detalhes do velho farrapo Caldeira, em caráter pioneiro, na edição histórica do **Diário Popular** de Pelotas, de 20 Set 1985.

Ele participou da consolidação republicana em Canguçu e foi candidato a candidato a Intendente, na primeira eleição municipal em 1894.

Foram vereadores republicanos em Canguçu, Carlos Norberto Moreira na antepenúltima e penúltima Câmara do Império e Leão Silveira Terres, na última.

A propaganda republicana em Canguçu se fez através do Grupo dos 27, assim denominado por constituir-se de 27 precursores republicanos de Canguçu.

Segundo, Leão dos Santos Terres, em carta a nós dirigida, em 2 Jan 1972, "O Grupo aos 27 era integrado, além de meu pai, Leão Silveira Terres, a frente, mais pelos idealistas Franklin Máximo Moreira, Carlos Norberto Moreira, seu avô, Ten Cel João Paulo Prestes, Ten Cel Juvêncio Prestes, Maneco Prestes, João dos Santos, meu tio, Joaquim Paulo de Freitas, Antônio Medina, Henrique Maria Lopes, Estevão Gregório Mota estes são os nomes que me lembro".

Seguramente entre os 16 nomes não mencionados se incluíam Francisco de Souza Oliveira, Marcelino Gonçalves da Silva, João Antônio de Morais, Ernesto de Amorim e Genes Gentil Bento.

Sobre este escreveu João Simões Lopes Neto em 1912, na **Revista do Centenário de Pelotas**, nº 4 "Genes Gentil Bento foi desde os mais verdes anos um sonhador do ideal republicano, ao qual deu os melhores impulsos de seu coração de moço, as premissas de sua inteligência, salientando-se entre os poucos, mais intemeratos pregadores do novo credo. Proclamada a República ocupou diversas comissões, revelando no desempenho delas o valor de sua competência, correção e zelo".

A Proclamação da República em Canguçu foi conhecida através deste documento:

# A Proclamação da República e Canguçu

A Proclamação da República em Canguçu inicialmente não causou maiores problemas. Ela foi conhecida oficialmente através da comunicação a seguir transcrita:

Estado do Rio Grande do Sul

Governo em Porto Alegre, 18 de novembro de 1889.

Sr. Presidente e demais vereadores da Câmara Municipal de Canguçu.

Pelo governo Provisório aclamado no Rio de Janeiro, fui nomeado Governador Político do Rio Grande do Sul.

Como tal, cabe-me comunicar a V. Mces que por decreto de 15 do corrente, foi proclamado forma de governo a República Federativa, constituindo as Províncias, os Estados Unidos do Brasil.

Pedro do Alcântara, imperador deposto, partiu ontem com sua família no paquete "Alagoas" para a Europa, fornecendo- lhe o governo 5.000 contos para ocorrer as despesas e mais o subsídio de 800 contos, até que sobre este ponto se pronuncie a próxima Assembléia Constituinte.

Conto com a leal coadjuvação de V. Mces, a quem Deus guarde.

Ass: Marechal José Antônio Correia Câmara

Visconde de Pelotas"

A Câmara Municipal após deliberar aderiu à República **e** oficiou ao Marechal Câmara, congratulando-se com sua investidura e prometendo cooperar em tudo o que fosse possível.

Proclamada a República, foi nomeada para dirigir Canguçu uma junta municipal com a seguinte constituição:

- Martiniano LAFUENTE
- Francisco Antônio MEDEIROS
- Pompílio Gomes da CRUZ

Proclamada a República pouco após surgiram sérias divergências entre os republicanos rio-grandense, "que ganharam mas não levaram", e os liberais e particularmente os conservadores que continuaram praticamente no poder no

Rio Grande do Sul.

Aquelas divergências prosseguiram entre republicanos rio-grandenses, liderados pelo Dr. Júlio de Castilhos, e os federalistas (antigos liberais e monarquistas) reunidos na União Nacional, sob a liderança do Dr. Gaspar Silveira Martins.

Em 13 de maio de 1890, em Porto Alegre, foi acendido o estopim que culminou com a sangrenta e fraticida Revolução de 93, no Rio Grande do Sul.

Foi destacado comandante da consolidação da República, ameaçada pela Revolução Federalista de 1893, o canguçuense general Hipólito Pinto Ribeiro.

Ele foi o vencedor de Inhanduí e comandante superior das tropas que, em Campo Osório, sepultaram as últimas esperanças de restauração do Império, encarnadas na figura do ilustre e bravo Almirante Saldanha da Gama, morto na ocasião.

Pelo que acabamos de relatar foi expressiva a contribuição de Canguçu, particularmente, na República Rio-Grandense, a única experiência republicana concreta entre nós, para o advento da Centenária República Brasileira.

Honra, pois aos canguçuenses que ajudaram a alicerçá-la e particularmente os bravos canguçuenses que lutaram e venceram em Seival — o berço da República Brasileira.

#### **FONTES**

BENTO, Cláudio Moreira. Canguçu reencontro com a História. Palegre, IEL, 1985.

DIÁRIO POPULAR, Pelotas, 20 Set 1985 (Edição comemorativa do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha.

# CAMPO DE PRISIONEIROS DE GUERRA EM POUSO ALEGRE — MG (1943-1944)

1989

Cláudio Moreira Bento

O campo de prisioneiros de guerra, criado no 1º Grupo de Artilharia do 8º Regimento de Artilharia Montada, de Pouso Alegre, recolheu 62 prisioneiros de guerra alemães, aqui relacionados pelo autor, pela primeira vez.

Pelo Aviso nº 411/348 reservado de 24 de agosto de 1943, o gen. Mário José Pinto Guedes, secretário-geral do Exército e respondendo pelo expediente do Ministério da Guerra, criou campo de prisioneiros de guerra no

1º Grupo de Artilharia do 8º Regimento de Artilharia Montada, de Pouso Alegre MG. O Brasil, desde 22 de agosto de 1942, estava em guerra com o eixo (Alemanha, Itália e Japão). Pouso Alegre situava-se na zona do interior e a unidade local, em grande parte, estava empregada na zona de guerra, no teatro de operações nordestino, em João Pessoa e Caravelas. O campo de prisioneiros de Pouso Alegre foi regulado pela Convenção de Tratamento de Prisioneiros de Guerra de 27 de julho de 1929, promulgada pelo Decreto 22.435 de 7 de fevereiro de 1933, publicado no Boletim do Exército nº 22A de 20 de abril de 1933. No campo de prisioneiros criado em Pouso Alegre estiveram recolhidos, de 22 de setembro de 1943 a 15 de abril de 1944, 62 prisioneiros de guerra alemães, dos quais 42 marinheiros mercantes e 20 marinheiros de guerra. Eram 14 oficiais, 13 suboficiais e 35 marinheiros. Eles pertenciam à tripulação do navio mercante alemão Annelise Essemberg, que foi afundado por sua tripulação, em 21 de novembro de 1942, três meses após a entrada do Brasil na guerra e na posição (00-54N — 23-34W) quando ia ser identificado por navios americanos da 4ª Esquadra Americana baseada no Recife. O Essenberg era um furador de bloqueio trazendo borracha desde o Japão, material de alta relevância estratégica para o esforço de guerra nazista.

•Comunicação feita na CEPHAS em 18.1.91.

O Essemberg possuía 5000t e foi o primeiro dos 5 furadores de bloqueio nazista interceptados pela 4ª Esquadra Americana que era integrada por forcas navais e aéreas brasileiras, bem como por bases navais e aéreas do Brasil. A interceptação desses furadores de bloqueio foi o mais duro golpe sofrido por Hitler na Batalha do Atlântico para o que muito concorreram as Forças Armadas do Brasil, circunstância pouco conhecida e celebrada pelos brasileiros. Segundo o gen. Paulo Queiroz Duarte, no excelente Dias de guerra no Atlântico Sul, estes prisioneiros «constituíam o pior grupo de prisioneiros jamais capturados em toda a guerra». Consta que foram mandados do Recife para o Rio, onde estiveram recolhidos por pouco tempo na Polícia Militar do Distrito Federal, no Quartel de Cavalaria (Regimento Caetano de Faria) na Av. Salvador de Sá, nº 2 (ao lado do Sambódromo). Comandava a Polícia Militar o então gen. Odylio Denys, por quem conheci a existência desses prisioneiros, «até agora ocultos à nossa História», na expressão do juiz gaúcho Dr. Apody dos Reis que ajudou o presente resgate histórico. Os marinheiros chegaram em Pouso Alegre em 21 de setembro de 1943 e os oficiais 3 meses mais tarde, em 29 de dezembro de 1943. Seguiram de volta para o Rio em 13 de abril de 1944, depois de cerca de 7 meses em Pouso Alegre. Do Rio, consta tenham sido levados para os EUA, embarcados num petroleiro. Assim, teriam permanecido no Brasil entre suas prisões e ida para os EUA, cerca de mais de 16 meses. Segundo o cel. Heitor M. Carvalho que, como tenente, deu serviço no campo de Pouso Alegre, «os prisioneiros revelaram bom comportamento, tiveram seus interesses representados pela Embaixada da Espanha que, com fregüência, enviava agentes a Pouso Alegre e tiveram como encarregado de suas prisões o então cap. José Venturelli Sobrinho. «Segundo lista dos prisioneiros, obtida pelo ten. Robson Papandréa, o comandante do Essemberg

era o capitão mercante Johann Prann, 51 anos, natural de Westzhandefehn. Servia de intérprete o ten. médico mercante da reserva naval alemã, Dr. Leo Hofmann, 35 anos, natural de Schweinfurt. O mais graduado da Marinha de Guerra era o aspirante Victor Heinrich Betz, 30 anos, natural de Ulm Donnam. O mais moço do grupo mercante era Herbert Lubeck, 16 anos, natural de Dessaul e o mais novo marinheiro de guerra era Josef Kieffer, 19 anos, natural de Frankfurt-Main-Fechmmin. Além dos oficiais citados havia: Helmut Koch (de Elsfleth), Georg Wiethoelter (de Hamburg), Adalbert F. E. Friosecko (de Hamburg), Max Dolata (de Kiel), Wilhelm Hartung (de Bremen), Karl Bruns (de Stetin), Walter Milkonski (de Dantzig), Wilhelm Groohann (de Ween Donnam), Otto Kleper (de Hamburg) e, Gunther Neuwalde (de Dantzig). Esta é a ponta de um iceberg histórico, sob a qual devem se esconder histórias fascinantes a serem reveladas em toda a sua plenitude.

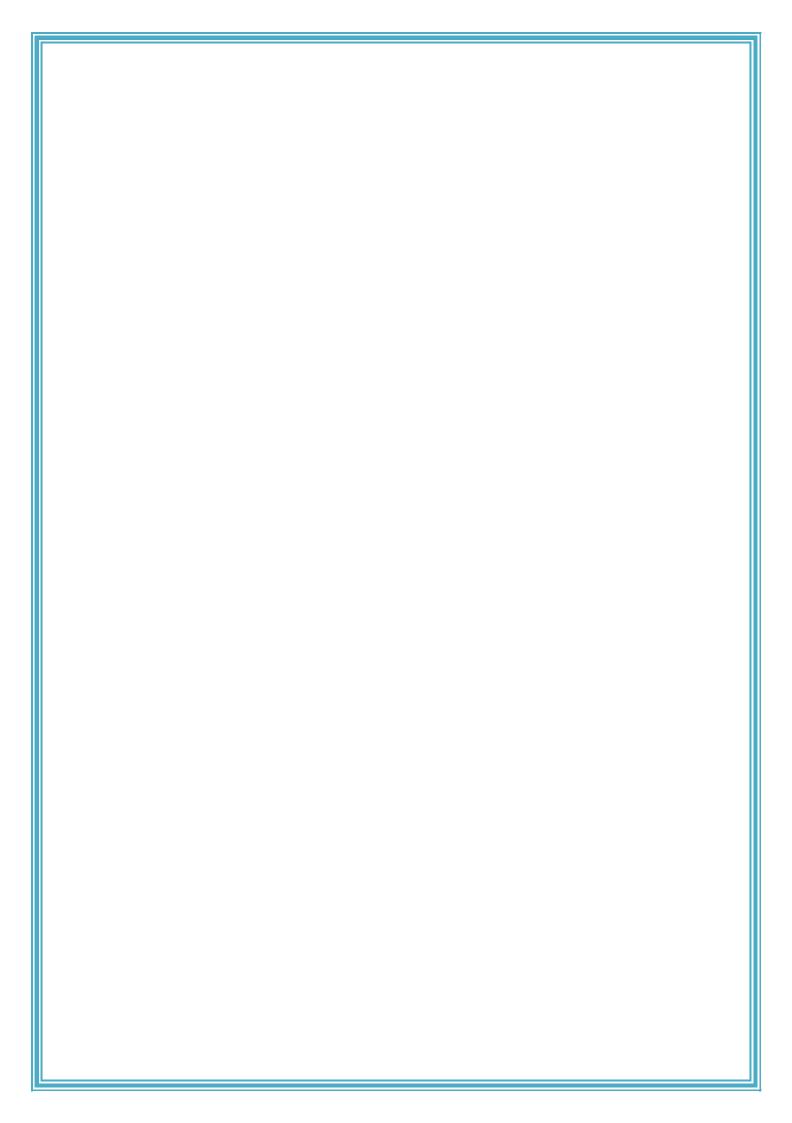
# PRISIONEIROS DE GUERRA ALEMÃES NO BRASIL:

«Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre — MG» durante a II Guerra Mundial

	«Campo Provisório de Concentração de Pouso Alegre — MG» durante a II Guerra Mundial								
Nº de ordem	Nomes	Postos	Funções	Corporação a que pertencem	Data do nasci- mento	Naciona- lidade	Nº da chapa de identi- ficação (alemã)	Naturalidade	
	Johann Prahn	Capitão	Comandante	Mar. Mercante	27-X-1893	Alemã	25.139	Westrhanderfehn	
2			1º Oficial	Mar. Mercante	13-VII-914	Alemã	25.140	Elsfleth	
3	Max Dalata		1º Eng.	Mar. Mercante	11-X-891	Alemã	25.143	Kiel	
4	Georg Wictholter		2º Oficial	Mar. Mercante	23-V-913	Alemã	25.141	Hamburg	
5	Otto Klepper	1º Ten.	1.º Radiom.	Mar. Mercante	13-V1-917	Alemã	25.147	Hamburg	
6	Gunther Neuwald	1º Ten.	2º Radiom.	Mar. Mercante	31-V-917	Alemã	25.148	Dantzig	
7	Dr. Leo Hofmann	1º Ten.	Médico	Mar. Mercante	1-1-909	Alemã	Perdida	Schweinfurt	
8	Wilhelm Hartung		2º Eng.	Mar. Mercante	4-VII-907	Alemã	25.144	Bremen	
9	Wilhelm Grassmann	2º Ten.	Eletri.	Mar. Mercante	12-X-915	Alemã	Perdida	Wien Donnan	
10	Walter Milkawski	2º Ten.	4.º Eng.	Mar. Mercante	9-11-908	Alemã	25.146	Dantzig	
11	Werner Mitzschner	2º Ten.	3.º Oficial	Mar. Mercante	17-X-920	Alemã	25.142	Sdweethherude	
12	Adalbert Franz Erns Friesecke	2º Ten.	4º Oficial	Mar. Mercante	23-IX-921	Alemã	Perdida	Hamburg	
13	Karl Bruns	2º Ten.	3º Eng.	Mar. de Guerra	17-V-916	Alemã	25.145	Stettin	
14	Victor Heinrich Betz	Aspirante		Mar. de Guerra	21-XII-914	Alemã	202	Ulm Donnan	
15	Rudolf Genkow			Mar. de Guerra	9-IX-911	Alemã	493	Csterrad	
16	Reins Heirich Leibrand	Subof.	0 -03	Mar. Mercante	10-VI-919	Alemã	4.689	Heilbrenn	
17	Bruno Hervert Schening	Subof.	CapOf.	Mar. Mercante	19-VIII-22	Alemã	Perdida	Niendarf/Holst	
18	August Kruse			Mar. Mercante	19-XII-21	Alemã	4.384	Ilvese	
19	Arthur Friedrich Keuger	Subof.	Máquina	Mar. Mercante	4-XI-907	Alemã	25.159	Albanas	
20	Otto Hohannes Schimidt	Subof.	Máquina	Mar. Mercante	23-11-906	Alemã	Perdida	Apenrade	
21	Josef Schwark	100000000000000000000000000000000000000	Máquina	Mar. Mercante	21-XII-03 11-II-905	Alemã Alemã	Perdida 25.168	Dortmund Schwaan	

Nº de ordem	Nomes	Postos	Funções	Ćorporação a que pertencem	Data do nasci- mento	Naciona- lidade	Nº da chapa de identi- ficação (alemã)	Naturalidade
23	Herbert Lonzykaki	Subof.	Carpint.	Mar. Mercante	1-XII-913	Alemã	25.430	Berlin
24	Oswald Schimidt	Subof.	Máquina	Mar. Mercante	6-X-909	Alemã	25.171	Tarnewitz
25	Vinzen Rohrmeier	Subof.	Máquina	Mar. Mercante	1-111-913	Alemã	25.155	Kaufbennen
26	Hans Steichausen	Subof.	Coz.	Mar. Mercante	1-V-908	Alemã	25.151	Schanebeck
27	Gerhard Dreschel	Subof.	Enf.	Mar. Mercante	21-XII-22	Alemã	1.892	Arusbadt
28	Walter Ahrens	Marinheiro	Padeiro	Mar. Mercante	5-11-903	Alemã	25.175	Bergen/Rg
29	Gerhard Walters	Marinheiro	Açoug.	Mar. Mercante	29-VI-22	Alemã	25.974	Chemnitz
30	Otto Plettenbacher	Marinheiro		Mar. Mercante	31-VIII-25	Alemã	Perdida	Waidhefen
31	Reinz Ballonberg	Marinheiro		Mar. Mercante	8-XI-022	Alemã	25.160	Neu Bentschen
32	Alfred Fink	Marinheiro		Mar. Mercante	27-V-913	Alemã	Perdida	Hiel
33	Willy Dutsch	Marinheiro		Mar. Mercante	16-X-1937	Alemã	25.167	Werns
34	Reinhold Dreja	Marinheiro		Mar. Mercante	7-X-1920	Alemã	Perdida	Grass-Strchlitz
35	Helbert Eisenhammer	Marinheiro		Mar. de Guerra	29-IV-923	Alemã	16.685	Rheinberg
36	Hubert Weinscheimer	Marinheiro		Mar. Mercante	3-XI-1925	Alemã	25.153	Gelsenhss-Gelsenkircher
37	Kurt Wachewski	Marinheiro		Mar. Mercante	8-V-1919	Alemã	25.172	Hamburg
38	Anton Herman Josef Rauen	Marinheiro		Mar. Mercante	17-III-27	Alemã	25.154	Willmeriach
39	Ernest Valsch	Marinheiro		Mar. Mercante	31-1-1920	Alemã	25.159	Linneburg
40	Willy Schmidt	Marinheiro		Mar. Mercante	7-VIII-20	Alemã	25.163	Scestaslt-Wisnan
41	Heinrich Hoff	Marinheiro		Mar. de Guerra	16-VII-21	Alemã	Perdida	Stannen-Kassel
42	Peter Gottsche	Marinheiro		Mar. de Guerra	4-VIII-22	Alemã	8.519	Harburg
43	Friedrich Piener	Marinhairo		Mar de Guerra	31-V-1922	Alemã	5 997	Recke-I/Estf

Nº de ordem	Nomes	Postos	Funções	Corporação a que pertencem	Data do nasci- mento	Naciona- lidade	Nº da chapa de identi- ficação (alemã)	Naturalidade
45	Heinrich Neestendiedrich	Marinheiro	-Committee and	Mar, de Guerra	9-111-921	Alemã	11.538	Castrap-Rauxel/I
45	Johanes Marzinuiak	Marinheiro		Mar. de Guerra	21-VI-923	Alemã	1.905	Witten-Ruhr
47	Josef Kieffer			Mar. de Guerra	15-VIII-24	Alemã	25.410	Frankfurt-Main/ Fechenheim
48	Werner Hammer	Marinheiro		Mar. de Guerra	7-IX-1921	Alemã	12.266	Bernburg-a/S
49	Franz Pahl	Marinheiro		Mar. de Guerra	10-VII-22	Alemã	12.538	Lautrbach-i/Schtesine
50	Heinz Beckmann	Marinheiro		Mar. de Guerra	30-VII-22	Alemã	3.305	Berlin
51	Walfcang Trimpler	Marinheiro		Mar. de Guerra	27-XII-21	Alemã	5.177	Dessau-Amhalt
52	Josef Fuchs			Mar. de Guerra	17-X-1923	Alemã	29.425	Pemmerle/Aussig/ Sudetengav
53	Walter Schlunpberger	Marinheiro		Mar. de Guerra	15-VIII-23	Alemã	28.551	Niedrstetzingen
54	Albert Salomwski	Marinheiro		Mar. de Guerra	3-VIII-923	Alemã	24.164	Klein-Ridsenew
55	Siegfrid Bretzmann	Marinheiro		Mar. Mercante	6-1-1922	Alemã	12.197	Grahenzin
56	Hermann Hadamek			Mar. de Guerra	10-1-1920	Alemã	125.173	Brealau
57	Hinz Hochwald	Marinheiro		Mar. de Guerra	2-XII-1922	Alemã	24.039	Leverkusen-Wesdorf
58	Friedich Griegen	Marinheiro		Mar. Mercante	18-XI-922	Alemã	26.655	Herne
59	Herbert Lubeck	Marinheiro		Mar. Mercante	7-VI-1927	Alemã	25.166	Dessaul Dusseldolf
60	Wilhelm Rohleder	Marinheiro		Mar. Mercante	29-11-912	Alemã	25.174 Dandida	Darkennem
61	Gerhard Bruno Luck			Mar. Mercante	31-1-1926	Alemã	Perdida	
62	Edmund Reiswitz	Marinheiro			20-X-1919	Alemã	4.895	Bremen



# HISTÓRIA DA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

1982

## Cláudio Moreira Bento

Inicialmente cumpre-me agradecer aos confrades que integram esta quase sesquicentenária Casa da Memória Nacional, a confiança, o estímulo e a honra em me elegerem para seu seleto corpo de sócios integrado, desde sua fundação em 1838, sob os auspícios do Imperador D. Pedro II, por grandes figuras da vida nacional, representativas dos mais variados ramos de atividades.

Agradeco, muito sensibilizado e honrado, às belas e estimulantes palavras de saudação proferidas, em nome do sodalício, a seu mais novo sócio por S. Exa Jonas Correia nosso amigo e destacado confrade e estimulador constante de nossa modesta atividade «hobby» de pesquisador e divulgador da História de nosso Exército e além, nosso providencial, hábil, dinâmico, prudente, seguro e realista Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, instituição benemérita que está carente, como uma autêntica Casa da Memória Militar do Brasil que deveria ser, de apoio semelhante aos dispensados a esta Casa da Memória Nacional e à Academia Brasileira de Letras, ambas hoje, com apoio presidencial, com sedes condignas para penetrarem pelo segundo milênio afora. Para que aquele Instituto possa emprestar a sua modesta e silenciosa contribuição, após desenvolver todas as suas potencialidades, com apoio, em especial, de companheiros experientes da reserva de nossas Forças Armadas, deseiosos de se manterem intelectualmente e com justo orgulho. ligados à profissão das armas até o final dos seus dias. Potencialidades que poderiam ser canalizadas para a nobre tarefa de construção das nossas Forças Armadas à altura do destino de grandeza do Brasil. Destino este que somente poderá ser conquistado e mantido, acreditamos, com uma Doutrina Militar Brasileira com índices progressivos de nacionalização, buscados, em grande parte, em subsídios colhidos da análise critica da experiência militar brasileira de quase 5 séculos de lutas internas e externas. Experiência que contribuiu, no passado, de modo relevante, para a formação e preservação de um Brasil de dimensões continentais, uno, íntegro, soberano, sob Deus e que não é obra de um milagre.

Experiência militar de quase cinco séculos que se impõe seja analisada e criticada à luz dos fundamentos da Arte da Guerra, na busca de subsídios que possam vir a alicerçar o futuro de nossas Forças Armadas e no meu caso, do Exército. E este, Sr. Presidente e confrades tem sido o nosso enfoque de História Militar como profissional militar brasileiro que nos orgulhamos de ser, e como pesquisador e produtor de informações histórico-militares como hobby e, atualmente, como instrutor de História Militar dos futuros chefes do Exército em nossa Academia Militar. Idéias que explicitamos em nosso ensaio *Como estudar* e *pesquisar a História do Exército Brasileiro* que veio a ser editado pelo Estado-Maior do Exército. Ensaio que para a nossa satisfação e remuneração moral e cívica vem servindo de instrumento de trabalho em pesquisas de interesse do desenvolvimento da Doutrina do Exército, promovidas por aquele importante e

histórico órgão e que estão sendo levadas a efeito na Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército e Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Tarefa que julgamos relevante e que poderia ser impulsionada por um estadista brasileiro ao propiciar sede, apoio material e moral condignos ao nosso Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, como outros estadistas propiciaram a esta casa e a Academia Brasileira de Letras. Fica aqui o nosso apelo de profissional militar brasileiro que sonha com um Brasil Potência protegido por Forças Armadas à altura dos compromissos decorrentes daquele status que se procura conquistar.

Agradecimento especial ao Professor Pedro Calmon, providencial Presidente desta benemérita instituição a qual, como muito bem frisou, certa feita, está a serviço da Defesa Nacional no sentido mais lato desta expressão. Agradecimento ao estímulo que venho recebendo de V. Exª desde 1971, quando fomos honrados civicamente para a missão de coordenarmos a construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, obra levada a efeito por desejo expresso do então Presidente da República Emílio Garrastazu Médici, que muito merecidamente é um dos presidentes de honra desta Casa da Memória Nacional, pelos relevantes serviços que prestou às atividades de História do Brasil.

Recordo-me que naquela ocasião nos Guararapes, procuramos homenagear o nosso primeiro mestre em História Militar do Brasil que nos ministrara a primeira aula do assunto em 14 de junho de 1954, há exatamente 25 anos e 41 dias, na Academia Militar das Agulhas Negras o então magnífico Reitor da Universidade do Brasil e já consagrado e festejado historiador do Brasil. Aula inaugural inesquecível no início do nosso terceiro e último ano escolar naquele estabelecimento militar onde fomos iniciados no assunto História do Exército Brasileiro. A Homenagem ao nosso primeiro mestre de História Militar foi traduzida pela afixação de placa ao lado da Igreja N. S. dos Prazeres dos Montes Guararapes, contendo estas antológicas palavras por ele proferidas em Pernambuco, em 1954:

«Foi nos Montes Guararapes há trezentos. A maior das Batalhas. O supremo desafio. O duelo mortal do invasor e do filho da terra, do estrangeiro e do nativo, da poderosa opressão e da liberdade heróica.

«Nestes montes que têm a paisagem pernambucana o insólito relevo de uma fortaleza predestinada ao choque dos exércitos, em verdade fixou e definiu o luso-brasileiro o seu direito à terra. Tornou-se pela força das armas o seu dono...»

«Ass: Pedro Calmon»

Sr. Presidente e confrades. Tenham certeza da grande honra e emoção que sinto ao ingressar neste sodalício ainda na ativa do Exército, como sócio honorário e aos 47 anos. Recordo aos presentes que nas três condições acima, somente que com menos três anos dos que hoje possuo, ingressava nesta Casa há 132 anos, o então, Conde de Caxias e Marechal de Campo efetivo Luiz Alves de Lima e Silva, meu insigne patrono do Exército, já consagrado pelo povo brasileiro com o título honroso de Pacificador e pelo meu Rio Grande do Sul, como seu senador, após havê-lo presidido.

É, pois compreensível que este modesto integrante do Exército Brasileiro se sinta hoje feliz entre outros muitos motivos pelo ingresso neste sodalício ao qual pertenceu o Patrono do Exército Brasileiro. Transmito para quem não saiba, Caxias foi grande estudioso de História Militar, em especial das campanhas de Napoleão segundo o Marechal Castelo Branco e da Guerra de Secessão nos

EUA segundo o Marechal Tristão de Araripe. Acredito tenha sido Caxias um precursor do estudo militar crítico de nossa História Militar ao produzir trabalho para esta Casa em 1852, analisando à luz da Doutrina Militar Brasileira em vigor na época, a discutida batalha de Passo do Rosário de 20 de fevereiro de 1827.

Agradeço igualmente Sr. Presidente e confrades, a honra em confiarem a minha guarda para deslocamento excepcional a Resende, nos dias 16 e 17 de agosto, da invicta espada de campanha de general, do Duque de Caxias, desde 1925 propriedade desta Casa e da qual o Espadim de Caxias, arma privativa e distintiva dos Cadetes do Exército é cópia fiel reduzida. Deslocamento excepcional por solicitação da Academia Militar das Agulhas Negras, através de seu comandante, General-de-Brigada Hyran Ribeiro Arnt para participar de cerimônia de entrega de espadins, a ser presidida pelo Exmo. Sr. Presidente da República João Figueiredo, que na ocasião receberá do Corpo de Cadetes, do qual já foi também instrutor e professor, um exemplar do Espadim de Caxias, por haver sido o primeiro detentor daquele símbolo a atingir a Presidência da República.

Agradeço a presença de todos os amigos e autoridades que prestigiam esta singela cerimônia.

O tema que escolhi para aqui abordar é a História da Academia Militar das Agulhas Negras (1810-1979), que foi instalada há 35 anos. Academia, senhor Presidente Pedro Calmon visitada por V. Ex<sup>a</sup>. há exatamente 30 anos e 20 dias em 9 de julho de 1949, conforme registro de próprio punho: as folhas 21 V do Livro de Visitantes Ilustres.

«Visitando esta grandiosa escola, o faço amavelmente conduzido pelo seu nobre comandante, general Ciro Espírito Santo Cardoso. Sinto revigorada a minha confiança no Brasil. É digna do Exército. É a Escola Militar de que necessitava a Pátria: alto baluarte do Patriotismo, sob cujas ameias inexpugnáveis, flutua o pendão do heroísmo nacional, guardado pela fidelidade dos Cadetes de Caxias».

Ass: Pedro Calmon Passemos ao nosso tema:

Em 28 de junho de 1938, na cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Escola Militar de Resende (EMRes), atual Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em oração que interpretava os sentimentos e pensamentos dos corpos docente e discente da Escola Militar do Realengo (EMR), assim se expressou o oficial designado, sobre a finalidade da Escola Militar em Resende, sua sexta sede desde sua criação em 1810. «Que nestas plagas por onde passaram bandeiras de outrora... possa a Escola Militar de Resende tornar-se o templo de onde saiam sacerdotes que tenham fé nos altos destinos da Pátria, bandeirantes de uma nova bandeira, libertadora dos que sofrem, morejando esquecidos nos rincões do Brasil, analfabetos, desesperançados e descrentes, disciplinando-os, educando-os e incorporando-os sob uma bandeira única — a bandeira do Brasil». Decorridos 35 anos de instalação da AMAN, em 1º de março de 1944, impõe-se uma evocação e registro histórico do ocorrido no período, com vistas à preservação de sua memória histórica. Pois, em 1939 seu idealizador, o marechal José Pessoa, escrevia ao falar sobre o Espadim de Caxias do Cadete «ainda que sem história, nem por isso devemos olvidar-lhe fatos que hoje sabidos mais tarde será difícil reconstituí-los. Haja vista o exemplo de nossa lendária Academia Militar Real, da qual mal se sabe ter sido fundada por D. João VI.

A instalação da AMAN em 1944 o foi com o nome de Escola Militar de Resende. A data de instalação coincidiu deliberadamente com o 81° aniversário do término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e no momento histórico no qual o Brasil realizava o apresta- mento final da nossa FEB para lutar contra o nazismo na Itália, local onde se cobriria de glórias, após deixar o Brasil, rumo ao velho mundo, quatro meses depois da instalação referida. A instalação da então Escola Militar de Resende concretizou um sonho, em 1931, do então coronel José Pessoa, comandante da Escola Militar do Realengo, prometido pelo Presidente Getúlio Vargas, em 26 de marco de 1932, numa roda de oficiais na Estação de Estrada de Ferro de Resende, então QG das forças legalistas, ao comando do coronel Manoel de Cerqueira Daltro Filho, por ocasião da Revolução de 1932. Sonho que tomou vigoroso impulso em 29 de junho de 1938, com o lançamento da pedra fundamental de nossa AMAN, em data deliberadamente coincidente com mais um aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, «o Marechal de Ferro», destacado profissional militar, herói da Guerra da Tríplice Aliança, cujo estudo histórico estimulou, como Presidente da República, «com vistas a desenvolver as aptidões dos alunos de nossas escolas militares (Escola Militar da Capital Federal na Praia Vermelha, (antecessora) da AMAN e Escola Militar de Porto Alegre) a criar e aperfeicoar uma tática e uma estratégia apropriadas às condições geográficas especiais do Brasil» e, além de tudo, no passado, um grande e fiel amigo da Escola Militar. Outro fato significativo da instalação da AMAN em Resende foi o de ter sido feita em terras pertencentes ao Estado do Rio de Janeiro, unidade da Federação que serviu de berço ao Duque de Caxias, patrono do Exército Brasileiro.

# A Localização da AMAN

O marechal José Pessoa, idealizador da AMAN, assim referiu a instalação da mesma logo após ocorrida:

«Foi erigida em Resende, afastada da capital, para retirar a mocidade militar do contato com as agitações políticas e das seduções altamente prejudiciais dos grandes centros, para deixá-la assistida por mestres dedicados, em um meio tranqüilo, de recursos abundantes para seus trabalhos, toda ela devotada ao único objetivo de sua perfeita e integral preparação profissional». Mais adiante escreveu sobre o currículo da AMAN:

«Preparamos para a Escola Militar de Resende um plano de Ensino e uma completa legislação do que há de mais perfeito nos estabelecimentos congêneres dos grandes Exércitos, fruto da experiência milenar da História Militar das nações cultas, tudo adaptado aos nossos costumes, ao nosso homem e ao nosso clima». Sobre a localização estratégica da Academia assim referiu:

«Chave de acesso para o sul de Mato Grosso e sul do Brasil, por sua situação intermediária entre o Rio — a capital do Brasil e São Paulo, o maior centro industrial.

— Valor militar inconfundível de Resende pela facilidade de comunicações com Minas Gerais, irradiadora de caminhos para o norte e para o centro e com o litoral de Angra dos Reis de importância naval conhecida.»

O valor militar de Resende ficara provado na Revolução de 1932, como QG das forças legais, servindo inclusive, o campo de paradas da AMAN, como campo de pouso da aviação legal. O referido valor estratégico seria confirmado na Revolução Democrática de 31 de março de 1964 que acabou de completar

15 anos. Nesta ocasião a AMAN, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici, se interpôs entre as tropas dos I e II exércitos na iminência de um choque no Vale do Paraíba, forçando seus respectivos comandantes a um acordo em prol da vitória revolucionária.

A retirada da Escola do Rio, longe das agitações políticas, justificava-se plenamente. Em 1904 ela fora fechada e após extinta por dois anos, por envolvimento de seus alunos, seduzidos por agitadores externos e internos, na malfadada e vexatória Revolta da Vacina Obrigatória. Em outra oportunidade, no Realengo, agitações semelhantes contaminaram parte de seus alunos com graves inconvenientes futuros. Para evitar os referidos inconvenientes, chefes do Exército no passado, em suas divergências ocasionais possuíam consenso na seguinte posição: — «A Escola Militar é o Exército do futuro e em consequência este futuro não pode ser comprometido no presente, com o envolvimento da Escola em lutas internas».

#### Comandantes da AMAN

Desde a sua instalação até o presente a AMAN teve 22 comandantes efetivos: Cel Mário Travassos (1944) e Generais Aristóteles de Souza Dantas (1945-1946), Álvaro Pratti de Aguiar (1946/1948), Ciro Espírito Santo Cardoso (1948-1950), Manoel de Azambuja Brilhante (1950-51), Nestor Souto de Oliveira (1951-52), Jair Dantas Ribeiro (1953-55) após Ministro do Exército, Júlio Teles de Menezes (1955-56), Hugo Panasco Alvim (1956-57), João Punaro Bley (1958-60), Adalberto Pereira dos Santos (1960-62 — acaba de deixar a Vice-Presidência da República), Pedro Geraldo de Almeida (1962-63), Emílio Garrastazu Médici (1963-64 — foi o terceiro Presidente da Revolução), Alfredo Souto Malan (1964), João Francisco Moreira Couto (1964-66), Ariel Pacca da Fonseca (1966-67), Adolpho João de Paula Couto (1967-69), Carlos de Meira Mattos (1969-71) (ex-comandante do curso de Infantaria de (1951-52), José Fragomeni (1971-74) — ex-comandante do curso de Cavalaria de (1951-54), Túlio Chagas Noqueira (ex-comandante do Corpo de Cadetes de (1964-65), Sílvio Octávio do Espírito Santo (ex-comandante do curso de Artilharia (1955-56) e, atualmente, Hyram Ribeiro Arnt (ex-instrutor da Artilharia em 1954-56).

# O Projeto da AMAM

O projeto inicial da AMAM foi elaborado em 1931 sob a coordenação de seu idealizador e apresentava em conjunto as características de West Point. O local onde seria erigida havia servido até então de Horto Florestal da Estação de Monta do Rio de Janeiro.

O projeto definitivo executado foi de autoria do engenheiro Raul Pena Firme e foi assim definido:

«Arquitetura sóbria, neo-clássica, própria do espírito de transição moderno, mantendo um equilíbrio das tendências arquitetônicas, sem ferir os melindres da tradição e deixar de tirar proveito dos predicados progressistas da atualidade e procurando atender às condições técnicas compatíveis das construções de grande vulto». Executou o projeto a Cia. Construtora Nacional.

#### Turmas Egressas da AMAN

Até o presente foram formadas integralmente pela AMAN 33 turmas cujo nome, bem como o nome dos cadetes classificados em primeiro lugar nas cerimônias de entrega dos espadins e das espadas, constam do quadro a seguir organizado:

TURMAS FORMADAS INTEGRALMENTE PELA AMAN DE 1946-1978 (Nº — ANO — NOME DA TURMA — NOME DOS PRIMEIROS LUGARES NO ESPADIM E NA ESPADA, DATAS E ARMA DO 1º NA ESPADA).

		•		,
Nº de Ordem	Ano e Nome da Turma	Primeiros Alunos na Entrega dos Espadins. e das Espadas	Data da Cerimônia	Obs.
1	1946 — Escola Militar de Resende	Espadim — José Pinto dos Reis Rui Colares Machado	10 Nov. 44 28 Dez. 46	8
2	1947 — Agulhas Negras	Harry de Freitas Barcellos (1º no espadim e na espada)	31 Out. 45 24 Dez. 47	8
3	1948 — Gen. Ciro Espírito Santo	Ary Capella (1º no espadim e na espada)	03 Set. 46 17 Dez. 48	8 1
4	1949 — Gen. José Pessoa	Arthur Baptista Filho Carlos Nicosi da Costa	30 Ago. 47 15 Dez. 49	8 4
5	1950 — Gen. Ciro Espírito Santo	Oscar Bayard Salgado Miranda Mário Magalhães	27 Ago. 48 14 Dez. 50	8 4
6	1951 — AMAN	Leônidas SPinto de Abreu (1º no espadim e na espada)	26 Ago. 49 14 Dez. 51	8
7	1952 — Barão do Rio Branco	Ivani Henrique da Silva Roberval Rocha Moreira Filho	25 Mar. 50 06 Nov. 52	8
8	Í953 — Almirante Tamandaré	João Luis Pascoal Roehl (1º no espadim e na espada)	25 Ago. 51 13 Ago. 53	8 4
9	1954 — Santos Dumont	Sérgio Ruschel Bergamaski (1º no espadim e na espada)	25 Ago.52 08 Mai. 54	8 4
10	1955 — Aspirante Mega	Rubens Ruiz Herman Cavalcanti Suruagy	27 Jun. 53 15 Fev. 55	8 1
11	1956 — Jan AVAI	Faltam dados Antonio Máximo Rego Filho	30 Jan. 54 06 Jan. 56	8
12	1956 — Dez — Monte Castelo	Almir Paz de Lima (1º no espadim e na espada)	05 Set. 54 20 Dez. 56	8 4
13	1957 — Antonio João	Alcyone F. de Almeida Junior Paulo Schwingel	18 Ago. 55 19 Dez. 57	8 1
14	1958 — Montese	Leonildo Denari Junior Sebastião de Carvalho	17 Ago. 55 19 Dez. 58	8 1
15	1959 — Marechal Rondon	Arlindo Vasques Martins Leo Ferreira de Vasconcellos	19 Ago. 57 17 Dez. 59	8
16	1960 — Marechal Floriano	Carlos Roberto Torres Carlos Elberto Vélia	24 Mai. 58 04 Dez. 60	8 7

17	1961 — Academia Real Militar	Nelson Dorneles da Silva Adalberto Imbrósio	24 Mai. 55 30 Dez. 61	8 7
18	1962 — Duque de Caxias	Fernando Luis Carneiro Rila Fernando Raimundo Aranha Simão	24 Mai. 60 20 Dez. 62	8 7
19	1963 — Sesquicentenário da AMAN	Carlos Fernandes C. Bernardes Sérgio Gilberto Tabuada	23 Abr. 61 20 Dez. 63	8 7
20	1964 — Nações Unidas	Guy Ibirajara Meyer (1º no espadim e na espada)	24 Mai. 62 19 Dez. 64	8 7
21		Antonio Domingos Sanson (1º no espadim e na espada)	24 Mai. 63 18 Dez. 65	8 7
22	1967 — Independência	Luiz Carlos Minussi Raimundo Nonato Cerqueira Fº	15 Ago. 64 16 Dez. 67	8 1
23	1968 — Humaitá	Marco Antonio Longo Ronaldo Glicério Cabral	20 Ago. 65 21 Dez. 68	8 7
24	1969 — Jubileu de Prata — AMAN	Pedro Paulo Leite do Prado (1º no espadim e na espada)	20 Ago. 66 20 Dez. 69	8 6
25	1970 — FEB	Sérgio Ricardo Paes Rios Geraldo S. Soares da Silva	19 Ago. 67 19 Dez. 70	8 4
26	1971 — Marechal Castelo Branco	José Alencar Ávila (1º no espadim e na espada)	17 Ago. 68 18 Dez. 71	8 4
27	1972 — Marechal Mascarenhas	Manoel Theóphilo Gaspar de Oliv. João Francisco Ferreira	23 Ago. 69 10 Dez. 72	8 1
28	1973 — Marechal Costa e Silva	Danivart Alves da Cruz (1º no espadim e na espada)	28 Ago. 70 15 Dez. 73	8 6
29	1974 — Integração Nacional	Antonio Robson Moraco Paulo Cesar do Amaral Pereira	21 Ago. 71 17 Dez. 74	8 6
30	1975 — Sesquincent. Independência	Valdemir Edis da Silva Paulo Raul Barros Lima	19 Ago. 72 12 Dez. 75	8 7
31	1976 — 31 de Março	Vicente Gonçalves Magalhães (1º no espadim e na espada)	18 Ago. 73 14 Dez. 76	8
32	1977 — Tiradentes	Emílio Carlos Acocella (1º no espadim e na espada)	24 Ago. 74 15 Dez. 77	8
33	1978 — Marechal Dutra	Jorge Luiz Coelho Cortes Paulo Sérgio Melo de Carvalho	23 Ago. 75 14 Dez. 78	8 6

Observações: 1) Significado dos números na coluna observações: nº 1 — Infantaria, 2 — Cavalaria, 3 — Artilharia, 4 — Engenharia, 5 — Intendência, 6 — Comunicações, 7 — Material Bélico e 8 — Curso Básico. Até o presente é o seguinte, por armas, o número de primeiros classificados na cerimônia de entrega das espadas nas turmas de aspirantes formados integralmente pela AMAN: Engenharia — 9, Material Bélico — 8, Infantaria — 6; Artilharia — 5, Comunicações — 4, e In- tendência 2.

2) Receberam denominações históricas as seguintes turmas de aspirantes do Realengo ou não formados integralmente pela AMAN: 1941 — Guararapes, 1942 — Henrique Lage, 1943 — Tuiuti, 1944 — Cel. Duque Estrada e 1945 — Realengo.

- 3) De 1945 1978 excetuando-se as turmas não computadas por falta de dados dos anos de 1946, 47, 49, 58, 59, 61 e 68 (falta de revistas correspondentes) formaram-se na AMAN 8.659 aspirantes naturais dos seguintes estados ou territórios: Rio de Janeiro 3.062 e Rio Grande do Sul 1.533 responsáveis por mais de 50% do total de aspirantes, São Paulo 1.023, Minas Gerais 701, Ceará 546, Paraná 218, Pernambuco 215, Mato Grosso 184, Bahia 135, Santa Catarina 129, Maranhão 126, Alagoas 108, Piauí 105, Pará 103, Paraíba 102, Sergipe 97, Rio Grande do Norte 95, Espírito Santo 95, Goiás 55, Amazonas 52, Acre 12, Amapá 6, Rondônia 2.
- 4) No mesmo período mencionado foram formados 57 aspirantes estrangeiros: Nicarágua 13, Equador 11, Paraguai 9, Portugal 8, Peru 2, Panamá 2 e Uruguai 1.
- 5) Personagens entre outras, ainda não homenageadas com o nome de turmas egressas da AMAN: D. Pedro I (criador do Exército Brasileiro), Ministro Leite de Castro (apoiou a criação das mais belas tradições da AMAN), Gen Francisco de Paula Argolo 1902/07 (Reforma do Ensino em 1905, transição do bacharelismo para o profissionalismo militar). Mal Hermes da Fonseca (autor da Grande Reforma Militar de 1908), Gen Mário Travassos, (primeiro comandante da AMAN), Gen Tibúrcio (ex-aluno e instrutor da Escola da Praia Vermelha e herói da Guerra do Paraguai), Henrique Dias e Antonio Dias Cardoso heróis das guerras holandesas, generais Osório, Sampaio, Mallet, Vilagran e outros patronos das armas e serviços. Andrade Neves, Barão de Porto Alegre, Gen. Câmara, Mal José de Abreu, Gomes Carneiro, Cap. Pedro Teixeira, Raposo Tavares, Rafael Pinto Bandeira e outros.
- 6) Feitos ou eventos militares não homenageados em turmas egressas da AMAN: Batalha Monte das Tabocas (1645), Batalha de Monte Caseros (1852), Batalha de Paissandu (31 Dez 1865), Passo da Pátria em (1866), Combate de Itororó, Batalha de Peribebui, Batalha do Campo Grande, FAIBRÁS, Lapa, etc.

#### Corpo de Cadetes e Cursos

O primeiro comandante do Corpo de Cadetes em Resende foi o então Cap. Inf. Dióscoro Gonçalves Vale (1944-45) função que exerceu novamente de 1953-55 depois de a de comandante do Curso Básico (1951-52). Foram os primeiros comandantes de cursos em Resende: Infantaria — Maj. Paulo Queiroz Duarte; Cavalaria — Maj. Milton Barbosa Guimarães; Artilharia — Maj. Lindolfo Ferraz (Chefiou este curso de 1959-61 o atual Ministro Chefe do SNI então o Mai. Octávio Aguiar de Medeiros): Engenharia — Mai. Carlos dos Santos Jacinto (Chefiou este curso de 1949-52 o atual chefe do DEC o então Maj. José Ferraz da Rocha); Intendência — Maj. Luiz Martins Chaves; Comunicações — o Ministro das Comunicações do Governo do Presidente Médici, o então Cel. Hygino Caetano Corsetti (1959-63); Material Bélico — Maj. Délio L. Taborda; (Curso Básico — o então Maj. Rio-grandino da Costa e Silva, irmão do Presidente Costa e Silva e atualmente destacado historiador rio-grandense): Equitação — Maj. Ortegal Novaes; SIEsp — Ten. Cel. Joffre Coelho Chagas e Educação Física — Hidebrando de Assis Duque Estrada (Bl nº 1-1944 — AMAN), que também foi o primeiro comandante da Companhia extranumerária, matriz do BCSv.

Os primeiros professores nomeados para a AMAN foram: coronéis Sinésio de Farias (autor de alentado tratado de Álgebra), Américo da C. Menezes e Pedro L. Vilaboim; tenentes coronéis Felix Valois de Araújo, Abílio dos Reis, Ayrton B. Lobo, José Rodolfo Toledo de Abreu e Sérgio Bezerra Marinho; majores Nilo Cruz, Luiz Vasconcellos Rocha Santos, Sérvulo T. Guerreiro e João Alfredo H. Dutra Ramos.

#### Sentido Histórico do Ensino na AMAN

Na Ordem do Dia do coronel Mário Travassos, publicada no BI nº 1 de 1º maio de 1944, alusivo à instalação da atual AMAN, assim referiu seu primeiro comandante:

«É preciso que as massas de concreto armado e revestimentos de mármore de nossa Escola criem alma e falem hoje e sempre do grande momento em definitivamente os processos de formação dos oficiais do Exército, devem ser consolidadas de forma a marcar época». Decorridos 35 anos de funcionamento da AMAN, impõe-se um balanço da afirmação de seu primeiro comandante, para a conclusão se efetivamente o ensino na AMAN foi um grande momento a marcar época.

Para isto é necessário um mergulho no passado, com vistas a marcar o sentido da evolução da formação dos oficiais no Brasil de 1810-1878.

Para uma abordagem científica do assunto seria impositiva a análise e crítica das seguintes reformas do ensino militar, traduzidas pela legislação a seguir: Carta de Lei de 4 Dezembro de 1810; Decreto de 22 Outubro de 1832, Decreto de 3 Fevereiro de 1934; Decreto de 22 Fevereiro de 1839; Decreto nº 404, de 1 Março de 1845; Decreto nº 1.356, de 23 Janeiro de 1855; Decreto nº 2.116, de 1º Março de 1858; Decreto de 21 Abril de 1860 que criou a função de comandante; Decreto de 14 Maio de 1860; Decreto de 22 Abril de 1863; Decreto nº 5.525-1874. (Saiu do Largo do São Francisco e vai para a Praia Vermelha); Decreto nº 10.203, de 9 Março de 1889; Decreto nº 2.881, de 18 Abril de 1898; Decreto nº 5.698, de 2 Outubro de 1905 (transfere- se para a Escola de Guerra em Porto Alegre).

De acentuado sentido profissional extingue o bacharelato em Ciências Físicas e Matemáticas e o título de doutor e cria o posto de Aspirante-a-Oficial; Decreto 30 Abril de 1913 (Escola no Realengo, subordinada ao EME. Para ingresso na EMR eram exigidos 6 meses como soldado ou curso integral num Colégio Militar. O ensino enfatizava as instruções sobre Cavalo de Guerra, Jogo da Guerra. Combinação de Armas, formação de GU em pé de guerra e informações em campanha); Decreto nº 22.977, de 24 Abril de 1918 (Enfatiza a fala de inglês e francês, Jogo da Guerra, Artilharia Naval e de Costa, com combinação de Armas e Comunicações); Decreto nº 13.577 de 30 Abril de 1919; Boletim 19-EME, ou 26 Abril de 1922. (Aprova o programa de instrução elaborado pela Missão Indígena que revolucionou a instrução militar, para melhor, constituindo-se de 1919-1923 um marco histórico no sentido de um ensino militar voltado para as necessidades da tropa); Decreto nº 16.394, de 27 Fevereiro de 1924 (Curso básico de 2 anos e 1 ano para as armas, introduz Carro de Fogo, exame do 1º ano em julho. Quem obtivesse média abaixo de 3 era desligado para servir um ano na tropa); Decreto nº 18.713, de 25 Abril de 1929 (Cria o Curso de Aviação Militar); Decreto nº 22.609, de 1933; Decreto nº 23.994, de 4 Março de 1934 (História Militar passa para o ensino profissional e é criado o Departamento de Educação Física e a Seção de Equitação); Decreto n? 192, de 20 Junho de 1935 (retorna à reforma de 1929); Decretos nºs 5.543 e 5.877, de 15 Abril e 22 Junho de 1940 (institui diversos estímulos aos cadetes:

Livro de Ouro para os sem punição durante o curso, Medalha Duque de Caxias para o 1º lugar no ensino profissional, com entronização de seu retrato no cassino dos Cadetes); Decreto nº 8.918, de 4 Março de 1942; Decreto nº 17.738, de 2 Fevereiro de 1945 (após transferir-se para Resende) e regulamentos de 1952, 1961, 1969 e o atual que entre outras características, pela primeira vez na história de nossas escolas militares passou a ministrar História Militar nos 3º e 4º anos, como fonte de aprendizagem, através de sua abordagem crítica e não descritiva, da evolução da doutrina militar em seu duplo aspecto de ciência e arte da guerra e, da Tática e da Estratégia.

#### Bacharelismo e Profissionalismo

Segundo o Marechal Tristão de Alencar Araripe <sup>2</sup> no passado ex-Diretor de Ensino no Realengo, comandante da ECEME e Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil: «O Ensino Militar de 1810-1871 subordinava-se à doutrina de Portugal e não atendia o papel militar da instituição armada americana. Visava-se, em última análise, formar doutores técnicos em Engenharia. A preocupação da formação era excessivamente acadêmica e intelectual. Às escolas práticas ou de aplicação profissional militar dava-se valor secundário. Pouco se cuidava do uso da força armada em operações de guerra, nem se aproveitavam as experiências feitas nas lutas intestinas e, principalmente, nas campanhas sulinas. Nem o ensino atendia às necessidades da tropa, nem esta recebia os benefícios deste ensino. Os regulamentos de 1839, 1858 e 1874 tendiam para a formação de engenheiros, com cursos científicos em que predominavam os estudos de matemática pura, a astronomia e geodésia, as ciências naturais, completadas por noções de balística, ataque e defesa das praças. *Figuravam aí sem grande ênfase, os estudos de Arte e História Militar, Tática e Estratégia*.

O regulamento de 1874 que deveria conter os ensinamentos da guerra do Paraguai, fez guestão de olvidá-los, além de acentuar a tendência de dar ao oficial sólida cultura geral e científica, visando a formar oficiais engenheiros e técnicos em Artilharia. As lutas no Sul foram as verdadeiras escolas de aplicações do Exército Brasileiro. Apesar da evolução do Regulamento de 1898j (reação ao de 1889, o mais científico de todos) o ensino alcançou o século XX, com o aspecto tradicional de excesso de cientificismo e teoricismo. sem levar em conta as normas práticas de emprego da tropa na guerra... O regulamento de 1905 constituiu oportuna reação contra o excesso de ensino teórico da Escola Militar da Praia Vermelha. A nova seriação do ensino e o papel dos cursos das armas na Escola de Guerra (em Porto Alegre) — curso de alfafa, representou a semente da era renovadora... Mesmo com os corpos desaparelhados, tomaram os aspirantes de 1909-1918, a peito, fazer a instrução de recrutas, com métodos modernos e rara objetividade. Foi um período áureo na evolução do Exército Brasileiro como força operacional... Um dos grandes acontecimentos da batalha pelo Serviço Militar obrigatório foi a célebre Missão Indígena na EMR (1919-22) integrada por instrutores selecionados em concurso. Sua obra contudo foi a mais fecunda realizada no Exército... O movimento de 30 desviou boa soma dos melhores subalternos e que haviam dado o melhor de seu entusiasmo à continuação do ressurgimento da atividade profissional do Exército... A mudança para Resende e a transformação foi um passo vitorioso na evolução necessária.»

-

<sup>2</sup> REVISTA DO CLUBE MILITAR. Nº Especial 1961. pp. 18/25.

## A Grande Reforma do Ensino de 1905

O General Francisco Paula Cidade, formado pela Escola de Guerra em Porto Alegre, pelo regulamento de 1905, baixado pelo Ministro do Exército Francisco de Paula Argolo (1897 e 1902-6), afirmou ser o referido regulamento e a Escola de Guerra em Porto Alegre, «uma grande encruzilhada do pensamento militar brasileiro», a indicar um novo rumo. E prossegue, «o regulamento de 1905 (voltado para o profissionalismo militar) do gual nos alimentamos em nossa mocidade, foi satirizado, recebemos a alcunha de alfafa, dada pelos que continuavam a crer que o título de doutor que o regulamento aboliu, era mais honroso do que o de oficial do Exército. Abençoada alfafa. Ela não só alimenta o muar... como pode figurar entre os alimentos dos deuses depois que impôs tantas idéias sadias e tantas dedicações sem limites ao servico da pátria.« E conclui ao falar sob o regulamento de 1905 e seus sucessores de cunho militar mais profissionalizante, sob a égide do qual e de seus sucessores, de 1913, 1918, 1922, 1929 e 1940, formaram-se os oficiais da FEB «que pisaram os campos de batalha, ao lado dos grandes senhores da guerra sem fazer mau papel»(2)-

# O Divórcio do Ensino com as Necessidades da Tropa

O general Estevão Leitão de Carvalho, «jovem turco» co-fundador da Defesa Nacional em 1913, observador brasileiro da guerra do Chaco, excomandante da ECEME, chefe da Missão Militar Brasil-Estados Unidos, de atuação relevante na organização da FEB e historiador dos IHGB e IGHMB. aborda de forma crítica o divórcio do ensino na EMPV com as necessidades do Exército como força operacional<sup>(3)</sup> Igualmente o general Tasso Fragoso, exchefe do EME por longo tempo na década de 30 e consagrado historiador do Exército também apontou e registrou este divórcio ao escrever: «nos anos anteriores à República havia se arraigado no espírito de muitos a falsa idéia de que a democracia verdadeira e a fraternidade real entre os povos deviam-se fundamentar no esquecimento e até na maldição de certos fatos do passado. Dai o estado de alma da geração militar a que pertenci e do meio que a preparava. Neste ambiente havia um temor de falar em guerras em presenca dos moços. Estes não tinham para com os veteranos da guerra do Paraguai, que desfilavam diante deles alquebrados pela velhice e com fardas rebrilhantes de condecorações, o respeito e a estima que mereciam como dignos e leais servidores da Pátria comum»/345) O Marechal Mascarenhas de Morais, excomandante da EMR e da FEB, refere-se ao problema em suas *Memórias* V. 1.

# O Sentido do Ensino na AMAN Segundo o Marechal Dutra

O Marechal Dutra foi aluno da Escola Militar da Praia Vermelha na ocasião de seu fechamento, seguido de extinção, em consequência da malfadada Revolta da Vacina Obrigatória de 1904. Após passar um ano fora do Exército concluiu o seu curso na Escola de Guerra de Porto Alegre, sob a égide do Regulamento de 1905. Tendo aprendido duramente a lição da História, emitiu a seguinte diretriz como Ministro da Guerra, de como deveria ser conduzido o ensino na AMAN, a obra mais marcante e consagradora de sua gestão na pasta da Guerra.

<sup>3</sup> CIDADE. Cadetes e alunos ...

<sup>4</sup> CARVALHO. Memórias de um soldado legalista

<sup>5</sup> FRAGOSO. A Batalha de Passo do Rosário (introdução).

<sup>(5)</sup> MORAIS, Mascarenhas de, Mal. Memórias. Rio, Bibliex, 1969. v. 1.

«O ensino militar entre nós tem variado em dois extremos: ou excesso de matérias teóricas ou de cultura científica, ou a reação brusca no sentido de preparação meramente profissional, com caráter prático. É oportuno alertar sobre a inconveniência ou perigo de socorrer-se a qualquer dessas soluções extremas. A sabedoria aconselha e mostra que a virtude está no meio. Não se esqueçam os que têm a missão de formar os futuros oficiais que é sob o imperativo do ensino profissional e da cultura geral que se deve orientar aquela formação. Estamos num século eminentemente técnico. Só se tornam poderosas, as instituições e nações que têm solicitado à inteligência e às ciências os conselhos e os recursos a serem seguidos, no sentido de melhor se armarem e se tornarem fortes. Mas tudo isto será incompleto e de resultado duvidoso, se o comando, professores e instrutores não cogitarem também de formar espíritos e personalidades.»

# Generais Dutra e Mascarenhas de Morais Dinamizam a Cultura Geral e Profissional

O Ministro Dutra dinamizou o surto do pensamento militar brasileiro ao criar a Bibliex e o ECGCF, ambos destinados a promover, com maior intensidade, a produção, o debate e a circulação das culturas profissional, geral e especializada.

O então Coronel Mascarenhas de Morais, que oito anos após seria o comandante de nossa gloriosa FEB, na qualidade de comandante da Escola Militar do Realengo, baixou ato pelo BI nº 31 de 6 de Fevereiro de 1936, reconhecendo a existência oficial, além da Biblioteca Escolar, das existentes nos cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia, Aviação e Sociedade Acadêmica Militar. Também autorizou a criação de bibliotecas especializadas nas seções de Equitação e Educação Física.

Visava estimular, por facilitar meios próprios de consulta, o aprimoramento da cultura profissional, geral e especializada dos futuros oficiais do Exército, muitos deles, mais tarde, seus comandados na FEB.

# Presidente Figueiredo Ex-Instrutor e Professor da AMAN

Serviu na AMAN de 29 Janeiro de 1945 a 3 Janeiro 1949, durante quatro anos, o então capitão de Cavalaria João Batista Figueiredo e atual Presidente da República. No período em tela, o capitão Figueiredo exerceu inicialmente as funções de auxiliar de Equitação e de professor em comissão de Organização do Terreno e Noções de Fortificações e depois, no Curso de Cavalaria, as de instrutor e comandante do 1º Esquadrão de Cavalaria e, em quatro oportunidades, as de Instrutor Chefe interinamente. O presidente Figueiredo como cadete nº 395 da Escola Militar do Realengo de 1935/37 foi o primeiro ex-detentor do Espadim de Caxias, arma distintivo dos cadetes do Exército, a ser conduzido pelo povo brasileiro às altas funções de Presidente da República do Brasil.

## Generais Formados Integralmente na AMAN

O Exército já possui os seguintes oficiais generais formados integralmente em Resende: generais-de-brigada Sinval Martins Senra, Francisco Batista Torres de Melo, Rondon Oliveira Guimarães, José Eduardo Lopes Teixeira, Wilberto Luiz Lima, Luiz da Silva Vasconcelos, Danilo Venturini (atual Ministro Chefe da Casa Militar da Presidência da República), José Maria de Toledo

Camargo (ex-comandante do Curso de Artilharia da AMAN em 1962/63), Teimo Ariosto Bohrer, Pedro Luis de Araújo Braga, Ernani Jorge Corrêa (excomandante do Curso de Cavalaria da AMAN em 1962/66), Ney Armando de Mello Meziat, Zaldir de Lima, Ênio Martins Senna, Milton Cunha Bezerra, Ivan Jejui Afonso da Costa e Pedro Cordeiro de Mello.

# Preservação da Memória da AMAN

Tem tido atuação relevante, cronologicamente, na preservação da Memória da AMAN desde o seu tempo de Academia Real em 1810, os seguintes oficiais: Ten. Cel. Dr. Alfredo do Nascimento e Silva, Ten. Cel. Joaquim Marques da Cunha, Gen. Adailton Pirassununga, Mal. José Pessoa, Cel. Floriano de Lima Brainer, Gen. Nestor Souto de Oliveira, Gen. Moacir Lopes de Resende, Cel. Francisco Ruas Santos, Gen. Carlos de Meira Matos e Gen. Francisco de Paula Azevedo Pondé. O último através de esclarecedora pesquisa histórica, com base documental, sobre a Academia Militar Real de 1810, raiz histórica da AMAN, na qual revela e publica, inclusive, requerimentos feitos pelo então cadete Luis Alves de Lima e Silva do 1º Regimento de Infantaria, o atual Batalhão Sampaio.

### Fontes de História da AMAN

No sentido de preservar não só a História da AMAN como a de suas antecessoras alinhamos a seguir as fontes a partir das quais ela poderá ser restaurada desde que sejam as mesmas preservadas.

# CONVENÇÕES

AA — Arquivo da AMAN.

AE — Arquivo do Exército — Rio.

AMAN — Academia Militar das Agulhas Negras — Resende.

ARM — Academia Real Militar — Largo São Francisco — Rio.

AN — Arquivo Nacional — Rio.

AGA — Ajudância Geral AMAN.

APA — Arquivo Pessoal do Autor — (Cláudio Moreira Bento).

BA — Biblioteca da AMAN.

BACV — Biblioteca e Arquivo Cosme Velho — Rio.

BE — Biblioteca do Exército — Rio.

C. Doc. Ex. — Centro de Documentação do Exército — Brasília.

DEA — Divisão de Ensino da AMAN.

DN — Revista Defesa Nacional

EGPA — Escola de Guerra de Porto Alegre.

EMPV — Escola Militar da Praia Vermelha — Rio.

EMR — Escola Militar do Realengo — Rio.

EMRes — Escola Militar de Resende (1944-51).

LOC: — Arquivos que possuem a fonte.

MA — Museu Escolar da AMAN — Resende.

- NA Revista Nação Armada. AMAN Resende.
- REF: Escola ou Escolas Militares que a fonte aborda.
- RCM Revista do Clube Militar.
- RIGHMB Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil Rio.
  - RIHGB Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
  - SA Secretaria da AMAN.

# FONTES BIBLIOGRÁFICAS E HEMEROGRÁFICAS

- AMAN. Alocuções proferidas no Sesquicenténário da AMAN, Resende, Ed. Acad, 1961.
- Currículos. Resende, Ed. Acad, 1979.
- -----História das doutrinas militares. Volta Redonda, Gazetilha, 1978.
- -----História Militar do Brasil. Volta Redonda, Gazetilha, 1979 (texto e mapas).
- Formando oficiais para o Exército do Brasil. São Paulo, FIESP, 1961 (Boas informações gerais).
- -----Informações aos visitantes. Resende, Ed. Acad. 1964 (boas informações).
- Aditamento e anexos 1 6 ao BI de 24 de abril. Participantes da AMAN na Revolução de 64 (CC, BCSv, Div. Ens., DÁ, Aj. Geral, Magistério e Pessoal acionado diretamente pelo Comando).
- Páteo Marechal Mascarenhas de Morais. Bl. Nº 8, de 8 de maio de 1970 (justificativa da homenagem).
- ARAGÃO, Campos de. Gen. Cadete do Realengo, Rio, Bibliex, 1959.
- ARARIPE, Tristão Alencar, mal. *Tasso Fragoso*, Rio, Bibliex, 1960. (Bom material sobre a EM PV).
- O Ensino Militar no Brasil *RCM*, Nº especial, 1961, pp. 18/25. (Fonte de consulta obrigatória para uma perspectiva história do assunto).
- ARAÚJO, F. X. Lopes. Cel. Nossos antigos mestres. RAMAN, 1976, pp. 7.
- ARNT, Hyran Ribeiro, Gen. Ordem do Dia à entrega dos espadins à turma Benjamin Constam. Resende. Ed. Acad, agosto de 1978.
  - Ordem do Dia à entrega das espadas à turma Marechal Dutra. Resende, Ed. Acad, dezembro de 1978.
- BARATA, Mário. Escola Politécnica do Largo do São Francisco. Rio, Clube Engenharia, 1973, (Currículos Escola Militar 1810-1851 e iconografia).
- BARROSO, Gustavo. Os prisioneiros paraguaios na EMPV. *NA* nº 70, setembro de 1945, pp. 77/79.
- BENTO Cláudio Moreira, Tc. Como estudar e pesquisar a História do Exército Brasileiro. Brasília, EME ECGCF, 1978.
  - O Espadim de Caxias. *Letras em Marcha* nº 82, agosto de 1978; *Jornal Agulhas Negras*, AMAN, julho de 78 e *RMB* julho/setembro de 78.
- -----Instalação da AMAN ano XXXV. Letras em Marcha, nº 90, abril de 79.

  Nabion Patrono do QMB. O Patolino. AMAN, Curso de Material Bélico, 1978 (Aborda a vida do general Napion primeiro diretor da Academia Real Militar).
  - Fortificações e fortificadores do RGS. Revista da Sociedade de Engenharia do RGS. 1976/75.
  - Estrangeiros e descendentes na História Militar do RGS. Porto Alegre, IEL, 1976. pp. 116-118, 237, 238.

- BITTENCOURT, Liberato, Cel. Sobre a reforma do Ensino Militar. DN nº 113, março de 1923, pp. 538/540 (Ensino militar entre 1893-1905 importante). Benjamin Constant e General Polidoro, duplo ensaio, psicológico. Anuário da Escola Militar, realengo, 1913/14, pp. 59-90. (Ver também Planos de Campanha pp. 125/178 do mesmo autor).
- BLEY, João Punaro, Gen. «Recordações de uma Velha Escola (EMR)». *Letras em Marcha*, 1978 (ex-aluno do Realengo e ex-comandante da AMAN).
- BOPP, Itamar. Resende cem anos da cidade. São Paulo, Gráfica, Gráfica Sangirard, 1977.
- BRAINER, Floriano de Lima, Tc. *A Escola Militar Síntese Histórica*. RMB, nº 1, janeiro/março de 1942, pp. 13/70.
- BRILHANTE, Manoel de Azambuja, Gen. Ética do Estudante face às provas, DN, n? 445, ago. 1951, pp. 5/7 (ex-comandante da AMAN).
- CALMON, Pedro. Agulhas Negas. RCM, n° especial, 1961, pp. 31/33.
- CÂMARA, José A. Saraiva. *Um soldado do Império.* Rio, José Olímpio, 1978 (Vida do Gen. Tibúrcio que saiu da EMPV para a Guerra do Paraguai).
- CAMPOS, Carlos, Mal. A Profecia da EMPV. *DN, n*° 112, fev. 1323, pp. 519/21. (Discurso de Benjamin Constant a oficiais chilenos «fagulha que incendiou a Monarquia».)
- CARDOSO, Licínio A. Nossos antigos mestres. RAMAN, 1979, pp. 40/42.
- CARTA DE LEI DE 4 DEZ. 1810. Criação da Academia Militar no Rio de Janeiro, Rio, Imprensa Militar, 1961.
- CARVALHO, Estevão Leitão, Gen. *Memórias de um Soldado legista.* Rio. Imprensa Militar, sd.
- CASTRO, Jeanne Berance. A Milícia Cidadã. A Guarda Nacional. 1931-50. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1978.
- CAVALCANTI, Pedro, Gen. Discurso Pedra Fundamental da AMAN. RAMAN, jul. 1938, pp. 5/6 (Discurso como Diretor de Ensino do Exército).
- CERQUE1RA, Dionísio, Gen. Reminiscências da Guerra do Paraguai. Rio, Bibliex, 1958 (Impressão sobre a EMPV).
- CIDADE, Francisco de Paula, Gen. Síntese de três séculos de literatura... Rio, Bibliex, 1959 (muitas indicações).
  - Cadetes e alunos militares através dos tempos. Rio, Bibliex, 1961 (Reminiscências da EMPV, EGPA. Importante subsídio sobre a revolução no ensino em 1905, como transição do bacharelismo para o profissionalismo leitura básica).
- -----Ensino Militar. DN, nº 118, ago. 1923. pp. 729/730.
- -----O Exército do Passado. NA, 1942-1943 (importante série de artigos).
- -----A literatura nas velhas Escolas Militares. *Cadetes e alunos...* Rio. Bibliex, 1961.
  - Cadetes em Portugal, no Brasil e vida anedótica. Cadetes e alunos... Rio, Bibliex, 1961.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio, Forense, 1976, lí Ed.
- CONSTANT NETO, Benjamim *Benjamin Constant*. Rio Bibliex, 1940.
- CORREIA, Jonas. M. Gen. Vocabulário de Gíria Militar, Rio, Bibliex, 1958.
- CORREIA NETO, Jonas, Cel. Escola Militar do Realengo, *RAMAN*, 1975, pp. 13/14.
- COUTINHO, Lourival. O general Gois depôe. Rio, Liv. Coelho Branco, 1956.
- CUNHA, J. Marques da, Tc. A Evolução do Ensino Militar no Brasil, 1810-1913. Anuário Militar, Rio, EMR, 1913/14 (Trabalho Pioneiro).
- DAMASCENO, Filadelfo. Cap. *Vida de cadete.* Rio, Bibliex, 1962 (o autor formou-se na AMAN em fev. 1955).

- DENYS, Mal. A Missão Indígena. *Infantaria*. Resende, Curso Inf. AMAN, nº 14, 1979.
- DINIS, Almério, Cel. Meus ex-cadetes. *RAMAN*, 1977, p. 18.
- ECEME Mal. Castello Branco seu pensamento militar. Rio, Imp. Mil. 1966.
- ESCOLA MILITAR DO REALENGO: Mudança (tentativa, locais e situação (atual) *DN*, 186, jun. 1929. pp. 269/271 e 199, jul. 1930, pp. 611/612 (Idéia mudança surge antes da Revolução de 30).
- ESCOLA MILITAR DE RESENDE. *Construção*. Rio, EMR (Histórico da construção e idéia do Panteon de Caxias em Resende). (Ano 1943).
- ESTRADA, Augusto da Cunha Duque, Cel. Discurso Pedra Fundamental AMAN. *RAMAN*, jul. 1938, pp. 5/9 (representando o corpo discente e docente da EMR).
- FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira, Cap. Escola de Pelotão de Cavalaria da Escola Militar do Realengo (Missão Indígena). *DN*, nº 78, fev. 1920, pp. 209/213.
- FIGUEIREDO, João Baptista de Oliveira, Maj. Batalha de Tuiuti Conferência na AMAN. *DN*, n? 420, mar. 1949, pp. 125/133.
- FIGUEIREDO, Lima, Cel. Casernas e Escolas, Rio, Bibliex, 1945.
- FONSECA, Roberto Piragibe. Dois estudos militares. Rio. 1974.
- FOURNIER, Barros, Cap. Local para a Escola Militar. *DN*, nº 69, jun. de 1939. pp. 308/9.
- FRAGOMENI, José, Gen. Sesquicentenário da Independência. RAMAN, 1972. pp. 112/113.
- -----Aspectos da Evolução do Ensino Militar. RAMAN, 1973.
- FRAGOSO, Tasso, Gen. Na Praia Vermelha, *in:* CIDADE. *Cadetes e alunos...* Rio. Bibliex, 1961, pp. 84/85.
- -----Batalha do Passo do Rosário. Rio 1922 (Introdução).
- -----O Ensino Militar e a ECEME, NA, abr. 1970.
- INSPETORIA GERAL DO ENSINO. A Evolução do Ensino Militar no Brasil. *RMB*, jan./mar. 1942. pp. 9/12.
- KLINGER, Bertholdo, Cap. A Nova Escola Militar seus efeitos na tropa. DN, set. 1920. pp. 34/35.
- GUIMARÃES, J. C. Macedo Soares. Civis e militares. Carta *Mensal*, dez. 17, pp. 11/14.
- LIMA, Luiz. A. Correia, Cap. O efetivismo corrosivo. DN, nº 115, set. 1920. pp. 762/765 (elogio à Missão Indígena, no Realengo).
- -----Ensino Militar. NA, nº 71, out. 1945, pp. 14/17.
- LOBATO, Filho, Gen. Escola Preparatória do Realengo, in: CIDADE. *Cadetes e alunos...* Rio. Bibliex, 1961, pp. 91/93.
- LOPES, Luiz Arthur. Fui cadete da EMPV em 1889. *RCM,* nº especial 1961. pp. 37/47.
- MALAN, Alfredo d'Angrone, Cap. Reminiscências da Praia Vermelha in: CIDADE: Cadetes e alunos ... Rio, Bibliex, 1961, pp. 45/49.
- MALAN, Alfredo Souto, Gen. Uma escolha um Destino. Rio, Bibliex, 1977.
- Mattos, Carlos de Meira, Gen. Aniversário da AMAN. Ordem do Dia. BI AMAN, 23 abr. 1970.
- -----Chefia e Liderança. *RAMAN*, 1972, pp. 176/181.
  - A experiência do FAIBRAS. Rio, IBGE, 1966 (participação oficiais e egressos da AMAN).
- MÉDICI, Emílio Garrastazu, Gen. Aniversário da AMAN. Ordem do Dia. BI AMAN, 23 abr. 1963.
- MERCEDES-BENZ Sua Boa Estrela, nº 27, 1970 (Nº especial dedicado a AMAN).

«MEXY KANO». O Carro de Fogo — paródia. RCM nº especial, 1961.

MEYER, Walter dos Santos, Tc. Achegas para um anedotário da AMAN. *RCM*, nº especial, 1961, pp. 58/64 (excelente trabalho).

Síntese histórica da formação dos oficiais do Exército, in: *Alocuções do sesquicentenário da AMAN.* Resende. Ed. Acad., 1961.

MINISTÉRIO DA GUERRA. O Exército no Estado Novo. Rio, Graf, Guarany, 1971. pp. 12/15.

MIRANDA, Salm. de. Floriano. Rio, Bibliex, 1963.

MISSÃO INDÍGENA NA EMR (1919/22). Instrutores selecionados. DN, nº 65, fev.

1919, pp. 146/148.

Situação promissora no ensino, DN, nº 152, ago. 1926, p. 1210 (balanço das atividades após sete anos).

MONTEIRO, Afonso, Gen. Reminiscências da EM, Praia Vermelha, in: CIDADE, *Cadetes e alunos...* Rio, Bibliex, 1961, p. 50.

MONTEIRO, Pedro Aurélio Góes. A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército, Rio. 1932.

MOTTA, Jeovah. Formação do oficial do Exército Brasileiro. Rio, Cia. Bras. Art. Graf. 1977.

NOGUEIRA, Túlio Chagas, Cel. Palavras aos cadetes da Turma Independência. *RAMAN*, 1964, p. 175 (Comandante do Corpo de Cadetes).

NORONHA, Jurandir Passos. Resende não é West Point nem Saint Cyr. NA, nº 64, mar. 1945, pp. 30/37.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO, nº especial dedicado à AMAN, 1967.

O ALAMBARI — Noticioso interno da AMAN — 1953/73 (Coleção).

OLINTO, Antônio, *Militares no Poder.* Rio, Arca, 1977 (Importante estudo relacionando o desenvolvimento do ensino militar com a progressiva influência política do Exército).

OLIVEIRA, Ermilio da Costa — RAMAN, 1974, p. 175.

PEDREIRA, José R. Resende em revista. Volta Redonda, 1975.

PIRASSUNUNGA, Adailton, Gen. O Ensino Militar no Período Colonial. RAMAN, n?s 30 e 34, 1936.

- -Ensino Militar no Brasil. Rio. Bibliex, 1958.
- -O Clero no magistério militar. RAMAN, jul. 1938.
- -Subsídios para a História das Escolas Militares 1811/38. RAMAN. 1938.

PEREGRINO, Umberto, Evolução da Escola Militar. 1931/41. RMB, jul./set. 1941, pp. 271/288.

Caderno de adolescente, in: CIDADE. Cadetes e alunos... Rio, Bibliex, 1961, p. 106.

PESSOA, Antonio José. Cad. Marechal José Pessoa — o idealizador AM AN. *Jornal Agulhas Negras.* Resende, Ed. Acad. 1977.

PESSOA, José, Gen. O Espadim. O Brasão das Armas, O Corpo de Cadetes e o Uniforme da AM AN. *RAMAN*, 1939.

- -Resende e a Escola Militar. NA, nº 21, ago. pp. 137/138.
- -A Pedra Fundamental da EM. Resende. RAMAN. jul. 1938.
- PONDÉ, F. de Paula e Azevedo, Gen. A Academia Militar Real. *Anais do Congresso da Independência do Brasil.* Rio, IHGB, 1975 (Importante e

- básico subsídio, A documentação que localizou e usou encontra-se no Arquivo Nacional).
- POTIGUARA, Moacir Barcellos, Gen. Uma vida a serviço do Brasil. *RIGHMB-77.*
- RABELO, Manuel, Gen. Discurso Lançamento da pedra fundamental da AMAN. *RAMAN*, jul. 1938, pp. 3/5 (Oração como Diretor de Engenharia).
- RESENDE, Moacir Lopes de, Gen. *História da AMAN,* Ed. Acad. 1969. (É a síntese mais completa e básica para a abordagem do assunto.)
  - -Comandantes das Escolas Militares *RCM*, *n*° especial, 1961, pp. 5/16.
- REVISTA DO CLUBE MILITAR 1961 nº especial dedicado ao Sesquicentenário da AMAN.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA. Construção da Escola Militar de Resende. Nº 1 jan./mar. 42, pp. 71/149. (Importante subsidio.)
- REVISTA DEFESA NACIONAL. Nº especial 1963. (Alusivo ao Sesquicentenário da Revista. Contém artigos dos generais Leitão de Carvalho, Castello Branco, F. P. Cidade, Tristão Araripe e Pompeu Cavalcanti).
- REVISTA DA AMAN (RAMAN) Coleção 1921/1978 existente na Biblioteca da AMAN (Faltam anos 1923, 1929/32, 1958, 1961/62 e 1970). Possuem interessantes e vastos assuntos ligados a memória AMAN, dos quais reproduzimos, como amostragem, o subtítulo a seguir de índice por nós complementado:
  - 01) Gustavo Cordeiro de Farias elogio, jun. 192. .
  - 02) Homenagem ao Mal. Hermes, Jul. 1921.
  - 03) Homenagem a Adalberto C. de Aguiar, ago. 1921.
  - 04) Homenagem ao Gen. Celestino Bastos, out. 1921.
  - 05) Homenagem ao Gen. Setembrino de Carvalho, mar. 1934.
  - 06) Homenagem ao Dr. Moreira Guimarães, mar. 1924.
  - 07) Almirante Alexandrino de Alencar, necrológico. 1926.
  - 08) Homenagem ao Cap. A. Pirassununga, mar. 1936.
  - 09) Homenagem a Henrique Lage, nº 33, mar. 1936, nº 50, 1942, nº 53, 1943, nº 54, 1945.
  - 10) Homenagem aos cadetes de aviação, mortos em serviço, nº34, ago. 1936, p. 7.
  - 11) Homenagem a Benjamin Constant. No 35, 1936.
  - 10) Homenagem a Caxias, nº 37, 1937; e 1957, 1960.
  - 11) Homenagem ao Cel. Mascarenhas de Moraes, 1937 e 1938.
  - 12) Resumo Histórico da Escola Militar, nº 30, 1937, p. 3.
  - 13) Centenário da morte do Mal. Floriano, nº 40, 1939.
  - 14) Homenagem a Lhufas, a Celso Santos Meyer, nº 40, 1939.
  - 15) Homenagem ao Gen. José Pessoa, nº 44, 1940, p. 14, nº 54, 1945; nº 61, 1949 e 1960.
  - 16) Homenagem a Henrique Lage, nº 46, 1941.
  - 17) Homenagem ao Gen. Osório, nº 49, 1942.
  - 18) Homenagem ao Gen. Ciro Esp. S. Cardoso, nº 59, 1948 e 61, 1949; nº

- 62, 1950; nº 63, 1950.
- 19) Homenagem ao Mal. Trompowski. 1954.
- 20) O BCSv, nº 60, 1959.
- 21) SAM O que é, 1960.
- 22) Bandeiras Históricas, 1960.
- 23) Histórico da AMAN, 1960.
- 24) Brasília Capital da Esperança.
- 25) Curso de História Militar da AMAN.
- 26) O que è a AMAN, 1963, p. 4.
- 27) Cadetes e seus personagens, 1964, p. 127.
- 28) Ângulos da AMAN, 1964, pp. 125/126.
- 31) O ensino na AMAN, 1965, pp. 7/9 e 1966, p. 11.
- 32) Cadete e outro personagem, 1965, pp. 17/20.
- 33) Uniforme de cadete tradição. 1969, p. 52.
- 34) Quepe do Mal. Deodoro 1965, p. 57.
- 35) Documentos da AMAN, 1966, pp. 13/15.
- 36) Homenagem ao Cel. Plínio F. Pereira Tourinho. 1966.
- 37) Homenagem ao Cel. Leontino Nunes de Andrade, 1966, p. 158.
- 38) AMAN Tetracampeã da NAVAMAER, 1966, p. 162.
- 39) Instalação do canhão Histórico, 1968. p. 195.
- 40) Pára-quedismo na AMAN, 1968, p. 226.
- 41) Fim de semana de um laranjeira, 1969, p. 121.
- 42) Cadetes no Projeto Rondon, 1969, p. 121.
- 43) Departamento de Instrução Especial, 1964, p. 143.
- 44) Homenagem a Castello Branco, 1971, p. 24.
- 45) Restos Mortais de D. Pedro 1 na AMAN, 1972, p. 116.
- 46) A velha Maisa se foi (Cadela mascote CC). 1972, p. 132.
- 47) Um camarada formidável o Aspirante João Francisco I cticlin. 1971, p. 132.
- 48) O ensino profissional na AMAN, 1976, p. 45.
- 49) Resende a capital do cadete, 1976, p. 257.
- 50) Retorno de uma tradição, 1976, p. 302.
- 51) A morte dos cadetes. 1977, p. 203.
- 52) Uma preciosidade na Biblioteca, 1938.
- SALA DE REUNIÕES DO CONSELHO ESCOLAR, *Anuário da Escola Militar.* 1913/14, p. 147.
- SANTOS, Francisco Ruas. Maj. *Coleção Bibliográfica Militar*. Rio, Bibliex, 1960.
- SCHEDER, Sylvio Lourenço, Cap. O Ensino Militar entre nós e a Escola Militar. *DN*, nº 106, jun. 1920, pp. 259/262), 292/295 e 324/328 (Evolução Ensino 1810/1920).
- SEVERO, Alfredo, Cel. Crônica de Saudades. NA, nº 58, set. 1944, pp. 32/38 (sobre a EMPV).
- SILVA, Alfredo do Nascimento, Tc. Dr. Histórico das sedes da Escola Militar 1810/1910. *Anuário da Escola Militar 1913/14*. Rio, EMR. 1913/14. (Trabalho histórico pioneiro sob o enfoque do título e base para os posteriores.)
- SILVA João Marcelino. F. e, Cap., Escola Militar (instalação) DN, n? 156, dez. 1926, pp. 383/4.
- TAUNAY, Visconde. Memórias. Rio, Bibliex, 1960.

- TAVARES, Aurélio Lyra, Gen. O Brasil de minha geração. Rio, Bibliex, 1976.
- -- Exército e Nação. Recife. UPPE. 1968.
- -- Ensino Militar. NA, nº 72, nov. 1945, pp. 27/29
- TÁVORA, Juarez, Mal. *Uma vida de muitas lutas.* Rio, Bibliex, 1976, v. I. TRAVASSOS, Mário, Cel. A Nova Escola Militar. *Correio Paulistano,* 1944. Ordem do Dia Instalação da Escola Militar em Resende. *Bl/AMAN* nº 1, de 1º mar. 1944.
- VARGAS, Getúlio, Dr. Discurso Lançamento da Pedra Fundamental da AMAN. *RAMAN*, jul 1938, pp. 9/11 (Discurso como Chefe do Governo do Brasil).
- VIANNA, José Feliciano Lobo, Cel. Reminiscência de um velho turco da EMPV. DN, nº 76, nov. 1819, pp. 113/118 e nº 80, mar. 1820, pp. 258/162 (Trotes, edifício, comandante e oficiais).
- VIVEIROS. Esther de. *Rondon conta sua vida.* Rio, Coop. Cultural Esperantista,: 1969, pp. 345/49.

#### FONTES DOCUMENTAIS E INSTRUMENTO DE TRABALHO

(Relação parcial)

- ARQUIVO DO GEN. POLIDORO QUINTANILHA JORDÃO (Loc: AN), (excomandante da EMPV).
- ATA DO LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA AMAN EM 1938 (Loc: MA).
- ARQUIVO ICONOGRÁFICO DA AMAN FOTOS E FILMES (Loc: Serv. Comunicações da AMAN).
- BOLETIM Nº 1 DE 1º MAR. 1944 ALUSIVO A INSTALAÇÃO DA AMAN (Loc: MA).
- CAMARA, Hiran Freitas, Maj. Arquivo pessoal constando de vasta documentação que reuniu, com vistas a escrever a biografia do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque (cursa atualmente a ECEME).
  - CARTA DE LEI DE CRIAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR REAL EM 1810—Fotocópia (Loc: MA) fotocópia.
- COLEÇÃO DE BOLETINS DA AMAN 1913/1979 (Loc: A.A.).
- COLEÇÃO DE BOLETINS DAS ESCOLAS MILITARES DA PRAIA VERMELHA, REALENGO E PORTO ALEGRE (Loc: provavelmente no AE).
- COLEÇÃO DE ALMANAQUES DO EXÉRCITO 1945/1972 (consta nomes de todos os oficias formados pela AMAN (Loc: BEx, C. Doc Ex. A.A.).
  - COLEÇÃO DE REVISTAS DA AMAN 1922/1978 (Loc: BA e BE).
  - DOCUMENTOS RELATIVOS A ACADEMIA REAL MILITAR (Loc: AN).
- ÍNDICE DA REVISTA DA AMAN 1922/1978 (Loc: APA e fichário História da AMAN 1913/1957 (parcial) na Cadeira de História Militar. Não consta os dos números que faltam).
- INVENTÁRIO DE Nº DE ASPIRANTES EGRESSOS DA AMAN 1945/78. POR UNIDADES DE FEDERAÇÃO E NAÇÕES AMIGAS (Loc: APA).
- LIVRO DE OURO CONTENDO ASSINATURAS DE CADETES QUE CONCLUÍRAM A AMAN SEM PUNIÇÃO (Loc: Corpo de Cadetes).
- LIVRO PARA O REGISTRO DE IMPRESSÕES POR VISITANTES ILUSTRES A AMAN (Loc: Gab. do General Cmt. AMAN). (Ata mudança de denominação).

- LIVRO HISTÓRICO DO CORPO DE CADETES (Loc: MA).
- LIVROS REGISTROS HISTÓRICOS DA AMAN (1810/1979) de nº 1 a 5 (Loc: SA (todos) e IHGB e APA nºs 1 e 2).
- PEREIRA FILHO, José, 1º Ten. Relação e localização do acervo do Museu da Academia Militar das Agulhas Negras. (Loc: Aj. G. AMAN, APA, IHGB, IHGMB).
- Relação e localização de bustos, placas e quadros localizados no Âmbito do Conjunto Principal da AMAN. 9 fls. Não inclui o existente no interior das repartições exceto da Biblioteca. (Loc: APA). Nos livros registros históricos consta a origem e doador de cada busto).
- PASTA DE DOCUMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DA AMAN (pasta com parecer data aniversário AMAN bandeiras históricas etc. (Loc: Cadeira de História da AMAN).
- PLANTA DO AQUARTELAMENTO DA AMAN (Nomes, bairros, praças, ruas e instalações (Loc: Prefeitura Militar da AMAN).
- RELAÇÃO NUMÉRICA POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO E NAÇÕES AMIGAS DOS ASPIRANTES EGRESSOS A AMAN 1945/1978 (APA).
- RELAÇÃO DOS SUBCOMANDANTES DA AMAN ATÉ 1977. (Loc: AA e APA).
- RELAÇÃO DOS COMANDANTES DE CURSOS DA AMAN 1944/1978 (Loc: Cursos e APA).
  - RELAÇÃO DOS COMANDANTES DO CC. (Loc: Corpo de Cadetes e APA).
- RELAÇÃO DE PRÊMIOS COM OS RESPECTIVOS PATRONOS DESTINADOS AOS ASPIRANTES QUE SE DESTACARAM NOS ESTUDOS (Loc: lí Sec. AMAN e APA).
- RIBEIRO, Jader de Lima, Cap. Relação comparativa das cargas horárias por matérias, regulamentos de ensino de 1945, 1958, 1961, 1964 e atual. (Loc: Div. Ens. AMAN e APA).
  - SANTOS, Francisco Ruas. Efemérides da AMAN. (Loc: BA e APA).
  - FICHÁRIO HISTÓRICO DA AMAN REFERIDO AOS BOLETINS IN 11 H NOS E REVISTA (1913/1961). (Loc: Cadeira de História da AMAN).
  - ---- índice da Defesa Nacional até 1977 (Loc: C. Doc. Ex. e APA).
  - ----índice da Revista Militar Brasileira até 1957 (Loc: C. Doc. Ex.)
- TURMAS EGRESSAS DA AMAN 1945/78 (Nome das turmas ano de formatura e primeiros colocados nas cerimônias do espadim e espada. (Loc: APA).

A presente relação não é completa. Constitui-se numa primeira aproximação.

# CONDE DE RESENDE, O FUNDADOR DO ENSINO MILITAR ACADÊMICO NAS AMÉRICAS E DO ENSINO SUPERIOR CIVIL NO BRASIL E CRIADOR DA CIDADE DE RESENDE

Focalizaremos o 2.º conde de Resende, tenente-general d. José Luiz de Castro, que foi o 13.º vice-rei do Brasil (1790-1801) e que deu foro de vila, em seu governo a uma única povoação e por ele especialmente escolhida, a qual desde 1801 passou a denominar-se, em sua honra e homenagem, Resende e seus filhos de nascimento, ou só de coração, resendenses. No último caso, filho de coração decorrência do cosmopolitismo de Resende, o qual possui as suas mais profundas raízes no povoamento por mineiros, fluminenses, paulistas e até gaúchos da primitiva povoação de N. S. do Campo Alegre da Paraíba Nova, descoberta e fundada, em 1744, por bandeira partida das minas esgotadas de Airuoca, em Minas, sob a liderança do tenente-coronel do Regimento de Auxiliares de Mogi das Cruzes-Jacareí em São Paulo- Simão da Cunha Gago.

Campo Alegre por ser a região de Resende e imediações, então, uma belíssima, ampla e fértil clareira predestinada à pecuária, assentada sobre planície terciária. Clareira em planície incrustada na Mata Atlântica dominante, em redor, e que viria a ser devastada para ceder lugar ao ciclo do café no Brasil que teve início aqui em Resende e que hoje são ocupadas pela pecuária. Quando o conde de Resende assumiu como vice-rei, a atividade econômica no Campo Alegre se intensificara a partir da abertura do Caminho Novo em 1778 ligando por terra o Rio a São Paulo e integrando Resende atual na economia e rompendo o isolamento da mesma. O café havia surgido em Resende muito promissor. Q esgotamento do ouro em Minas provocou uma migração mineira para a atividade pecuária no Campo Alegre. A movimentação do anil, do café, do açúcar exigiu mulas para transportá-las o que marcaria a presença de gaúchos produtores de mulas, circunstância que chegou ao ponto de Resende consumir 1.800 mulas ano para movimentar a plantação do café e escoá-la inicialmente para o Rio por terra e depois até Angra dos Reis, por mais de 60 anos. Quando o conde de Resende assumiu, o Rio era abastecido pelo gado de Resende, preferencialmente a outros, por possuir carne mais macia e saborosa por criado em planície e alimentado com pasto capetinga que era produzido nas orlas das primitivas matas que cobriam os morros de Resende antes do café. O conde de Resende criou então em Resende em 1790, a primeira guarnição militar local — uma Companhia de Ordenanças do Campo Alegre a cujas potencialidades o conde de Resende estava atento e incentivava sua colonização pelo estímulo a iniciativa privada, com a concessão de terras, preferencialmente a veteranos da Guerra do Sul que findara em 1766, após quase um século de lutas com espanhóis em torno da Colônia do Sacramento. É outra explicação para a pré-sentença de gaúchos no vilamento de Resende como os Gomes Jardim, os Barretos e os Marques de Souza entre outros que aqui se reencontraram com a paisagem gaúcha representada pelo Campo Alegre, como acontece até hoje com os gaúchos. Foi aí que o vice-rei conde de Resende escolheu pessoalmente o local do Campo Alegre para dar foral de vila, a qual desde 28 de setembro de 1801 passou a chamar-se Resende em sua honra e homenagem. Vila que daria origem ao marquesado de Resende, conferido ao marquês de Resende Antônio Teles da Silva Caminha de Menezes, diplomata e historiador de escól que devotou- se a d. Pedro como imperador no Brasil e Portugal. O conde de Resende governou o Brasil em dificílimas circunstâncias econômicas e políticas internas e sobretudo internacionais. E dentro deste contexto é que ele deve ser julgado a concluir-se de Ortega e Gasset ao afirmar: "Eu sou eu e as minhas circunstâncias". Assim o criador de Resende governou o Brasil em período coincidente com a decadência do ciclo do ouro, com a Revolução Francesa e de potenciais ameaças militares ao Brasil de parte de Napoleão e da Espanha. A última concretizada na Guerra de 1801 no Sul, no Oeste e no Norte. Enfrentou o desafio de governar com parcos recursos de uma economia em transição do ciclo do ouro para o do café e enfrentando os fortes ventos de Liberdade, de Democracia e de República que sopravam sobre o Brasil Colônia, dos Estados Unidos e da França Republicana, bem como ter de fazer o rescaldo da Inconfidência Mineira ocorrida com seu antecessor e cumprir a decisão de d. Maria I, baseada em decisão do Poder Judiciário de Portugal que fez a Devassa e condenou Tiradentes a forca, cuja execução teve lugar em 21 de abril de 1792, faz duzentos anos.

No campo estratégico a administração marcante do Brasil pelo conde de Resende foi marcada entre outras pelas seguintes realizações:

- Criação em 17 de dezembro de 1792, aniversário da rainha d. Maria I, a Casa do Trem de Artilharia, no Rio, da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, início do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino civil superior no Brasil. Academia que no consenso dos historiadores militares e civis do Brasil e, sem contestação, é a atual Academia Militar das Agulhas Negras, faz quase 50 anos instalada em Resende, cidade criada pelo conde de Resende e que desde então recebeu o seu nome.
- Notável ampliação da fronteira de colonização do Brasil através da concessão de terras devolutas, nos mais variados rincões do Brasil e fundação de diversas povoações e criação de novas vilas como foi a de Resende.
- Ampliação da base territorial do Brasil, pela força das armas do Sul, Oeste e Norte com novos territórios conquistados na vitoriosa Guerra de 1801 (14 julho-17 dezembro), prolongamento da guerra na Península em que a Espanha invadiu Portugal e conquistou e não devolveu a cidade de Olivença e o mesmo fez Portugal ao Brasil.
- Ampliação notável do cais do Rio de Janeiro, principal porto do Vice Reino do Brasil.
- Ampliação da capacidade defensiva e do poder de fogos das fortalezas do Rio de Janeiro sob ameaça militar de França e Espanha.
- Desenvolvimento notável do Rio de Janeiro no tocante a sua urbanização, saneamento, limpeza pública e embelezamento.

A sua administração no Rio de Janeiro foi marcada pelas seguintes obras:

- Cobertura do aquetudo da Carioca que corria a céu aberto sobre canalização de ferro que foi substituída por canalização de pedra.
- Revestimento com abóbadas de pedra da canalização d'água da rua do Cano (atual 7 de Setembro), que cobriu com lages e calçou bem como trecho da atual Uruguaiana do Largo da Carioca e rua do Ouvidor.
  - Abertura das atuais ruas do Senado, do Resende (que perpetua o seu

nome) e dos Inválidos onde organizou asilo para os inválidos da Pátria.

- Iniciou a iluminação pública do Rio com lampiões de óleo de peixe, ampliando em muito a fraca iluminação fornecida por 72 oratórios.
- Construção do chafariz do Largo do Moura (Regimento de Moura), próximo ao Museu Histórico Nacional atual, que serviu por quase um século.
- Fixação dos limites do Campo de Santana atual Praça da República que mandou aterrar com apoio em dinheiro, materiais e serviços fornecidos pelos moradores e vizinhanças.
- Deu grande impulso limpeza pública que fiscalizava pessoalmente e a fazia estender-se até o interior das propriedades, para impedir que o lixo tomasse conta das praças, das ruas e dos quintais e terrenos.
- Exercício com zelo e dedicação das funções de Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro responsável pela saúde do povo da capital e particularmente a do povo pobre.
- Aumentou o poder de fogo da fortaleza de Santa Cruz com mais 29 peças.
- Construiu o andar superior do Palácio dos Vice-Reis de onde o Brasil foi governado até 15 de novembro de 1989 e que hoje se encontra restaurado a serviço da cultura do Brasil.

Resende muito se beneficiou de sua ação contra o Caminho Novo entre São Paulo e Rio que ele melhorou e deu condições de segurança a seus usuários e que integrou desde 1788 Resende à economia nacional e mundial. O conde de Resende criador, faz 191 anos, da atual cidade de Resende teve sempre por objetivo o bem e o interesse públicos e na defesa dos mesmos mostrou- se duro, autoritário e inflexível, tornando-se impopular entre a população. Mas consagrou-se como homem de iniciativa, e as duas maiores e mais marcantes realizações do conde de Resende a cidade e município de Resende e a Academia Militar das Agulhas Negras, repito o mais antigo estabelecimento militar acadêmico das Américas e berço do ensino superior civil no Brasil. Isto é o que indica sem contestação a história, a mestra das mestras a mestra da vida.

Fazemos votos de que Resende e os resendenses agora melhores conhecedores do criador da cidade e das difíceis circunstâncias que ele enfrentou passem a ter orgulho dele e a cultuar e a defender a sua memória.

"História é verdade e justiça"

# **ANEXOS**

Dados biográficos do conde de Resende criador em 1801 da vila de Resende e atual cidade de Resende no Estado do Rio de Janeiro.

- A) Problemas graves enfrentados pela administração do vice- rei conde de Resende (1790-1801):
  - Incêndio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, 1790.
     Execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792.
- Devassa sobre carta anônima incitando o povo à rebeldia, a morte do vice-rei e tomada do poder pelo Senado da Câmara, com apoio popular.
- Fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro por suspeita de debates políticos perigosos, alheios a seus Estatutos.

#### Fontes consultadas

BENTO, Cláudio Moreira, cel., Escolas de Formação de Oficiais das FF.AA. do Brasil. Rio, FHE-Poupex, 1988 (álbum).

A mais antiga Academia Militar das Américas. Publicado em 1992, na *A Defesa Nacional*, no *Ombro a Ombro*, no *Boletim do IEV*, na *RIHGB* e lido na CEPHAS do IHGB e no NEPHIM, do IGHMB.

A saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende (inédito).

CAMPO BELO, barão de. Governadores Gerais e Vice-Rei, Lisboa, 1935.

CHAGAS, Manoel P. Dicionário pop. hist. e geogr. Lisboa, 1881, v. 10.

MATHIAS, Herculano Gomes. Conf. no IHGB em 9 março 89 (cópia cedida ao autor).

REVISTÁ DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, v. 31, p. 266.

ACADEMIA RESENDENSE DE HISTÓRIA (ARDHIS) posse de Cláudio Moreira Bento na cadeira que tem como patrono o conde de Resende criador de Resende em 1801.

#### ANEXO A

Dados biográficos do conde de Resende criador em 1801 da atual cidade de Resende-RJ então com o nome de vila de Resende em sua homenagem.

Tenente-general d. José Luiz de Castro e 2.º conde de Resende (1744-1819) e 13.º vice-rei do Brasil (1790-1801). Nasceu em Lisboa em 19 de agosto de 1744 ano consagrado como o da descoberta do Campo Alegre (Resende atual) pela bandeira ao comando do tenente-coronel do Regimento de Auxiliares de Mogi das Cruzes- Jacarei Simão da Cunha Gago que então fundou a povoação de N. S. da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova para distingui-la de Paraíba do Sul no Caminho Novo Rio-São Paulo e no local de travessia do rio Paraíba. Povoação que o conde de Resende elevaria a vila e que foi instalada com o seu nome 16 dias após passar o governo do Vice-Reino do Brasil ao seu substituto e cerca de 2 meses e meio antes à morte em 14 de julho de 1801 de seu pai d. Antônio José de Castrodonatário do Conselho da vila de Resende em Portugal além de senhor da Casa de Resende. O pai do criador de Resende foi o 15.º almirante de Portugal e 5.º capitão da Guarda Real de Archeiros, além de membro do Conselho de Estado de Portugal e presidente do poderoso Conselho Ultramarinho. A mãe do criador de Resende foi d. Tereza da Cunha de Távora filha dos quartos conde e condessa de São Vicente. O vice-rei conde de Resende foi chefe da Casa de Resende de seu pai, 16.º almirante de Portugal e 6.º capitão da Guarda Real de Archeiros. Assentou praça como cadete aos 14 anos, em 19 de dezembro de 1758. Em 20 de fevereiro de 1765 foi promovido a capitão. Como sargento-maior (major) casou aos 30 anos com d. Maria do Rosário Noronha herdeira de d. Lourenço de Noronha governador da índia. Tenente-coronel em 15 de outubro de 1777 veio para o Brasil comissionado coronel para exercer o cargo de Vice-Rei do Brasil com o título de Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Vice-Reinado do Brasil e portanto a mais alta autoridade militar do Brasil. Após governar o Brasil por mais 11 anos e 3 meses retornou a Portugal sendo lá, em reconhecimento aos assinalados serviços prestados a Portugal no Brasil, em conjuntura econômica e política dificílimas sido promovido a tenente-general do Exército de Portugal e promovido a .Grã-Cruz da Ordem de Aviz. Viveu de 1801-1918, dos 57 aos 75 anos vida recolhida e discreta em seu palácio de Santa Clara. em Lisboa onde morreu em 23 de março de 1919, deixando seu nome ligado a cidade e rua Resende.

Um marquês de Resende referente a vila de Resende brasileira

Além dos condes de Resende existiu o marquês de Resende, cujo marquesado foi constituído pela vila de Resende brasileira. Foi Antônio da Silva Caminha e Menezes, português, diplomata e historiador que chegou ao Brasil com 17 anos e fez brilhante carreira diplomática e de escritor. Ele acompanhou d. Pedro do Brasil e em Portugal quando este abdicou. Devotou-se a ele como d. Pedro IV de Portugal bem como a filha e a imperatriz. Foi membro da Academia Real de Ciências de Portugal. Morreu em 8 de abril de 1875, aos 85 anos, tendo prestado ao Brasil relevantes serviços diplomáticos por mais de 23 anos.

# Bicentenário de nascimento do conde de Resende e instalação da AM AN em 1944

Quando transcorreu o bicentenário da fundação de Resende e do nascimento do conde de Resende, coincidentemente ocorreu a instalação em Resende da Academia Militar das Agulhas Negras, então com o nome de Escola Militar de Resende, a qual, por evolução, fusões, transformações e denominações sucessivas e no consenso dos historiadores brasileiros civis e militares e sem contradição histórica é a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho instalada na Casa do Trem de Artilharia e, 17 de dezembro de 1792, aniversário da rainha dona Maria I e destinada, então, a formar oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenheiros para o Vice-Reinado do Brasil. Academia Real fundada pelo conde de Resende que hoje do alto assiste as suas maiores e mais permanentes obras, reunidas na primitiva povoação de N. S. da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, fundada no ano em que ele nasceu. São elas a cidade de Resende e a Academia Militar que ele criou em 1792. Será um capricho do destino?

Assim sendo, a Academia Militar das Agulhas Negras completaria em 17 de dezembro próximo 200 anos, carregando a tradição de ser o mais antigo estabelecimento militar acadêmico das Américas, além de berço do ensino superior civil no Brasil, ao nela instalar, em 792, curso formal de Engenharia Civil que será assim evocado pela Escola de Engenharia da UFRJ. Foi a Real Academia do conde de Resende que com suas instalações, equipamentos, corpos docente e discente infra-estruturou a Academia Real criada pelo príncipe d. João na mesma Casa do Trem com a amplitude agora, de não só Academia Militar do Vice- Reino do Brasil, mas do Reino de Portugal. Este é o entendimento atual dos historiadores militares generais Aurélio Lyra Tavares, Francisco de Paula e Azevedo Pondé, Umberto Peregrino e coronéis Francisco Ruas Santos e nosso com apoio em Paulo Pardal e no general Adailton Pirassinunga.

(ACADEMIA RESENDENSE DE HISTÓRIA (ARDHIS), posse de Cláudio Moreira Bento na cadeira que tem por patrono o conde de Resende criador de Resende-RJ).

#### ANEXO B

Problemas graves enfrentados pelo vice-rei conde de Resende de 1790-1801 à espera de um julgamento sereno pelo Tribunal da História dentro das difíceis circunstâncias econômicas e políticas da época. 1 — Incêndio do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1790. Isto ocorreu 11 dias depois de o conde de Resende iniciar seu governo. O Senado da Câmara era presidido desde 1786 pelo dr. Baltazar da Silva Lisboa, irmão do futuro visconde de Cairu e formado em leis e filosofia em Coimbra, pesquisador de produtos naturais e futuro historiador da cidade do Rio de Janeiro e protegido

do poderoso secretário de Marinha e Domínios Ultramarinos de Portugal — Martinho de Mello e Castro. O incêndio reduziu a cinzas o arquivo da Câmara que continha leis econômicas, provisões, cartas régias, ordens, decretos, títulos, privilégios, honras, isenções com os quais se vinham há 200 anos conduzindo a administração do Rio de Janeiro. Isto causou grandes prejuízos, transtornos, dores e confusões e até desgraças para os que dependiam do que eles continham. Correu que o incêndio fora criminoso. Uns culpavam o próprio presidente da Câmara e este fazia espalhar boatos de que fora o vice- rei há poucos dias no governo. Dai surgiu uma histórica e movimentada incompatibilidade entre o presidente da Câmara e o vice-rei. Este considerava o presidente da Câmara corrupto, omisso e indiferente as suas obrigações de modo que em 9 de janeiro de 1791 dirigiu-lhe carta em que dizia mais ou menos isto:

Cansado de sofrer e ver os outros sofrerem, lembro o seu dever de fazer com a Câmara, que acaba de concluir mais um ano legislativo, uma prestação de contas, bem como concluir outros negócios que, ainda mal, tem de presidir. Não digo nada sobre este assunto nem sobre outros em que tão desgraçadamente tem figurado, esperando que o tempo e a Justiça o façam reconhecer os seus erros e também o respeito com que me deve tratar como vicerei do Brasil...

Este era o clima de relacionamento vice-rei x presidente da Câmara bastante deteriorado.

O dr. Baltazar como presidente da Câmara testemunhou a execução de Tiradentes e foi o primeiro a assinar um Bando (Edital) convidando o povo do Rio "para colocar luminárias, 3 noites seguidas, em regozijo à clemência da rainha d. Maria e por ter o Rio ficado ileso e incontaminado pela Inconfidência Mineira", o que é falso como provou, em 1989, no IHGB, Herculano Gomes Mathias e que também referiu que o dr. Baltasar "historiador do Rio" omitiu em seus *Anais da Cidade do Rio de Janeiro* em 1834 toda a Inconfidência no Rio, onde ele presidia a Câmara. Portanto são suspeitas todas as suas apreciações nesta obra sobre o conde de Resende que delas não pode se defender por estar há 15 anos morto. Apreciações que só poderiam ser levadas em conta após um aprofundamento do movimentado incidente entre eles.

2 — Execução de Tiradentes em 21 de abril de 1792. Interpretações apressadas têm apontado o conde de Resende como a autoridade que condenou Tiradentes à morte e, em consequência condenado a sua memória, alvo de deturpações, silêncios e outras perseguições, como a de omitirem a sua assinalada obra administrativa no Rio de Janeiro e Brasil. Em realidade e a bem da verdade, quando o conde de Resende chegou no Brasil já havia ocorrido a Inconfidência Mineira e já estava em curso adiantado a Devassa da Inconfidência Mineira, promovida pelo Poder Judiciário de Portugal, através de equipe enviada especialmente para tal de Portugal e independente do conde de Resende, que pouco representava naquele Poder Executivo. O ato de condenação foi ratificado pela rainha d. Maria e ao conde de Resende só coube mandar executá-la dentro de suas circunstâncias. Mas consta que como Provedor da Santa Casa do Rio de Janeiro, esta através de sua mordomia dos Presos pagou advogado de defesa de Tiradentes, a véstia com que foi executado e ainda a Irmandade da Casa acompanhou o nosso mártir com o seu pavilhão até o patíbulo, podendo até suspendê-la caso falhasse a execução.

Eu sou eu e as minhas circunstâncias e estas foram as do conde de Resende. D. Maria foi que executou Tiradentes, mas nem por isso a Escola Naval do Brasil deixa de cultuá-la como a sua criadora em 1782.

3 — Devassa sobre carta anônima concitando o povo à rebeldia, à morte do vice-rei e tomada do poder pela Câmara do Rio com apoio popular. O presidente da Câmara do Rio, dr. Baltasar Lisboa, entregou em janeiro de 1793 ao chanceler da Relação o I.º que assinara recomendação de sentenciar a morte de Tiradentes, uma carta anônima que lhe havia chegado de Portugal a bordo do navio Pedra e que tinha por objetivo o assunto em epígrafe — uma rebelião.

O conde de Resende determinou um rigoroso inquérito sobre a carta em 14 de janeiro de 1793, o chanceler da Relação suspeitou que a carta fosse de autoria do dr. Baltasar e transmitiu sua convicção, sem prova concreta, ao conde de Resende que por sua vez a transmitiu ao poderoso Martinho de Melo e Castro protetor do dr. Baltasar:

O juiz de fora desta cidade do Rio de Janeiro — dr. Baltasar Lisboa, natural da Bahia, tem talento suficiente para produzir as idéias que se encontram na dita carta a folha três. O seu gênio é pouco inclinado ao sossego, tendo-se implicado em disputas, algumas delas desnecessárias, não só com alguns ministros, mas até com os vice-reis, tanto com o atual como com o meu antecessor. Ele possui toda a resolução ê animosidade para por em prática as lembranças que lhe ocorreram, se lhe parecer que elas lhe podem ser úteis...

Para aliviar a pressão sobre ele o dr. Baltasar na mesma época denunciou o contrabando jamais visto de fazendas, praticado no Rio por 32 navios ingleses. Isto agradou o ministro da Marinha e Ultramarino e o processo sobre a carta anônima terminou sendo arquivado. É mais um dado para o julgamento histórico do conde de Resende e da obra sobre a História, do dr. Baltasar, sobre o Rio de Janeiro que elogiava muito a administração portuguesa, segundo com freqüência comunicava a seu protetor citado.

4 — Fechamento da Sociedade Literária do Rio de Janeiro por acusada de debates políticos perigosos alheios aos seus Estatutos. 1794. Em 1786 havia se formado uma Sociedade Literária no Rio de Janeiro que se reunia na rua 7 de Setembro atual, em casa do advogado Manuel Inácio da Silva Alvarenga. O conde de Resende, segundo Herculano Mathias permitiu o seu funcionamento e até estimulou a sua atividade por ela não ter tido nenhum envolvimento com a Inconfidência Mineira. Mas recebeu de um padre e de um advogado uma denúncia de que a Sociedade Literária do Rio, contrariamente ao previsto nos Estatutos, estava servindo para o debate público de questões políticas relacionadas com a Revolução Francesa. Por esta razão ela foi fechada e instaurada uma Devassa que durou de 11 de dezembro de 1794 a 14 de maio de 1796) (dois anos e cinco meses), e os principais acusados recolhidos a fortaleza N. S. da Conceição e Hospital da Penitência (Manuel Inácio Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca etc.). Os réus apelaram ao príncipe d. João. Este intercedeu junto a rainha com apoio no parecer da Relação (Justiça no Rio) que afirmou:

> que os réus só haviam mantido diálogos particulares e privados de que a República era preferível do que a Monarquia e que os reis eram opressores e outras afirmações políticas perigosas...

A rainha através do príncipe e este através do seu ministro d. Rodrigo de Souza Coutinho, determinou fosse dada a seguinte orientação ao conde de Resende:

Se o conde de Resende como vice-rei entendesse que havia 'culpados que os enviasse a Lisboa com as provas de culpa.

Se entendesse que os envolvidos fossem inocentes que os colocasse em liberdade.

O conde de Resende respondeu então ao ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho que viria a ser o primeiro ministro da Guerra do Brasil, em 1808:

Escolhi o último partido por ser mais conforme a Humanidade. Era a libertação dos envolvidos.

E assim teve fim este lamentável episódio, quando no mundo começava a ruir o despotismo dos reis e inclusive em Portugal que entre os déspotas esclarecidos havia contado com o marquês de Pombal.

Enfim são fatos e circunstâncias históricas que melhor ajudam a entender em seu tempo histórico a figura do conde de Resende o criador, por sua escolha pessoal, de uma única vila, a de Resende que recebeu seu nome em sua honra e homenagem, após deixar o governo do Vice-Reinado do Brasil. E mais do que isto hoje considerado com muita justiça o fundador do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior oficial no Brasil ao criar em 17 de dezembro de 1792 a Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho na Casa do Trem de Artilharia (atual Museu Histórico Nacional).

O Processo de Julgamento de Tiradentes que resultou em sua condenação à forca, segundo Herculano Gomes Mathias, foi iniciado pela Alçada em janeiro de 1791, e concluído em 18 de abril de 1792 e conduzido por Sebastião de Xavier Vasconcelos Coutinho, presidente do Tribunal da Alçada; Antônio Diniz da Cruz e Silva, desembargador; Antônio Gomes Ribeiro, desembargador, enviados de Portugal.

Foram eles que condenaram Tiradentes à forca como Poder Judiciário.

# O MASSACRE FEDERALISTA DO RIO NEGRO EM BAGÉ, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1893

#### 1993

#### Cláudio Moreira Bento

Este trabalho aborda e denuncia o massacre, até então sem precedentes na História do Brasil em Rio Negro, atual município de Hulha Negra-RS, de cerca de 300 civis que foram degolados inermes, após se renderem, em combate, sob garantia de vida, no contexto da mais violenta e cruel revolução brasileira — a Revolução Federalista 1893-95, que por esta razão é chamada Revolução de Bárbaros ou Revolução Maldita e que se desenvolveu nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Este tristíssimo episódio do Rio Negro encerra lições relevantes que devem merecer reflexões profundas das lideranças brasileiras no transcurso do ano do seu centenário.

Em 28 de novembro de 1893, em Rio Negro (atual município de Hulha Negra-RS), ocorreu o trágico e lamentável degolamento de civis republicanos, em número de 300, segundo a tradição, por federalistas que atendiam ao comando do general honorário Joca Tavares (João Nunes da Silva Tavares). As vítimas eram civis integrantes de um Corpo de Cavalaria Republicano, ao comando do coronel Manoel de Oliveira Pedroso (Maneco) composto de civis (patriotas), recrutados em Piratini, Canguçu, Bagé e Pinheiro Machado. Eles em parte descendiam de republicanos farrapos que pertenceram à Brigada

Liberal de Antônio Neto, a qual em 11 de setembro de 1836 apoiou a proclamação da República Rio Grandense por Antônio Neto, como consequência da vitória que obtiveram em Seival no dia anterior sobre forças imperiais ao comando do coronel João da Silva Tavares. Ideal republicano que iria desaguar em 15 de novembro de 1889 com a proclamação da República Federativa do Brasil. Por um capricho do destino, Seival e Rio Negro ocorreram próximos dentro do município de Bagé e separados no tempo por 57 anos. Dos vencedores de Rio Negro muitos descendiam dos vencidos no Seival, em grande número descendentes de famílias do município atual de Herval do Sul. Em Seival o chefe vencido foi o coronel João da Silva Tavares, junto com o seu filho Joca Tavares que seria o vencedor em Rio Negro, responsável, após brilhante vitória ali sobre o marechal Isidoro Fernandes, do Exército, pelo inominável massacre, por degolamento, de civis inermes, evento até hoje, ao que sei, sem precedentes na História Militar do Brasil, pela alta cifra de cerca de 300 irmãos brasileiros, o que aqui merece ser denunciado e registrado como informação à posteridade, para prevenir que fatos com a gravidade do presente venham a se repetir entre nós.

Os republicanos para vingarem o massacre do Rio Negro, segundo Arthur Ferreira Filho, responderam com o massacre de federalistas no Capão do Boi Preto, em Palmeira das Missões, em 5 de abril de 1893, 4 meses depois. Ambos federalistas e republicanos contistas desconheceram esta lição da História ensinada por Simon Bolívar um dos libertadores da América:

"Nas guerras civis é político ser generoso, senão a violência aumenta progressivamente."

Esqueceram, ambos os contendores gaúchos, a simbologia que os republicanos farrapos fizeram inscrever nos ângulos agudos do losango do Brasão da República Rio Grandense, que desde 1891 foi adotado como o do Rio Grande do Sul pelos constituintes rio-grandenses. Ou sejam, dois amoresperfeitos simbolizando Firmeza e Doçura e assim traduzidas em combate:

Firmeza — lutar com toda a garra, valor, coragem e determinação de vencer. Doçura traduzida após a vitória, como respeito, como religião, à vida, à família, à honra, à dignidade e ao patrimônio do vencido inerme ou como se diria hoje, aos direitos humanos do vencido.

O general Antônio Neto a frente de bageenses, canguçuenses, piratinienses integrantes do primitivo corpo da Guarda Nacional do município de Piratini que veio a se transformar em sua Brigada Liberal farroupilha, deram no combate do Seival demonstrações inequívocas de Firmeza e Doçura e de generosidade com os vencidos, das quais um dos maiores beneficiários foi o então valoroso jovem Joca Tavares, mais tarde destacado herói da Guerra do Paraguai e agora o comandante federalista em Rio Negro.

Constatar é obra de simples verificação em reportagem que produzimos no *Diário Popular* de Pelotas, de 20 de setembro de 1986, sob o título — Centenário do combate do Seival, que foi também publicada na revista *A Defesa Nacional*, n.° 726, jul/ago 1986, onde este evento foi reconstituído militarmente.

Outros líderes farrapos se singularizaram por atitudes de Firmeza e Doçura para com os inimigos: Bento Gonçalves suspendeu o cerco de São José do Norte porque o preço cobrado pela vitória seria o das vidas de velhos, mulheres e crianças inocentes. Neto comovido com a coragem de um coronel que defendeu Triunfo até a morte, colocou respeitosamente seu esquife em local de destaque e fez seus soldados desfilarem em continência e tributo à bravura do chefe inimigo morto em ação. Teixeira Nunes após brilhante vitória no passo Santa Vitória, no rio Pelotas, na fronteira com Santa Catarina, surpreendeu os vencidos com esta ordem: "Vocês estão livres, retornem para suas casas para cuidarem de suas famílias."

O general farrapo Silveira foi outro líder pródigo em exemplos de Firmeza e Doçura e de generosidade para com o prisioneiro inerme. O general Osório, a maior expressão do gaúcho histórico, desde tenente foi firme, doce e generoso. Revolucionário farrapo em 20 de setembro de 1835, acompanhou seu comandante imperial até a fronteira em segurança. Enfim, a Firmeza e a Docura. combinadas com a hospitalidade, tem constituído qualidades excelsas do gaúcho e responsáveis pelas posições de liderança que muitos deles tem assumido muitas vezes na comunidade brasileira: marechais Osório e Mascarenhas de Morais, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Flores da Cunha e outros. Porque os vencedores de Rio Negro e Boi Preto não foram doces e generosos para com os vencidos e sim amargos e até cruéis? Porque não limitaram o massacre, aos responsáveis, após um julgamento dos comandantes dos 300 supliciados sumariamente? Enfim é resposta a ser dada à comunidade brasileira pelos psicanalistas e psicólogos sociais, para com ela armar-se futuras lideranças para que previnam a repetição destes bárbaros erros. Respostas estas a serviço das novas dimensões da História Militar, as quais procuram isolar os fatores responsáveis pelo desencadeamento de guerras e revoluções, para que dominados pelos líderes, estes procurem evitálas.

Gaspar Silveira Martins que viria ser líder civil da Revolução Federalista e muito antes que esta eclodisse e na fase de sua preparação, em carta ao general Joca Tavares que viria a comandar a vitória de Rio Negro seguida do massacre em foco, apelou pateticamente:

"Chefe de partido, como correligionário peço, como rio-grandense suplico: guerra civil não, pois é o maior flagelo que pode cair sobre um povo." Não conseguiu evitar o flagelo que ela provocou!

Júlio de Castilhos também, como apóstolo entre nós da religião da Humanidade — o Positivismo, era filosoficamente contra a violência e foi o líder da outra facção — a legal da Revolução Feder alista. E tanto ele como Silveira Martins não conseguiram segurar na prática os seus liderados, muitos dos quais, em nome da Democracia, da Liberdade, da República e da Humanidade, praticaram vingancas terríveis como as dos massacre do Rio Negro e do Capão do Boi Preto, se bateram com violência inaudita e praticaram largamente o degolamento de prisioneiros inermes ou fuzilamentos sumários de revolucionários, como em Santa Catarina e Paraná, tudo fazendo com que a Revolução Federalista passasse à História como a Revolução de Bárbaros ou a Revolução Maldita, e por esta razão, episódio que devia ser esquecido e silenciado à posteridade, posição com a qual o historiador não concorda, por isto contribuir, que pelo desconhecimento deste precedente histórico condenável, ele venha a se repetir e, além disto, continuar a manter o mito do brasileiro cordial, incapaz de violências como as em foco. Rio Negro encerra preciosas lições para a História, como mestra das mestras e a mestra da vida. Decorridos 100 anos os historiadores tem a obrigação de resgatá-lo dos subterrâneos e sombras da História, sem evitá-lo ou contorná-lo com mitos, estórias, versões de conveniência partidária, ou a serviço de outras finalidades que não a da História como instrumento de Verdade e de Justiça e de prevenção, por desconhecimento, que erros como os de Rio Negro e Boi Preto venham a se repetir. A História deve enfrentá-los com crítica histórica apurada, segundo Élio Chaves Flores. É isto que a posteridade brasileira e sul riograndense deseja e não a continuar repito, com o mito do brasileiro cordial.

Esta revolução foi tão cruel que violentou o espírito de seus líderes, Júlio de Castilhos e Silveira Martins como se verá. A Júlio de Castilhos se atribui esta orientação a seus comandantes no combate à Revolução:

"É possível que no momento do desbaratamento dos rebeldes que eles procurem refúgio no território do Uruguai, onde maleficamente realizaram a conspiração nefanda e organizaram suas hostes vandálicas. Mas o inteiro desagravo da República ultrajada requer que, mesmo ultrapassados certos limites, com as devidas cautelas e discrições, sofram pela eliminação o justo castigo que merecem odientos caudilhos." Veja-se até onde chegou a intolerância entre irmãos!

Gaspar Silveira Martins ao que indica fonte primária foi conivente com o massacre do Rio Negro como líder civil da Revolução ou então teve que aceitála, impotente como se verá:

# O combate do Rio Negro de 26/28 novembro 1893

Os republicanos ao comando do marechal Isidoro Fernandes, brasileiro nascido no Uruguai, veterano das guerras contra Oribe e Rosas 1851-52 e da do Paraguai e com grande vivência em guarnicões do Exército na fronteira do Uruguai, organizaram uma defesa para resistir aos federalistas na estação ferroviária de Hulha Negra, a 24 km de Bagé. Eles numeravam entre 1.000 e 1.500 homens, entre gente do Exército, da Brigada Militar e um Corpo Provisório de Cavalaria integrado por civis de Cacimbinhas, Canguçu, Bagé e Piratini, então comandados pelo coronel Manoel de Oliveira Pedroso (Maneco Pedroso) de Piratini, antiga capital farroupilha. Os federalistas eram comandados em Rio Negro pelo general Joca Tavares citado e numeravam cerca de 5.000 homens. Seus comandantes subordinados diretos eram o seu irmão e genro Zeca Tavares (José Bonifácio da Silva Tavares), Marcelino Pina, David Martins e ten.-cel. Francisco Cabeda que foi ferido na ocasião e posto fora de ação. Após atacar Bagé e lá encontrar forte resistência do coronel Carlos Teles, Joca Tavares dirigiu o esforço de seu ataque contra o marechal Isidoro, em Hulha Negra, que fazia pouco fora substituído pelo general João Teles que terminou sendo morto em ação no Rio de Janeiro, na ilha do Governador combatendo a Revolta da Armada. Substituído pelo coronel Moreira Cézar este venceu os revoltosos na ilha citada, sendo após enviado como governador para Santa Catarina, após o término da revolta da Armada e da Revolução Federalista, em Desterro. Joca Tavares com efetivo estimado em mais de 3x1 surpreendeu com sua numerosa e ágil Cavalaria os republicanos em Hulha Negra. Estes foram sitiados. Após luta encarniçada o marechal Isidoro foi obrigado a render- se por estar cortado de água, carne e munições. Poucos foram os que conseguiram romper o sítio e fugir. Até aqui foi um brilhante feito militar que seria maculado com um massacre sem precedentes em nossa História Militar.

# O Massacre do Rio Negro de 28 de novembro de 1893

Em 28 de novembro da tropa republicana rendida foram retirados o comando e Estado-Maior do 28.º Batalhão de Caçadores do Exército e a tropa deste, o 2.º Batalhão da Reserva da Brigada Militar, ao comando do ten.-cel. Utalis Lupi (ferido na ocasião) e 100 homens do Corpo de Transporte que era comandado do capitão Bento Gonçalves da Silva, que permanecendo no Passo Real, onde foi ferido, conseguiu escapar do sítio e apresentar-se ao coronel Carlos Teles onde foi reforçar a épica resistência de Bagé que durou 45 longos dias até 8 de janeiro de 1894, data em que a aproximação da Divisão do Sul enviada pelo Ministro da Guerra o sítio foi levantado e os federalistas se retiraram da região.

Os civis que compunham o Corpo de Cavalaria Provisório foram colocados

numa mangueira e degolados sob a responsabilidade do general Joca Tavares e sob a direção de seu irmão e genro Zeca Tavares e execução pelo uruguaio Adão Latorre e seus soldados argentinos correntinos, até a revolução peões, em maioria, da família Tavares, segundo indicam as poucas fontes disponíveis sobre o assunto e a tradição oral. Disto tomou conhecimento o líder federalista Gaspar Silveira Martins através de telegrama e, carta do general Joca Tavares num estilo de uma parte de combate:

"No dia 26 de novembro atacamos o inimigo superior a 1.000 homens, entrincheirados na estação do Rio Negro e nas matas e vassouras próximas a esta. Hontem, ao meio-dia, o inimigo desanimado, rendeu-se a descrição (incondicionalmente) caindo prisioneiros o general Isidoro (Fernandes), seu Estado-Maior, a oficialidade do 2º (Batalhão de Caçadores do Exército) e todo o batalhão, (Manoel de Oliveira) — Pedroso e sua patriotada, forças do (Bernardino) Mota e do Madruga cujos chefes não estavam presentes, brigada policial do (Utalis) Lupi, parte do Corpo de Transporte, enfim por tudo 700 prisioneiros mais ou menos. Do inimigo ficaram no campo 200 mortos mais ou menos, contando os que em grande número foram exalar o último suspiro, em mato próximo."

Enfim um massacre, uma carnificina, uma hecatombe consistente no degolamento, em mato próximo, de combatentes civis inermes, permitido ou mesmo autorizado pelo general Joca Tavares, que usou o seguinte código para o líder federalista Gaspar Silveira Martins, até este retornar do exílio da Europa seu desafeto político!

"Contando os que em grande número foram exalar, em mato próximo o último suspiro." Não se tem notícia de protesto de Silveira Martins contra esta carnificina, na expressão de Sérgio da Costa Franco.

Foi um evento tenebroso, selvagem que maculou o brilho da grande e sensacional vitória militar federalista sobre o marechal Isidoro Fernandes, o comandante-em-chefe de todas as forças em operações no Rio e, mais do que isto, um inominável desserviço e mesmo traição aos alevantados objetivos federalistas parlamentarismo, voto distrital e unitarismo.

Enfim foi uma decisão pessoal do comandante federalista motivada por razões pessoais até hoje não bem esclarecidas pelas fontes disponíveis. Segundo se conclui o historiador federalista Wenceslau Escobar o tenebroso ritual de degolamento de civis inermes foi executado pelo uruguaio Adão Latorre ajudado por argentinos correntinos sob sua orientação e todos mercenários às ordens do coronel Zeca Tavares, irmão, genro e ao que parece afilhado do general Joca Tavares e, ao que se sabe não protestou contra o massacre! Os corpos das vítimas foram jogados numa lagoa. Adão Latorre homem de 58 anos teve a seu cargo executar pessoalmente o jovem coronel Manoel de Oliveira Pedroso (Maneco Pedroso). Até agora a responsabilidade do massacre tem sido passada como sendo do temível Adão Latorre, um homem de cor negra, hoje mitificado. O leitor que conclua!

Joseph Love reproduz o seguinte depoimento de um coronel republicano:

"Logo que se apoderaram dos nossos em Rio Negro, os federalistas separaram o general e os militares que ficaram prisioneiros e, as demais forças civis a uma companhia de correntinos degoladores, sendo então todos estes degolados.""

Imagine o leitor hoje um episódio tenebroso destes transmitido para o

mundo pela televisão, como chocaria o Brasil e a Humanidade e deporia contra os foros do Brasil como nação civilizada?

O ten.-cel. Eduardo P. C. de Almeida em *A Defesa Nacional* n ° 385, 1946, assim relata a selvageria do massacre:

"O que se passou no ato da Capitulação em Rio Negro torna-se impossível descrever. Os assaltantes cercam o reduto e de seu interior arrancavam os civis manietados. Os chefes são levados à carnificina sendo degolados em ermos lugares. A vida dos militares entretanto foi poupada! Executou-se porém a do alferes Napoleão que foi fuzilado por ter protestado contra tanta selvageria. O cel. Manoel Pedroso foi degolado pelo preto Adão Latorre, o mesmo acontecendo com toda a sua gente que perfazia um efetivo de mais ou menos 400 homens."

Poesia popular que foi composta no sítio de Bagé, logo após o do Rio Negro, por um defensor que se informou sobre o massacre do Rio Negro, assim foi colhida e publicada por Carlos Benjamin da Silva em *Fontes da História da Revolução de 93,* pela URCAMP, Bagé, obra que honra a História e não a manipula e dela pretende tirar as lições que sugere.

Eis alguns de seus versos que tornam clara a responsabilidade moral:

- I "No sítio do Rio Negro Quantos heróis degolaram Esse grupo de salteadores Que lá no Prata se armaram
- Il Esse grupo de salteadores Que lá no Prata se armaram Assassinaram sem piedade Os heróis que se renderam
- III Eu não vi, mas me contaram Os próprios que lá se acharam Que na beira de uma sanga Muitos heróis degolaram
- IV E o bravo coronel Pedroso Que a fronte nunca curvou Quando viu as armas render A nobre face corou
- V E o Zeca Silva Tavares Foi que mandou matar Esse bandido covarde Com a mesma a de pagar."

Foi o libelo popular contra o coronel Zeca Tavares (José Bonifácio Nunes da Silva Tavares) que há um século vem passando de boca em boca em rodas de galpão. Ele era neto de José Bonifácio Nunes um dos colaboradores de Rafael Pinto Bandeira e que veio a tornar-se o patriarca do Herval.

O alferes Napoleão que foi fuzilado por haver protestado com veemência pela selvageria do massacre, pertencia ao Exército. Suicidou-se um tenente civil para escapar ao degradante e humilhante degolamento inerme. O santamariense Germano Hasslocher, militante federalista, assim descreveu o que considerou a hecatombe do Rio Negro em sua obra *A verdade sobre a Revolução de 1893.* (Palegre, Liv. Mazeron, 1894), aos 32 anos de idade e logo após os fatos:

"Estamos no Rio Negro. Três dias de um calor sufocante, de combates incessantes, em que os raios do sol abrasador se confundem com os raios dos fuzis. Devorados pela sede, empestados pelos cadáveres de homens, de mulheres e cavalos, os defensores

do reduto vêem chegado o momento da capitulação. Os federalistas tem-nos presos, não há uma saída possível, todas as tentativas naufragaram diante da fuzilaria emboscada. Nenhuma esperança mais sob um céu de fogo, calmo e inerte como cadáver. O rio Negro que corre além com suas águas tão límpidas é um Argos vigilante. com mil fuzis alerta, vomitando a morte sobre quem ouse acercar-se de suas margens, arrastado pela sede torturante. A atmosfera enchese de fumaça e cheiro de podridão. Nada há a fazer. Uma bandeira branca tremula sobre a trincheira, as armas são ensarrilhadas e a capitulação é aceita, com garantias para os prisioneiros. Um instante mais e os federalistas pisam terreno atulhado de mortos e, espantado, recua diante do quadro que atesta o valor indômito da defesa, a pertinácia sem nome do vencido. Na embriaguês do triunfo os federalistas não se lembram que a glória da vitória nascera do heroísmo da resistência e, longe de sentir por aqueles bravos que restavam um sentimento generoso de fraternidade, evocaram dentre deles todos os ódios, todos os desesperos e recomeçou a matança agora impune, de homens desarmados, cansados e cheios de angústias. Como tropa de gado que se levasse para um matadouro e sem atender que eram nossos patrícios defendendo a sua causa, a soldadesca encurralara-os numa mangueira de pedras e, um por um, friamente, debaixo de galhofas, fá-los saírem e cortam-lhes a carótida, degolando os infelizes. Era a reprodução de Quinteros, mais requintada na forma e, igualmente hedionda no fundo. Foi uma hecatombe tremenda, uma orgia de sangue, de gritos de dor, de espumar de ódios! Matou-se a fartar, sem piedade, bestialmente, sacrificando-se dezenas de homens inermes à sanha do vencedor, enquanto a Revolução Federalista se cobria de lodo, infamava-se, envilecia os seus homens que atufavam-se (enchiam-se) de vergonha indigna. Desde aquele instante nenhum homem de bem podia ser solidário com tanta fereza (ferocidade). A dignidade mandava que se rompesse com todo os laços que podiam ligar um homem de consciência a abjecão (a infâmia) tremenda do Rio Negro e exigia do chefe (Gaspar Silveira Martins) supremo da revolução, que condenasse os que ordenaram a carnificina, que em nome da dignidade do Partido Federalista enjeitasse (recusasse) responsabilidade de semelhante crime. O seu silêncio seria a tácita aprovação do fato (o massacre), esclareceria o seu propósito, uma vez que nenhum programa existia para indicar o seu objetivo.

E eternamente ficará gravada no espírito dos que lá foram, a lúgubre (sinistra) tragédia que a fúria das paixões gerou, o quadro sinistro da degolação, o heroísmo singular único do cel. Manoel Pedroso que eles repetem cheios de pavor, quando descrevem a sua altivez, a sua sobranceria (atitude superior) em face da morte, erguendo-se numa convulsão de nojo, com a cabeleira sacudida pelo vento, os olhos iluminados pela raiva, sublime na hora da morte, desprezando-a tanto quando os seus degoladores, ao levar a mão a garganta e dizer — Degola, canalha, pois degolas um homem de bem e valente."

Eurico Salis em sua *História de Bagé*, assim contorna o que se passou:

"Em Rio Negro imperaram momentos lamentáveis porque o irresponsável conseguiu dominar o responsável! Veio à tona a alma bárbara do guasca, o exaltado partidarismo federalista, empanando a magnânima tradição de altruísmo do gaúcho, cavalheiresco,

nobre e altivo, como arrasador estouro da boiada. Brotou no cérebro daquela gente embrutecida pela luta o desejo das contas a ajustar com o emprego da lei de Talião — Olho por olho dente por dente... O sangue fratricida derramado em Rio Negro transformou a bela vitória dos federalistas na primeira pedra lançada na consolidação do regime republicano presidencialista implantado no país."

Ordem do Dia n.º 15, de 13 de janeiro de 1894 do ten.-cel. Francisco Feliz de Araújo, comandante da l.ª Brigada da Divisão do Sul responsável pelo levantamento do sítio de Bagé, em 8 de janeiro de 1894, assim refere aos sítios do Rio Negro e de Bagé (conforme Doc. 62 publicado em Villalba. *Rev. 93 no RGS*), no tocante a atrocidades praticadas pelos federalistas:

"O quadro desolador visto por nós em Bagé, traduz e é um vivo atestado das cenas de vandalismo praticadas por estrangeiros, que o pouco escrúpulo de desorientados brasileiros trouxe a nossa pátria brasileira, para reunidos em número muito superior aos nossos companheiros, tentarem tomar a praça, batendo sua heróica guarnição. Narrar-vos os fatos com suas particularidades seria descrever cenas narradas por Põe, se não o inferno de Dante que por longos dias estiveram, não só vossos camaradas, como as famílias residentes em Bagé."

E de tendo-se no massacre do Rio Negro registra:

Não foram poupados os octogenários, quando choravam as perdas de seus filhos e parentes degolados no Rio Negro. Não se condoeram das pobres esposas que viram seus maridos serem levados a sanga para depois no massacre terem a garganta atravessada pela faca. Foram surdos aos gritos das pobres crianças que com estertor, no auge da maior angústia pediam que poupassem as vidas de seus inocentes pais! Cenas dolorosas para esses a quem eles fizeram viúvas e órfãos. Canibais!"

Todo este enorme drama vem sendo escondido, distorcido, contornado ou minimizado por lendas, estórias, mitos e omitido de um modo geral da literatura histórica e reduzida a cena com versões de conveniência partidária, envolvendo Adão Latorre — o carrasco e sua vítima mais ilustre — o cel. Manuel de Oliveira Pedroso, cuja valentia no episódio não discutem, mas que insinuam não ser um homem de bem, dúvida colocada na boca de seu carrasco — o uruguaio Adão Latorre, como explicação de seu bárbaro e degradante suplício. Seriam homens de bem para a posteridade brasileira os envolvidos no genocídio do Rio Negro. Não seriam eles e não os "coronéis Manoel de Oliveira Pedroso, de Piratini, Bernardino da Silva Mota, de Canguçu, Cândido Garcia, de Bagé e Madruga, de Pinheiro Machado, os maiores ladrões e bandidos do Rio Grande do Sul" por terem praticado a maior execução em massa da História Militar do Brasil de prisioneiros inermes e, por isto bandidos e ladrões, por terem roubado o bem supremo de 300 infelizes em Rio Negro, além de o arrimo de muitas famílias de Bagé, Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado que eles eliminaram selvagemente. Que a posteridade rio-grandense julgue com isenção! Não tem sentido o Tribunal da História, se os historiadores brasileiros e rio-grandenses, em particular, não contribuírem com isenção para que o Tribunal da História apure a responsabilidade moral pelo genocídio do Rio Negro. Este é o sagrado dever do historiador. E decorridos 100 anos do Rio Negro, já é possível creio, estudar o episódio — o que acredito não era

prudente fazê-lo antes e, sim, ter por ele repulsa, como a do historiador Otelo Rosa que só permitiu a entrada em sua casa do grande jornalista Carlos Reverbel, depois que certificou-se que seu tio-avô Ulisses Reverbel era inocente quanto ao massacre do Rio Negro, segundo Corálio Cabeda, em carta ao autor, de 16 de março de 1993.

Após 100 anos de silêncio, os descendentes de federalistas e republicanos se misturaram por casamentos e não ligam para as diferenças de seus ancestrais e querem tirar lições dos erros que praticaram para que eles não venham a se repetir. Neste episódio não existiram santos e puros!

Em Rio Negro, conforme parte de Joca Tavares a Silveira Martins, eles esperavam ajustar contas ou se vingar de Cândido Garcia, de Bagé, Maneco Pedroso, de Piratini, Madruga, de Pinheiro Machado e Bernardino Mota, de Canguçu, chefes civis de Patriotas e Guarda Nacional, tropas sem disciplina e doutrina militar, como as forças regulares, de igual forma que a grande maioria dos federalistas e inclusive as de Zeca Tavares, a base de mercenários platinos, conforme exaustivamente mencionam fontes primárias disponíveis. Forças que inclusive possuíam alguns soldados humildes que só vestiam tangas ou se cobriam com couros de ovelha, conforme registrou o senador Cunha Júnior em entrevista ao *Diário do Brasil*, transcrita por Eurico Sales na *História de Bagé* e sobre sua visita a Joca Tavares, a mando de Floriano Peixoto.

# Mortos mais expressivos do massacre

Foram capturados e degolados em Rio Negro só os líderes Cândido Garcia e Maneco Pedroso. O cel. Madruga, de Pinheiro Machado e o cel. Bernadino Mota, de Canguçu não se encontravam em Hulha Negra e pelo que se conclui de comunicação transcrita de Joca Tavares a Silveira Martins, encontravam-se em Rio Negro tropas de Pinheiro Machado e Canguçu ao comando daqueles chefes. Segundo Corálio Cabeda, descendente de federalistas e republicanos que lutaram em 93, como Rafael e Francisco Cabeda primos irmãos de seu avô paterno e seu avô republicano tenente Inácio Vaz Bragança (nosso parente) que foi ajudante do general Portugal vencido em Cerro do Ouro, era atribuído ao cel. Madruga de Pinheiro Machado a seguinte orientação recebida de Júlio de Castilhos, segundo Wenceslau Escobar publica em *Apontamentos:* "Inimigo não se poupa nem na vida nem nos bens'.

De nossa parte na extensa bibliografia que consultamos sobre 93, a não ser na op. cit. não encontrei este telegrama, nem com força de fonte primária ou não. Aguardo achá-lo para condenar seu subscritor!

De Corálio Cabeda e esta observação oportuna no II Simpósio de Fontes para a História da Revolução Federalista de 93, a propósito do que tem sido o comportamento hoje de admiradores dos federalistas e que por isto usam lenços vermelhos e os dos republicanos castilhistas que usam lenços brancos, de salvar a face das atrocidades e violências cometidas por ambos em 93, "pondo a culpa delas em castelhanos, correntinos índios et caterva sempre que é necessário explicar atrocidades", ou então em Adão Latorre ou nos coronéis Mota e Pedroso, com base em informação duvidosa prestada pelo general Teles a Floriano Peixoto com base no que ouviu do general Joca Tavares e assim por diante...

Penso que os federalistas e republicanos castilhistas que se dizem orgulhosamente maragatos e pica-paus, deviam fazer como o Papa que reconheceu erros da Inquisição no caso de Galileu, ou os alemães que pediram perdão aos judeus pelos crimes dos nazistas cometidos contra eles. Ou seja, maragatos e pica-paus condenarem os genocídios que respectivamente cometeram em Rio Negro e Boi Preto, atendendo as ordens do general Joca Tavares e de seu irmão e genro Zeca Tavares ou do cel. Firmino de Paula e, ambos, sem merecerem o repúdio público de Silveira Martins e Júlio de Castilhos, chefes das facções em luta em 93.

Após isto, refletirem e praticarem o simbolismo dos amores- perfeitos do brasão da República Rio-grandense, adotado pela Constituição do Rio Grande, simbolizando ambos — Firmeza e Doçura, a maior tradição gaúcha.

Somente assim a família gaúcha passaria a representar o bonito cerimonial que assisti numa homenagem aos gaúchos mortos na Força Expedicionária Brasileira, no Monumento aos Mortos do Brasil na 2.ª Guerra Mundial e organizada pela Sociedade Sul-Rio Grandense e Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul. Ou seja — um lenço branco e outro vermelho cruzando-se no centro de um enorme crucifixo que ali serviu a uma missa crioula.

E não, negar-se o massacre de Rio Negro como não tendo existido ou só limitado aos degolamentos dos "dois malvados irmãos Monteiro (sic) de Cândido Garcia". Conforme depoimento no Correio do Leitor, do *Correio do Povo* de Porto Alegre, de 21 de janeiro de 1979, recolhido no arquivo do historiador Romeu Beltrão, como referência a artigo seu Degolamento e degoladores em *A Razão*, Santa Maria, 28 de agosto de 1977, no qual ele afirmava "que o degolamento era uma herança transmitida ao Rio Grande do Sul pela vizinhança castelhana que a recebera por sua vez dos árabes que dominaram a Península Ibérica por séculos, sendo muito comum encontrarem-se castelhanos entre os degoladores famosos que teve o Rio Grande". Menciona que no Brasil os degolamentos não ultrapassaram os 300 de Rio Negro e Boi Preto. Esta convicção de quem negou o massacre de Rio Negro teria decorrido de visita que fez, em 1913/14, a Adão Latorre em sua casa.

## Sobreviventes do massacre de Rio Negro

Rompeu o sítio de Rio Negro, Antero Pedroso que veio a ser intendente de Piratini. Usou um ardil de fazer-se de federalista. Ao ser percebido e perseguido por um jovem índio, segundo corre em Piratini e Canguçu, ele teria conseguido com um golpe de espada matar o seu perseguidor. Conseguiu romper também o sítio o ten.-cel. João Paulo Prestes, de Canguçu, por ser maçon e não sem padecer enormes sacrifícios. Ele foi vice-intendente local, dono de jornal e presidente do Clube Harmonia local, fundado em 1896 e que somente em sua gestão começou a pacificar a sociedade local, unificando na sociedade e em sua diretoria, republicanos e federalistas. Ele morreu em combate no Passo do Mendonça, no rio Camaquã, em 17 de abril de 1923, como revolucionário as ordens de Zeca Neto. Antes, destacou-se por seu humanitarismo e desprendimento no trato de vítimas da Gripe Espanhola, em Canguçu. Conseguiu escapar por não estar em de junho foi a vez de Marcelino Pina, perto de Encruzilhada. Dizem que não atuou contra os irmãos Joca e Zeca Tavares, em razão de forte amizade com o primeiro desde a guerra do

Paraguai e que, um na perseguição do outro mandavam-se recados deste tipo: "— Não apague o fogo que o compadre vem aí atrás". Não sei se existe verdade nisto! Mas o fato é que não se bateram!

Sobre a identidade dos cerca de 300 degolados em Rio Negro pouco ou nada se sabe. Seguramente eram em maioria gaúchos humildes, cujo choro por suas perdas, de parte de familiares ou não houve ou não foi ouvido, a não ser pelo citado ten.-cel. Araújo, comandante da l.ª Brigada que libertou Bagé do sítio.

Segundo o ten.-cel. Eduardo P. C. de Almeida, ao escrever sobre o sítio de Bagé em *A Defesa Nacional* n.º 385, 1946, citado:

"Os irmãos Pedroso, Manoel e Antero, homens destemidos e afeitos à luta, reconhecendo a superioridade dos federalistas em Rio Negro e admitindo pela experiência que tinham, ser uma temeridade, talvez um suicídio, tentar resistir a tal inimigo, aconselharam ao general Isidoro Fernandes, comandante-em-chefe das forças em operações no Rio Grande do Sul, contra os federalistas, a que fizesse uma retirada para Bagé, onde a defesa seria mais favorável e mesmo talvez com possibilidade de êxito (o que a História confirmaria com Carlos Telles). Não sendo atendidos disseram — Senhor general o sr. vai nos sacrificar, continuaremos a combater a seu lado para que o sr. não nos chame de covardes!"

Manoel Pedroso assim mesmo tentou a frente de 120 homens, mas sem êxito, após repelido por Marcelino Pina, Maneco Pedroso é acusado de haver mandado repelir à bala um parlamentar que oferecia-se para negociar a rendição. Consta que tenha pedido para Adão Latorre fazer chegar a sua filha menor em Pelotas um anel. Aliás, neta de Manoel Pedroso foi casada com o Dr. Jaques da Rosa, o 9.º prefeito de Canguçu.

A tradição sobre a Revolução de 93 é muito controversa e fantasiosa e pouco pode ser levada em conta, confirmando as agressões sofridas pela verdade nesta aforismo: "Em tempo de guerra mentira é como terra".

O massacre do Rio Negro segundo W. Escobar e o cel. Sampaio

O federalista Wenceslau Escobar em seus *Apontamentos... sobre 93* no ano de 1920, às pp. 280-284, aborda o massacre federalista do Rio Negro que minimiza quanto ao número de vítimas, mas que assim o condena:

"Perante a civilização e as leis humanas nunca os assassinatos praticados no Rio Negro poderão justificar-se!"

E é nesta linha que o magistrado e historiador bageense Tarcísio Taborda condena o massacre do Rio Negro em O sítio de Bagé na *Revista Militar Brasileira* 1970, n.° 1 (p. 77), embora membro da família Tavares:

"Rio Negro, terrível episódio que dizimou os gover- nistas e se tornou símbolo de traição e deslealdade para com o inimigo rendido."

O mal. José Cézar Sampaio que como coronel comandou a Divisão do Sul organizada pelo ministro da Guerra para socorrer Bagé sitiada pelos

federalistas responsáveis pelo massacre do Rio Negro, produziu importante depoimento sob o título *O cel. Sampaio* e os apontamentos do dr. Wenceslau Escobar, em resposta aos referidos apontamentos no mesmo ano e mesma editora destes — a Liv. Globo.

Dentro da idéia que informação é liberdade de escolha, o leitor interessado e, em especial o historiador isento, não podem deixar de confrontá-los e tirar conclusões. Sobre o massacre do Rio Negro o então cel. Sampaio que por lá passou e acampou um mês após do ocorrido escreveu:

"Não contamos os degolados nem dispusemos de tempo para fazê-lo, mas a opinião geral (na Divisão do Sul) foi que iam muito além de 300. E não se diga que é exagerado o nosso cálculo. Outros insuspeitos elevaram a cifra. Na *História do Brasil* de Rocha Pombo (v. X, p. 374), encontra-se o seguinte sobre o Rio Negro — "O coronel Pedroso foi degolado com toda a sua gente, em número superior a 400 homens".

Mais uma prova do quanto requintaram em malvadez esses heróis do crime (o grifo é do cel. Sampaio): Insepultos, encontramos também, junto a trincheira, os pobres soldados que ali caíram mortos durante o combate, como era fácil perceber-se. Pois nem esses escaparam à faca do bandido. Todos com a garganta cortada, o que quer dizer que foram degolados depois de mortos! Eis o que foi em verdade o glorioso feito federalista no Rio Negro. Convém notar que de 28 de novembro, dia da rendição, até 7 de janeiro, o general João Nunes da Silva Tavares, com os 5.000 homens sob seu comando esteve acampado a menos de três léguas daguele local, pelo qual diariamente transitavam forças suas. Ante o horrendo quadro, ao mesmo tempo que sentia confranger-me o coração, ao contemplar as vítimas da ferocidade de seus semelhantes, lamentei não dispor de uma máquina fotográfica, para perpetuar esta ação execrável. Hoje, porém, dou-me parabéns por não tê-la encontrado. Sentir-me-ia envergonhado, humilhado mesmo, si em outros países, pudessem ver reproduzido esse quadro que só encontra similar entre canibais!"

O futuro general Zeca Netto, de 1923, integrou a Divisão do Sul como comandante de sua 3.ª Brigada integrada por civis recrutados em Pelotas, Piratini, Canguçu, São Lourenço, Camaquã, Tapes e Pinheiro Machado. Ele registrou suas impressões em *Memórias do gen. Zeca Netto.* (Palegre, Martins Livreiro, 1983). Ele esteve com sua tropa acampada junto à mangueira onde os civis de Bagé, Canguçu, Pinheiro Machado e Piratini, as ordens do cel. Maneco Pedroso foram reunidos antes de serem levados para o massacre, por degola, ao comando de Adão Latorre e seus correntinos. Declara o temor e inquietação na tropa por aquele lugar, no que foi tranqüilizado pelo cel. Sampaio, que em certa altura defendeu de crítica que lhe fora feita por Carlos Telles dizendo-lhe: "O cel. Sampaio é um oficial que faz honra ao Exército Nacional".

Em sua obra o cel. Sampaio transcreveu o depoimento de um dos oficiais do 2º BC (do Exército) feito prisioneiro em Rio Negro e que mais tarde conseguiu escapar:

"Após nos termos rendido com promessa de garantia de vida e

permissão para nos retirarmos para nossos quartéis (o grifo é do autor) fomos, com surpresa geral, cercados por lanceiros e conduzidos como prisioneiros, tendo ocasião de, em seguida presenciarmos o quadro mais bárbaro e contristador que se possa imaginar. Foram degolados 36 oficiais das forças do coronel Pedroso e 5 da Brigada Militar assim como uns 300 soldados do 28 (do Exército) da Brigada Militar e das forças do cel. Pedroso. O ten. cel. Garcia e o cel. Pedroso morreram como verdadeiros bravos! Ao cel. Pedroso montaram em um petiço com as pernas amarradas por baixo da barriga do animal e assim o levaram até o ponto onde o degolaram."

E tudo isto acrescentou o cel. Sampaio "se fazia acompanhado de risotas, pilhérias e assuadas (reunião de gente armada com disposição para a desordem, motim, arruaça, segundo o Dicionário Aurélio). Simplesmente horroroso". E completou: "O fato é que esta atrocidade dantesca não tem justificação, ou por outra — só os malvados poderão justificá-las". De fato até hoje não vi nenhum historiador justificar o massacre, mas sim tentar explicá-lo ou minimizá-lo o que é um direito que lhes assiste!

Como se conclui do oficial do 2º que conseguiu fugir e depôs em Inquérito, a matança andou por volta de 341 homens e inclusive pertencentes ao Exército e a Brigada Militar e que a rendição foi feita sob promessa, não cumprida, o que contraria informação enviada pelo general Joca Tavares a Silveira Martins, líder civil, de que a rendição foi a descrição (incondicional ou sem restrições). Aliás rendição condicional sob garantia de vidas e não a descrição ou incondicional é a que a voz da tradição que permanece em Piratini, Canguçu e Pinheiro Machado e a que mencionavam os coronéis João Paulo Prestes de Canguçu e Antero Pedroso de Piratini que conseguiram romper o sítio e escapar e que mais tarde, em 23, seriam comandantes de brigadas do Exército do general Zeca Netto, citado, na Revolução de 23, magoados pelo silêncio que Governo e Revolução lançaram sobre o assunto e sobre os que foram vítimas de degolamento.

### O número dos degolados em Rio Negro em 28 nov. 1893

Vilalba em sua História da Revolução... talvez com base em Germano Haslocher refere em 1897 a "mais de 400 degolados". Rocha Pombo em sua História do Brasil refere a mais de 400 degolados. Oficial do 28 (do Exército) permite chegarmos a 341 degolados. Carlos Reverbel em Maragatos e Picapaus e tomado com cifra correta no Dicionário de Batalhas Brasileiras de Ernani Donato, presidente do IHGSP, se fixa numa cifra em torno de 333 degolados que decorre do seguinte raciocínio do autor Reverbel, que admite que os degolados não baixaram de 300, talvez um pouco mais o que representa cerca de 1/3 parte dos prisioneiros próximos de 1.000 (1.000 4-3 = 333). O cel. Sampaio que por lá passou e acampou diz que "não contou, mas que a opinião geral (na Divisão do Sul) foi que iam muito além de 300". Arthur Ferreira Filho e Hélio Moro Mariante em trabalhos específicos sobre 93 adotam o número de 300 degolados. O general João Pereira de Oliveira em Vultos e Fatos de nossa História. (Palegre, Martins Livreiro, 1985) refere "A esperada capitulação de Rio Negro se verificou em 28 de novembro, seguida da célebre degola, em que aquela caterva (multidão de tropas, segundo o Aurélio) de desalmados cevou um pouco do seu ódio feroz, no sangue de algumas

centenas de prisioneiros..."

Ivo Caggiani em carta ao autor de 17 de junho de 1993 (102.° aniversário da queda do Governicho que era presidido pelo general Joca Tavares em Bagé) refere: "A minha opinião é de que não degolaram 300. Do término do combate ao anoitecer não havia tempo para 300 execuções. Principalmente se atribuídos a um único homem como diz a lenda... A responsabilidade da degola é sem dúvida dos Tavares". O general Joca Tavares ao escrever a Silveira Martins admitiu grande número de degolas ao escrever: "Do inimigo ficaram no campo mais ou menos 200 mortos, contando os que em grande número foram exalar o último suspiro em mato próximo" (grifo é nosso).

Tarcísio Taborda em "Degolados e degoladores", em Cultura Especial *Zero Hora,* Palegre, 24 de abril de 1993 (p. 7), refere que "a farta degola que outras fontes mencionam não se deva contar as centenas mas as dezenas". E no momento está empenhado em provar sua tese com apoio em documentos

cartoriais de Piratini, Bagé, Pinheiro Machado e Canguçu e outros.

Mas moralmente no Tribunal da História penso não faça diferença a degola de dezenas ou de 4 centenas de homens que se renderam sob promessa de garantia de vida! E mais, que o massacre fruto de uma vingança pessoal e familiar comprometeu e, mais do que isto, foi uma traição aos ideais da revolução de Parlamentarismo, Unitarismo e Voto Distrital. Mas a discussão de Rio Negro permanece em aberto, bem as causas reais do mesmo e tudo à luz de fontes históricas que possam vir a surgir. Mas deste tristíssimo e cruel episódio do massacre covarde do Rio Negro que se tornou junto com o massacre do Boi Preto para vingá-lo, literalmente duas manchas negras na História do Rio Grande do Sul e inapagáveis permanece no entanto o essencial:

- Foram degolados grande número de prisioneiros, em maioria civis inermes, após se renderem confiantes, sob garantia de respeito a suas vidas.
- Foram degolados inclusive mortos que haviam perecido em combate em suas trincheiras.
- Foram degolados também alguns integrantes do Exército e da Brigada Militar e entre eles a figura heróica do alferes Napoleão, do Exército, por haver protestado contra o genocídio e traição à palavra dada.
- O comandante da tropa responsável pelo genocídio por degola de prisioneiros inermes foi o general honorário João Nunes da Silva Tavares ou Joca Tavares e por esta razão responsável perante o Tribunal da História, por este acidente de percurso em sua bela carreira militar.
- O massacre resultou de uma vingança pessoal e familiar e traição aos federalistas sinceros que vinham lutando por seus ideais de Parlamentarismo, Unitarismo, Voto Distrital e pelas liberdades públicas.
- Participaram do massacre de civis e militares brasileiros em Rio Negro, nacionais, uruguaios e argentinos contratados como mercenários e segundo um parlamentar em debate no Congresso, "bando recrutado na escória social das vilas uruguaias", cf. Elga Picollo em "O Congresso e a Revolução Federalista", palestra em Bagé, em 28 abr. 93 no III Simpósio de Fontes para a História da Revolução de 93.
- Que o dr. Gaspar Silveira Martins conheceu e não protestou contra o genocídio conforme libelo de Germano Hasslocher, ex-militante federalista, em *A verdade sobre a Revolução* (Palegre, s/ed., 1894), que E. Vilalba transcreve em *Revolução Federalista no RGS* (Rio, Laemmert, 1897).
- Que até o momento não existem provas concretas contra os coronéis Pedroso e Bernardino Mota que figuram em telegrama do general João Telles a Floriano Peixoto: Urgentíssimo — Reservado e cifrado ao final e de 2 nov. 1892, após Telles conferenciar com Joca Tavares e tratar de assuntos que até

hoje não transpiraram e cujo teor cifrado até hoje se desconhece em linguagem clara. Telegrama em que Joca Tavares acusa os citados coronéis e mais Cândido Garcia de Bagé de "os maiores ladrões e bandidos do Rio Grande do Sul". Assunto que mereceu nossa atenção maior em artigo Canguçu na Revolução Federalista na Antologia do CIPEL *Revolução Federalista* (Palegre, M. Livreiro, 1993). Telegrama citado que a partir de 1920 com a obra do federalista Wenceslau Escobar em seus apontamentos... vem sendo citada com explicação da violência inaudita no massacre do Rio Negro, onde foram degolados o cel. Pedroso, Cândido Garcia e só escapou Bernardino Mota acampado então na Bomba da Candiota. O telegrama como fonte primária confiável não resiste à crítica histórica, apurada interna e externa. Daí a necessidade de procurar-se outras explicações como causa do massacre. E outra questão em aberto!

— Que o massacre foi vingança pessoal e familiar atestam as fontes. Não podem invocar nem a razão estratégica que levou Napoleão a executar nas praias do Mediterrâneo enorme quantidade de prisioneiros que fez para não ter de alimentá-los, distrair grandes efetivos para guardá-los em marcha e não libertá-los para não ter de enfrentá-los novamente!

Lições a retirar do massacre do Rio Negro

Da citada palestra de Elga Picolo registro a observação aguda e precisa do deputado Ourique, no Congresso, quanto este num beco constitucional sem saída, discutiu sem ter chegado a uma solução, por inconstitucionais, as alternativas para por fim a Revolução Federalista — Estado de Sítio ou Intervenção Federal no Rio Grande do Sul. Ele propôs em seu projeto:

"Dissolução de todas as organizações paramilitares organizadas sem ordem do Congresso Federal."

Aí para mim residiu a causa profunda da violência inaudita da Revolução Federalista que a fez passar à História como a Revolução de Bárbaros. Fato muito bem diagnosticado pelo magistrado e historiador Tarcício Taborda em O sítio de Bagé citado:

"A insatisfação política reinante após a renúncia de Deodoro, levou os chefes municipais integrantes das duas correntes que se formaram a reunir homens em armas. Formados estes exércitos particulares começaram as arbitrariedades, as tropelias, os abusos, as vinditas que se esprairam por todo o Estado."

Aí tiveram lugar requisições, remontas e recrutamentos violentos!

demais e, ainda assim prosseguiu, porque as tropas civis constituíam a massa da Cavalaria governista e a totalidade da federalista. A Brigada Militar estava começando e o Exército atravessava o seu pior momento doutrinário, sob a égide do regulamento de Ensino de 1890 de inspiração positivista e, portanto bacharelesco, baixado pelo Ministro da Guerra ten.-cel. Benjamin Constant. Não era profissional militar!

Esta é uma preciosa lição a retirar do episódio e que a História Militar fartamente o comprova! Não se improvisa uma organização militar de uma hora para outra como um toque de mágica!

Na Revolução Farroupilha (1835-45) valorosos quadros egressos do Exército e da Guarda Nacional, com experiência de combate na Guerra Cisplatina, lideraram as massas farrapas profissionalmente e organizaram o Exército Farrapo à luz da Doutrina Militar conforme demonstraremos em O

Exército Farrapo e os seus chefes (Rio, BIBLIEX, 1993) e puderam por em prática, em combate, os valores representados nos ângulos agudos do losango do brasão farrapo por dois amores-perfeitos simbolizando Firmeza e Doçura e assim insistimos, traduzidos em combate: Firmeza — lutar com toda a garra, valor e determinação. Doçura — após a vitória respeitar como religião a vida, a família, a propriedade, a honra do vencido. E o Decênio Heróico é pontilhado de lances de Firmeza e Doçura e a violência foi exceção para tornar-se regra em 93 e a Doçura raríssima.

É possível que um aprofundamento leve à conclusão que a responsabilidade em parte pela violência em 93 seja tributada a Federação que impediu constitucionalmente o Estado Federal de intervir. O Unitarismo, tradição brasileira ao que parece teria melhor condição de evitar o banho de sangue de 93 que se extremou em Rio Negro e na vingança dele em Boi Preto. Aí fica este relato para reflexão da posteridade brasileira! Em tempo de guerra e de Revolução a primeira vítima é a verdade, dentro do aforismo internacional que "em tempo de guerra a mentira é como terra!" Mas como informação é liberdade de escolha, deixo a consideração do leitor e historiador do futuro as denúncias e lições deste ensaio!

## O massacre do Rio Negro na lenda e no teatro

O massacre do Rio Negro deu origem a lenda da Lagoa da Música, de autoria do poeta e romancista baiano Pedro Rubens Freitas Wayne (1904-51), publicada em Porto Alegre, Liv. Globo, 1955 e que Eurico Sales reproduz em História de Bagé.

Como toda a lenda esta é um mixto de realidade e fantasia. Ela admite o massacre de 300 homens e as circunstâncias que envolveram o episódio. Ou seja, o confinamento inicial dos prisioneiros que se demais e, ainda assim prosseguiu, porque as tropas civis constituíam a massa da Cavalaria governista e a totalidade da federalista. A Brigada Militar estava começando e o Exército atravessava o seu pior momento doutrinário, sob a égide do regulamento de Ensino de 1890 de inspiração positivista e, portanto bacharelesco, baixado pelo Ministro da Guerra ten.-cel. Benjamin Constant. Não era profissional militar!

Esta é uma preciosa lição a retirar do episódio e que a História Militar fartamente o comprova! Não se improvisa uma organização militar de uma hora para outra como um toque de mágica!

Na Revolução Farroupilha (1835-45) valorosos quadros egressos do Exército e da Guarda Nacional, com experiência de combate na Guerra Cisplatina, lideraram as massas farrapas profissionalmente e organizaram o Exército Farrapo à luz da Doutrina Militar conforme demonstraremos em *O Exército Farrapo e os seus chefes* (Rio, BIBLIEX, 1993) e puderam por em prática, em combate, os valores representados nos ângulos agudos do losango do brasão farrapo por dois amores-perfeitos simbolizando Firmeza e Doçura e assim insistimos, traduzidos em combate: Firmeza — lutar com toda a garra, valor e determinação. Doçura — após a vitória respeitar como religião a vida, a família, a propriedade, a honra do vencido. E o Decênio Heróico é pontilhado de lances de Firmeza e Doçura e a violência foi exceção para tornar-se regra em 93 e a Doçura raríssima.

É possível que um aprofundamento leve à conclusão que a responsabilidade em parte pela violência em 93 seja tributada a Federação que impediu constitucionalmente o Estado Federal de intervir. O Unitarismo, tradição brasileira ao que parece teria melhor condição de evitar o banho de sangue de 93 que se extremou em Rio Negro e na vingança dele em Boi Preto. Aí fica este relato para reflexão da posteridade brasileira! Em tempo de guerra e de Revolução a primeira vítima é a verdade, dentro do aforismo internacional

que "em tempo de guerra a mentira é como terra!" Mas como informação é liberdade de escolha, deixo a consideração do leitor e historiador do futuro as denúncias e lições deste ensaio!

## O massacre do Rio Negro na lenda e no teatro

O massacre do Rio Negro deu origem a lenda da Lagoa da Música, de autoria do poeta e romancista baiano Pedro Rubens Freitas Wayne (1904-51), publicada em Porto Alegre, Liv. Globo, 1955 e que Eurico Sales reproduz em História de Bagé.

Como toda a lenda esta é um mixto de realidade e fantasia. Ela admite o massacre de 300 homens e as circunstâncias que envolveram o episódio. Ou seja, o confinamento inicial dos prisioneiros que se Negra) sabem que é o encantamento produzido pelo sangue de 300 gaúchos degolados com seus corpos atirados na lagoa que se esta realizando. Sabem que numa tarde e numa noite inteiras de 93, a faca do negro Adão Latorre, não parou um instante de cortar carótidas (degolar). Sabem que dos 1.000 prisioneiros encerrados como animais numa mangueira de pedra, ao lado da lagoa, 300 homens foram degolados. E dizem, os que escaparam, que o negro Adão chamava um por um os querreiros presos e mandava-os pronunciar a letra jota. Os que ao invés de jota pronunciavam rota era castelhano e, incontinenti recebia o aço afiado que lhe abria um talho (corte) de orelha a orelha. Negro Adão encostava a faca bem chairada (afiada) embaixo do nariz da vítima e quando esta levava instintivamente a cabeça para trás, com a perícia de bom conhecedor do ofício, lhe era desfechado o rápido e profundo talho no pescoco. Esquichando o sanque, o ferido irremediável ainda caminhava alguns passos até cair. Mas só os castelhanos foram imolados! Muitos brasileiros estavam na lista de vinganças e passaram a fazer parte das 300 daquela tarde suja de sangue e da noite de lodo vermelho sobre a relva. O último a ser sacrificado foi um rapazinho adversário que na hora da rendição tocara o clarim que ordenava o cessar fogo. Foi destemido e macho de verdade na hora da morte, como havia sido nos momentos de bala e de pólvora e nas ocasiões tilintantes de espadas se chocando em lanças. Cabeça erguida, voz firme e insultante ordenou ao preto carrasco (Adão Latorre). Degola negro malévolo que um gaúcho não se achica (se acovarda). Na fita branca de seu chapéu de abas largas tinha a legenda atrevida: Não peço e não dou vantagem! Seu corpo jovem mutilado afundou nas águas da lagoa. Desde aquele dia sabem os moradores de Rio Negro (atual Hulha Negra) que na mesma hora em que no combate feroz e prolongado foi dada a ordem de rendição, a alma do jovem guerreiro vem do fundo da lagoa, subindo lentamente, enquanto o seu clarim repete as mesmas notas do toque de cessar fogo. .. Os incrédulos, homens que lêem livros complicados e enredadores, ignoram por certo que as águas das lagoas e dos rios da campanha, guardam consigo o espírito dos gaúchos valentes que, sinceros e sem medo, são pela liberdade de seus povos."

Aqui no caso, em termos de busca da verdade histórica e dos responsáveis pelo massacre sem precedentes na História do Brasil, a lenda é que figura para os incrédulos homens que lêem livros em busca da verdade como fato complicador e enredador da memória histórica do massacre. Curioso que ela omite o massacre do coronel Maneco Pedroso nas circunstâncias que a História registra, à luz de fontes históricas, colocando em seu lugar a figura de um jovem clarim. A lenda é enredadora da verdade e lamentavelmente ela vem tendo mais força do que a História.

O massacre do Rio Negro teve reflexos no teatro em 1895, menos de 2 anos do episódio. O jornalista Salustiano Maciel, em Santana, impressionado

com o impacto exercido pelo massacre do Rio Negro, editou na Tipografia Bazar Guarany de sua propriedade, a cena dramática em ato único — *Um episódio da Revolução no Rio Negro*, dedicado a seu irmão José Nunes da Silva Maciel de Oliveira. Ela foi escrita para a Sociedade Dramática Particular Esmeralda, presidida por seu autor e levada ao palco do Teatro 7 de Setembro local e cujo exemplar nos foi cedido por Ivo Caggiano do acervo do Museu Folha Popular que fundou e dirige.

Trata-se do drama de um soldado governista e porta-bandeira extraviado na noite de 27/28 de novembro, num mato, e que foi morto a bala pelos federalistas, quando pronunciou como últimas palavras:

"Adeus Pátria! Adeus Família! Adeus companheiros! Viva a República! Viva a Liberdade! (E cai morto envolto na bandeira nacional)"

O massacre por degola é assim descrito em versos pelo soldado extraviado e que o assistia à distância, sem poder acudir seus camaradas:

"Surgem de todos os lados Centenas de guerreiros! Quase nús, esfarrapados Como uns aventureiros!

O cerco já estreitam mais, — É negra a carnificina! Só se ouvem gritos, ais! Dos pobres da triste sina!

(Toca degolar)

Que ouço? que voz terrível!
Solta o agudo clarim?
A degolar! Oh! que horrível, Oh que hecatombe sem fim.
Oh! mas isto já é demais!
Vede bem o que fazeis!
Ides matar leais, Que defendem nossas leis!

E eu aqui extraviado Sem podê-los ajudar! Sem poder dar meu sangue! Pela Pátria, no altar!

### Uma visita ao local do massacre

Após conversarmos com o historiador José Alfredo Schierholt, residente em Lageado e filho de Rio Negro (atual município de Hulha Negra) soubemos que esta havia se tornado município e que ele havia sugerido a seu prefeito, Marco Antônio Canto, que fosse erigido um monumento em homenagem aos mortos e, em especial, às vítimas do massacre que se renderam sob garantia de vida. Em 29 de abril de 1993, de retorno do III Simpósio de Fontes para a História da Revolução de 93, em Bagé, promovido pela URCAMP, procuramos o prefeito de Hulha Negra e conversamos do seu dilema de, no ano da instalação do seu município, comemorar um massacre ali ocorrido. Comemorar no sentido de recordar ou memorar em conjunto e não o de festejar! Ofertamo-lhe exemplar de Antologia do CIPEL *A Revolução Federalista* (Palegre, Martim Livreiro,

1993) contendo artigos de nossa autoria relacionados com o evento, sob os títulos: O Massacre do Rio Negro, que aqui apresentamos mais ampliado e circunstanciado e Canguçu na Revolução Federalista. Opinamos que a comemoração poderia ser um monumento de homenagens aos mortos de ambas as facções que ali tombaram e de condenação do massacre, para dele tirar-se lição para a posteridade, sobre o excesso a que pode chegar a barbárie numa luta fratricida.

Os locais históricos estavam abandonados, descaracterizados, desolados e sem balizamento, o que talvez fosse normal num município em instalação. A Estação do Rio Negro, decorridos 100 anos ali estava de pé a lembrar a triste tragédia que testemunhou e balizou. Não foi possível chegar-se à mangueira onde os prisioneiros foram encerrados antes de serem levados para a degola c serem jogados na lagoa que a lenda consagrou como a Lagoa da Música. Isto em razão da estrada que lhes dava acesso encontrar-se obstruída, por árvores que foram abatidas e em processo de lenhagem. O aspecto da região era desolador! Era difícil algum viajante, ou mesmo morador do local, imaginar que aquela paisagem havia sido cenário, há um século atrás, para um massacre sem precedentes, por degola, de cerca de 300 civis governistas, civis que formavam a Cavalaria à disposição do comandante-em-chefe das Operações contra a Revolução de 93 no Rio Grande do Sul, representado pelo marechal Isidoro Fernandes'. Com base em experiência adquirida, sugerimos à administração de Hulha Negra, a necessidade de que aqueles locais fossem balizados e formados guias para orientar pessoas interessadas em conhecer aqueles sítios históricos onde ocorreu o lamentável massacre, de igual forma que hoje os locais dos antigos Campos de Concentração na Alemanha são visitados por legiões de turistas que ali refletem e são alertados das possibilidades reais da prática, em determinadas circunstâncias, de violências inimagináveis contra seus semelhantes do gênero humano e, além, refletirem profundamente na afirmação de que povo que não conhece a sua história corre o risco de repeti-la! O que se passa hoje na Bósnia é um alerta! Felizmente o que vimos em nada se compara ao que se viu em Hulha Negra, há 100 anos atrás, o coronel Sampaio, comandante da Divisão do Sul citado:

"Passamos no Rio Negro (Hulha Negra atual) em marcha para levantar o sítio federalista de Bagé — um mês e onze dias depois da rendição das forças legais que ali combateram. Pois lá tivemos ocasião de ver, eu e os meus comandados, em número maior de 2.000 homens ainda insepultos e amontoados nas sangas, os cadáveres das vítimas de tão cruéis atrocidades, estando alguns em promiscuidade com cadáveres de cavalos. Não contamos os degolados, nem dispusemos de tempo para fazê-lo, mas a opinião geral (na Divisão do Sul) foi que iam muito além de 300. Outros insuspeitos elevaram esta cifra!"

## Questões que as fontes históricas ainda não responderam sobre o massacre

Até hoje, ao que sabemos, as fontes históricas disponíveis que vieram a lume não conseguiram dissipar o nevoeiro que encobre ou que dificulta sobremodo a percepção precisa das seguintes questões fundamentais para a reconstituição histórica do massacre, com a precisão necessária, para que sirva a novas dimensões da História Militar que estuda as guerras e revoluções com vistas a determinar os fatores que as determinaram, com o alevantado

propósito de colocá-los a serviço dos líderes, para que procurem evitar que elas ocorram, o que no caso não conseguiram os líderes dr. Júlio Prates de Castilhos e o dr. Gaspar Silveira Martins que, ao que parece, foram democratas, patriotas, positivistas e liberais verbais e não na prática, por importar a ambos tão somente a conquista do poder, conforme assinalou Décio Freitas em "O memoricídio da revolução em *Zero Hora,* Palegre, 24 de abril de 1993 (p. 21), Caderno ZH Cultura, com o que concordamos e de certa forma assinalamos em "A Revolução de 93 e a Arte Militar" em *Fontes para a História da Revolução de 93* (Bagé, URCAMP, 1992, p. 36). Sobre estas questões formulo as seguintes indagações:

- Qual a razão da inexistência de fontes primárias nas quais o general Joca Tavares e seus comandantes imediatos em Rio Negro, coronéis Zeca Tavares, Marcelino Pina de Albuquerque, David Martins e segundo A. Ferreira Filho, Rafael Cabeda e mais o major Francisco Cabeda, não deram suas versões sobre o massacre, face a pressão que as fontes disponíveis fazem relativamente ao evento. Teriam algum deles ultrapassado o general Joca ou mesmo sido ultrapassados por seus subordinados incontroláveis e dado no que deu segundo Arthur Ferreira Filho em a *História Geral do Rio Grande do Sul* (Palegre, Liv. Globo, 1978. 5 ed., pp. 168-169). Ou seja "o trágico sucesso de Rio Negro que deslustrou a Revolução e que foi o único resultado que logrou a 2.ª invasão".
- Qual a razão da inexistência de fontes históricas relatando o destino, privações e circunstâncias, até recobraram a liberdade, dos prisioneiros do Exército e Brigada Militar feitos em Rio Negro?
- Qual a razão da inexistência, disponível, de um possível relatório do marechal Isidoro Fernandes sobre o massacre e do seu desaparecimento do cenário da revolução, debaixo de acusações de incapacidade em Arte e Ciência Militar, omissão grave e inércia e haver sido surpreendido por haver desprezado, por impossível, a surpresa de Rio Negro?
- Qual a razão de até hoje não se dispor da relação dos degolados em Rio Negro que a História, a Tradição e o Folclore avaliam em torno de 300, bem como a dos uruguaios e argentinos (correntinos) que os executaram sob a direção do uruguaio Adão Latorre, conforme é admitido pelo historiador federalista Wenceslau Escobar em seus *Apontamentos...?*
- Qual a razão da ausência de listas mesmo parciais dos federalistas envolvidos no massacre, indicando a nacionalidade e a procedência dos mesmos, para confirmar-se, ou não, a presença maciça de uruguaios entre os federalistas conforme mencionam as fontes?
- Qual a razão de o massacre haver se estendido a poucos integrantes do Exército e um pouco mais da Brigada Militar, seja em Rio Negro, seja após o levantamento do 'Sítio de Bagé, conforme o coronel Sampaio *op. cit.*2
- Qual a razão das autoridades estaduais e municipais haverem silenciado sobre o assunto e não terem relacionado as vítimas que recrutaram sob o pomposo título de patriotas e protegido suas famílias e levantado até monumento o que seria normal numa situação destas?
- Qual a razão de o Folclore (a lenda), a Tradição, com mais força que a verdade histórica, terem concentrado na alma popular toda a responsabilidade pelo massacre do Rio Negro ao "negro e depois coronel" Ação Latorre, como pretensa vingança de violência governista contra filho seu e até hoje não provada?
  - Qual seria em realidade a responsabilidade do massacre do coronel

Zeca Tavares, acusado em poesia popular como o mandante e assim haver ultrapassado seu irmão, sogro e padrinho general honorário João Nunes da Silva Tavares, comandante federalista no Rio Negro e septuagenário?

- Qual teria sido a base do historiador gabrielense Aristóteles Vaz e Silva haver afirmado em *São Gabriel na História* (São Gabriel, Prefeitura, 1963, p. 293), de Marcelino Pina de Albuquerque haver comandado a degola em Rio Negro?
- Qual a razão de até hoje não terem sido apresentados fatos concretos contra os coronéis Maneco Pedroso, Cândido Garcia e Bernadino da Silva Mota nomeados pelo general João Telles em telegrama citado a Floriano, e com base em juízo do general Joca Tavares de que eram em 1892 "os maiores ladrões e bandidos do Rio Grande do Sul". O que tentamos contestar, até prova irrefutável, em artigo citado Canguçu na Revolução Federalista. Aguardamos do dr. Honório Severo elementos que informam o envolvimento dos mesmos no desaparecimento de Terêncio Saraiva, que teria motivado o massacre do Rio Negro! Neste sentido lhe dirigimos correspondências?
- Quais as circunstâncias em torno do sepultamento dos degolados em Rio Negro. Sabemos que o cel. Maneco Pedroso foi sepultado em Bagé e em data recente seus restos mortais foram trasladados para o cemitério de Piratini por um descendente. Não se sabe detalhes de como chegaram a seus familiares seu lenço de pescoço de meio luto, seu anel, relógio que usava em Rio Negro ao ser morto aos 34 anos, deixando uma única filha menor!
- Qual a razão dos descendentes, afins e conterrâneos e mesmo autoridades de então, não terem desenvolvido um esforço em defesa da memória do cel. Pedroso que se comportou com bravura, valor militar e muita diligência em defesa do governo constituído do Rio Grande do Sul, conforme mencionam os relatos disponíveis, mas que o telegrama de Telles a quem muito bem serviu após, coloca sua vida e obra, ao que parece em suspeição?

#### Fontes consultadas para a elaboração deste ensaio histórico

- ANDRIOTTI, Décio. Guerra crime e cultura. Revolução Federalista. Palegre, Martins Liv., 1993, pp. 43-53 (Antologia coordenada pelo CIPEL).
- 2 ARAÚJO, Francisco Félix, ten.-cel. Ordem do Dia n.º 15, de 13 de janeiro de 1893, do comandante da l.ª Brigada da Divisão do Sul que libertou Bagé sitiada (ver VILALBA. *Revolução Federalista RGS*, doc. 62, pp. 113-114).
- 3 BENTO, Cláudio Moreira, cel. A Revolução de 93 e a Arte Militar. *Fontes para História da Revolução de 1893.* Bagé, URCAMP, 1992, pp. 35-40.
- 4 IDEM. Canguçu reencontro com a História. Palegre, IEL, 1983, pp. 105-106.
- 5 IDEM. O massacre do Rio Negro de 28 nov. 1893. *Revolução Federalista*, Palegre, Martins Liv., 1993, pp. 123-134 (Antologia coord. pelo CIPEL).
- 6 IDEM. Canguçu na Revolução Federalista. *Revolução Federalista*. Palegre, Martins Liv., 1993, pp. 139-150 (Antologia coordenada pelo CIPEL).
- 7 IDEM. O combate do Seival 1836 150 anos. Defesa Nacional 726. jul/ago 1986 e Diário Popular, Pelotas 20 set. 1986 (ilustrado).
- 8 CABEDA, Corálio. Cartas ao autor de 19 fev., 4, 16 e 26 março 1993, onde expende sua opinião sobre o massacre do Rio Negro e sobre crimes praticados pelos coronéis Maneco Pedroso, Bernadino da Silva Mota e o cel. Sampaio que comandou a Divisão do Sul e de sua crença na verdade transmitida pelo general João Telles no telegrama a seguir.
- 9 IDEM. O telegrama do general João Telles. Fontes para a História da Revolução de 1893. Bagé, URCAMP, 1992, pp. 41-43. Indaga: "Não estaria neste telegrama a explicação (não a justificativa) dos degolamentos que se seguiram ao combate do Rio Negro...?"

- 10— CIPEL. Revolução Federalista. Palegre, Martins Livreiro, 1993. Antologia .
- 11 DONATO, Ernani. *Dicionário das batalhas brasileiras.* São Paulo, IBRASA, 1987 (Aborda o massacre do Rio Negro, pp. 444-445).
- 12 FERREIRA FILHO, Arthur. História Geral do RGS. Palegre, Liv. Globo, 1974.
- 13 IDEM. Firmino de Paula *in Revoluções e Caudilhos*. Palegre, s/ed., 1964 (Aborda o massacre de Boi Preto como vingança do de Rio Negro).
- 14 ESCOBAR, Wenceslau. Apontamentos para a História da Revolução Riograndense. Palegre, Liv. Globo, 1920, cap. VI, p. 273 (Seu autor registra com franqueza: "Não tenho a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo. Sou homem, tomei parte pelo coração e pelas idéias nesta lamentável luta fraticida". O leitor deve estar alerta para isto!).
- 15 FRANCO. Sérgio da Costa. Lustrando as armas. *Zero Hora-Cultura*, 24 abril 1993 (refere ao telegrama de João Telles a Floriano de 2 nov. 1892).
- 16 FREITAS, Décio. O memoricídio da revolução. Zero Hora-Cultura, 24 abril 1993, p. 21 (Refere que "Júlio de Castilhos e Silveira Martins não eram democratas e que se não autorizaram ou ordenaram expressamente os degolamentos, não consta também que os tenham reprovado!").
- 17 FLORES, João da Silva. Adão Latorre Mito e história no massacre do Rio Negro. Fontes para a História da Revolução de 93. Bagé, URCAMP, 1990 (Trabalho importante, desmistificador e corajoso culturalmente).
- 18 HASSLOCHER, Germano. Fontes históricas da Revolução de 1893. Palegre, Mazeron, 1894, 3.ª ed. (Militante federalista que condenou o massacre do Rio Negro que descreveu com toda a dramaticidade e que acusa Silveira Martins de haver com ele pactuado e prejudicado a causa!).
- 19 LETTI, Niconar. A degola. *Revolução Federalista*. Palegre, Martins Liv., 1993 (interessante estudo sobre a prática da degola entre civis)
- 20 MACIEL, Salustiano. *Um episódio da revolução de 93 no Rio Negro.* Santana, Tip. Bazar Guarany, 1895 (Cena dramática em um ato).
- 21 MARIANTE, Hélio Moro, cel. Revolução de 93. *Anais do Congresso Nacional de História da República do Brasil.* Rio, IHGB, 1989 (ref. a Rio Negro).
- 22 MOACYR, Pedro. Rio Negro (editorial). A Federação, Palegre, 5 jan 1896.
- 23 NETTO, José Antônio. *Memórias do general Zeca Neto.* Palegre, Martins Livreiro, 1983 (Descreve seu acampamento em Rio Negro pouco mais de mês após o massacre que confirma como comandante 3.ª bda/Divisão do Sul ao comando do cel. Sampaio cujo profissionalismo defende).
- 24 OLIVEIRA, João Pereira, gen. *Vultos e fatos da nossa História* Palegre, Martins Livreiro, 1985 (Aborda o massacre do Rio Negro, p. 58 (3.ª ed.).
- 25 SALIS, Eurico. O combate do Rio Negro in História de Bagé. Palegre, Liv. Globo, 1955, pp. 263-283 (É o relato mais circunstanciado).
- 26 SAMPAIO, João Cézar, mar. O coronel Sampaio e os apontamentos do dr. Wenceslau Escobar. Palegre, Liv. Globo, 1920, pp. 37-81. (Sua leitura deve ser feita com a obra do dr. Wenceslau que ela responde e contesta em diversos pontos. O cql. Sampaio comandou a Divisão do Sul e testemunhou sobre o massacre ao por lá passar para libertar Bagé).
- 27 SILVA, Aristóteles Vaz. São Gabriel na História. São Gabriel, Prefeitura, 1963 (aborda o massacre do Rio Negro que teria sido comandado por Marcelino Pina e executado por Adão Latorre, pp. 292-293).
- 28 REVERBEL, Carlos. *Maragatos e pica-paus guerra civil e degola no Rio Grande do Sul.* Palegre, Presença, s/d., p. 128 (aborda Rio Negro).
- 29 IDEM. Os assassinatos começaram antes. Zero Hora-Cultura, Porto Alegre, 24 de abril de 1993 (Tece considerações sobre o telegrama do gen. Telles).
- 30 TABORDA, Tarcísio. O sítio de Bagé. Revista Militar Brasileira n.º 1, jan/mar 1970, p. 77 (classifica Rio Negro, "como símbolo de traição e deslealdade para com o inimigo rendido").

- 31 IDEM. Degolados e degoladores. Zero Hora-Cultura. Palegre, 24 abr. 1993, p. 17 (reproduz telegrama do gen. Telles a Floriano de 2 nov. 1892 sem a parte em código e afirma: "os degolamentos em Rio Negro se devem contar as dezenas e não as centenas").
- 32 TAVARES, Umbelina. Telegrama de Rio Grande em 23 jul. 1892 sobre violências em Limoeiro, in VILALBA. Revolução..., doc. 31, p. 61 (não menciona estupros e assassinatos praticados por tropas dos coronéis Pedroso e Mota na estância de Zeca Tavares, fato que teria contribuído ou provocado o massacre indiscriminado de civis em Rio Negro.
- TELLES, João, gen. Telegrama urgentíssimo, reservado e cifrado em código ao final, ao presidente Floriano, relatando a grave situação do Rio Grande do Sul e que a partir de 1920 com Wenceslau Escobar passa servir como explicação para o massacre do Rio Negro, mesmo sem ser conhecido o texto em claro da parte cifrada. (Foi publicado por VILALBA em 1897 e a tentativa de explicação do massacre do Rio Negro por W. Escobar em 1920, por Eurico Salis em 1955, por Corálio Cabeda em 1990 e por Tarcísio Taborda em 1993. A veracidade do seu conteúdo bem como o seu valor como fonte histórica confiável contestamos, antes que seja conhecido seu trecho cifrado em linguagem clara e submetido a rigorosa crítica interna e externa, o que fazemos de certa forma em Canguçu na Revolução Federalista, por pretender responsabilizar pelo terror generalizado, chefes massacrados em Rio Negro).
- 34 TORRES, Leão Silveira, cel. Seção Livre Canguçu. Diário Popular, Pelotas 11 junho 1896 (Carta em que se defende como intendente de Canguçu de alguém que com o pseudônimo de Juvenal na Opinião Pública, Pelotas de 28 mar. 1896 procurava confrontar os coronéis Bernardino da Silva Mota e seu substituto na Intendência. É muito esclarecedor!).
  - 35 VILALBA, Epaminondas. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.* Rio, Lammert, 1897, p. LXXXLXI).
  - ZERO HORA Cultura Especial. Os gaúchos estão em guerra. Porto Alegre, 24 abril 1993. 23 p. ilustrado e traz como chamada — "Há cem anos maragatos e pica-paus faziam do Rio Grande do Sul o palco da mais sangrenta guerra civil da história brasileira." E acrescento — Rio Negro foi o maior massacre da História do Brasil! Não seria crível admitir que os chefes republicanos Maneco Pedroso, Bernardino Mota e Cândido Garcia tenha sido os responsáveis por este terror político generalizado a que o telegrama do gen. Telles, tomado como a essência da verdade os condena, bem como a Adão Latorre, que assim se tornaram bodes expiatórios políticos, mas que não o devem ser — pelos historiadores dignos deste nome que acreditam como Galileu que "a verdade é filha do tempo e não da autoridade" e de que História é verdade e justiça e que maquiar erros históricos clamorosos como os que tiveram curso de forma generalizada, em ambas as facções civis em luta e em todo o território do Rio Grande, ensejam que fatos como estes, caracterizados como Revolução de Bárbaros ou Revolução Maldita, venha assolar mais uma vez o Rio Grande do Sul.

## A ESQUECIDA ESCOLA DE GUERRA DE PORTO ALEGRE NO ENSINO MILITAR ACADÊMICO DO EXÉRCITO DE 1792-ATUALIDADE

Em 17 de dezembro de 1792, aniversário de D. Maria I, foi instalada na Casa do Trem, a Real Academia e Artilharia Fortificação e Desenho, destinada a formar no Brasil-Colônia oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Engenheiros. Academia Real que considero com as seguintes projeções históricas: A pioneira do ensino militar acadêmico nas Américas; a pioneira do ensino superior civil no Brasil com a Engenharia Civil nela iniciada a ser ministrada formalmente e a raiz ou o embrião histórico da Academia Militar de Resende, considerada convencionalmente por Dec. n. 1.718 do Presidente Getúlio Vargas de 17 de junho de 1937, como tendo por raiz ou embrião a Academia Real Militar criada por D. João VI em 1810, na mesma Casa do Trem, aproveitando as mesmas instalações e a infra-estrutura da Real Academia de 1792 e sem interrupção. Decreto baixado antes de se conhecer a descoberta de arquivos pelo general-de-divisão F. de P. Pondé, no Largo do São Francisco, da Academia Real de 1810 e do professor e historiador Paulo Pardal publicar e explorar os Estatutos da Real Academia de 1792 na obra: Brasil 1792-Início do ensino da Engenharia Civil e da Escola de Engenharia da UFRJ(Rio, UFRJ, 1986). Pesquisa que nos permitiu concluir tratar-se a Real Academia de 1792 de um estabelecimento de ensino militar acadêmico destinado a formar no Brasil-Colônia oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e de Engenheiros. Para mim, à luz das convicções acima, a Academia Militar das Agulhas Negras e a Cidade de Resende, que a abriga há meio século, são criações do 13º vice-rei do Brasil, o conde de Resende, em 1792 e 1801.

O ensino militar acadêmico no Brasil não foi interrompido nos 202 anos da instalação da Real Academia de 1792 até nossos dias. A Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada em 1904 em função da Revolta da Vacina Obrigatória, mas continuou no Realengo as escolas de Artilharia e Engenharia de formação e aplicações, sob o comando do Cel. Hermes da Fonseca, que impediu que ela aderisse à revolta. O fechamento da Praia Vermelha, seguida de sua extinção e ao mesmo tempo substituição pela Escola de Guerra de Porto Alegre, foi uma manobra de reajuste da filosofia do ensino, de bacharelismo militar para profissionalismo militar. Bacharelismo adotado pelo Regulamento de Ensino de 1874 e reforçado pelo de 1890 e revogado pelo de 1905, que consagrou o profissionalismo militar até hoje vigorante, que começou a ser implantado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-11), sucessora da Escola Militar da Praia Vermelha, profissionalizante de 1855-74 e voltada para o bacharelismo militar de 1974 até sua extinção em 1905. A Escola de Guerra de Porto Alegre, de 1906-11 e após 1912 no Realengo, formou uma geração de aspirantes a oficiais, posto criado pelo Regulamento de 1905, que, mais tarde, como ilustres chefes, consolidaram o profissionalismo militar voltado para a Seguranca da Pátria e foram os sustentáculos e agentes da Reforma Militar (1898-1945), que arrancou o Exército dos ultrapassados e lamentáveis padrões operacionais, revelados no combate à Guerra Civil (1893-95) na Região Sul, à Revolta na Armada, no Rio, e na Região Sul, e à Guerra de Canudos (BA), em 1897, para os modernos e atualizados padrões revelados pela FEB na Itália, onde ela fez boa figura ao lutar em aliança ou contra frações dos exércitos mais modernos presentes na Europa na II Guerra.

No contexto das circunstâncias da época, tanto a Real Academia de 1792, como a Academia Real de 1810 destinaram-se, precipuamente, a formar engenheiros construtores do Brasil e, como subproduto, defensores nas especialidades de Infantaria, Cavalaria, Artilharia de fácil formação antes do advento

da Revolução Industrial com suas complexas implicações na Arte e na Ciência da Guerra. Esta filosofia gerou uma deformação. Passaram a atingir a cúpula do Exército engenheiros militares e não estrategistas e táticos especialistas em Arte e Ciência Militar. Isto vem explicar insucessos operacionais de generais-engenheiros, como Santos Barreto na Revolução Farroupilha, onde Canabarro lhe impôs duro fracasso, ou Polidoro Quintanilha Jordão, que se liga ao insucesso ou hecatombe de Curupaiti na Guerra do Paraguai e, ambos, luminares na Engenharia do Brasil. Isto, por exemplo, em contraposição a Caxias com o curso de Infantaria no Largo do São Francisco ou de Osório, cavalariano formado na Academia Militar das Coxilhas «vendo, tratando e pelejando» para aprender na realidade e «não na fantasia a disciplina militar prestante» ou a Doutrina Militar.

O Regulamento de 1874 retirou do Exército a formação de engenheiros civis, encargo que exercera por 82 anos. Este encargo foi substituído pelo bacharelismo militar em ciências físicas e matemáticas e de Engenharia Militar, ambos divorciados das necessidade de Segurança do Brasil. Deformação pela qual a sociedade civil pagou pesadíssimo tributo em sangue e vidas na Guerra Civil (1893-95) na Região Sul, no combate à Revolta na Armada e a Guerra de Canudos. Desta deformação, o exemplo mais eloquente foi enviar um general que fizera carreira como professor de Descritiva — o gen. Pego Junior, para combater no Paraná o avanço conjunto da Guerra Civil e da Revolta na Armaria sobre o Rio. O que se passou é conhecido mas eloquente! Ele foi o primeiro a abandonar o posto e Gomes Carneiro foi cercado na Lapa e, por incompetência e absoluta falta de liderança, para a grave circunstância. O resultado foi sua inédita condenação à morte por Conselho de Guerra por covardia, só não sendo executado, segundo o historiador cel. Arivaldo Fontes, em razão do prestígio com seus antigos alunos, por ser um homem bom, mas sem energia até para controlar indisciplinas de seus alunos, segundo pode-se concluir da obra:

PEREGRINO, Umberto, gen. *História e projeção das instituições culturais do Exército.* Rio, José Olympio, 1967. pp. 25-28.

A partir da Guerra do Paraguai, que considero a primeira Guerra Total entre nações, pois a primeira o foi a Guerra de Secessão nos EUA, mas com característica de luta interna, passou a ser exigida uma formação mais aprimorada em Arte e Ciência Militar dos oficiais dos exércitos do mundo. A descoberta da máquina a vapor provocou a Revolução Industrial. A máquina usada em vapores e trens ampliou os Teatros de Guerra, não mais circunscritos ao campo de batalha, numa pequena faixa de terreno. A máquina introduzida nas fábricas de armamentos e munições permitiu que estes fossem produzidos em série, tomando os futuros campos de batalha intransitáveis, devido à grande intensidade de fogos em sua superfície, obrigando o combatente a procurar abrigo em fortificações e trincheiras e proscreveu os combates românticos travados a espada, a lanças e a baioneta, onde contava muito a coragem pessoal.

O ensino militar no Exército não deu resposta pronta a esta imposição dos tempos, conforme registram ilustres chefes do Exército que viveram este equívoco o denunciaram e o colocaram abaixo.

Para evitar a erradicação do Exército após a Guerra do Paraguai, foi

concebido o bacharelismo militar para um só tempo evitar a erradicação, engajando-o no desenvolvimento e para valorizar socialmente o oficial que levava desvantagem até para casar, pois eram preferidos como dos seguintes enfoques filosóficos de seu ensino:

- Predominantemente de Engenharia (1792-1874).
- Predominantemente bacharelismo militar (1874-1905), com marcante influência positivista e divorciado das necessidades da segurança do Brasil e discriminatório dos profissionais militares chamados pejorativamente de «tarimbeiros» em contraposição aos científicos ou bacharéis e engenheiros militares que apreciavam mais o título de doutor do que o do posto.

Exemplo do «tarimbeiro» o Mar. Deodoro e de científico Benjamin Constant.

— Predominantemente profissionalismo militar (1874-1905), com desencontros no desejável equilíbrio entre a cultura profissional e a geral que o embasa e que, vez por outra, tocou os extremos e ainda hoje suscita dúvidas de ênfases.

A Escola de Guerra de Porto Alegre foi um elo que deu continuidade ao ensino militar acadêmico no Exército entre a extinção da Escola Militar da Praia Vermelha e reunificação do ensino militar na Escola Militar do Realengo. Ela é uma escola omitida em esquemas e trabalhos sobre o ensino no Exército 1792-Atualidade. A resgatamos no álbum:

Escola de Guerra de Porto Alegre 1906-11. Escolas de Formação de Oficiais das Forças Armadas do Brasil. Rio, POUPEX, 1987.

De data recente é o trabalho que a aborda com mais profundidade e que o citado é mencionado como fonte:

MEDEIROS, Laudelino. Escola Militar de Porto Alegre.

Palegre, UFRS, 1992.

Obra que demonstra que a Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul foi fundada em 1º de janeiro de 1897 por professores da Escola Militar de Porto Alegre.

Bons partidos os advogados, médicos, fazendeiros, industriais, comerciantes etc. Casar com um oficial era viuvez e orfandade potenciais, agravada por ausência de montepio, além de ausências prolongadas do lar em função da movimentadíssima história militar do Brasil de 1822-70, caracterizada por lutas internas em todo o País e lutas externas na área do Rio da Prata, conforme procuramos demonstrar em recente artigo:

Revista da Escola Militar da Praia Vermelha 1887-89. *Ombro a ombro,* setembro 1994 (Analisamos tese de Adriana Barreto de Souza, da IFCS).

A Escola de Guerra de Porto Alegre que substituiu a extinta pelo mesmo Decreto de 1905, Escola Militar da Praia Vermelha, formou de 1900-11 aspirantes-a-oficial das Armas, transferindo-se para o Rio ao final de 1911 e funcionando com este nome e função em 1912 no Realengo, até o ano de 1913, quando são unificados cursos que funcionavam em separado na criada Escola Militar do Realengo (1913-44).

De 1909-1912, haviam funcionado unificadas no Realengo:

- A Escola de Artilharia e Engenharia e a de aplicações destas armas.
- A Escola de Guerra (que só funcionou no Rio em 1912, após concluir seus cursos e ter absorvido, em 1908, a Escola de Aplicações de Infantaria e de Cavalaria transferida do Rio Pardo).

A então Escola de Guerra de Porto Alegre formou aspirantes-a-oficiais aptos ao exercício do 1º posto na modalidade hoje praticada pela AMAN.

Em 1913, todo ensino militar acadêmico do Exército foi unificado na Escola Militar do Realengo à luz do regulamento de 1913 e só extinta em 1944 após um ano de funcionamento da AMAN, instalada, em 1º de março de 1944, há 50 anos passados, conforme o nosso *1994 AMAN Jubileu de Ouro.* Volta Redonda, 1994.

É essencial na história do ensino militar acadêmico no Exército o conhecimento sobre a projeção da Escola Militar de Porto Alegre (1853-1911) que inclui a Escola de Guerra (1906-11), assim se manifestou a UFRS na apresentação da obra do professor Laudelino Medeiros:

«A Escola Militar de Porto Alegre, cuja existência foi de mais de meio século, foi uma instituição educacional que exerceu grande influência na sociedade rio-grandense. Uma parte apreciável da oficialidade do Exército ali realizou sua formação profissional. Nomes destacados na nacionalidade, do Mal. Câmara a Góis Monteiro, frequentaram seus cursos. Não só a formação profissional se encerrava em seus muros, também atividades políticas, literárias, científicas e sociais impregnavam a atmosfera escolar e mantinham comunicação intensa com a atmosfera pública reinante na sociedade regional.»

Concluindo, a Real Academia de 1792 é a raiz histórica da AMAN, fato comprovado com pesquisas citadas do gen. Francisco de Paula de Azevedo Pondé e do prof. Paulo Pardal, no que tem concordado com outros estudiosos do tema, como os historiadores generais Lyra Tavares e Umberto Peregrino e o cel. Francisco Ruas Santos.

Propusemos, com aval do IGHMB, sob a presidência do gen. Jonas de Moraes Correia Neto, que a data de aniversário da AMAN fosse 17 de dezembro de 1792, fundação da Real Academia de 1792, ao invés de 23 de abril de 1812, a instalação da Academia Real Militar, considerada por decreto presidencial a raiz e o embrião da AMAN, tradição com 57 anos de culto.

Aprofundamos na Escola de Guerra (1906-11) em Porto Alegre e em suas repercussões relevantes na profissionalização do Exército e Reforma Militar em *História da 3<sup>a</sup> RM.* Porto Alegre, SENAI, 1994, v. 2.

CAMINHOS HISTÓRICOS ESTRATÉGICOS DE PENETRAÇÃO E POVOAMENTO DO VALE DO ALTO E MÉDIO PARAÍBA 1998

Cláudio Moreira Bento

### Introdução

A descoberta do ouro em Minas Gerais e a seguir em Cuiabá e Goiás de c. 168-1725, determinaram a abertura de caminhos para transportar em segurança para o Rio de Janeiro, seja de Minas, no tocante ao seu ouro descoberto entre 1681-1695, seja de São Paulo o ouro descoberto em Cuiabá em 1719 e o de Goiás descoberto em 1725, além de outras minas deste precioso metal e de diamantes e, em maioria descobertas por bandeirantes paulistas.

Este esforço para o estabelecimento de **caminhos** através do Vale do Alto e Médio Paraíba, ou através dele, se constituiu em fator de progressivo devassamento, povoamento, incorporação e integração da citada região ao restante do Brasil Colônia. Ao oeste, com Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais e, ao Sul, através de São Paulo, pelo Tropeirismo de Mulas e com o Nordeste, através da Bahia, capital da Colônia até 1762, ao longo do rio São Francisco "O Rio dos Currais" e mais tarde o "Rio da Integração Nacional."

Entre estes **caminhos** estratégicos históricos, focalizaremos os abaixo numerados, para facilidade didática e de referências a serviço da síntese. Outros caminhos estratégicos além destes foram focalizados por Capistrano de Abreu em **Caminhos antigos e povoamento do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora.. Briguiet,1960.

#### Caminho 1

— Caminho São Paulo - Lorena (ex vila da Piedade) de acesso paulista as minas que descobriram em Minas Gerais 1681-95. Balizado pelas atuais localidades: Mogi das Cruzes - Jacareí - São José dos Campos - Caçapava — Pinda -Taubaté (base de partida das bandeiras)- Aparecida - Guará - Lorena - Garganta do Embaú na Mantiqueira e sul de Minas .

#### Caminho 2

— Primitivo Caminho dos índios Guanás ou Caminho Velho. Um caminho anfíbio (terra - mar- terra) ligando o Rio de Janeiro com as minas de ouro de Minas Gerais e assim balizado: Rio de Janeiro - Santa Cruz - Sepetiba (por terra) - ilhas da baia de Angra dos Reis — Parati (por água) - Vila Facão (atual Cunha)- Guaratinguetá (porto Paicaré) - Lorena - Garganta do Embaú na Mantiqueira (entre Piquete e Cruzeiro atuais)e sul de Minas .

Os caminhos 1 e 2 faziam junção em Guará. Vila Facão, nome em razão da transposição da Serra do Mar para o Vale do Paraíba a serra lembrar um facão

#### Caminho 3

— Caminho Novo ou de Garcia Rodrigues (filho do bandeirante Femão Dias Pais o devassador e fundador de Minas Gerais). Caminho inicialmente balizado pelo Rio de Janeiro — travessia da Serra dos Órgãos — rio Paraíba do Sul — foz do Paraibuna — subida do Paraibuna - transposição da Mantiqueira — atual Barbacena, a bifurcação de caminhos demandando os

vales auríferos dos rios das Mortes e das Velhas. Ao longo dele surgiu Paraíba do Sul povoado que se desenvolveu em tomo da fazenda onde se estabeleceu Garcia Rodrigues, ponto de partida de povoamento de áreas adjacentes.

#### Caminho 4

— Caminho Novo ou Caminho Vila da Piedade (Lorena atual) -Fazenda Santa Cruz -Rio de Janeiro. Caminho também chamado de Via Cezarea (em São José do Barreiro) e balizado por Lorena - Silveiras - São José do Barreiro - Bananal -Serra das Araras - São João Marcos (Vila do Príncipe hoje inundada por represa no Ribeirão das Lages)- Seropédica - Santa Cruz - Rio de Janeiro

Caminho idealizado para "escoar os quintos de ouro devidos ao governo vindos de Mato Grosso e Goiás através de São Paulo e, por terra, até o Rio de Janeiro, livre da ameaça de piratas e corsários e de acidentes marítimos.

Estes caminhos históricos estratégicos evoluíram para as atuais vias de transportes retificadas e melhoradas, ao longo de mais de um século .Ou seja: Os caminhos 1 e 4 resultaram na moderna rodovia Marechal Dutra ligando Rio - São Paulo e a mais importante do Brasil hoje explorada pela Nova Dutra. .0 Caminho 3 resultou na atual Br 3 ligando o Rio de Janeiro a Belo Horizonte.

O Caminho 2 o primitivo Caminho dos Guanás, perdeu sua expressão pelo desenvolvimento tecnológico, sendo substituído hoje, pela rodovia turística São José dos Campos — Porto de São Sebastião. E ,até hoje, o acesso Parati — Cunha ainda é muito difícil .

O primitivo Caminho Novo que uniu Rio — São Paulo por terra ,de 1785-1873 e que teve dias gloriosos com o café plantado ao longo dele ,entrou em decadência com a ligação ferroviária Rio- São Paulo no anos 70 do século passado .Nos anos 20 deste século, com o surto rodoviário então inaugurado pelo presidente Washington Luiz com seu lema "Governar e construir estradas" ele teve duas décadas de movimento até ser inaugurada a Via Dutra em 1950.0 esgotamento das terras pelo café e mais a ferrovia Rio-São Paulo e em 1950 a Via Dutra, determinaram a decadência do primitivo Caminho 4, onde, em 1932, a fronteira Rio — São Paulo foi cenário de renhidos combates entre revolucionários de 32 e governistas com seu Quartel General em Resende. Foi sobre o primitivo Caminho 4 que em 1842, em Silveiras, governistas da Policiai da Corte , enviados do Rio de Janeiro e infiltrados através do Caminho 2 bateram os revolucionários em Silveiras em Trincheiras.

Os primitivos Caminhos 1, 3 e 4 se transformaram nos dois mais importantes eixos estratégicos terrestres ligando as capitais São Paulo — Rio de Janeiro — Belo Horizonte e Brasília — vértices do Quadrilátero do Poder Nacional.

A importância destes caminhos históricos estratégicos foi num crescendo durante o Ciclo do Ouro e continuou no vale do Alto e Médio Paraíba durante o Ciclo de Café iniciado, repetimos, em Resende .Ciclo que obrigou a abertura e exploração de caminhos ligando por terra, através de passagens na Serra do Mar, o Vale do Paraíba até os portos de Angra dos Reis e Parati. Isto para escoar em lombo de mulas de c 1800-1863, o café valeparaibano para os portos de Angra dos Reis, Parati e deles para o exterior, até a construção das ferrovia Rio - São Paulo na citada década de 70 do século passado.

Por cerca de uma década 1860-73, o café produzido em Resende e adjacências foi escoado via fluvial pelo Paraíba até as pontas dos trilhos da ferrovia Pirai - Rio.

Ao longo dos Caminho 4 e do 3 foram decididas, nas alturas das fronteiras Rio de Janeiro com São Paulo e Rio de Janeiro com Minas Gerais no Vale do Médio Paraíba, a sorte das revoluções de 1842 e 1964. E no Caminho 3 ,no Vale do Paraíba mineiro ,a sorte da revolução de 30 partida de também de Minas com destino ao Rio de Janeiro, bem como também a revolução de 1964 E no Caminho 4, na Fronteira Rio de Janeiro - São Paulo, na altura de Resende Itatiaia, foi decidida a sorte da Revolução de 32, o que dá a medida da importância estratégica militar dos citados caminhos. Confirmar é obra de simples raciocínio e verificação!

## Cronologia dos caminhos históricos estratégicos

Para um melhor entendimento da projeção histórica dos 4 caminhos históricos estratégicos focalizados, recorreremos à Cronologia, disciplina auxiliar da História ,balizando fatos direta e indiretamente a eles ligados para que o leitor e o pesquisador interessados, as enriqueçam com as suas reflexões ilações e conclusões pessoais.

Trataremos de preferência as localidades por suas denominações atuais, sendo que as denominações primitivas constam da bibliografia.

Trataremos os caminhos por seus números que convencionamos na Introdução para maior facilidade de referências.

Traduziremos em linguagem atual o sentido dos documentos antigos que transcreveremos no todo ou em parte. Documentos também constantes da bibliografia consultada.

## Cronologia

1565-João Ramalho iniciou o devassamento do vale do Paraíba paulista até Lorena (antiga Vila da Piedade), combatendo índios que ameaçavam São Paulo .Deu início ao balizamento do **Caminho 1.** 

1597-Martim Correia de Sá, saindo do Rio de Janeiro com 700 portugueses e 2.000 índios, percorreu o **Caminho 2** e atingiu o Sul de Minas.

1624-1654 Holandeses invadem o Nordeste e tem lugar as Guerras Holandesas no Nordeste, por 30 anos.

1674-1681 Fernão Dias Pais Leme partiu de São Paulo ao longo do **Caminho** í com a sua bandeira e atingiu Sabará .Descobriu ouro e diamantes e devassou e fundou Minas Gerais, onde integrou o Sudeste do Brasil com o Nordeste através do rio São Francisco até Salvador, capital da Colônia. 1680 — Expedição marítima do Rio de Janeiro fundou Colônia do Sacramento defronte a Buenos Aires ,e por cuja posse Portugal e Espanha lutaram militar e diplomaticamente por 97 anos, com reflexos no Sudeste .

1688 — Paulistas santistas fundam Laguna em Santa Catarina.

- 1690 Documento em tomo desta data refere: Descoberto o ouro em Minas e divulgada a sua existência, logo os paulistas seguiram para lá pelo (Caminho 1) e os do Rio de Janeiro logo fizeram caminho para as minas pelo (Caminho 2), ou dos Guanás.
  - 1694 Foram descobertas as minas de ouro de Vila Rica (Ouro Preto).
- 1698- O Capitão General da Capitania do Rio de Janeiro solicitou a Garcia Rodrigues que abrisse um caminho (Caminho 3) ligando a Baia da Guanabara aos Campos Gerais e minas de Ouro Preto, Sabará etc, sem o risco do inimigo no mar (perigo de corsários e piratas no trecho Parati Sepetiba, passagem obrigatória do ouro levado para o Rio pelos Caminhos 1 e 2.).
- 1700 As minas de ouro de Minas são atingidas pela fome em razão das fortes chuvas as isolarem de sua base abastecedora, a Bahia,através do rio São Francisco. E assim retratou a tragédia Lima Junior em A Capitania de Minas Gerais...:

A fome atingiu Ouro Preto, os gêneros alimentícios custavam cifras altíssimas e eram raros. A fome foi agravada por uma epidemia de varíola que devastou vários arraiais. Os animais eram vigiados para não serem devorados pelos famintos. As cheias dos rios, em 1699 e 1701, agravaram a fome, impedindo a chegada de alimentos. Começou o êxodo dos famintos que caiam de fome em caminho. Lembra a tragédia o local Campo das Caveiras onde foram encontradas milhares delas dos que tentavam fugir da fome em Ouro Preto .Os viajantes eram assaltados por famintos que morriam aos magotes de espada e tiro ao primeiro embate .Foi um quadro aterrador !

- 1700 Tem lugar uma grande Corrida do Ouro para Minas Gerais. De todos os locais do Brasil e de Portugal migram enormes massas humanas para explorarem o ouro e diamantes lá descobertos .
- 1708-1709 Tem lugar a Guerra dos Emboabas. Ou de migrantes (emboabas) de Portugal e de várias partes do Brasil contra os paulistas que haviam devassado, descoberto e exploravam a minas .Os paulistas foram derrotados e Minas Gerais saiu da jurisdição paulista .Guerra que a **História do Exército** focaliza em seu v 1 (p.307).
- 1709 De set-out. os **Caminhos 1 e 2** foram percorridos, de ida e volta, por expedição militar paulista hierarquizada ,forte de 1300 homens, divididos em companhias de Infantaria e piquetes de Cavalaria e ao comando de Amador Bueno,Visavam uma revanche de derrota que os emboabas impuseram aos paulistas no Capão da Traição. Depois de renhidos combates se retiraram face a forte resistência encontrada, organizada previamente ao saberem da expedição vingadora.
- 1709 Portugal para não ficar despovoado proibiu migrações para Minas. Sua proibição é desobedecida .Se esvaziam São Paulo >Rio de Janeiro e Nordeste cujas populações se dirigem em corrida de ouro para Minas Gerais.
- 1710 O corsário francês Du Clerc invadiu o Rio de Janeiro. Foi derrotado, preso e morto misteriosamente. Garcia Rodrigues salvou o Tesouro do Governo no rio, transportando-o para lugar seguro na Serra da Mantiqueira no **Caminho 3**, o que lhe valeu, por Alvará de 16 set 1715, o direito de fundar uma vila numa passagem do rio Paraíba ,o que aconteceria 86 anos mais

tarde, com a fundação de Resende em 1801 de que era donatário seu neto Cel Fernando, como adiante se verá e que herdou o direito do avô.

- 1710 Paulistas de Taubaté e Guará ,ao conhecerem a invasão do Rio desceram pelo **Caminho 2** para o litoral ,para lutar contra Du Clerc, o que causou grande alegria ao Rei que agradeceu em carta a solidariedade paulista.
- 1711 0 corsário francês Du Guay Trouin invadiu o Rio de Janeiro. Retirou-se a aproximação de coluna ao comando do Capitão General de Minas Gerais que desceu ao Rio pelo **Caminho 3**, com forte tropa que reuniu.
- 1711—Novo decreto tenta estancar em Portugal a Corrida do Ouro para Minas , mas sem grandes resultados .
- 1711— São criadas a vilas de Mariana, Ouro Preto e Sabará, onde se localizavam as ricas minas de Minas Gerais, tal o progresso que atingem.
  - 1713—E criada a vila de São João dei Rei, local de ricas minas de ouro.
- 1717 O Capitão General do Rio de Janeiro viajou a Minas pelo **Caminho 2** e observou:

Que em Parati havia um capitão Lourenço Carvalho, casado com uma mulata que possuía 300 escravos que transportavam Serra do Mar acima, até Guaratinguetá (porto Paicaré) cargas, pois no **Caminho 2**, não podiam ser usados cavalos em razão da aspereza do caminho. Levou 5 dias de Parati ao Vale do Paraíba e 20 dali até as primeiras minas do Ribeirão das Mortes (rio das Mortes)

- 1719 Portugal reitera proibição de migração portuguesa para o Brasil.
- 1719 Descobertas as minas de ouro em Cuiabá, por bandeirantes.
- 1719 Veio de Portugal uma companhia de Dragões ,com 41 homens, para apoiar a manutenção da ordem em Minas Gerais e Jogo a seguir, uma 2ª Companhia e só em 1735 a 3ª- originando o Regimento de Dragões de Minas.
  - 1720—Foi criada a capitania de Minas Gerais desligada da de São Paulo.
- 1721— Revolta de Vila Rica(Ouro Preto) esmagada pelos Dragões e o seu líder, Felipe dos Santos, foi enforcado e esquartejado por crime de lesa majestade. Foi uma manifestação nativista.
- 1723 Frei Agostinho de Santa Maria observou em viagem pelo Caminho 2: Que Parati virá a ser muito populosa pelos muitos negócios e comércio que nela existem .Pois é porto de mar aonde chegam pessoas de Jacareí, Guaratinguetá, Pindamonhangaba, Munhungava e Taubaté. Pessoas estas que descem ao porto de Parati para comprarem sal, azeite, vinho e tudo o mais. Ali vem ter igualmente muitos moradores das Minas com ouro para negociar, como de Parati partem muitas pessoas (Caminho 2) que vem do Rio de Janeiro com destino as minas de ouro.
- 1725 São criadas as casas de fundição de ouro de Vila Rica (Ouro Preto), Sabará ,São João dei Rei e Vila do Príncipe em Minas Gerais e extintas em 1736, reabertas em 1851 e extintas em, definitivo em 1803 .Em 1725 foi aberta em Ouro Preto uma Casa da Moeda que foi extinta em 1736.Neste período funcionou uma casa de moeda falsa em Paraobeba 1730 e outra em

Tijuco (Diamantina) 1732(Segundo o gen Severino Sombra em sua **História Monetária do Brasil).** 

1725 — Laguna - SC mandou uma expedição que permaneceu longo tempo em São José do Norte atual, visando a exploração do gado vacum selvagem existente no Rio Grande e Uruguai atuais Foi a Frota de João de Magalhães, marco do povoamento português do atual Rio Grande do Sul. Tem inicio o período áureo de tropeadas de gado vacum das campanhas do Uruguai e gaúchas para Laguna .E na esteira dos tropeiros surgem ao longo do litoral gaúcho invemadas de passagem e pouco depois lagunenses se infiltram e se radicam com estancieiros em tomo de Porto Alegre atual. Paulistas passam a explorar as vacarias existentes no Sul, com vistas a abastecer as minas de Mato Grosso Goiás e Minas Gerais, ligando assim as minas de ouro e diamantes à exploração do gado selvagem ou chimarrão existente no extremo Sul.

1725 — O bandeirante Anhanguera descobre minas de ouro em Goiás.

1725 — O Capitão General de São Paulo determina a abertura do (Caminho 4): Vila da Piedade( Lorena atual) Fazenda Santa Cruz -(Rio de Janeiro 'para ligar São Paulo ao Rio de Janeiro por terra para o transporte, em segurança ,dos quintos de ouro de Mato Grosso e Goiás para o Rio de Janeiro, a salvo da intervenção de piratas e corsários pelo litoral '.Veja-se os ataques de Du Clerc e Du Gay Troin em 1710 e 1711 ao Rio de Janeiro. Caminho origem da antiga rodovia Rio São Paulo, que entrou em declínio com a abertura da Via Dutra em 1950. Caminho 4 que foi assim balizado logo que aberto em 1778:

Lorena - Cachoeira Paulista (viagem amena junto ao Paraíba e suas planícies). Cachoeira Paulista - Silveiras (caminho galga região de montanhas suaves de cumes arredondados), Silveiras — Areias (terras altas cortando matas compactas e sombrias, tendo-se de atravessar os córregos Melado, Estiva e rio Itagaçaba). Areias — São José do Barreiro (toma-se a direção sudeste com travessias dos ribeirões Santana ,Pau d' Alho e o Barreiro).São José do Barreiro - Bananal (Travessia dos ribeirões Feio, Formoso, Cachoeira, Barreiro, Alambari,Turvo, e Bananal).Bananal — São João Marcos (Tomando o rumo sudeste travessia dos ribeirões Pirapitinga e Carioca. Contorna-se o morro do Frade, ultrapassagem do vale do rio Piraí e daí em diante,seguindo por íngreme caminho na Serra das Araras, dela se desce contornando os flancos dos morros, tendo a esquerda abismos de mataria no fundo de longas escarpas e ,descendo, com vagar e cuidado, até atingir-se São João Marcos) São João Marcos — Fazenda de Santa Cruz (com travessia dos rios Itaguaí e Guandu, em terreno de planície litorânea da Baixada Fluminense .

E foi ao longo deste caminho difícil que surgiram as localidades vale paraibanas de Cachoeira Paulista, Silveiras, Queluz, Areias, São José do Barreiro, Formoso, Bananal e São João Marcos (antiga Vila do Príncipe e hoje inundada por represa do Ribeirão das Lages).

Este caminho foi aberto pela iniciativa privada por ordem do Governo de São Paulo e sofrendo forte oposição:

a) Do Governo do Rio de Janeiro em defesa de interesses de Angra dos Reis e Parati, sob o argumento de impedir a construção de uma caminho terrestre ligando Parati - Angra dos Reis - Sepetiba - Santa Cruz - Rio de Janeiro a salvo de ações de corsários.

- b) Do Governo de Minas Gerais que pretendia estender o **Caminho 3** até Goiás e Mato Grosso e por .ele conduzir o ouro sem passar por São Paulo.
- 1727 O tropeiro Francisco Souza Faria abriu um caminho mais direto do Rio Grande do Sul atual para atingir São Paulo e de lá abastecer as minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Caminho litorâneo até Araranguá quando dali atingia Lages atual, Lapa, seguia por Curitiba, Castro no dorso da Serra Geral até atingir Sorocaba, entreposto de distribuição dos produtos carreados do Sul .Caminho que foi concluído pelo tropeiro cel Ordenanças Cristovão Pereira de Abreu que de uma feita conduziu através deste caminho 3.000 animais que tomaram o destino das minas de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

O Ciclo do Ouro no Brasil coincidiu em linhas gerais com o término do Ciclo da Prata no Peru que era transportada no lombo de mulas por tropeiros espanhóis, até o mar do Caribe. Com a descoberta de ouro em Minas, Mato Grosso e Goiás muitos destes tropeiros espanhóis se voltaram para explorar o abastecimento das minas de ouro e diamantes. Exemplo disto foi o do tropeiro espanhol Bartolomeu Chevar que conduziu dos atuais campos rio grandenses, uruguaios e argentinos para a região aurífera mineira, em 1754, 3.780 cabeças de muares usando os **Caminho 1** e parte do **Caminho 2**.

O lucro dos tropeiros de mulas vindos de Colônia do Sacramento portuguesa e mesmo das províncias argentinas atuais de Corrientes e Entre Rios avoluma-se a partir de 1733. E é compensador, mesmo pagos os impostos .E seu comércio cresce na mesma proporção da produção de ouro e diamantes .São Paulo e Minas são proibidos de criarem mulas pois se concorressem com o Sul seria um golpe no povoamento e defesa do Rio Grande do Sul .Segundo Guilhermino Cezar:

"....O Tropeiro de mulas desvendou os mistérios do Rio Grande, afugentou ou aliciou o índio ,abriu caminhos, formou invernadas e estâncias e ligou entre si áreas econômicas distintas, como a pecuária extrativa sulina ,com mineração de ouro e diamantes no Sudeste e Centro Oeste, para onde transportou vacuns de corte e de cria, couros e principalmente mulas de sela e de carga e impôs aos portugueses objetividade na questão de dilatação e defesa de nossas fronteiras

## Para Pandiá Calógeras em Res Nostra:

Os tropeiros e seus auxiliares representavam uma aristocracia. Nos tempos do apogeu do tropeirismo, o dono da tropa era personagem de destaque.... "

1728-Foi criada uma Casa de Fundição de Ouro em São Paulo que foi extinta em 1736,recriada em 1851,extinta em 1762, recriada e, 1788 e extinta em 1819, segundo o gen Severino Sombra em **Carta Monetária do Brasil Colonial.** 

1732-36 Lagunenses se estabelecem com estâncias em tomo de Porto Alegre atual e continuam a explorar o Rio Grande do Sul atual e a fornecer gado de corte e de cria, bem como muares de sela e carga e cavalos para o Sudeste e Centro Oeste. Estância tem o sentido aí de permanência num lugar,

Quem recebia a terra tinha o compromisso de uma permanência mínima na mesma, ou de estância mínima ,estar num lugar por um tempo mínimo .Daí o nome de estância dado as grandes propriedades pecuárias sulinas .Origina-se desta época o nome do Rio Grande do Sul chamado de Rio Grande do Sul para distingui-lo do rio Grande ,formador do Triângulo Mineiro, onde existia um Registro por onde passavam riquezas das e para a minas de ouro de Goiás e Cuiabá. Com o tempo foi suprimido o e ficou só Rio Grande do Sul.

- 1733 O gen Gomes Freire de Andrade foi nomeado Governador e Capitão General do Rio de Janeiro, função que exerceria por 30 anos seguindo orientação geopolítica do Marquês de Pombal e de Alexandre de Gusmão.
- 1737 Foi fundado o Rio Grande do Sul por expedição naval ao comando do Brigadeiro José da Silva Pais que foi recebido em Rio Grande atual por tropeiros locais que forneceram um contingente para o futuro Regimento de Dragões do Rio Grande. Participaram desta expedição 41 Dragões de Minas que passaram a guarnecer guarda no arroio Chuí e um pelotão de Infantaria que passou a guarnecer um fortim então levantado em São Miguel. Até então a estratégia portuguesa era a de infiltrar lentamente, por terra, povoadores portugueses do Rio Grande, terra de ninguém. Dragões de Minas que originariam o Regimento de Dragões do Rio Grande criado em 1739.

Isto era para prevenir outro surto expansionista jesuítico que com suas missões Tape, Guaira e Itatins ameaçaram, em sua expansão para o Leste, separar os atuais Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná do restante do Brasil.

- 1738 Foi criada a capitania subalterna de Santa Catarina subordinada ao Rio de Janeiro, sob o comando de Silva Pais que até 1741 transformou a ilha numa base militar naval terrestre bem fortificada, para melhor apoiar a Colônia do Sacramento, disputada a ferro e fogo por Portugal e Espanha.
- 1739 Foi fundado o povoado de São João Marcos, hoje inundado pela represa do Ribeirão das Lages, localidade que seria séria rival política de Resende por longos anos.
- 1744 Bandeira vinda das minas de Airuoca, ao comando do ten cel de Ordenanças do Regimento de Mogi das Cruzes Jacareí, descobriu Resende atual, então chamada N.S da Conceição do Campo Alegre da Paraíba Nova, logo a seguir capela e freguesia subordinada a São Paulo.
- 1744 São desbravadas as regiões onde hoje se erguem Barra Mansa e Volta Redonda, pelos descobridores de Resende, vindos de Airuoca Minas.
- 1745 Foi aberto pela iniciativa privada um caminho Airuoca Campo Alegre (Resende atual) Barra Mansa Serra das Araras Santa Cruz Rio de Janeiro. Seu uso foi proibido para prevenir o descaminho de ouro e contrariar interesses do comércio de Angra dos Reis e Parati e dos moradores do **Caminho 3. O Caminho 4** demoraria 40 anos a passar perto de Resende atual.
- 1746 São Paulo perde o status de Capitania
- 1748 Mato Grosso foi elevado a Capitania independente, dada a sua importância econômica crescente e nela criada uma Companhia de Dragões.

1752-54 —Tem lugar no Rio Grande do Sul a Guerra Guaranítica entre os exércitos de Portugal e Espanha demarcadores do Tratado de Madri de 1750 e os índios dos Sete Povos das Missões, liderados pelos jesuítas. Este foram derrotados em Caiboaté e Churieby.

Neste mesmo período entraram no Rio Grande cerca de 585 casais de açorianos destinados a substituir nos Sete povos das Missões índios missioneiros que deviam evacuá-los pelo Tratado de Madri de 1750.

- 1755 Lisboa foi atingida por violentíssimo e destruidor terremoto.
- 1759 O Marquês de Pombal expulsou de Portugal e de seus domínios os jesuítas pela resistência que opuseram nos Sete Povos, O Colégio de Santa Cruz (atual quartel do Batalhão Escola de Engenharia) passou a ser residência dos vice reis e assim eliminada a resistência jesuítica a abertura do **Caminho 4** Rio São Paulo .Jesuítas que haviam em época diversas criado os seguintes atrativos econômicos no Sul:
- 1— índios aldeados em suas reduções 1627-41 que foram preiados por bandeirantes, para compensar o estancamento da entrada de escravos, cujas fontes foram dominadas pelos holandeses que ocuparam o Nordeste 1624-54.
- 2 Gado vacum que jesuítas semearam em suas 11 estâncias no Rio Grande e Entre Rios se tomaram poderoso atrativo econômico para o Sudeste e Centro Oeste, no abastecimento de boca dos mineiros de ouro e diamantes e movimentação das mesmas e transportes em muares decorrentes .
- 1762 Foi criado em 27 janeiro o Vice Reino do Brasil com sede no Rio de Janeiro que substituiu Salvador como a capital do Brasil Colônia. Deslocouse o Poder da Colônia para fazer frente a ameaças espanholas no Sul do Brasil e melhor proteger o ouro que ali era embarcado para Portugal
- 1763 Forte Exército espanhol, mao comando do gen Pedro Ceballos invadiu o Rio Grande do Sul pelo litoral e conquistou a vila de Rio Grande que dominariam por 13 anos. Esta invasão dispersou por diversos locais os imigrantes açorianos e em particular ao longo do rio Jacui.
- 1763 São Paulo retoma ao status de Capitania, para melhor apoiar militarmente o Rio Grande do Sul invadido pelos espanhóis.
- 1765 O clima é de guerra nas fronteiras do Sul e do Oeste. Situação que perduraria pelos próximos 11 anos .A construção do **Caminho 4** Rio São Paulo sofre percalços pala ação das intempéries, falta de recursos, de povoadores e de vontade política e pelas oposições já referidas.
- 1765 Assume a paróquia da freguesia de Resende atual, o padre Henrique José de Carvalho que se toma um grande opositor do traçado do **Caminho 4** e propõe uma variante passando por Resende atual.
- 1766 O Colégio de Santa Cruz, expulsos os jesuítas do Brasil passou a ser residência de verão do Vice Rei. Sua posição então era estratégica e de acesso ao Rio de Janeiro pelos **Caminhos 1 e 3** e pelo projetado **Caminho 4.**
- 1767 Paulistas dão inicio a construção da Fortaleza N.S dos Prazeres do Iguatemi, no sul do atual Mato Grosso do Sul atual .Empreendimento em região insalubre que consumiria preciosas vidas de seus defensores paulistas.
  - 1772—Fundada a atual cidade de Porto Alegre por Provisão de 26 março.

1772 — Foi estabelecido um Correio Militar ao longo do Caminho 4.

Em cada parada criada devia estar pronto para transportar as malas postais para a seguinte, um oficial e 4 ordenanças .As paradas eram em Mogi das Cruzes, Jacareí Taubaté Pinda e Guará .Este serviço ganhou em 1792 em Lorena, uma sala para abrigo, como segurança, das malas postais., Este serviço foi estatal por mais de50 anos, tomando-se privado em 1815, Havia um Correio alternativo pelo **Caminho 1,** sendo que em Cunha existia a única tropa de Cavalaria de Milícias para agilizar as comunicações Rio - São Paulo e deste com o Sul em guerra e, particularmente no período 1774-78.

- 1774 Tem início em Minas Gerais o célebre Colégio do Caraça, nome originário das montanhas circundantes lembrarem enorme caras humanas .
- 1775 O **Caminho 4** não reunia condições de conforto para viagens. Guará e Lorena eram paradas obrigatórias de viajantes do **Caminho 4**.
- 1775 Reconquistado o Forte São Martinho ao norte de Santa Maria atual, aos espanhóis e que era chave de acesso aos Sete Povos das Missões.
  - 1775—Foi construído o Forte de Coimbra na Fronteira com o Paraguai.
- 1775 O novo Capitão General de São Paulo Gen Martim Lobo de Saldanha viajou do Rio a São Paulo pelos **Caminho 2** anfíbio, e **Caminho 1**, numa viagem de 17 dias .Fez o seguinte itinerário: Rio Sepetiba ilha das Pescarias ilha Paracuca ilha Grande ilha Gipóia Parati (viagem em canoas com ventos e mau tempo). Parati- sopé da Serra do Mar (subida da serra em grande parte a pé pela aspereza do caminho) Aparição Vila Facão(Cunha atual)- Paraipitinga Guaratinguetá Aparecida Pinda -Taubaté-São José(dos Campos)-('....Que só é vila porque os moradores são índios e se acham dispersos pelas roças.,.')-Jacareí Mogi das Cruzes São Paulo .Não usou o **Caminho 4** ('....por não adequado e não oferecer conforto....). A ele caberia concluir o **Caminho 4** nos próximos 3 anos .

1775-76 O padre Carvalho citado', vigário de Resende atual solicitou ao Capitão General de São Paulo Gen Lobo de Saldanha, para reabrir o caminho Airuoca - Resende - Barra Mansa atual - Serra das Araras, o que lhe foi negado ,surgindo ,como compensação ,a idéia de uma variante ao **Caminho 4** passando por Resende e que atingisse o Rio, deixando São João Marcos fora dele. O Governo de São Paulo autorizou a variante. E teve lugar uma série de oposições e boicotes a idéia do padre Carvalho, lideradas por autoridades de Guará e São João Marcos. E a variante foi iniciada em meio a estrepitosa controvérsia que resultou em prisões e obrigatoriedade dos seus construtores não retomarem a Taubaté antes de que a variante não fosse construída .0 Governo de São Paulo do Gen Lopo Saldanha, confuso com a argumentação dos interesses em conflito, seguiu o parecer do Ouvidor Geral ,depois de muitas marchas e contramarchas no caso .Ou seja:

O Caminho 4 "....por São João Marcos é mais curto. Evita infinitos alagadiços e não necessita passar pela freguesia de Santana (a dos Tocos, hoje sob a represa do Funil ?) e por Paraíba Nova (Resende atual. Não concederei aos moradores de Santana dos Tocos e de Paraíba Nova

(Resende) os privilégios prometidos os quais dou por quebrados e sem nenhum vigor, por ser Santana (dos Tocos) coito de criminosos e de homens de má consciência que nela se refugiaram .E casso as prerrogativas e faculdades que dei ao padre José Henrique de Carvalho, de Campo Alegre (atual Resende) e pedindo-lhe a devolução das Ordens e Portarias sobre o assunto...."

O padre Carvalho resistiu até aonde lhe foi possível, não devolvendo os trabalhadores paulistas e as Ordens e Portarias solicitadas pelo Governo de São Paulo .E nesta oposição ele foi apoiado pelo Governo de Minas .Gastou muito com a variante ,sendo indenizado pelo governo de São Paulo que ordenou a prisão dos opositores do **Caminho 4** sem a variante por Resende O padre Carvalho reagiu e denunciou ao Vice Rei que paulistas estavam invadindo, sem permissão, terras do Rio de Janeiro e solicitou prisão para eles. E anunciou que prenderia os paulistas que ultrapassassem o rio Piraí, sem a permissão do Vice Rei, quando teria ameaçado de morte o construtor do **Caminho 4.** O Governo de São Paulo argumentou, em carta, ao Padre Carvalho sobre os inconvenientes da variante pretendida por Resende:

"....O caminho é sempre perigoso, especialmente na estação das chuvas em razão dos ribeirões que ele atravessa encherem e não permitirem passagem .Que mesmo na estiagem em várias travessias, os cavalos são obrigados a nadarem e em outras os cargueiros serem descarregados e os cavalos de sela terem de serem tracionados pelas rédeas, com muito cuidado para não caírem no rio.

Que neste projeto de variante por Resende só se podia ver enganos e interesses particulares e que todas as pessoas de experiência e sérias informam que o **Caminho 4** em construção é mais curto , mais direto e mais livre dos mencionados inconvenientes, por retificar uma grande curva ,evitar muitas lagoas e mais 3 dias de viagem, acrescidos pela variante que atravessaria os numerosos afluentes do rio Paraíba em seus baixos cursos como os ribeirões Vermelho, Santana, Barreiro, Bananal e Piraí, sendo preferível atravessá-los em suas cabeceiras sem a necessidade de recorrer-se a canoas...."

- 1776 Os espanhóis foram expulsos do Rio Grande do Sul pelo Exército do Sul mobilizado com recursos de todo o Brasil. Fim de uma dominação que durou 13 anos .e para qual todo o Brasil concorreu .
- 1776 Espanhóis partidos de Assunção conquistam a Fortaleza N.S dos Prazeres do Iguatemi construída pelos paulistas, para fixar efetivos espanhóis que poderíam reforçar a frente Sul.
- 1777 Expedição ao comando do gen Pedro Ceballos Vice Rei do Rio da Prata, vinda da Espanha, conquista a ilha de Santa Catarina, fracassa em sua tentativa de atacar o Rio Grande do Sul e conquista definitivamente Colônia do Sacramento.
- 1777 —Tratado de Santo Ildelfonso devolve Santa Catarina a Portugal e consagra a posse espanhola dos Sete Povos e de Colônia do Sacramento, portanto lesivo aos interesses de Portugal.
  - 1777 Foi mandado fechar o caminho rio Paraíba Piquete atual -

Delfim Moreira atual - Pouso Alto - Baependi, para prevenir descaminho de ouro e por onde transitavam'... criminosos e índios fugidos...'

Lorena era convergência do Caminho Velho (Caminho 2) com o Caminho 1 (São Paulo - Lorena) e que dela demandavam a Garganta do Embaú na Mantiqueira, que dava acesso à região aurífera, a qual só podia ser atingida legalmente por Lorena, que só passou a chamar-se assim em 1788 .Antes era vila da Piedade .Lorena foi um capitão general paulista que era filho natural do rei D. José , segundo consta .

1778 — Foi fundada a povoação de Corumbá em Mato Grosso.

1778 — Foi concluído o **Caminho 4** na largura ordenada "**de um tiro de pistola** ,"E o Governador de São Paulo Gen Lopo Saldanha escreveu a Guará:

"Devo assegurar que para satisfazer a minha vaidade, basta-me haver aberto o **(Caminho 4)** entre o Rio de Janeiro e São Paulo o que há 40 anos se tentava-se sem conseguir-se."

E neste ano pela primeira vez foram transportados de São Paulo para o Rio de Janeiro os **quintos de ouro de El Rei.** 

Em realidade, este Caminho Novo (Caminho 4) foi aberto de 1725-78 durante 53 anos. Caminho 4 que unido com o Caminho 1 resultaria na Via Dutra hoje explorado pela iniciativa privada pela Nova Dutra.

As dificuldades para a sua abertura em 53 anos resultaram:

- Da precariedade de recursos técnicos e econômicos.
- Dos numerosos e variados obstáculos naturais a serem vencidos com os precaríssimos recursos técnicos da época.
- —A oposição de Parati, de Angra dos Reis, e ilha Grande e dos governos do Rio de janeiro e de Minas Gerais, dos jesuítas do Colégio de Santa Cruz e do vigário de Paraíba Nova (Resende).

A contrariedade deste com o abandono da variante por Resende atual resultaria em ele ter conseguido transferir a então Freguesia da Paraíba Nova (Resende) da jurisdição paulista para a do Rio de Janeiro ou do Vice Rei.

- —A crise de 17 anos decorrente da extinção da Capitania de São Paulo.
- Da obra ser tocada pela iniciativa privada empobrecida.

Paulo Reis que aprofundou no estudo deste Caminho 4 e na sua obra relacionada na bibliografia fez uma Ressalva a p. 109 mencionando informe ou murmúrios de Saint Hilaire em 1822 ,sem base em fontes primárias que a variante fora abandonada por terem os moradores de São João Marcos que ficariam fora dela, pago 3.000 cruzados ai Intendente de Polícia Paulo Fernandes Viana o que vinha de encontro ao construtor do Caminho Cap Mór de Guaratinguetá Manuel da Silva Reis que possuía terras em Areias e Bananal fora da variante por Resende. E para esta versão faltam elementos.

Este **Caminho 4** combinado com **Caminho 1** foi fundamental para o desbravamento e povoamento do Alto e Médio Vale do Paraíba que pouco mais tarde acolheria o Ciclo do Café .

1779 — Tem início em Pelotas atual,a indústria do charque ou saladeril do Brasil, que passa a alimentar com carne bovina seca e salgada, concentrações escravas no Sudeste, incluindo as minas e no Nordeste na industria canavieira

e as guarnições de navios, pela praticidade de sua conservação, transporte e preço acessível, inaugurando o Ciclo do Charque, segundo Alvarino F. Marques em **Episódios do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: F.DIGAL, 1987. Obra que aborda este assunto com profundidade. Charque que iria alimentar expressivamente a lavoura do café que deu origem, quase ao mesmo tempo ao Ciclo do Café, ao longo dos **Caminhos 4 e 1.** 

- 1782 O Vice Rei determinou ao Capitão Joaquim Xavier Curado, do atual Batalhão Sampaio, que organizasse uma força militar com os fazendeiros e moradores de Resende para expulsar da região índios bravios vindos de Minas que estavam agredindo e expulsando fazendeiros da margem esquerda do Paraíba e maltratando e humilhando os Puris,habitantes ,da região que deviam ser aldeados em São Luiz Beltrão (atual Fumaça), do que ele se desincumbiu muito bem afugentando o índios hostis e aldeando os Puris ,aos quais distribuiu terras e criou condições de segurança a região .
- 1789 Inconfidências carioca e mineira reprimidas corpo suplício de Tiradentes à forca, com seu esquartejamento e espalhamento de partes de seu corpo ao longo do **Caminho 3** Rio Minas, por onde ele havia escoltado remessas de quintos reais para o Rio de Janeiro, como alferes do Exército Colonial
- 1792 Criação pelo Vice Rei Conde de Resende no aniversário da Rainha d. Maria I e sob a égide do príncipe Regente D. João, na Casa do Trem (atual Museu Histórico Nacional) da Real Academia de Artilharia Fortificação e Desenho, destinada a formar no Brasil oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e, Engenheiros militares e civis. Academia que se constituiu A Pioneira do ensino militar acadêmico nas Américas e do Ensino Superior Civil no Brasil. West Point nos EUA a 2ª Academia fundada, data de 1801. De 1792-1800 verifica-se forte surto migratório para o Rio Grande do Sul dos Caminhos 1,2 e 4, em razão da prosperidade sulina com as charqueadas inclusive, com a previsível expansão de sua fronteira pecuária, no após guerra 1763-76, decorrente da expulsão dos espanhóis do Rio Grande. Serve de amostragem obra de Ilka Neves. Primeiros povoadores e batismos em Canguçu RS 1800-13. Pelotas:Editora UFPelotas, 1998, com nossa apresentação.
- 1800 Por volta deste ano a primitiva Paraíba Nova (atual Resende)toma-se pioneira do Ciclo do Café inaugurado no Brasil e ao longo do Caminho Airuoca Resende com mudas de café trazidas da fazenda Mendanha no Rio de Janeiro pelo padre Antônio do Couto da Fonseca. E dali se espalhou pelo Brasil. Assim existem registros em Resende que em 2 mai 1802, o gaúcho capitão Miguel Pedroso Barreto natural de Triunfo RS e 1º Tabelião de Resende e filho de um dos conquistadores da Fortaleza de Santa Tecla em Bagé atual, vendeu dois cafezais nas cabeceiras do ribeirão Taquaral e, em 7 mai 1802, o cap Antônio Pereira Leite que integraria a Guarda de Honra do Príncipe D. Pedro em 7 set 1822 no Grito do Ypiranga e seria o fundador de Itatiaia -RJ, adquiriu cafezais em Ribeirão Raso.

1801 — Fundada Queluz, por ordem do Governo de São Paulo, como aldeia puri, para retirá-los da região entre Lorena e Resende atuais, objeto de povoamento com

concessão de sesmarias e abertura de caminho a margem esquerda do Paraíba . Aldeamento puri que teve vida curta!

- 1801— Guerra de 1801 no Rio Grande do Sul onde foram conquistados os Sete Povos das Missões etc e no Mato Grosso território até o rio Apa. Este em resposta a ataque espanhol ao Forte de Coimbra em de 16-24 set
- 1801— É criado a vila município de Resende cuja instalação teve lugar em 29 set com a presença de seu donatário honorário cel Fernando Dias Pais Leme da Câmara, bisneto do bandeirante Fernão Dias Pais Leme e neto do Garcia Rodrigues ,o construtor do **Caminho 3** que leva o seu nome. O cel Fernando veio pelo **Caminho 4**, desde Japeri transportado em rede, por estar doente e impossibilitado de cavalgar.
- 1803 Aldeamento de índios Coroados no local que deu origem a cidade de Valença. Nome homenagem as ligações do rei D. José de Portugal com Valença na Espanha. Esta aldeia teve vida curta de cerca de 9 anos Dela surgiu a cidade de Valença.
- 1803—Nasce no Porto da Estrela, da Baia de Guanabara, dentro de uma variante anfíbia do **Caminho 3**, Luiz Alves de Lima e Silva , o maior general brasileiro que passou à História como O Pacificador.
- 1808 Transmigração da família Real de Portugal para o Brasil, forçada por Napoleão.
  - 1809 O Rio Grande do Sul é elevado a Capitania independente do Rio.
- 1810 Segundo Oliveira Viana, o município de Resende já estava coberto por cafezais.
- 1812 Campanha do Exército Pacificador da Banda Oriental ao comando de D. Diogo de Souza .
- 1815 Batalha de Waterloo em que Napoleão foi derrotado definitivamente
  - 1815 Elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarve.
- 1820 Criada a Conservatória (com o sentido de reserva indígena) de Coroados e outros índios, em Conservatória atual, com índios que migraram de Valença e outros existentes no local .Aldeamento que durou pouco menos de 7 anos. Valença foi fundada a aldeia com índios catequizados da Aldeia de Fumaça atual em Resende que foi a mais bem sucedida.
- 1821 Fim das guerras contra Artigas e incorporação ao Brasil do atual Uruguai como a sua Província Cisplatina. Legião de São Paulo tem importante papel no êxito militar desta campanha e fornece o primeiro historiador do Brasil Reino Unido o cel Diogo de Morais Arouche Lara.
- 1822 Saint Hilaire viajou pelos **Caminho 4 e 1** em direção a São Paulo. Observou existirem perto de Resende consideráveis plantações de café de 40 a 100 mil pés cujo lucro era empregado na compra de escravos, e acrescentaríamos, de mulas. Estas para movimentarem as fazendas e trans portarem o café em lombo de mulas para os portos de Angra dos Reis. O declínio do Ciclo do Ouro em Minas coincidiu em linhas gerais com o início do Ciclo do Café no Vale do Paraíba. E as mulas do Rio Grande do Sul até então vendidas para as regiões auríferas, penetram com seus tropeiros agora

brasileiros, ao longo dos **Caminhos 1 e 4** para serem vendidas aos cafeicultores e a empresários de transporte de café em lombo de mulas para os portos litorâneos, através da Serra do Mar. Exemplo eloqüente foi o do tropeiro gaúcho viamonense ten Domingos Gomes Jardim, casado com uma Escobar de Vacaria que passou por Resende com uma grande tropa de mulas que vendeu no Rio onde obteve uma sesmaria em Bulhões- Resende, onde se radicou e foi um motor de seu progresso e empresário de transportes do café para Angra dos Reis por caminho que abriu pelo Ariró até Manducaba, de 9 léguas, menos 3 léguas que o de Angra e idealizador e líder da construção da la ponte unindo as partes de Resende .separadas pelo rio Paraíba.

1822 — O Príncipe Regente D. Pedro percorreu o Caminho 4 Rio - São Paulo a cavalo, com reduzida comitiva de 14-25 agosto, uma viagem de 11 dias, tendo ,em 7 de Setembro, as margens do Ypiranga ,em São Paulo, proclamado a Independência do Brasil tendo a escoltá-lo uma Guarda de Honra composta maciçamente de 38 valepaibanos, dos quais 9 de Pinda,6 de Taubaté e 5 de Resende/ Itatiaia. E entre estes o maj. Davi Gomes Jardim filho do citado tropeiro e empresário Domingos. Foram as seguintes as etapas da viagem do príncipe com pernoites: Rio - pernoite em Santa Cruz (14 ago), (Fazenda Real, atual quartel do Batalhão Escola de Engenharia)- São João Marcos hoje sob a represa do Ribeirão das Lages(15 ago):Bananal (16 ago): Areias (17 ago); Lorena (18 ago); Guará (19 ago); Pinda (20 ago); Taubaté (21 ago) (onde se incorpora à comitiva a Guarda de Honra); Jacarei (2 ago); Mogi das Cruzes (23 ago); Penha (24 ago) e São Paulo (25 ago). Neste mesmo ano viajou pelo Caminho 4 o cientista Saint Hilaire cujo relato de sua viagem deixou-nos na obra citada na bibliografia .Retrataram aspectos dos Caminhos 1, 2, 3 e 4.os pintores Debret e Rugendas.

## Considerações finais

Os Caminho 4 e o 1 de 1778 -1873 por quase um século estreitaram as relações entre São Paulo, Minas Gerais e o Sul do Brasil, região produtora de muares que movimentavam as fazendas de café e o transporte do mesmo do vale do Paraíba para os portos de mar. Assim ,do Rio para São Paulo desciam sal, ferro e outros produtos importados e, de São Paulo, e ao longo do Caminho 4 subiam bovinos ,tropas de mulas toucinho, fumo açúcar e café .

Neste período intensificou-se aos longo desses caminhos caravanas de viajantes, tropas de mulas e bovinos em filas indianas e ao longo dele roças, povoados nascentes e ramadas destinadas ao pouso de viajantes, construídas com tetos de palmeira ou sapé, apoiadas em altos esteios e próximas de vendas para atender necessidades e pastos para as tropas de cavalos ,mulas e bovinos. Dentre elas destacou-se o pouso Rancho Grande em Bananal, coberto de telhas e fechado nas laterais. Pousos que abrigavam a todos democraticamente, sem distinção de cor raça e posição social.

O gado vacum que por ele passava, o fazia com prejuízos ao mais confortável trânsito de viajantes a cavalo e de tropas de comércio de muares. O gado bovino de corte proveniente do Campo Alegre (Resende atual) desfrutava de bom conceito no Rio, por engordado com o pasto capetinga que crescia nas orlas das matas da região.

E assim concluímos esta abordagem como um observador postado em Resende/Itatiaia para demonstrar a importância estratégica crescente sob os ângulos político, social, econômico e militar dos caminhos 1, 2, 3 e 4, para o devassamento povoamento e integração do Vale do Alto e Médio rio Paraíba, ao restante do Brasil e, ainda hoje são os mais importantes, com suas variantes, para a integração terrestre no Quadrilátero do Poder Nacional, hoje com seus vértices em São Paulo, Rio de janeiro, Belo Horizonte e Brasília.

Fontes consultadas e indicadas para aprofundamentos incluindo estudos do autor pertinentes ao tema.

- 1 . ALMEIDA, Aluízio. Vida e morte do tropeiro. São Paulo: Ed. Martins, 1971.
- 2 . BENTO, Cláudio Moreira. A Guerra de restauração do Rio Grande do Sul 1774-76.Rio de Janeiro:BIBLIEx, 1997.
- 3 .(). História da 3ª Região Militar 1808-1953 e Antecedentes. Porto Alegre: SENAI, 1996. VI.
- 4 \_\_\_\_ .(). O Vale do Paraíba na História Militar do Brasil. Volta Redonda: Gazetilha, 1996 (Contribuição ao XIII Simpósio de História do Vale do Paraíba do 1EV em Resende Itatiaia).
- 5 \_\_\_\_ .(). Os Puris da Vale do Paraíba paulista e fluminense. **Anais do XII Simpósio de História do Vale do Paraíba Migrações no Vale do Paraíba.** São José dos Campos: UNIVAPJ994.
- 1 .(). A Saga da Santa Casa de Misericórdia de Resende (1835-992). Rio de Janeiro:SENAI,1992.
- 2 .(). A participação militar de São Paulo e Paraná na Guerra de Restauração do Rio Grande do Sul 1774-78, **Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná.** 1978.p.75-104.
- 3 .(). A contribuição paulista ao combate a Revolta na Armada e a Guerra Civil 1893-95. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo** 1995. p.59-82.
- 4 .CEZAR, Guilhermino. **História do RGS Período colonial.** Porto Alegre:Ed.Globo,1970.
- 5 .FONSECA, Pedro Ari. **Tropeiro de Mula.** Passo Fundo: Gráfica Correio da Manhã, 1985.
- 6 .FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro.** Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1930.
- 7 . LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e a serra.** Rio de Janeiro: IBGE, 1950. (Focaliza caminhos de penetração no Vale do Paraíba).
- 8 .LIMA JUNIOR, Augusto. **A Capitania de Minas Gerais. Origens e formação.** Belo Horizonte: CEC, 1965.
- 9 .PIZARRO, **Monsenhor. Memórias históricas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Imp.Nacional,1946.9v.
  - 10 .RAMOS, Agostinho, **Pequena História de Bananal.** São Paulo:

- CEACH, 1978.[Interessa Cap. II, Caminho Novo, sesmarias estradas e caminhos e do Caminho Novo (Caminho 4) a Via Dutra].
- 11 .REIS, Paulo Pereira dos. **O caminho novo da Piedade no Nordeste da Capitania de São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1971.(Estuda com profundidade as fontes ligadas a abertura do **Caminho 4).**
- 12 .SAINT HILAIRE, Augusto. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais 1822.** São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1932.
- 13 .SOUTO, Reinaldo Maia. São José do Barreiro. Resende, s/d. (Menciona Via Cesaréa o **Caminho 4**).
- 14 . SOMBRA, Severino. **Carta Monetária do Brasil Colonial.** Vassouras: Univ. Severino Sombra, 1992.
- 15 .TAUNAY, Affonso d'Éscrangnolle. **História das bandeiras paulistas.** São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- 16 .WHATELY, Maria Celina. **O café em Resende no** século XIX. Rio de Janeiro: José Olympio. 1987.

# UM SIGNIFICADO DA GUERRA DE CANUDOS PARA AS FORÇAS TERRESTRES

#### **Jan/mar 1998**

Cláudio Moreira Bento

Está transcorrendo o centenário da Guerra de Canudos no sertão baiano. Confronto fratricida que levou a morte e o luto a centenas de irmãos brasileiros, sertanejos e soldados do Exército e das Polícias Militares. A apuração da responsabilidade moral e política por esta tragédia grega brasileira, espera-se fique mais clara nos estudos que se fizerem este ano para ser apurada por uma espécie de Tribunal da História, como uma amarga e inesquecível lição retirada do episódio. Este, um problema social como outros que poderão apresentar-se na trajetória brasileira e que merecem tratamento e respostas adequadas que Canudos não deu politicamente, com oportunidade, prevenindo assim a tragédia.

Como soldado e historiador militar, assim vemos o episódio «Canudos» e de como ele serviu de estopim para uma reação de parte de oficiais do Exército, veteranos ou filhos de veteranos da Guerra do Paraguai, para promoverem a Reforma Militar 1898-1945 que modernizou o Exército e o livrou do equivocado sistema de Ensino 1873-1905 que fora potencializado pelo Regulamento de Ensino de 1890 baixado na melhor das intenções pelo Ministro da Guerra Ten. Cel. Benjamin Constant.

Segundo se conclui de Edmundo Campos Coelho, *Em busca de Identidade o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Rio: Forense, 1976, o Exército, a partir de 1831, foi alvo de uma Política de Erradicação que ao longo dos tempos apresentou nuances variadas e por vezes sutis. E a partir de então teve de concorrer com a Guarda Nacional que se revelou incapaz de promover a

Segurança Nacional a não ser no Sul, até a Guerra do Paraguai tomando-se instrumento político e anti-exército, conforme se conclui de Jeanne Berrance de Castro em *A Milícia cidadã* — *A Guarda Nacional* 1831/50. Rio: Brasiliana 359.

Finda a Guerra do Paraquai em 1870 o espírito erradicador do Exército ressurgiu forte. Para neutralizá-lo foi implementada a seguinte idéia traduzida no Regulamento de Ensino de 1873: formar oficiais doutores no Exército para ajudar a desenvolver o Brasil e, por outro lado, valorizar socialmente o oficial com o título de Doutor para que pudesse concorrer como bom partido com advogados, médicos, filhos de industriais, comerciantes e de fazendeiros até então preferidos para casamento. E a razão! Desde a Independência para consolidar a Integridade, Soberania e Unidade do Brasil, os oficiais viveram mais combatendo de 1822/70, em lutas internas e externas. Assim, para casamento representavam viuvez e orfandade potenciais sem cobertura previdenciária compatível. Os doutores passaram a ostentar antes do posto o título de doutor e muitas vezes omitindo o posto, ou até se aborrecendo quando tratados por ele. Os que viviam na tropa dedicados à atividade-fim, a Segurança da Pátria, eram tratados de tarimbeiros, não sem desdém e com status social inferior. Os doutores ou bacharéis teriam a seu cargo a elaboração da Doutrina do Exército através da Congregação da Escola Militar da Praia Vermelha dominada pelos bacharéis do que em realidade descuraram. Este sistema de ensino detonou a desprofissionalização do Exército, fazendo-o, segundo o consenso de analistas da época e líderes da Reforma Militar, a cair a níveis de operacionalidade inferiores aos da Guerra do Paraguai. O progresso hierárquico era conquistado à base de cursos que deram origens aos bacharéis do Exército, muito versados em Ciências Físicas e Matemáticas e pouco ou guase nada em Arte e Ciência Militar. O complicador foi o Positivismo, agnóstico e mal digerido introduzido através da cadeira de Sociologia, na Escola Militar, ocasionando na Praia Vermelha seus alunos desprezarem e rirem dos veteranos do Paraquai desfilando garbosos com peito coberto de condecorações, conforme depoimento do General Tasso Fragoso na introdução de seu clássico A Batalha do Passo do Rosário. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1922, que merece ser lido e relido pelos oficias do Exército de hoje e do futuro pelas valiosas licões que encerra.

Um general que fizera carreira bem-sucedida como professor de Descritiva na Praia Vermelha teve desempenho militar deplorável ao ser enviado para o Paraná para conter o avanço federalista. Acusado de covardia, foi processado e condenado à morte da qual escapou por empenho de seus ex-alunos. Na escola, não conseguia impor-se disciplinarmente aos seus alunos conforme depoimento mais tarde de seu adjunto.

Foi um Exército então dominado pelo bacharelismo que teve de improvisar a incorporação de centenas de alferes recrutados no meio civil para completar os seus quadros para enfrentar as Guerra Civil 1893/95 na Região Sul e Revolta na Armada 1895 e a Guerra de Canudos em 1897, apresentando por vezes operacionalidade inferior aos revolucionários e revoltosos, além de possuir, no Sul, o seu espírito dividido por muitos de seus oficiais se incorporarem aos revolucionários e revoltosos por desinformação. Os bacharéis, salvo honrosas exceções, estiveram ausentes dos confrontos. Foram alguns oficiais tarimbeiros, que sempre se dedicaram à instrução da tropa que iriam liderar em campanha o Exército. E dentre os mais assinalados — os Coronéis Artur

Oscar, Cláudio Savaget, Carlos Telles, João Cézar Sampaio, Thompson Flores, Tupi Caldas, Augusto Julião Serra Martins e o paulista de Pinda, Moreira César que está a clamar um julgamento sereno e isento por um Tribunal de História que piore ou melhore a sua imagem, conforme postula um trineto seu. Ele tem, em parte, sido um bode expiatório da culpa do massacre de Canudos que paira no inconsciente coletivo da Sociedade Civil da época que ordenou: Delenda Canudos!

Durante o combate da Ponta da Armação, combatendo a Revolta na Armada, o Capitão Tasso Fragoso foi ferido gravemente guando comandava uma peça de Artilharia. Por ocasião da Guerra de Canudos, ele encontrava-se em missão na Europa para aproveitar inclusive para corrigir següela deixada pelo ferimento. Lá constatou o enorme fosso operacional entre os exércitos europeus e em especial o prussiano relativamente à estagnação doutrinária do nosso. De lá escreveu históricos artigos na Revista do Brasil sobre a necessidade de o Exército Brasileiro dispor de um Estado-Maior e de como era formado um oficial alemão, conforme abordamos ao biografá-lo em A Defesa Nacional no 75°, out./dez., 1990. Seus artigos repercutiram muito no Exército onde era muito acatado e admirado. Pensamos que ajudaram a detonar a Reforma Militar 1898-1945, liderada por oficiais veteranos ou filhos de veteranos do Paraguai: Marechais Machado Bitencourt (revolucionou o Apoio Logístico em Canudos); João Nepomuceno Medeiros Mallet (criou o Estado-Maior do Exército e iniciou em Piquete a Fábrica de Pólvora sem Fumaça em Piquete-SP); Cantuária (1° o chefe do Estado-Maior); Argolo ( fechou e extinguiu a Escola da Praia Vermelha e decretou o Regulamento de Ensino de 1905, inflexão do bacharelismo para o profissionalismo militar que até hoje se sustenta e implementado na Escola de Guerra de Porto Alegre (1906/11), que formou a geração que implantou o profissionalismo militar no Ensino, inclusive o Marechal José Pessoa); Hermes da Fonseca (liderou as manobras de Santa Cruz; promoveu a Organização de 1908 — Brigadas Estratégicas; Arma de Engenharia e aquisição de armamento moderno Mauser, Madsen, Krupp com fábricas de munições; enviou oficiais para cursos no Exército da Prússia de onde emergiu o grosso dos Jovens Turcos que fundaram A Defesa Nacional em 1913 e dominaram a Missão indígena da Escola do Realengo (1919/21). produzindo uma elite de oficiais, cuja trajetória é bem conhecida em sua luta vitoriosa em 1930 e de que a AMAN foi objetivo concretizado; Caetano de Farias (Campo de Instrução de Gericinó, Serviço Militar Obrigatório, extinção da Guarda Nacional, Polícias Militares como 2ª linha do Exército e envio de oficiais que combateram no Exército Aliado na la Guerra e para cá transferiram doutrina — José Pessoa, Leite de Castro etc., e criação da Aviação Militar e outros que atuaram complementando-os com continuidade administrativa ao ponto de perguntado ao Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras, ao que atribuía o seu sucesso na Pasta da Guerra respondeu: «Devo o sucesso a ter implementado os planos deixados por meus antecessores.»

Como soldado e historiador, não passamos recibo às manipulações históricas insistentes nos últimos anos em jornais, revistas, livros, filmes e agora em CD-ROM querendo na Mídia responsabilizar-se o Exército e Polícias Militares e civis patriotas baianos mobilizados contra Canudos pelos lutuosos e sangrentos fatos lá ocorridos para enviá-las para lá. Isto já havia acontecido em 1875 na Revolta dos Muckers no Rio Grande do Sul. Tragédia semelhante talvez

teria ocorrido não fora o Marechal Deodoro da Fonseca protestar como presidente do Clube Militar em 1888, contra o uso do Exército como Capitão-de-Mato na perseguição de escravos fugidos.

Vale lembrar: Qualquer chefe de família, que é a Pátria amplificada, e possuir potencialmente necessidades de prover o melhor grau de segurança para dissuadir, defender e mesmo repelir possíveis agressores, tomaria as medidas preventivas de segurança adequadas e principalmente manter-se bem informado. Compraria o melhor armamento possível e os melhores itens de segurança preventiva. Conservaria suas armas, treinaria com elas, mudaria com freqüência a munição, etc. Mas não foi isto que as lideranças brasileiras da Sociedade Civil fizeram e deu no que deu. Depois de Canudos, a Reforma Militar do Exército que ele provocou foi um esforço hercúleo de várias gerações, para conseguir evoluir de Canudos à FEB, quando esta força expedicionária fez muito boa figura ao lutar contra ou em aliança com frações expressivas dos melhores exércitos do mundo presentes na Europa na 2ª Guerra Mundial, após um grande salto de operacionalidade. Esta é para nós a real projeção da fratricida Guerra de Canudos. E a responsabilidade por esta tragédia grega brasileira não é só de lideranças da Força Terrestre, mas sim, também, e principalmente política de parte das lideranças que tinham respaldo manipuladas e constitucional para lá terem enviado desinformadas, despreparadas forças do Exército e das Polícias Militares. Se quiser um bode expiatório é tarefa de simples verificação e raciocínio localizá-lo, mas seguramente não será só nas forças terrestres. Quem detinha poder constitucional para melhor prepará-las e empregá-las? Informação é liberdade de escolha! Fico com esta interpretação histórica esperando seja ela confirmada com isenção acima das manipulações engajadas politicamente.

Penso até que a responsabilidade moral e política pela tragédia seja da Sociedade Brasileira como um todo. Instituição brasileira da época, política, econômica, social e militar que se achar isenta, por suas lideranças da época, de responsabilidade pela tragédia de Canudos que atire a primeira pedra. E isto é extensivo a lideranças da Igreja da época e não a esta como Instituição. E mesmo a agentes da Mídia da época na Capital da República e São Paulo que, sem espírito crítico, perfilharam e difundiram a tese inverídica, além de exagerada e muito distorcida, de que Canudos se tomara um perigoso bastião monarquista que ameaçava de morte a jovem República. E inclusive Euclides da Cunha chamando Canudos de nossa Vendéia, uma reação semelhante à reação da Vendéia na França, em 1793, contra a Revolução Francesa, além de outros graves equívocos!

E ver o que os conselheiristas, católicos, místicos, devocionais e fanatizados, não sebastianistas, milenaristas e socialistas, não toleravam a Maçonaria desde a Questão Religiosa ou Epíscopo-Maçônica em que dois bispos foram presos, até ser a questão pacificada pelo Duque de Caxias em 1875. Desapreço que granjeou a República ao separarem a Igreja do Estado, fato não absorvido pelos místicos e fanáticos conselheiristas que viam na Maçonaria e República e no Positivismo agnóstico figuras demoníacas a serem exorcizadas e destruídas. Isto serviu de combustível anímico e moral para a reação fanática às diversas expedições. Por outro lado os soldados e civis que lá foram combater, a mando do Poder Civil legitimamente constituído, muitos o

fizeram até o supremo sacrifício em defesa da República 'seriamente ameacada'. E assim manipulados, soldados do governo e fanáticos conselheiristas, resultou a Guerra de Canudos, a maior hecatombe social brasileira. E as entidades brasileiras da Sociedade Brasileira ou Sociedade Civil da época, repetimos, envolvidas na repressão a Canudos e que se acharem, através de suas lideranças da época, isentas de culpa, que atirem a primeira pedra e deixem de procurar um bode expiatório e tirem (no aplacamento da culpa que pesa no inconsciente coletivo da Sociedade Civil de hoje), para as instituições lá envolvidas por suas lideranças, as lições que esta cruel e centenária tragédia social encerra. E mais que se tirem da comovente resistência armada dos conselheiristas as lições de Arte e Ciência Militar que apresentaram. Elas poderão, talvez, ser úteis um dia, no insondável 3º Milênio, na defesa dos interesses da comunidade brasileira. Pois os conselheiristas enriqueceram o patrimônio cultural militar terrestre do Povo Brasileiro com sua doutrina militar. Esta entendida como a maneira pela qual eles se organizaram, se equiparam, se instruíram, foram motivados para a resistência e de como atuaram efetivamente e com eficácia surpreendente. O Exército absorveu e traduziu as lições colhidas na Guerra de Canudos em sua Reforma Militar, 1890-1945, conforme a abordamos neste ensaio. Informação é liberdade de escolha! Deixamos a cargo da consciência da mídia, como uma espécie de direito de resposta que pleiteamos democraticamente de levar a seus leitores este posicionamento da Força Terrestre em Canudos (Exército e 11 Polícias Militares e um batalhão de civis). Que não as transformemos hoje no que a Sociedade Civil transformou Canudos na época. História é Verdade e Justiça!

#### Os Gaúchos na Guerra de Canudos

Passemos ao assunto focal de nossa participação neste Seminário:

As fotos da VI Expedição a Canudos de Flávio Barros, pelo vestuário da época e referidas ao Álbum editado pelo Exército — *Canudos Campanha Militar (IV)*, deste ano, comprovam a literatura. Ou a presença de militares gaúchos, o que abordamos em: A 3ª Região Militar na Guerra de Canudos. In: *História da 3ª Região Militar 1889-1953*. Porto Alegre, 1995.V.2, pp.144-150. Chefes gaúchos, entre outros, o porto-alegrense Ministro da Guerra Mal. grad. Carlos Machado Bittencourt que lá interveio pessoalmente e solucionou a principal causa das dificuldades e fracassos das expedições, a falta de apoio logístico numa área pobre e sem recursos locais apropriáveis a grandes efetivos. Aparece o polêmico, mas audaz e valente, Gen. João da Silva Barbosa, porto-alegrense, nas fotos às pp. 18, 20,47, 48 e que comandaria o 1º contingente de Canudos que desembarcou no Rio, quando um de seus integrantes matou o Ministro da Guerra que se colocou à frente do alvo do assassino, o Presidente do Brasil Dr. Prudente de Moraes.

Existiam outros chefes aquerenciados no Rio Grande, como o da 4ª Expedição, o carioca Gen. Arthur Oscar, consagrado na Guerra Civil no Sul no comando do 30° Bl de Porto Alegre, o formador dos atuais 18° e 19° Bl

Motorizados de Porto Alegre e São Leopoldo. Unidade que combateu em Canudos ao comando do valente e competente Ten. Cel. Antônio Tupi Ferreira Caldas, porto-alegrense morto em ação em Canudos no ataque de 1º de outubro. Vimos sua foto recuperada pelo Museu do Forte de Copacabana junto com as de outros oficiais que lá tombaram: Moreira César, Cel. Tamarindo e Cel. Thomaz Thompson Flores (porto-alegrense).

À p. 26 retrata integrantes do 28° Bl de Rio Pardo-RS, um dos formadores do atual 11º Bl Montanha de São João dei Rei. Unidade ao comando do Cel. Donaciano Pantoja que aparece sentado apoiado na espada. 28° Bl não usado em combate em razão do baixo moral decorrente de sua prisão em Rio Negro, em Bagé, em 28-11-1893 e após haver sido obrigado a combater como federalista, com o nome de Btl. Ernesto Paiva. O Cel. Donaciano assinara pelo governo, em Rio Negro, a Ata de Rendição sob garantia de vida. Esta desrespeitada pelos federalistas que degolaram a Cavalaria Civil Patriota de cerca de 300 homens recrutados em Bagé, Canguçu, Piratini e Pinheiro Machado, ao comando do Cel. Patriota Manoel Pedroso que foi degolado com seus companheiros, no Brasil, por mercenários platinos ao comando do Cel. uruguaio Adão de La Torre. Massacre que focalizamos na RIHGB, v.154, n.378, jan./mar. 1993, pp. 55/81 sob o título 'O massacre federalista de Rio Negro em Bagé', em 28-11- 1893. À p. 4 aparece o 32° Bl de São Gabriel que protegeu ferrovias no Sul 1893/95. Lá combateram integrantes do atual lo Batalhão Ferroviário. À p. 40 aparecem oficiais do 29° Bl de Pelotas que nucleando a Divisão do Sul organizada pelo Ministro da Guerra, Gen. Francisco Moura, que transferira seu QG para Porto Alegre, após a derrota em Rio Negro seguida de massacre da Cavalaria patriota civil e sítio de Bagé, e com a ameaça de conquistar o porto de Rio Grande e Porto Alegre. O 29° BI e Divisão do Sul foram comandados pelo Cel. João César Sampaio, o qual, em Canudos, aparece à direita da foto, cortando um churrasco. O 29° Bl foi um dos formadores do 7º RI em Santa Maria. O Cel. Sampaio, biografamos em História da 3ª RM. (Cit.)

À p.33 aparece o 31º BI de Bagé, um dos formadores do atual 9º BI Motorizado de Pelotas. Esta unidade nucleou a memorável resistência ao sítio federalista de Bagé por 47 dias, comandada por Carlos Telles, até ser socorrida pela citada Divisão do Sul. Episódio que focalizamos na *RIHGB* nº 381, jul./set. 1993, pp. 120ss. O 31º BI e Carlos Telles se destacaram em Canudos. Este batalhão forneceu um improvisado Esquadrão de Cavalaria de reconhecimento com infantes campeiros. Passou a prevenir emboscadas e a recolher *vacuns* e caprinos para alimentação e esparsos na caatinga. A Divisão que este batalhão integrava e ao comando de Carlos Telles foi chamada pelos conselheiristas 'Divisão Talentosa'. E assim os batalhões de Infantaria gaúchos 28,29,30,31 e 32 fotografados por Flávio Ramos foram imortalizados na literatura brasileira por Euclides da Cunha em 'Os Sertões':

«...Sempre na Vanguarda os batalhões gaúchos distinguiram-se extraordinariamente na luta em Canudos. Foram os primeiros que não se deixaram surpreender e os primeiros a surpreender os jagunços...» (conselheiristas, preferimos).

Isto já havíamos explorado na *História da 3ª RM* (cit.) o que a iconografia em tela veio a confirmar como marcante a contribuição da 3ª Região Militar. Participação explicável por vir ela de 3 anos de sangrenta Guerra Civil no Sul, enfrentando invasões federalistas pela fronteira seca Brasil-Uruguai, depois de

23 anos de paz, e lutando também contra mercenários platinos, com maior experiência operacional adquirida em suas lutas intestinas, pós-Guerra do Paraquai. No álbum citado o Ministro do Exército traduziu a situação então do Exército em Canudos de cumpridor de ordens emanadas do poder civil legalmente constituído e, portanto, delegado da Sociedade Civil brasileira daquele tempo. Isto nos leva a concluir num contexto de manipulações políticas e pseudo-históricas contra instituições brasileiras, onde o Exército e Polícias Militares têm sido levianamente apontados como responsáveis pela grande tragédia de Canudos. Em Canudos ao lado dos civis brasileiros conselheiristas imolados, os militares brasileiros do Exército e Polícias e civis baianos mobilizados caídos em luta fratricida, foram tão vítimas como eles. E destaque-se a violência recíproca, bem como na degola. A 3ª Expedição foi barbarizada. Dos militares mortos, seus cadáveres foram profanados, por terem sido decapitados e as suas cabeças enfileiradas ao longo da estrada com os rostos voltados para o interior. Os corpos foram queimados e não sepultados catolicamente. O Cel. Tamarindo foi empalado. Teria sido orientação religiosa de Conselheiro ou ele foi desobedecido e ultrapassado por sua fiel Guarda Católica?

Celebrar Canudos não é o caso. Pois celebrar o quê? Comemorar sim, no sentido de memorar em conjunto o evento por pertencer a História do Brasil. Memorar em conjunto para que as atuais lideranças de instituições que lá foram envolvidas por suas lideranças da época retirem e aprendam as lições que esta grande e centenária Tragédia ou Hecatombe social brasileira encerra. E que as lições dali retiradas iluminem os responsáveis pela boa e justa condução dos problemas sociais brasileiros das cidades e dos campos.

Os conselheiristas escudados no grande general Ecossistema Caatinga, do qual muito bem souberam tirar proveito militar para sua guerra de guerrilhas, honraram com combatentes e se fizeram notáveis na História Militar do Povo Brasileiro em cujos anais devem ser incluídos e estudados respeitosamente. pois, em nova leitura, contribuíram, com suas soluções táticas e técnicas genuínas, para enriquecer o patrimônio cultural militar terrestre brasileiro. Pois quem sabe, um dia, aos seus ensinamentos, o Exército que hoje estuda a Guerra nas Caatingas com seu Batalhão de Petrolina — PE, poderá a ela recorrer no insondável 3º Milênio, para melhor exercer a sua destinação, usando estratégias do fraco contra o forte — a guerra de guerrilhas, como um dia o fizeram os patriotas baianos e pernambucanos nas guerras holandesas, os guerrilheiros gaúchos que conduziram a guerra à gaúcha e ajudaram, em 1776, a definir o destino brasileiro do Rio Grande dos Sul, os querrilheiros de Cabrazilinho no Amapá em 1895 que asseguraram a soberania brasileira no Amapá, os guerrilheiros cearenses do gaúcho Plácido de Castro que ajudaram a definir o destino brasileiro do Acre, sem esquecer-se dos guerrilheiros do Cap. Pedro Teixeira que asseguraram a soberania portuguesa no Baixo Amazonas e conquistaram para Portugal, em nome do rei comum de Espanha e Portugal, a Amazônia brasileira, cujo destino soberano brasileiro é um grande desafio para as atuais gerações de brasileiros, no contexto da Nova Ordem Mundial com novos conceitos de soberania que nos guerem impor.

Finalizando, meus respeitos reverenciais, como soldado e historiador aos conselheiristas que tombaram em defesa de suas verdades e, aos hoje pouco lembrados, senão vilependiados, soldados do Exército e de 11 Polícias Militares e mais civis baianos que tombaram cumprindo ordens de nossos avós e

bisavós que lideravam a Sociedade Civil em 1897e que para lá manipulados e enganados os enviaram para morrer pela nossa centenária República. E, para os quais, seus netos e bisnetos que constituem hoje a Sociedade Civil Brasileira lhes negam reconhecimento e homenagens aos seus martírios. Isto, talvez, tomados por um sentimento de culpa no inconsciente coletivo, procurarem no Exército e Polícias Militares de 11 Estados um responsável, ou melhor, um bode expiatório para as culpas em Canudos da Sociedade Civil a que seus avós e bisavós pertenciam então. E tudo, sem ao menos, no intervalo entre a Guerra de Canudos e a atualidade, terem feito algo para minorar a grave situação social de Canudos que hoje é pior que há 100 anos, no consenso do povo e autoridades canudenses. É uma reflexão! Ontem foi Delenda Canudos! Hoje é delenda a imagem do Exército e Polícias Militares em alguns meios intelectuais, enquanto o Povo acaba de atribuir ao Exército, índice de confiabilidade de 82% e que nada, mas em nada ele lembra o Exército de Canudos, como procuramos demonstrar! História e verdade e justiça!

## RAÍZES FAMILIARES NO EXÉRCITO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

### Jan/mar 2001

Cláudio Moreira Bento

Resumo: O presente artigo traz a genealogia do atual presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, iniciando com dados sobre seu trisavô, Manoel Cardoso de Campos, capitão da Guarda Nacional, falecido em 1868 em Goiás. Detalha a carreira militar de seu avô e de seu pai, bem como de outros membros da família. Abstract: Present article brings presidente Fernando Henrique Cardoso's military genealogy, beginning with his great grandfather and detailing his grandfather and father's military careers, as well as other family members ones.

A mais profunda raiz no Exército conhecida é a de seu bisavô, capitão Felicíssimo do Espírito Santo. Este casou com d. Emerenciana Azevedo Espírito Santo, de cujo consórcio nasceram, em Goiás Velho (GO), as duas vertentes militares no Exército dos Cardoso. Ou seja, os irmãos Joaquim Ignácio e Augusto Ignácio que atingiram o generalato no Exército. O primeiro é o avô do presidente Fernando Henrique Cardoso, cuja imagem de soldado ele aprendeu a respeitar e admirar, ao residir com sua avó algum tempo, a qual, possuía pelo marido um respeito profissional reverenciai, que transmitia aos familiares, e cuja vida militar tentaremos resgatar sinteticamente neste ensaio.

O capitão Felicíssimo, que viveu de 1835 a 1905, foi um dos líderes do Partido Conservador em Goiás, tendo sido deputado e senador, e presidente de Goiás por duas vezes e terminou titulado como brigadeiro honorário do Exército Imperial.

O trisavô do presidente foi o capitão Manoel Cardoso de Campos, provavelmente da Guarda Nacional, que faleceu em 1868, em Goiás, em

plena Guerra do Paraguai. Síntese dos ilustres irmãos.

Gen de brigada na ativa JOAQUIM IGNÁCIO BAPTISTA ZARDOSO, o avô do presidente. Nascido em 24 jun. 1860, antes da Guerra do Paraguai. Ingressou no Exército como soldado voluntário, em 15 jul. 1875, aos 15 anos, no 20° BC de Goiás, e cadete de 2ª classe, 13 dias depois. Encerraria a sua carreira militar profícua em 5 mai. 1923, acusado de participação em conspiração na Revolução de 1922, em Mato Grosso, como comandante da lª Circunscrição, sendo preso por mais de 100 dias, de 19 ago. a 2 dez. 1922, a bordo do Scout Ceará, na baía da Guanabara. Abalado moralmente, acreditamos, pela ingratidão e desconsideração por seus relevantes serviços, inclusive na propaganda, proclamação e consolidação da República, faleceu em jun. 1924.

Gen. de brigada na ativa AUGUSTO IGNÁCIO DO ESPÍRITO SANTO CARDOSO, é o pai do gen. Ciro do Espírito Santo Cardoso e do cel. Dulcídio. Nascido em Goiás, 7 anos mais moço do que Joaquim Ignácio, em 31 mai. 1867, durante a Guerra do Paraguai. Ingressou no Exército, como praça, no Curso de Cavalaria da Escola Militar da Corte (1855-85) na Praia Vermelha, em 1884. Dela saiu Alferes em 1890, tendo antes marchado com a mesma, a pé, até o Botafogo e, daí, em bondes tirados a muares, até o Campo de Santana, junto com outros companheiros e ao comando do major Marciano de Magalhães, irmão caçula de Benjamim Constant. E, assim, participou da deposição do Gabinete Ouro Preto e, a seguir, da Proclamação da República. Foi reformado como general de brigada em 1º jul. 1938, com cerca de 44 anos de serviços, pois esteve fora 9 anos, de 1923 a 32, em função de sua atuação pró Revolução de 22.

## PARALELISMO DAS DUAS VIDAS DOS IRMÃOS

O mal. Joaquim Ignácio e seu filho gen. Leônidas Cardoso

A carreira do mal. Joaquim Ignácio pode assim ser descrita: soldado voluntário em 15 jul. 1875, aos 15 anos. Furriel 8 fev. 1876. 1° sgt., 6 nov. 1880. Sgt. quartel mestre (intendente) 8 nov. 1880 e aprovado em Cavalaria e Infantaria. Diversas tentativas de cursar a Escola Militar, tendo trancado a matrícula. Alferes de cavalaria 20 out. 1883. Tenente por serviços relevantes na Proclamação da República. Capitão 24 fev. 1894 e, por merecimento, major em 4 out. 1805 (9 anos). Tenente coronel em 5 ago. 1908 e coronel em 12 jan. 1912. Gen. bda. em 12 jun. 1914 em cujo posto foi reformado, em 5 mar. 1922, por acusado de participar da conspiração da Revolução de 1922 em Mato Grosso, contando 47 anos de bons serviços e com freqüência relevantes, constantes de suas alterações e em especial os ao serviço da propaganda, proclamação e consolidação da República.

#### Em Goiás e Rio de Janeiro

Sentou praça em Goiás, no 20° BC, em 15 jul. 1875 e ali foi aprovado em infantaria e cavalaria. Destacou-se como burocrata: furriel, quartel mestre (intendente), tendo ali servido na infantaria e cavalaria de 1876 a 81. O 20° BC foi extinto em 1908 com a criação das brigadas estratégicas, sendo as suas I<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> companhias destinadas a formar no Rio de Janeiro o III Batalhão do 1° Regimento de Infantaria e atual Batalhão Sampaio.

Como 1º sargento, em 1881, matriculou-se na Escola Militar da Corte onde se destacou "pela sua aplicação e distinção", revelando dificuldades em matemática e desenho. Foi promovido a alferes de cavalaria em 20 out. 1884, sendo felicitado em boletim "por sua promoção bem merecida". Em 3 abr. 1884 foi desligado sem concluir o curso e foi servir no 1º RC (atual Dragões da Independência de Brasília) unidade que secretariou.

Aí recém chegado de Curitiba, de onde veio muito doente, teve destacada participação, de 12 out. a 15 nov., na propaganda, conspiração e proclamação da Republica, conforme escreveria 50 anos mais tarde seu filho major Leônidas Cardoso, em início de artigo que será explorado mais adiante ao biografá-lo e no qual aborda, em detalhes, a conspiração militar que culminou com a Proclamação da República, com base testemunhai de conspiradores que contatou e, apoio no capítulo "Conspiradores da Revolução de 15 de Novembro de 1889" da obra:

SILVEIRA, Urias. Galeria Histórica da Revolução Brasileira de 15 de Novembro de 1889. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert. 1890.

"As homenagens de hoje em memória daqueles que, então, moços empolgados por um ardente ideal, no afã patriótico do interesse que manifestavam pela causa pública, sentiram-se arrastados a precipitar a marcha evolutiva da transformação política, com o afastamento de seu cenário do vulto respeitável do Imperador d. Pedro II. E para que reflitam a interpretação da verdade histórica, já podem marcar, dentre outras, as figuras do Cap Antônio Adolpho da Fontoura Mena Barreto, Ten Sebastião Bandeira e Alferes Joaquim Ignácio Baptista Cardoso."

E ao final de seu artigo o major Leônidas ainda destaca o seu pai:

"Vê-se, portanto, acompanhando-se os fatos cronologicamente aqui descritos, que o cap Mena Barreto e o alferes Joaquim Ignácio, pouco antes de outubro de 1889, não estavam na Corte. Mena Barreto viera do Rio Grande do Sul e Joaquim Ignácio do Paraná, de onde se ausentara, ainda convalescente de grave enfermidade.

Aqui chegados, Mena Barreto e Joaquim Ignácio, reunidos com o ten. Sebastião Bandeira formaram a Aliança Tríplice, que compreendeu a conveniência de não mais se deterem no interesse de levar a cabo a grandiosa obra de regeneração nacional, concordaram em avançar sempre, sem temer os obstáculos que infalivelmente apareceriam da parte do governo.

Foi esta "Aliança Tríplice" que, perseverando no mesmo objetivo em marcha — a conspiração, em 11 de novembro reuniu-se, à noite, na casa 131 da rua São Cristóvão, 2 º andar e convocou os conspiradores para firmarem o célebre compromisso de sangue (Pacto de Sangue) entregue a Benjamin Constant."

O alferes Joaquim Ignácio estava de Oficial de Dia ao Iº RC na noite de 14/15 novembro. No início da noite fora ele que colocara o regimento em forma e que falou aos praças dos motivos da formatura. Mandou chamar os oficiais. E cerca de uma hora da madrugada de 15, estando fora do quartel, dali se aproximou o então cap. Hermes Rodrigues da Fonseca (futuro presidente) que lhe transmitiu mensagem do marechal Deodoro, destinada ao major Solon, no sentido de que "o rompimento devia ser feito pela manhã, pois só a esta hora poderiam desembarcar as forças navais", que apoiariam o

movimento.

Em 24 jan. 1890, tenente, foi, como homem de confiança do Governo do presidente marechal Deodoro, comissionado major fiscal (subcomandante) do 2º Batalhão da Brigada Policial do Distrito Federal, que comandou de 12 abr. a 27 mai. 1890. Então, passou a fiscal (subcomandante) do Corpo de Cavalaria da Brigada Policial do Distrito Policial onde foi elogiado por sua atuação "no controle à greve de carroceiros e cocheiros do Rio de Janeiro" e por "haver evitado incidentes entre as sociedades carnavalescas rivais". E, mais, "por haver restabelecido a ordem em conflitos ocorridos em 30 jan. 1892".

Ao deixar a polícia, em 21 ago. 1892, depois de mais de 2 anos a ela servir como subcomandante e comandante de unidades de cavalaria e infantaria, foi elogiado "por relevantes serviços prestados desde a Proclamação da República".

Ainda tenente foi comissionado tenente coronel comandante do Corpo de Cavalaria da Polícia de São Paulo por 7 meses, de 11 out. 1992 a 25 abr. 1893, antes de eclodir a Guerra Civil 1893-95 que enlutou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Retomou como tenente ao Rio onde tomou parte no combate à Revolta da Armada na Guanabara e por tal participação contou em dobro, os seguintes serviços prestados no combate à mesma e à Guerra Civil no Sul.

6 set. 1893 - 2 fev. 1894: a disposição do comando da Escola Militar da Praia Vermelha, guarnecendo as defesas de Botafogo e Copacabana contra 1/5 da armada revoltada.

- 3 fev. 13 mar. 1894: como capitão ajudante de campo do ajudante General do Exército gen. Bibiano Sérgio Fontoura Costallat o encarregado do combate na baía da Guanabara da Revolta da Armada. Nesta função trabalhou duro na coordenação das medidas militares para combater a Revolta até a chegada da Esquadra Legal adquirida pelo mal. Floriano nos EUA, Inglaterra e Prússica e operada por oficias e marinheiros fiéis, oficiais do Exército, alunos de nossas escolas militares e marinheiros estrangeiros contratados nos EUA. Foi aí que por várias vezes fez a ligação entre o presidente Floriano Peixoto no Itamarati e o seu chefe e ajudante general do Exército executivo do combate à Revolta no Rio.
- 24 fev. 21 mar. 1895: em serviço no 6º RC de Santa Vitória do Palmar, (atual Regimento João Manuel de São Boija), destacado em Osório RS (atual) no combate à Guerra Civil 1893-95, próximo de seu final no Rio Grande do Sul.

Em 1896 foi ajudante de ordens do presidente de Goiás, de onde retornou para o 1º RC (atual Dragões de Brasília) e casou em 23 dez. 1886, aos 26 anos, com d. Leonídia Fernandes Cardoso que conheceu ali em São Cristóvão, próximo do Quartel do Regimento. Moça que chamava muita atenção dos militares do Regimento "junto com mais duas irmãs, por serem 3 morenas muito bonitas". Deste consórcio tiveram 16 filhos, que descontados 5 que não se criaram, acompanharam o casal pelo Brasil afora. Imagine-se hoje um oficial deslocar-se com tamanha prole?

Em 1888, ainda sem filhos vivos, fez sua derradeira tentativa de cursar a

Escola Militar. Esteve destacado em 1889 no 2° RC (Regimento Osório atual) em Jaguarão e de lá foi mandado para o 8° RC em Curitiba.

Foi nesta missão, em Curitiba, que em 24 fev. 1889, nasceu-lhe seu filho Leônidas, o pai do presidente, seguramente concebido e gerado no Rio Grande do Sul.

Por ocasião das agitações que precederam a Proclamação da República, delas participou, a partir de 12 out. 1889, como secretário interino do então 9° RC (atual Regimento Andrade Neves) que fora transferido de Ouro Preto por incidente com a polícia e acantonou no Quartel do I° RC em São Cristóvão.

E com seu regimento (o atual Andrade Neves) reduzido e a pé, e armado de espadas, clavinas e revólver, protegeram a artilharia até o Campo de Santana, onde, em 15 nov. 1889, teve lugar a deposição do Gabinete Ouro Preto e a proclamação, de fato, da República. Junto ali estava seu irmão Augusto Ignácio como aluno da Escola Militar da Corte.

Joaquim Ignácio como conspirador pela República, havia sido um dos 42 integrantes do Exército e Armada que ingressaram no Clube Militar em 5 nov. 1889, além de ser um dos 160 signatários do Pacto de Sangue firmado nos dias 11 e 12 nov., "de acompanharem Benjamin Constant até a resistência armada".

Em 16 nov. 1889, acompanhou o porto-alegrense major Solon Ribeiro, pai de Ana de Assis, futura esposa de Euclides da Cunha, até a presença do imperador d. Pedro II, para entregar-lhe a carta depondo-o e indicando-lhe o exílio, em função da Proclamação da República no dia anterior. Junto foi também o ten. Sebastião Bandeira. Ao seu irmão, Augusto Ignácio, como aluno da Escola Militar no último ano, não foi oferecido o Pacto de Sangue.

Joaquim Ignácio era oficial do dia aos Iº e 9º RC na noite de 14/15 nov., onde teve atuação relevante fazendo por isso jus a promoção a tenente por serviços relevantes como se verá adiante.

Então, foi elogiado pelo ajudante general do Exército gen. Bibiano Costallat, em Ordem do Dia 600, de 1894 nos seguintes termos:

"Abnegação, acrisolado patriotismo e amor ao cumprimento do dever e agradecido pela leal, constante e eficaz coadjuvação que prestou como ajudante de campo do ajudante general de Exército, durante a Revolta na Armada."

Ao ajudante geral coube comandar o combate à Revolta de 1/5 da Armada na baía de Guanabara e Niterói. E ao seu ajudante de campo tenente Joaquim Ignácio, obviamente, coube destacado papel na coordenação e transmissão de ordens entre o presidente, o ajudante general do Exército e aos comandos subordinados.

O gen Bibiano nascera em Porto Alegre no final do ano em que o duque de Caxias pacificou a Revolução Farroupilha e era o presidente da Província e seu comandante das armas. Bibiano foi aluno brilhante e muito aplicado em colégio local. Ingressou no Exército em 1883, aos 18 anos, combateu com bravura na Guerra do Paraguai onde ascendeu rápido por promoções por atos de bravura. Depois da guerra foi professor da Escola Militar da Praia

Vermelha. Gozava no Exército excelente conceito de bravo e inteligente. Foi importante elemento em que se apoiou o marechal Floriano Peixoto para combater a Revolta de 1/5 da Armada na baía de Guanabara e Niterói. Foi ministro do Superior Tribunal Militar. Exercia a chefia do Estado-Maior do Exército ao falecer em 8 dez. 1904, aos 59 anos. Foi católico fervoroso cuja fé aumentava com o passar dos anos. Este foi o chefe que escolheu o ten. Joaquim Ignácio para seu ajudante de campo, em momento crucial e perigoso.

## Em Porto Alegre

Liberado da função de ajudante de campo do ajudante general, comandou uma companhia do Colégio Militar do Rio de Janeiro. A seguir foi enviado para o 6º RC em Porto Alegre, ao final da Guerra Civil 1893-95, ou Revolução Federalista de 93.

Lá não adaptou-se ao frio. Muito doente, obteve licença para tratamento de saúde, uma constante em sua vida militar, ao ponto de adquirir mais tarde, em Mato Grosso, "impaludismo e beribéri curáveis."

### No Paraná

Serviu no Paraná no 6° RC, em Palmas, Ponta Grossa e Curitiba, de 1896-25 jun. 1906, por cerca de 10 anos, com uma interrupção em Mato Grosso, tendo sido ajudante, subcomandante e comandante do 6° RC em operação de rescaldo e consolidação da vitória sobre a Guerra Civil 1893-95 que enlutou aquele estado. Serviu no 5° Distrito Militar (atual 5ª RM / 5a DE - Heróis da Lapa). Em Curitiba foi condecorado com a medalha de ouro por mais de 30 anos de bons serviços e promovido a major e elogiado "como comandante de brio do Exército, pela lealdade à República, patriotismo e amor à disciplina". Foi-lhe autorizado usar a espada que lhe fora doada pelo Aviso 1920 de 2 fev. 1906, a qual lhe fora oferecida em Curitiba, em 29 jul. 1905, no 10° aniversário de morte do mal. Floriano Peixoto, na fazenda Paraíso, em Floriano atual, próximo de Resende, em Barra Mansa. Durante sua permanência em Curitiba ocorreu a Guerra de Canudos no sertão baiano.

#### Em Mato Grosso

1898 - Apresentou-se ao 7° RC, em Miranda - MT (fronteira do Baixo Paraguai) sendo subcomandante e logo a seguir comandante, de 21 mar. 1898 - 3 jan. 1900, no combate de revolta ocorrida no Sul de Mato Grosso. Ali foi atacado "de impaludismo e beribéri curáveis."

Foi assim elogiado em 3 jan. 1900: "Lhe estendo os aplausos pelo modo brilhante, correto e de verdadeiro soldado com que se houve naquele cargo de fiscal (subcomandante), durante a revolta do sul de Mato Grosso."

### Em Jaguarão - RS

Como major foi enviado a Jaguarão - RS para comandar o 2º RC (atual Regimento Osório) e à Fronteira de Jaguarão onde permaneceu algum tempo. Retomou para servir no 1º RC (atual Dragões da Independência de Brasília).

## No Rio de Janeiro novamente

No Rio assumiu o subcomando da la RC e com ele participou das manobras no Curato de Santa Cruz, de 12 ago. - 15 set. 1907, idealizadas pelo general Hermes Ernesto da Fonseca, com o distrito a seu comando (a atual la RM - Marechal Hermes). Tenente coronel em 5 ago. 1908, passou a comandar o la RC e a seguir, ainda no Rio, o 13° RC, com o qual participou das manobras de Santa Cruz, em 1910.

Em 1911 foi louvado por sua atuação no combate à Revolta dos Marinheiros ou da Chibata em 1910, liderada pelo marinheiro Manuel Cândido, de Encruzilhada do Sul - RS.

Em 10 jan. 1912 é coronel por merecimento. Passou a comandar mais uma vez o seu lº Regimento de Cavalaria (o atual 1º RC Dragões de Independência) que hoje guarnece o seu neto, presidente Fernando Henrique Cardoso. Unidade cuja história foi pioneiramente publicada por nós em artigo no *Correio Brasiliense*, Brasília, 21 abr. 1972, sob o título "Uma testemunha dos grandes momentos de nossa História". Depois foi publicado com nossa assessoria reconhecida pelo autor Cap. Alcides Thomaz Aquino Filho o livro *Dragões da Independência.* Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1972 (Coleção Sesquicentenário da Independência) onde figura o ex-comandante coronel Joaquim Ignácio Cardoso como ex-comandante entre outros ilustres assinalados soldados desde 1809.

Ali elogiado por haver introduzido e instituído no regimento o esporte "Caça à raposa, a cavalo". Foi no lº RC que foi promovido a general de brigada, em 2 jun. 1914, aos 54 anos.

## Em Bagé - RS

De 2 out. a 13 dez. 1915 comandou a 3ª Brigada de Cavalaria em Bagé, a atual 3ª Bda. C. Mec - Mal. Patrício Correia Câmara. Era a época do combate à Revolta do Condestado, em Santa Catarina e Paraná.

#### Em Recife - PE

De 29 abr. 1916-12 nov. 1919, durante a la Guerra Mundial, por mais de 3 anos e meio comandou a Região Militar, em Recife - PE, tendo se esforçado ali para estimular a formação de reservistas com apoio na Lei do Serviço Militar Obrigatório, inaugurado, em 1916, com o lo sorteio militar realizado no atual QG do Exército e palácio Duque de Caxias, durante a 1 a Guerra Mundial, em cerimônia presidida pelo presidente Wenceslau Braz.

## Em Belém -PA

De 7 jan. 1920 a lº mar. 1921, por um ano, comandou a atual 8ª RM em Belém do Pará, que abrangia parte da atual 10ª RM em Fortaleza.

## Em Mato Grosso - Revolução de 1922

De 13 ago. 1921 a 30 mar. 1922, comandou a la Circunscrição de Mato Grosso e atual 9a RM/9a DE. Ali foi acusado de envolver-se na conspiração tenentista, antioligárquica, de que resultaria a Revolução de 1922 no Forte de Copacabana, na Escola Militar no Realengo e no Mato Grosso. Neste liderada por seu substituto e em 5 jul., o general Clodoaldo da Fonseca. Movimento que ali fracassou por completo e pôs fim à brilhante carreira do general Clodoaldo, grande figura da Reforma de 1808. Foi ele que na Europa adquiriu canhões Krupp, metralhadoras Madsen e fuzis Mauser, com respectivas fábricas de munições que por muitos anos supriram nosso Exército. Era primo do marechal Hermes.

Em consequência, o general Ignácio Joaquim foi preso no Rio de Janeiro a bordo da Scout Ceará, de 19 ago. a 2 dez., por mais de 100 dias, atendendo a ordem do ministro da Guerra Pandiá Calógeras e do presidente Arthur Bernardes, em razão das ocorrências de Mato Grosso. Colocado em liberdade por não ter sido denunciado pelo adjunto do promotor da 6ª Circunscrição Judiciária Militar, como o responsável pelos acontecimentos em 5 jul. 1922 (Revolta de 1922, episódio dos 18 do Forte). A repressão foi violentíssima, muitos oficiais foram presos na ilha Grande. Em 8 jan. 1923 foi novamente preso por ordem do governo, do presidente Arthur Bernardes, na la RM, onde ficou até 5 mai. 1923, quando foi reformado com apoio no Art. 51 do Dec. Legislativo 4.555 de 10 ago. 1922, revigorado pelo Art. 54 da Lei 4.632 de 6 jan. 1923, visto contar com mais de 40 anos de serviços (em realidade cerca de 48 anos). Foi reformado aos 63 anos depois de relevantes serviços prestados ao Brasil do que é eloqüente testemunha sua fé de ofício aqui interpretada e sintetizada. Sobreviveu pouco mais de um ano ao rude golpe e humilhante e, ao que parece, injusta prisão. Faleceu em jun. 1924 no Rio de Janeiro aos 64 anos. Foi promovido a marechal post mortem.

#### O seu filho gen. brigada (na Reserva) Leônidas Cardoso

Nasceu em Curitiba em 24 fev. 1889, indo para o Rio para onde seu pai, alferes de cavalaria, iria participar, com destaque, da propaganda, proclamação e consolidação da República, conforme demonstramos.

De retomo ao Paraná, em jun. 1905, aos 16 anos, ingressou na primeira turma da novel Escola de Guerra de Porto Alegre (1906-11), de onde saiu aspirante a oficial de intendência na la turma com este título, sendo ali contemporâneo, entre outros, dos mais tarde mal. Eurico Gaspar Dutra e gen. Pedro Aurélio Góes Monteiro a cujos gabinetes, como ministros da Guerra ele integraria como intendente.

Em Porto Alegre, no Casarão da Várzea, participou da inflexão do bacharelismo militar equivocado, do ensino no Exército de 1874-1904, para o profissionalismo militar que até hoje sustenta, em decorrência do Regulamento de Ensino do Exército de 1905. Este, imposto por veteranos e filhos de veteranos heróis do Exército na Guerra do Paraguai e outros profissionais das Armas ou tarimbeiros, como o seu pai, então capitão de cavalaria em Curitiba.

Trabalhou no serviço de intendência em função denominada contador. Serviu, ao que consta, no Rio, no Iº RC, atual Dragões da Independência de

Brasília, hoje encarregado da guarda do seu filho presidente.

Em 1910 foi promovido a 2º ten. e em 1914 deu início a atividade literária em jornais, escrevendo inclusive sobre história, em jornais e revistas de curta duração.

E foi num crescendo até colaborar com os importantes jornais *Correio da Manhã*, O *País*, *Gazeta de Notícias*, O *Globo*, A *Noite*, O *Imparcial* e o *Jornal do Brasil*.

Em nossas revistas militares contribuiu com o número inaugural de *Nação Armada*, em 1939, sob a direção do gen. Affonso de Carvalho, biógrafo de Caxias e de Rio Branco e, com extenso artigo de 13 páginas, intitulado "Jubileu da República - História do 15 de novembro", seguramente, tendo em mente reverenciar a atuação assinalada de seu pai e seus companheiros no episódio, e aqui demonstrada, o que consegue fazer com provas irrefutáveis.

Tendo muito escrito sobre a Proclamação da República em seu Centenário, conforme consta da bibliografia, o artigo do major Leônidas é o que melhor radiografou e monitorou passo a passo o núcleo e motor da conspiração militar chamado Aliança Tríplice, ao qual se juntaria, em 30 de outubro, o porto-alegrense, major de cavalaria Frederico Solon Sampaio Ribeiro que passou a dirigir os trabalhos conspiratórios e, em fase em que havia a convicção, por diversos indícios da existência de plano secreto do governo para dissolver o Exército para garantir o 3º Reinado. Plano traduzido pela arregimentação da Guarda Nacional, criação da Guarda Cívica, aumento das polícias militares da Corte e Rio de Janeiro, todas armadas e instruídas às pressas, com fuzis Comblain de retro carga, ficando o Exército com as Minié de carregar pela boca etc. Quando o major Leônidas perdeu o pai contava cerca de 36 anos tendo naturalmente ouvido muito do pai e amigos detalhes da conspiração militar que resultou o 15 de novembro. Assim seu artigo é de muito valor histórico e fonte básica da história do 1º de Novembro.

Como 2° ten. tentou medicina e interrompeu o curso em 1917, formado em farmácia. Foi promovido a 1° ten. em Jaguarão - RS, em set. 1919, servindo no RC local e atual Regimento Osório de Porto Alegre, onde seu pai também havia servido. É possível que tenha sido concebido em 1888, em Jaguarão. De retorno ao Rio, tentou direito, 1919-22, tendo que interromper o curso por sua participação na Revolução de 1922, junto com seu pai, conforme abordamos Foi preso no quartel do atual 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Tijuca, enquanto seu pai, gen. bda. da ativa, amargava sua dura prisão a bordo do Scout Ceará, fundeado na baía de Guanabara.

Do Rio foi enviado para a fortaleza de Óbidos - PA. E depois foi mandado servir em Belém - PA, onde conheceu a amazonense, filha de alagoanos, d. Naide Silva, com a qual se casaria em 1928, aos 39 anos e, ainda 1º ten., depois de servir no Hospital de Itatiaia e atual CRI, em 1926-27. Declarandose favorável à Revolução de 5 jul. 1924, foi enviado para São Luís do Maranhão, para ali servir no atual Batalhão de Caçadores local e pouco dias depois da morte de seu pai.

E acompanhou com entusiasmo a grande Coluna Miguel Costa, a qual juntou-se à Coluna Prestes, vinda do Sul para realizarem a Grande Marcha

depois deste, então tenente, revoltar parte do atual Iº Batalhão Ferroviário de Lajes - SC, então sediado em Santo Ângelo. Assumiu o comando do batalhão, que não aderiu à revolta, o então ten. José Machado Lopes, mais tarde comandante, como coronel, do 9º Batalhão de Engenharia de Combate da FEB. Coluna Miguel Costa/Prestes que escreveu páginas épicas através do Brasil, até internar-se na Bolívia em 1927.

Ao retomar do Maranhão, depois de breve passagem pela unidade de Artilharia de Itú - SP, foi mandado servir no então Depósito de Convalescentes de Campo Belo, atual Centro de Recuperação do Exército, onde contatou com o então ten. Odylio Denys, que ali fora mandado convalescer, depois de longa e sofrida prisão na ilha Grande, junto com o ten. Edmundo Macedo Soares. Este, dali conseguiu fugir e ir para a Europa, onde adquiriu os conhecimentos que aplicou na construção da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, "a mãe da industrialização do Brasil" e na fabricação de granadas de artilharia na Fábrica do Andaraí.

Ao ser desligado, em Resende, do Depósito de Convalescentes de Campo Belo (nome primitivo da cidade de Itatiaia-RJ) o Boletim Interno 147 de 13 Jun. 1927 registrou:

"Desligamento de Oficiais. Por haver entregue a carga do almoxarife e ter de seguir para a Capital Federal a fim de recolher-se ao seu estabelecimento (Colégio Militar do Rio de Janeiro), desligo nesta data o sr. 1º ten. intendente Leônidas Cardoso.

Ao desligar este oficial é com júbilo que o louvo e o elogio pelos bons serviços prestados a este Depósito de Convalescentes, onde sempre demonstrou capacidade de trabalho, inteligência, boa vontade e solicitude no cumprimento do dever, qualidades estas aliadas a um bom espírito de camaradagem e ótima educação civil e militar. Ass. major dr Boaventura de Almeida Dias, diretor."

O ten. Leônidas havia chegado a Itatiaia, vindo do 4º Grupo de Artilharia a Cavalo de Itú e seguia para o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Por diversas vezes teve como missão viajar até ao Rio junto à Diretoria de Contabilidade Geral do Exército, para receber e efetuar o pagamento dos vencimentos dos oficiais, praças e civis do Depósito de Convalescentes, em local, hoje, sede do Executivo de Itatiaia, com o nome de Campo Belo, recém-cedido pelo Exército.

Promovido a capitão em 1928, aos 39 anos, casou com d. Neyde Silva. A carreira na intendência era lenta em promoções, até pelo menos ao que lembro, a década de 50.

Participou da Revolução de 1930 que derrubou oligarquias estaduais que se haviam consolidado depois do governo do marechal Floriano Peixoto. Oligarquias que perseguiram militares e entre os quais o seu pai, grande vítima da repressão de Arthur Bernardes em 1922 e 24.

Em 1931, o capitão Leônidas formou-se em direito. Nasceu, no Rio de Janeiro em 18 jun. 1931 onde servia, na casa 24, Rua 19 de Fevereiro no Botafogo, o seu filho primogênito Fernando Henrique Cardoso, atual presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas. Casa de propriedade de sua avó e residência paterna onde viveu dois anos com

sua vó Linda, viúva do marechal Joaquim Inácio, ali, com memória exemplarmente cultuada pela sua viúva.

No ano seguinte colocou-se ao lado da Revolução de 32, que foi combatida no seu mais alto nível por seu tio, general de brigada Augusto Ignácio do Espírito Santo Cardoso, mais moço de que seu falecido pai.

E aí talvez resida a origem das posições políticas diversas dos descendentes de seu avô e dos descendentes de seu tio, aos quais estariam reservadas importantes funções na presidência de Getúlio Vargas de 1951-54. Este, por longo tempo um ídolo na família Cardoso.

Major, em 1934, foi convidado pelo seu antigo colega da Escola de Guerra de Porto Alegre, o ministro da guerra general Pedro Aurélio de Góes Monteiro para servir em seu gabinete como intendente.

A esta altura apresentava elevado índice de politização. Segundo seu filho Fernando, o pai "revelava-se nacionalista e defensor intransigente do que julgava ser os interesses do Brasil e de seu povo. Alegre, bem humorado, revelava grande facilidade em comunicar-se com os mais simples. Negociador, ouvia muito e possuía grande poder de argumentação e de persuasão. Era um consumado contador, e bem sucedido, de histórias."

Estas características, segundo os que o conheceram, teriam muito influenciado na formação do filho, ao lado de sua avó materna, de quem Fernando Henrique era o predileto e ao qual transmitiu um respeito reverenciai pelo seu avô, o marechal José Ignácio, que, morto, a sua presença espiritual e lições cívicas permaneciam vivas na casa de sua avó, como um herói da propaganda, proclamação e consolidação da República. Circunstância consagrada em monumento ao marechal Joaquim Ignácio e outros no Rio (praça Barra da Tijuca) e, figurar ele ao lado do major Solon Ribeiro, pai de Ana de Assis, esposa de Euclides da Cunha, em conhecida alegoria em que Solon entregava ao imperador, em 16 nov. 1889, a intimação para deixar o Governo e exilar-se.

Por ocasião da Intentona Comunista no Rio de Janeiro, o major Leônidas gozava férias em Icaraí com a família. Em 1938 foi contra ação Integralista frustrada de atacar o palácio do Catete de Getúlio Vargas.

Em 1939 foi convidado pelo ministro gen. Eurico Gaspar Dutra, seu colega na Escola de Guerra de Porto Alegre, para integrar o seu gabinete durante a 2ª Guerra Mundial.

Talvez por influência de Dutra, do gen. Góes Monteiro e do cel. Affonso de Carvalho, diretor da Nação Armada, inclinou-se inicialmente por uma aliança com a Alemanha. As circunstâncias posteriores o fazem recuar junto com o grupo favorável à Alemanha e para posição pró EUA/Inglaterra.

Contou-me o cel. Elber de Mello Henriques, que assistiu o cel. Affonso de Carvalho, no alto de um morro no Forte Duque de Caxias (atual CEP) dizer-lhe no início da guerra sonhar "um dia com a Esquadra Alemã fundeada na Guanabara".

Em 1940, o major Leônidas foi servir no QG da 2ª Região Militar no centro de São Paulo e residiu próximo ao parque Água Branca, onde seu filho Fernando Henrique tomou o primeiro contato com São Paulo.

De retomo ao Rio, o major Leônidas foi encarregado, acreditamos, no atual Forte Duque de Caxias, de, usando binóculos, anotar os navios que deixavam o Rio rumo ao Nordeste. Tarefa em que vez por outra seria acompanhado e ajudado pelo menino de cerca de 10 anos, Fernando Henrique Cardoso.

Promovido a tenente-coronel, em dez. 1942, continuou a servir em definitivo em São Paulo, desde jan. 1940, sob a égide de Estado Novo. Foi promovido a coronel em 29 out. 1945, passando à inatividade como general de brigada por questões de saúde, quando dedicou-se à advocacia. Engajou-se em movimentos nacionalistas durante o governo Dutra, sendo um dos fundadores, em 1948, do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), onde atuou até a criação da Petrobras. Tendo essa iniciativa inspirado o presidente Fernando Henrique a fundar e presidir em 1965 o CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

Em 3 out. 1954 foi eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que havia sido fundado por Getúlio Vargas, menos de 2 meses antes. Encerrou seu mandato em 1959.

Em 31 de março de 1964, segundo o professor Fernando Henrique Cardoso, "o seu pai, general Leônidas, morando em Copacabana, manifestou-se contra o Movimento de 64, como ex-deputado do PTB e favorável às reformas propostas por Jango Goulart. O então prof. Fernando Henrique Cardoso, segundo o próprio, "auto exilou-se no Chile por nada ter a ver com política, e ser um professor universitário, com preocupações puramente acadêmicas e, para no exílio poder ensinar mais livremente e não suportar ficar num país que iria limitar e cercear sua liberdade de expressão!"

O gen. Leônidas Cardoso faleceu em São Paulo, em agosto de 1965, com quase 76 anos, quando seu filho Fernando Henrique, com 34 anos, encontrava-se no Chile.

## O gen. Augusto Ignácio e os filhos, gen. Ciro e cel. Dulcídio

A carreira do general Augusto Ignácio pode assim ser sintetizada: praça em 1884, no Curso de Cavalaria da Escola Militar da Corte na Praia Vermelha. Alferes em 1890, depois de haver participado da deposição do Gabinete Ouro Preto e proclamação, de fato, da República, em 15 nov. 1889, junto com outros companheiros da Escola Militar. Evento do qual participou seu irmão Joaquim Ignácio, como alferes do 9º RC (atual Andrade Neves).

Integrou, de 1893-95, tropa legal que participou do combate à Guerra Civil 1893-95 no Rio Grande do Sul, ou Revolução de 93, que atingiu os estados do Paraná e Santa Catarina, em combinação com a Revolta na Armada. No curso desta guerra civil, foi promovido a tenente em 1894, e seu irmão a capitão, posto este que alcançou em 1906. Em 1898, como tenente, encontrava-se destacado na Lapa - PR, local da épica resistência, 4 anos antes, do coronel Ernesto Gomes Carneiro ao sítio federalista, liderado por Gumercindo Saraiva, apoiado por marinheiros revoltosos na Armada. Ali nasceu seu filho Ciro, futuro ministro da guerra em 1952-54 e notável comandante da AMAN.

Major em 1912, 17 anos mais tarde que o irmão. Tenente-coronel em

1917, 9 anos após seu irmão. Coronel em 1919, 7 anos depois do irmão. Foi preterido para a promoção a general de brigada em razão da Revolução de 1922, quando comandava o 4º RC em Três Corações, local da atual ESA, e quando seu irmão esteve preso no Rio por acusado de envolvimento na mesma em Mato Grosso, como comandante daquela área. Serviu em várias unidades de cavalaria no Rio Grande do Sul e Paraná e no Iº RC (atual Dragões da Independência) no Rio de Janeiro.

Reformou-se em 1923, a pedido, e seu irmão Joaquim Ignácio foi reformado por acusado de revolucionário de 1922.

Fixou-se em Três Corações, como industrial de cerâmica, onde participou das conspirações que resultaram na Revolução de 30, tendo acolhido em sua casa o tenente Djalma (Soares) Dutra, ex-integrante da Coluna Miguel Costa/Prestes, e que seria morto em 1930, a bala, em Três Corações, "acidentalmente", em condições até hoje não suficientemente esclarecidas, no que se empenha elucidar uma jornalista local, Ilze Joana Ribeiro, como provável assassinato político.

Em 1932, a oficialidade tenentista, vitoriosa em 1930, sugeriu ao presidente Getúlio Vargas, o nome do general Augusto Ignácio para ser o ministro da guerra, o qual foi surpreendido no Rio com a escolha.

Assumiu o Ministério da Guerra em 28 jun. 1932, como general de brigada reformado e na oportunidade em que lideranças civis e militares preparavam a Revolução de 1932 em São Paulo. Revolução que eclodiria 12 dias depois e cujo combate, em amplitude nacional, coube-lhe liderar no mais alto nível.

Sua posse como ministro da guerra provocou um ofício violento do general Bertoldo Klinger, de protesto por sua nomeação como ministro, alegando entre outras coisas: "Não infundir confiança dos pontos de vista de aptidão física e sob o aspecto moral... ou de que já não era um militar, pois que de militar apenas tinha lembranças da pensão militar". Alegou também que "ele não possuía o Curso de Estado-Maior".

Recebido seu ofício em 6 de julho, às vésperas de eclodir a Revolução de 32, o gen. Augusto Ignácio telegrafou a Klinger comunicando sua destituição do comando da área de Mato Grosso e a sua reforma administrativa. O general Bertoldo Klinger foi escolhido para comandar as tropas revolucionárias paulistas e o general Augusto Ignácio ocupou-se em organizar, no mais alto nível, o combate aos revolucionários de 1932 em todo o Brasil.

Afastou de seu gabinete tenentes radicais. Criou o Correio Aéreo Nacional (CAN) e a Escola de Educação Física. Organizou o Conselho de Segurança Nacional. Instituiu a Comissão Técnica e consolidou as Escolas de Armas.

Regulamentou as Formações Sanitárias, Divisionárias, o Serviço Telegráfico em Campanha, o Serviço Geográfico do Exército e a Escola de Aviação do Exército, etc.

Fez uma administração profícua, conforme o registrou o general Francisco de Paula e Azevedo Pondé em *História Administrativa do Exército - Re-*

pública.

Reverteu ao serviço ativo do Exército em abril de 1933, como general de brigada. Em 11 dez. 1933, dia da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, pediu demissão do cargo de ministro do Exército.

Fixou residência no Rio e foi reformado pela 2ª vez, em 1° de julho de 1938, como general de divisão, com 44 anos de serviços, pois estivera fora 10 anos. Faleceu no Rio em 23 de setembro de 1947, aos 63 anos.

Casado com Ana Fernandes Cardoso, irmã de sua cunhada Leonídia, esposa de seu irmão Joaquim Ignácio. Dois de seus filhos foram generais: gen. Ciro do Espírito Santos Cardoso, duas vezes nome de turma na AMAN e considerado o general cadete nascido em 1898, na Lapa - PR, e foi chefe da Casa Militar (1951-52) e ministro da Guerra de Getúlio Vargas (1952-54).

Era seu irmão o gen. Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, professor do Colégio Militar do Rio de Janeiro, que foi secretário de Segurança de São Paulo, em 1937, como major, e prefeito do Rio de Janeiro em 1952-54, quando casou com a cantora portuguesa Ester de Abreu.

## General Ciro do Espírito Santo

Nasceu na Lapa - PR em 24 ago. 1898. Ingressou na Escola Militar de Realengo em 1915, sendo declarado aspirante a oficial de infantaria em 1918. 2° ten. em 1919, tendo servido nos 7° RI (atual 7° BI Mtz - Batalhão Gomes Carreiro) em Santa Maria, e no 54° BC em São Gonçalo - RS. I° ten. em 1921.

Instrutor de infantaria da Escola Militar do Realengo em 1922, participou com destaque da Revolução que ali teve lugar. Em conseqüência foi preso por um ano e quatro meses. Seu pai pediu transferência para a Reserva e seu tio Joaquim Ginásio foi preso no Scout Ceará e reformado, e faleceu em 1924. Seu primo 1° ten. Leônidas Cardoso foi preso no quartel do atual 1º BPE - Marechal Zenóbio da Costa e a seguir enviado para a fortaleza de Óbidos no Pará. Os militares de sua família pagaram alto preço então. Sua carreira foi paralisada. Com a vitória da Revolução de 30, foi promovido a capitão em 15 nov. 1930.

Seu pai, em jun. 1932 foi resgatado da reforma e nomeado como general reformado, ministro da Guerra de Getúlio Vargas, e ele a ajudante-de-ordens do pai, depois de servir no 11° RI em São João dei Rei, cidade onde passaria os últimos dias de sua vida, trabalhando por ela, que em reconhecimento o reverenciaria com monumento.

Major em 1934, na EsAO. Retomou ao 11° RI em 1935 e, de 1935 a 36, cursou a ECEME e obteve 2° lugar ao final do curso. Instrutor de infantaria no Realengo em 1937. Oficial do EM/2ª RM em São Paulo, onde cooperou com seu irmão, major Dulcídio, então secretário de Segurança Pública de São Paulo. Oficial do EME em 1938. Chefe do EM/7ª RM, no Recife, 1939-40. Ten.-ceL em 1940 e comandante do Batalhão de Guardas (atual BGP Batalhão da Guarda Presidencial de Brasília, o responsável também pela segurança de seu primo presidente).

Coronel em 1942, chefiou o Gabinete do Conselho de Segurança Nacional de jul. 1943-46, órgão que fora organizado por seu pai.

General de brigada em 1946. Serviu no EME, comandou Núcleo das Unidades Escolas. De 1947 a 48, subcomandante da 3ª DI - Santa Maria, (atual 3ª DE - Divisão Couraçada). Comando da Escola Militar de Resende em 1948-50 (atual AMAN) onde tomou-se líder dos cadetes que o consagraram com o título de general cadete e o elegeram duas vezes como nome de turmas dela egressas, em 1948 e 1950.

Quando ingressamos na AMAN, em 1953, ele transpôs conosco, simbolicamente, o portão destinado à entrada de novos cadetes e na qualidade de general cadete.

Da AMAN foi comandar a 7ª RM em Fortaleza, pronunciando-se a favor da posse de Getúlio Vargas, contestada pela imprensa e políticos, o que lhe valeu convite para presidir a Casa Militar do presidente Getúlio Vargas, de 31 jan. 1951 a 10 abr. 1952, cumulativamente com a Secretaria do CSN e Comissão Especial da Faixa de Fronteira.

Em 26 mar. 1952, exatamente 30 anos passados, substituía o pai na função de ministro da Guerra do presidente Getúlio Vargas e em substituição ao general Newton Estillac Leal (seu primo longínquo). E passou a um combate efetivo do comunismo no Brasil.

General de divisão em ago. 1952. De set. a nov. 1952 foi ministro da Marinha, interino.

Em 8 fev. 1954, 82 coronéis divulgaram o Manifesto dos Coronéis que traduzia: "Inconformismo de ser a dotação orçamentária do Exército menor do que a das outras FFAA; aumento de 100% do salário mínimo, aberração que subvertia valores profissionais; apelo ao reaparelhamento do Exército e, apontando a ameaça dos quadros institucionais pelo comunismo.

Este manifesto lhe custou o cargo em 23 fev. 1954, sendo substituído pelo general Euclides Zenóbio da Costa, ministro da Guerra até o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 ago. 1954.

A seguir foi diretor de ensino no Exército, no resto de 1954. Comandou a 4" RM/4ª DI, em Juiz de Fora, de jan. 1955 a fev. 1956. Diretor geral do Serviço Militar em mar. 1956, quando ordenou a prisão do cel. Neno Canabarro I ucas, líder da Frente de Novembro em favor do general Henrique Lott.

Dez. 1956 a mar. 1957, foi diretor do Material Bélico. Entre mar. e mai. 1957 estagiou na Escola Superior de Guerra. Comandou o IV Exército (atual CMNE) de jun. 1957 a mar. 1959. Gen. de Exército em ago. 1958, assumiu a Diretoria Geral do Pessoal de abr. a 17 jul., quando passou à Reserva como marechal.

Retirou-se para São João dei Rey, onde passou a dirigir a faculdade local, à frente da qual deparamos, em 1982, quando comandamos 4° BE Cmb. e a caminho de Juiz de Fora, seu monumento.

E ali, a gratidão de um sobrinho - político nosso, por casado com uma sobrinha, e uruguaio da família de Gumercindo Saraiva, que cercara a Lapa, local onde o marechal Ciro nasceria 4 anos mais tarde.

Gratidão pela maneira paternal com que o marechal Ciro o recebera e resolvera seu problema, à primeira vista insolúvel.

O marechal Ciro faleceu em Belo Horizonte, em 31 ago. 1979, aos 81

anos. No início dos anos 50, um filho seu de nome Augusto, homenagem do ilustre avô, foi cadete da AMAN e formou-se oficial sem completar a carreira, morrendo de grave doença.

Foi um trotista famoso, que segundo consta no folclore acadêmico, deu origem ao trote *Augustometro*. Este consistia em o futuro cadete e chamado bicho, colocar o dedo indicador no solo e girar rapidamente em tomo dele. Segundo outros depoimentos, o tratamento de Augustíssimo dispensado pelos bichos aos cadetes veteranos teria sido derivado do nome do célebre trotista. Outro filho de general Ciro foi o seu homônimo que cursou as escolas preparatórias de cadetes de Fortaleza e São Paulo, onde deixou uma boa imagem entre seus colegas e depois seguiu a carreira diplomática, onde se aposentou.

E assim concluímos este ensaio, que servirá ao leitor e pesquisador interessado para aprofundar e fazer interpretações e correlações.

#### **FONTES CONSULTADAS**

- ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (Fé de Oficio do Mal. Joaquim Ignácio Cardoso).
- ARQUIVO DO CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE ITATIAIA Alterações do ten. Leônidas Cardoso em 1926-27).
- BENTO, Cláudio Moreira. O Exército na proclamação da República. Rio de Janeiro: SENAI, 1989.
  - . A Guarnição militar do Rio de Janeiro na Proclamação da República. Rio de Janeiro: FHE-POUPEX, 1989. (Álbum ilustrado).
- . A 3ª RM na Guerra Civil 1893-95 em: *História da 3ª RM.* Porto Alegre: 3ª RM, 1995. p.75-143.
  - . Controvérsias sobre a Proclamação da República. *Revista do Exército*, v.127, jul/ago 1990.
- . O centenário da Revolta na Armada. A Defesa Nacional. nº 762, out./dez. 1993.
  - . Deodoro, destino de um soldado. *Revista do Brasil,* 1989. (Comemorativa do centenário da República).
- . Os 70 anos do lº Sorteio Militar. A Defesa Nacional. nº 729, jan./fev. 1987.
- . Mal. Floriano Peixoto, centenário de morte. A Defesa Nacional, nº 288, 1987.
- . A intervenção estrangeira na Revolta na Armada. RIHGB, nº 379, abr./jun. 1992.
- . 1994 Jubileu de ouro daAMANem Resende. V. Redonda: Gaze- tilha, 1994.
- . CARDOSO Leônidas. Jubileu de Ouro da República. Nação Armada. nº 1, 1939.
- . CIOCCARI, Vanice. Pesquisadora confirma raízes negras de FHC. O Globo, Rio de Janeiro, 23 maio 1999.
- . CLUBE MILITAR. Revista nº 288, 100 anos do Clube, 1987. Rio de Janeiro, 1987.
- . FUNDAÇAO GETÚLIO VARGAS. CP-DOC. *Dicionário Histórico e bibliográfico Brasileiro 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense, 1984. 4v. (Coordenado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu).
- . LEONI, Brigitte H. Fernando Henrique Cardoso O Brasil do Possível. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

. PONDE, Francisco de Paula e A. P. *Organização e Administração do Exército - República.* Rio de Janeiro: BIBLEx, 1994. (V. 37).

. SILVEIRA, Urias da. *Galeria Histórica da Revolução Brasileira de 15 de Novembro 1889*. Rio de Janeiro: Tip. Laemmert, 1890.

# HOMENAGEM AO PROFESSOR ANTÔNIO PIMENTEL WINZ 2001

Cláudio Moreira Bento

Honrado para falar nesta hora de saudade e de consagração sobre o prof. Antônio Pimentel Winz, dentro da sua vida e obras notáveis evocarei algumas tangências de nossas vidas e obras no campo da História Militar do Brasil.

Nossa aproximação com Pimentel se deu em função da obra que o consagrará na historiografia do Brasil, tendo por tema a Casa do Trem, à qual, entre tantos outros títulos, cabe o de berço do ensino militar acadêmico nas Américas e do ensino superior civil no Brasil ao ali ser criada em 19 de dezembro de 1792, pelo conde de Resende, no aniversário da rainha d. Maria I e sob a égide do príncipe regente d. João, a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, destinada a formar para o Brasil Colônia oficiais de Infantaria, Cavalaria, Artilharia e engenheiros militares e civis.

Obra que Pimentel publicou em 1962 sob o título História da Casa do Trem - Estudos e documentação, comemorativa do bicentenário da mesma em 12 de outubro de 1962 e sob a égide do Museu Histórico Nacional. Obra prefaciada por Josué Montello, diretor do Museu, que referiu-se 35 anos atrás a Pimentel Winz como já possuidor de excelente folha de serviços à cultura brasileira. Obra fruto de 10 meses de pesquisas de Pimentel, com 676 páginas enriquecidas com índice analítico e onomástico, a qual dedicou à memória de seu avô, o marechal Antônio Gomes Pimentel, "fiel servidor da Pátria e exclusivamente soldado". Avô cuja vida e obra resgataria em 1967 com o livro Um consolidador da República e tendo como fonte o riquíssimo e bem cuidado arquivo pessoal do biografado, que sempre guardou com muito carinho e orgulho. Arquivo a que recorreu para escrever, a nosso pedido, como diretor cultural e da Revista do Clube Militar, na edição do centenário do Clube, o original artigo "Repercussões na imprensa da fundação do Clube Militar". Artigos que ilustramos com 3 fotos dos livros 1 a 3 Apontamentos organizados pelo marechal Antônio Gomes Pimentel, fontes valiosas para a história do Exército no final do século XIX e início do século XX.

Antes, em 13 de dezembro de 1975, faz 25 anos, fomos só nós dois eleitos sócios honorários do IHGB e eu efetivo em 27 de dezembro de 1982, quando comandávamos o 4°. Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá e, cinco meses mais tarde, em 25 de maio de 1983, deu-se a efetivação de Pimentel.

Em 1984, pelas mãos dos inesquecíveis confrades nesta casa, generais Jonas Correia e F. P. Azevedo Pondé, fomos juntos eleitos e empossados membros efetivos da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro conforme seu livro de matrículas n. 5, fl. 45, em 1984.

Em 1989-1990 integramos a diretoria do Instituto de Geografia e História Militar, tendo Pimentel como seu 1º. vice-presidente, o único civil a exercer esse cargo, e nós como bibliotecário.

Pimentel colaborou com a *História Naval Brasileira* com o capítulo Incursões de corsários e piratas. Para os *Anais do Museu Histórico Nacional* (v. XV, 1964) escreveu Notas históricas sobre N. S. de Copacabana.

Pimentel, por sua dedicação, gosto e produção de trabalhos de história militar, a semelhança do barão do Rio Branco, Gustavo Barroso, Pedro Calmon e Eugênio Vilhena de Moraes, hoje consagrados patronos de cadeira da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, foi eleito acadêmico para inaugurar a cadeira que tem por patrono o dr. Eugênio Vilhena de Moraes.

Escolhemos para cenário de sua posse a Escola Naval, na ilha de Villegaignon, sítio histórico tão presente e vivo em seus estudos sobre piratas e corsários. Sessão assistida e aplaudida pelo Corpo de Aspirantes daquela escola, em ocasião que era inaugurada também cadeira que tem por patrono em vida nosso ilustre confrade nesta casa, o almirante Hélio Leôncio da Silva, que foi o primeiro comandante do navio aeródromo Minas Gerais, além de primeiro aluno em três cursos regulares na Marinha e o historiador do Corpo de Fuzileiros Navais. Pimentel assim iniciou sua oração de elogio ao seu patrono dr. Eugênio Vilhena de Moraes:

"Esta solenidade adquire especial importância por realizar-se num local de tantas tradições históricas e gloriosas para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro."

E seguiu evocando a história do local e seu patrono. Em seu ingresso na AHMTB foi saudado em nome de seus integrantes por seu vice-presidente e atual acadêmico emérito, cel Arivaldo Silveira Fontes que, depois de desfilar síntese do alentado currículo cultural do professor Pimentel, o entregou em anexo para arquivo com 17 páginas, do qual destacamos a relação de 17 trabalhos individuais como estagiário da Escola Superior de Guerra, entidade a que tinha grande orgulho e prazer intelectual de pertencer e onde era muito estimado.

E concluiu Arivaldo Silveira Fontes a recepção de Pimentel:

"Pelo acervo de trabalhos já realizados, pelo seu acentuado pendor para as lides históricas, em especial as que se referem aos nossos fastos militares, a Academia de História Militar Terrestre do Brasil sente-se honrada em acolhê-lo como acadêmico titular na cadeira Prof. Eugênio Vilhena de Moraes, o grande biógrafo do Duque de Caxias, o Pacificador, o Patrono do Exército e agora de nossa Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Bem-vindo a nossa Instituição! "

Por toda essa afinidade com a história militar e com os militares das três forças, onde era muito estimado, em diversas reuniões, para estranheza de muitos, o mencionava e o distinguia como coronel Antônio Pimentel Winz, senão oficialmente, ao menos, e sinceramente, no meu coração. No meu coração de soldado!

# LEMBRANDO DANTE DE LAYTANO (In memoriam) DANTE DE LAYTANO (1908-2000)

2001

Cláudio Moreira Bento

Faleceu em Porto Alegre em 18 de fevereiro de 2000, aos 92 anos, Dante de Laytano, sócio do nosso IHGB no Rio Grande do Sul desde 13 de julho de 1954, como honorário, e como correspondente desde 15 de dezembro de 1975. De origem italiana calabresa, nasceu em Porto Alegre em 23 de março de 1908. Foi casado duas vezes sem deixar descendentes, terminando com ele o ilustre nome Laytano, de tão expressiva, longa e alegre animação efetiva da cultura gaúcha.

Dante de Laytano, que completaria 46 anos de sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, era seguramente um dos mais antigos sócios do IHGB. Ele foi personalidade singular, marcante e muito querida no mundo intelectual gaúcho como o seu maior folclorista, além de historiador, escritor e conferencista disputado.

Sua produção literária foi vastíssima e variada e balizada no *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991, p. 93-94, v. 1 e, em mais de uma página, no *Dicionário bibliográfico gaúcho* de Pedro Leite Villas-Bôas em 1991. Este, outra grande e sentida perda recente da historiografia gaúcha onde deixou nome imortal, bem como a de Ivo Caggiani, o maior historiador residente nas fronteiras do Brasil, com obra modelar relacionada com a pesquisa, preservação, reconstituição, registro diário e divulgação da história de Santana do Livramento.

Da obra de Dante de Laytano destacamos dentre muitas: *História da República Rio-Grandense*, 1936; O Rio Grande do Sul e a Marinha Brasileira; Presídio de Torres; O negro e o espírito guerreiro; Africanismos no dialeto gaúcho; A fala do gaúcho; Os portugueses dos Açores na consolidação moral do domínio lusitano no extremo sul do Brasil; *História de Rio Pardo-*, Bibliografia do Rio Grande do Sul; Italianos e descendentes no Rio Grande do Sul; Açorianos e alemães na colonização e agricultura no Rio Grande do Sul; A estância gaúcha; Folclore do Rio Grande do Sul; Porto Alegre cidade açoriana; Vida religiosa de cidade do interior; Origens do folclore brasileiro; Um gaúcho amigo de Darwin; *80 lendas do Rio Grande do Sul'*, Colonização açoriana do Rio Grande do Sul; *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história do Rio Grande do Sul;* Linguajar do gaúcho brasileiro; Arquipélago dos Açores; Populações indígenas etc.

Na Revista do IHGB, conforme seu índice, na de número 400, publicou: Arquipélago dos Açores; Corografia da Capitania de Santa Catarina; A estância gaúcha; O gaúcho e o cavalo; O japonês no Rio Grande do Sul; Lendas do Rio Grande do Sul; Recordando Viana Moog e traços gerais de,inter-relações

Bahia-Rio Grande do Sul.

Foi um pioneiro em estudos sobre as presenças do negro, do açoriano, dos italianos, alemães e japoneses no Rio Grande do Sul.

Dante foi um grande animador e líder cultural carismático e muito prestigiado pelas autoridades gaúchas até ser colhido por perda de memória, que recuperou em parte, mais tarde, milagrosamente, graças à dedicação de sua segunda esposa, Tereza, antiga e jovem empregada portuguesa do casal, que não fez mais do que cuidá-lo até seus derradeiros dias, a partir de seus mais de 75 anos.

De sua parte, Dante possuía uma grande paixão platônica confessa por Cecília Meireles, que incursionara em sua área ao produzir Folclore gaúcho açoriano - notas comparativas da poesia popular das ilhas com a do Rio Grande do Sul cultural.

Dante formou-se pela Faculdade de Direito da UFRGS. Dentre outras variadas e importantes funções registrem-se: diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da PUC, do jornal *Zero Hora*, da *Revista do Instituto Histórico* e *Geográfico do Rio Grande do Sul*, do Museu Júlio de Castilhos e de sua revista, e do Arquivo Histórico do Estado, à frente dos quais realizou obra notável. Integrou o Comitê Internacional de Museus, o Conselho Estadual de Educação e a Comissão Nacional de Especialistas em Faculdades de Filosofia, do Ministério da Educação.

A história sempre o motivou e fascinou. Foi catedrático da cadeira de história na UFRGS e autor de obras consagradas mencionadas. Também lecionou história da América Latina e folclore na PUC em Porto Alegre. Adorava viajar! Visitou diversas vezes a Europa e a África, percorreu o seu amado Rio Grande de ponta a ponta e conheceu todos os seus rincões. Possuía especial carinho pelas cidades gaúchas de Rio Pardo e Torres. Os Estados Unidos ele visitou em viagem de estudos em 1942, a convite do Governo daquele país.

Mais do que escreveu, falou incansavelmente e de improviso como conferencista emérito e muito disputado. Assim, pronunciou centenas de conferências sempre bem humoradas e animadas, pelo mundo afora, inclusive nas universidades do Texas, Colúmbia, Fisk, Xavier, Harvard, Stanford, Novo México, Vermont etc. e, particularmente, na Espanha, França e Portugal. Sempre tinha na ponta da língua uma tirada espirituosa, como por exemplo: uma jovem ex-aluna, ao encontrá-lo, disse-lhe Mestre, como o senhor está bem conservado para a sua idade!" E Dante de Laytano lhe respondeu: Querida, é uma grande mentira, mas é tão agradável ouvi-la!".

Dante de Laytano fundou e presidiu por 50 anos a Comissão Gaúcha de Folclore. Foi juiz municipal, promotor público e consultor jurídico das Secretarias da Agricultura e da Educação do Rio Grande do Sul. Fundou e presidiu a Academia Brasileira de História que, com a sua retirada do cenário cultural por motivo de doença, definhou. Nela fomos por ele saudado pessoalmente em São Paulo, em 1976, focalizando nosso torrão natal, Canguçu (Mato Grande), ao assumirmos a cadeira 12 Gen. Augusto Tasso Fragoso. Aqui no Instituto ele realizou uma sessão de posse em sua Academia do historiador José Honório Rodrigues.

Presidiu a Academia de Letras do Rio Grande do Sul e foi agraciado com medalhas de distinção em diversos pontos do globo, sendo um dos detentores da Medalha J. Simões Lopes Neto, a mais alta comenda gaúcha. Foi Cidadão Emérito de Porto Alegre e necessitaríamos de enorme espaço para relatar todas as suas qualificações.

Ao fundarmos em 10 de setembro de 1986, em Pelotas, o Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul, no sesquicentenário do combate de Seival, Dante de Laytano foi eleito o seu conselheiro de Folclore, ao lado do seu grande amigo, já falecido e também sócio correspondente deste IHGB, Arthur Ferreira Filho, eleito então conselheiro de História do Rio Grande do Sul.

Abordou como escritor e conferencista os mais variados aspectos riograndenses, nos campos histórico, sociológico, culinário, folclórico, linguístico e econômico.

Dante integrou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e foi correspondente dos de Santa Catarina, São Paulo, Bahia e Pará.

Sem dúvida, uma enorme lacuna se abriu no Rio Grande do Sul e no Brasil e neste Instituto "com a partida do nobre, digno e, sobretudo, humano, muito acolhedor e conciliador Dante de Laytano", segundo o jornal *Tradição* do Rio Grande do Sul, órgão de divulgação do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), da Confederação Brasileira de Centros de Tradições Gaúchas (CBCTG) e do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul (IHTRGS). Estado cuja civilização denominava de castrense em razão de suas cidades terem sido fundadas atendendo a imperativos estratégicos militares e que tiveram seus inícios como fortes, acampamentos, e seus habitantes uma mistura de soldado e fazendeiro e soldado e agricultor, circunstância muito bem abordada pelo fluminense Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil*.

## PEDRO CALMON - HISTORIADOR MILITAR 2003

Cláudio Moreira Bento

Abordar este enfoque da vida e obra do professor Pedro Calmon, como historiador militar e na forma de Memórias e no transcurso de seu centenário em 2002, é motivo para nós de um duplo sentimento, o de alegria, ao lado do de muita saudades.

O historiador militar Pedro Calmon justifica-se pela sua eleição como patrono de cadeira da Academia de História Militar Terrestre (AHIMTB) ao lado do Barão do Rio Branco, também ex-presidente do IHGB e que nele ingressou muito jovem, com um tema de História Militar do Brasil, ao biografar o marechal José de Abreu.

Relação esta muito restrita, foi ampliada após, com os patronos de cadeiras dr Eugênio Vilhena de Morais, o biógrafo do Duque de Caxias e o intermediário, em 1925, da doação para o IHGB de sua maior relíquia, a espada invencível de seis campanhas do membro deste Instituto o Duque de Caxias e

patrono da AHIMTB e, mais o patrono de cadeira Gustavo Barroso, historiador militar que imprimiu ao Museu Histórico Nacional um caráter muito expressivo de culto às glórias castrenses do Brasil também expressivamente presentes em sua obra literária. Pedro Calmon ajudou a imprimir no Museu Histórico Nacional o caráter castrense mencionado e na condição de seu conservador por concurso público.

Pedro Calmon ingressou no IHGB em 1931, onde, dentre suas notáveis colaborações, registre-se a conferência que pronunciou e de grande repercussão sobre o Tricentenário da expulsão dos holandeses da Bahia.

Em 14 de julho de 1954 assistimos maravilhados, a sua inesquecível Aula Inaugural como cadete iniciante do 2º ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), onde focalizou as glórias militares das armas brasileiras, numa forma camoniana e brilhante, ao final da qual foi a aplaudido de pé.

Ali fui seduzido para estudar, pesquisar, preservar, cultuar e divulgar a História Militar Terrestre do Brasil, estimulado pela maneira bela como Pedro Calmon nos apresentou. E desde aí defini a minha vocação irresistível para o tema História Militar Terrestre do Brasil e em especial a do Exército Brasileiro.

Antes ele já havia estado na então Escola Militar de Resende, onde registrou no livro de Visitantes Ilustres estas impressões como que antevendo, dois anos antes, a atual denominação da AMAN como se verá. Escreveu:

Visitando esta grandiosa Escola, e o faço amavelmente conduzido pelo seu nobre comandante general Ciro do Espírito Santo Cardoso – sinto revigorada a minha confiança no Brasil.

E digna do Exército. E a Escola Militar de que necessitava a Pátria, alto baluarte de patriotismo, sobre cujas ameias inexpugnáveis flutua o pendão do heroísmo nacional, guardado pela fidelidade dos Cadetes de Caxias.

Em Resende e na sua Academia das Agulhas Negras, a 8 de julho de 1949. Ass: Pedro Calmon.

Em 1970/71 fomos encarregados em Recife, pelo então Comandante do VI Exército, Gen. Ex. Arthur Duarte Candal da Fonseca, de coordenar o projeto, a construção e a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes o que teve lugar em 19 abril 1971, como também escrever a obra então ali lançada: As batalhas dos Guararapes análise e descrição militar editada pela UFPE em 2 volumes, na qual inserimos esta magistral interpretação de Pedro Calmon do que ali ocorreu, em trecho retirado de sua palestra nas comemorações do Tricentenário das Batalhas dos Guararapes e publicado pela Revista do Arquivo Estadual de Pernambuco. E ali Pedro Calmon escreveu:

Foi nos Montes Guararapes há trezentos anos. A maior das batalhas. O supremo desafio. O duelo mortal do invasor com o filho da terra, do estrangeiro e do nativo, da poderosa opressão e da liberdade heróica.

Nestes montes Guararapes que tem a paisagem pernambucana o insólito relevo de uma fortaleza, predestinada do choque dos exércitos, em verdade fixou e definiu o luso-brasileiro o seu direito à terra. Tornou-se pela força das armas o seu dono.

No próprio sitio da batalha, fez Francisco Barreto de Menezes construir monumental - "ex voto" -a igreja barroca e vasta da Senhora dos Prazeres

dos Guararapes, que eleva suas torres brancas sobre a vegetação desse montes, pondo no panorama áspero que domina, a imprevista nota da religião e da arte...

Inaugurado o Parque dos Guararapes e lançado nosso livro sobre a batalhas ali travadas, recebemos do professor Pedro Calmon, em 17 de maio de 1971, carta em que assim nos incentivava.:

Excelentíssimo amigo Major Cláudio Moreira Bento.

la mandar-lhe parabéns calorosos pelo feliz sucesso que foi a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, a que deu o melhor de seu senso patriótico e histórico. Foi quando chegou às minhas mãos, os seus três trabalhos, todos magistrais: Descrição e análise militar das batalhas dos Guararapes; A grande festa dos lanceiros, no Parque Histórico Osório e os esboços topográficos que facilitam o entendimento das Batalhas dos Guararapes.

Envio-lhe com prazer, não somente o louvor de que é digno o seu trabalho, como a palavra cordial de estímulo, para que prossiga neste útil afã. Considero que já ninguém neste pais poderá versar o tema Guararapes, sem lhe bater à porta, pedir-lhe a contribuição, beber nas suas fontes de verdade, sobre o terreno das batalhas, inspirar-se nas ruas indicações, abonar os seus critérios analíticos e concluir segundo a sua clara e douta lição.

Não seria tudo o cercar a área dos Montes dos Guararapes, ali erigir Parque Histórico Nacional dos Guararapes e protegê-lo como lugar sagrado. Também se fazia mister iluminar com a forte luz da história este campo santo. E foi o que senhor fez com sabedoria e amor, o que Honra a Cultura e o Exército.

Já registrei o seu nome entre os patrícios ilustres que as entidades especializadas como o nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro gostariam de incluir em seus quadros.

Fico outrossim, muito grato por suas bondosas palavras. De fato, no Conselho de Patrimônio Histórico relatei o processo que mandou tombar o terreno das Batalhas dos Guararapes impedindo que ele fosse retalhado e invadido, sem contudo podermos aspirar a grande solução que foi o Parque Histórico Nacional dos Guararapes. na série prometida pelo Presidente Médici, ao inaugurar o Parque Histórico do Patrono da Cavalaria do Exército, o invicto Osório.

Em escala menor, ajudei formar-se na Bahia o Parque Histórico de Castro Alves, recentemente inaugurado pelo governador Luiz Viana.

Dei parabéns a Gilberto Freyre, a quem tanto admiramos, pelo oportuno e memorável discurso que pronunciou na inauguração ao Parque Histórico Nacional Guararapes.

Ao prezado confrade e amigo as lembranças e homenagens de seu admirador e patrício, ufano das realizações a que ligou o seu nome. Ass: Pedro Calmon.

Esta carta foi a quarta que o Professor Pedro Calmon nos enviou como Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro relacionada com a

nossa missão no Parque Guararapes.

Havíamos recebido antes, em 5 de janeiro, 25 de fevereiro e 16 de março dc 1971, três cartas do Professor Pedro Calmon em resposta às nossas de 1º de janeiro e 10 de março do mesmo ano, as quais anexamos cópias a presente abordagem. Cartas que testemunham a participação do IHGB para tomar realidade o Parque Histórico Nacional dos Guararapes.

Em sua carta de 5 de janeiro de 1971 em que nos agradeceu as informações que lhe enviamos sobre o andamento do Parque Guararapes, a certa altura escreveu:

Desejo congratular-me por intermédio de V. Excia, com VI Exército por essa realização que não honra só a cultura brasileira, como o espírito cívico das nossas Forças Armadas, em comunhão com as glórias autênticas da Pátria.

Fazemos votos para que a inauguração do Parque Histórico Nacional dos Guararapes se faça com o esplendor adequado. Seria de desejar que houvesse indicações de natureza didática para que, em visita ao campo das batalhas dos Guararapes, a juventude escolar aprenda no terreno das batalhas dos Guararapes a lição mais bela dos antepassados, na defesa militar do chão natal.

Queremos crer que o Parque Guararapes trará os maiores benefícios à educação moral dos jovens brasileiros, reatando ao mesmo tempo o culto da tradição...

...Para qualquer colaboração que desejem os organizadores, esta Velha Casa (IHGB) se põe inteiramente à disposição ...

De sua carta de 25 de fevereiro de 1971 em resposta a várias perguntas nossas em seu item 2 escreveu:

2 - Rogo ver na minha História do Brasil, edição José Olímpio em 7 tomos, os capítulos alusivos aos Guararapes, pois os considero ótimas tentativas de restauração da verdade, quanto a indumentária e a topografia, os desenhos de Watch Rodrigues que a ilustram...!

No seu item 5 Pedro Calmon respondeu positivamente ao nosso resgate da figura heróica de Antônio Dias Cardoso, hoje consagrado patrono das Forças Especiais do Exército Brasileiro e que não figurava, injustamente, talvez por ser nascido em Portugal, ao lado dos heróis de Guararapes João Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão. Mas que continua ainda injustiçado em algumas interpretações teimosas e autoritárias e sem base na História. E escreveu o mestre Pedro Calmon:

5-Não teria dúvida em incluir Antônio Dias Cardoso entre os heróis da Insurreição Pernambucana.

Deste modo confirmava o que sobre o assunto me havia escrito o mestre Câmara Cascudo e que reproduzo:

... Parabéns pela útil exaltação de Dias Cardoso, Soldado do Rei em serviço do Brasil, numa legitimidade heróica na tarefa inesquecível Louvo-o muito bem quando os profissionais de História o esqueceram...

E na carta de 16 de março de 1971 ao referir-se a subsídios que lhe enviamos relacionados com as Batalhas dos Guararapes e com nossas lutas no Rio Grande do Sul escreveu a certa altura.

... Junto ao seu precioso estudo sobre as batalhas dos Guararapes, recomenda o seu nome ao respeito dos especialistas da História Pátria, a quem o amigo contenta, falando das glórias militares do Norte e do Sul do Brasil...

## E prossegue:

... Formulamos sinceros votos pela prosperidade de seus trabalhos, sobretudo pela beleza da inauguração do Parque Guararapes, obra pioneira que, atendendo à História Militar, sensibiliza a consciência cívica dos brasileiros...

Fomos eleitos sócio honorário de IHGB cerca de sete anos mais tarde, em 13 de dez 1978, quando servíamos como instrutor de História Militar na AMAN e privaríamos com o mestre por cerca de sete anos até seu falecimento.

Foi então que como sócio do Instituto e Oficial da AMAN fomos encarregados pelo comandante da AMAN e pelo mestre Pedro Calmon para comandarmos Guarda de Honra e de Segurança, integrada por cadetes, para transportar com toda pompa a circunstância a Espada do Duque de Caxias, até a AMAN para lá participar das cerimônias, em 1979, do centenário de falecimento do General Osório e Marquês do Herval e presente o presidente João Figueiredo, o primeiro o ex-detentor do Espadim de Caxias a ser Presidente da República.

E no ano seguinte a mesma cerimônia se repetiu e agora com a presença do professor Pedro Calmon, e em 7 de maio de 1980, na Cerimônia Nacional Evocativa do Centenário de Falecimento do Duque de Caxias.

E Pedro Calmon participou emocionado durante toda a manhã de cerimônia presidida pelo Presidente da República.

Coube-me a difícil honra, por recomendação dos confrades do Instituto, de acompanhar como uma espécie de assistente, todos os passos do mestre. Vez por outra eu era alertado para controlar os seus possíveis excessos de emoção, físicos e de alimentação, para prevenir um possível reflexo negativo na sua saúde, aos 77 anos e que já inspirava cuidados. Fiquei muito preocupado, mas tudo correu bem.

E pela segunda vez deixou registrada na página 26 do livro de Visitantes Ilustres suas impressões. E escreveu:

Voltando quase 30 anos depois à admirável Academia Militar das Agulhas Negras revejo-a mais bela, mais brilhante, mais pomposa, no dia em que comemora o Centenário da Morte do Duque de Caxias.

Dou graças ao Deus do Exércitos pelo brasileiro milagre de ter tomado sob sua evidente proteção este imenso Instituto, fazendo que a sua organização impecável encha de alegria e otimismo o coração leal e dos que amam e unem a Pátria.

No esplendor desta manhã de luz e homenagem, sentimos maior a nação na moldura primorosa de sua Escola de Cadetes. A mocidade que aqui se educa sai todos os anos revigorada no culto dos seus deveres, pela sabedoria dos mestres, pela austeridade do ambiente, pela grandeza dos exemplos, por tudo o que se respira no ar bendito das Agulhas Negras - áureas agulhas a qual se prende a alma do Brasil. Na Academia, 7 de maio 1980, Pedro Calmon.

Ao tomarmos posse no IHGB, o tema de nossa oração de posse por sugestão do Professor Pedro Calmon, foi o 35º Aniversário da Academia Militar das Agulhas Negras. Oração publicada na *R1HGB*, volume 336, jul./set. 1982. Fomos recebido por outro grande mestre e amigo o general Jonas Correia, grande e notável Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil onde também havia nos recebido em seção que contou com o prestígio da presença de Pedro Calmon.

E então na AMAN e agora como Instrutor de História Militar eu assistiria 26 anos depois de sua excelente conferência sobre "O Exército na Formação Histórica do Brasil", outra magistral conferência sua agora alusiva ao Duque de Caxias.

E ao final da mesma foi aplaudido de pé pelos oficiais e cadetes da AMAN e com aplausos mais prolongados e vibrantes do que os que recebera há 26 anos no mesmo local.

De seu memorável discurso de improviso sobre o Duque de Caxias destaco estes trechos que mandei gravar e depois degravar:

Dirijo-me, sobretudo, aos jovens cadetes de Caxias, para uma meditação. Correm por ai versões corruptas, insidiosas, sobre o papel do Brasil na Guerra do Paraguai. Um massacre daquele povo; o imperialismo brasileiro; nada mais errado, mais falso, mais mentiroso, mais antinacional. Fizemos a guerra ao Paraguai por uma razão sumária e única, porque Francisco Solano Lopez, Presidente da Nação Guarani, violou a fronteira brasileira, invadindo o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul. Fizemos a guerra defensiva, foi uma guerra em nome, não só da honra no seu sentido metafísico e filosófico da expressão, mas no sentido dos resgate do território brasileiro tomado pelo inimigo.

Se não fizéssemos a guerra ao Paraguai e não vencêssemos, não seriamos dignos de sermos brasileiros. Eu sinto, senhores oficiais e cadetes, que esta afirmação fala dos cem mil mortos nacionais, dos cem mil patrícios, cujo sangue jorrou pelas planícies do Paraguai.

Sobre a ação pacificadora de Caxias no Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e no Rio Grande do Sul que lhe valeram o título de Pacificador, com o

qual D. Pedro II o apresentava, segundo Lourenço Lacombe, Calmon assim a definiu aos oficiais e cadetes da AMAN:

O barão de Caxias venceu sobretudo por convencer, pois a verdadeira vitória não consiste em sufocar ou subjugar o adversário, pois é antes uma tarefa de persuasão, de conquista de corações para que se atinja o ideal vencedor. E Caxias sobrepôs a olhos fratricidas, a dignidade da paz justa, cobrindo as forças em luta com o véu iluminado da concórdia e da pacificação. Pois ali reuniu ao gênio de guerreiro consumado, a generosidade clemente e aliciadora.

E noutro trecho falando da espada de Caxias:

A espada que brilhou à luz de Itororó, no momento mais grave da sua vida, seria o modelo do espadim dos cadetes do Brasil. São vocês, cadetes, futuros generais da pátria, que têm a honra de trazer o sabre de todas as campanhas do Duque de Caxias, para que se perpetre o milagre que o nosso patriotismo pede ao Deus dos Exércitos, para que a luz da estrela de Caxias continue iluminando os caminhos do futuro e por eles passe, guiada por essa brilhante juventude que aqui estuda na Academia Militar das Agulhas Negras, com o breviário, com o evangelho do civismo para que esta juventude possa levar adiante, como ele guiou pelos campos de batalha do Paraguai, as forças, as energias, as exuberâncias, os votos, as possibilidades, tudo aquilo que o Brasil tem para ser a grande Nação que sonhamos.

E a certa altura assim definiu o significado que Caxias podia ter para o Exército:

Como o chefe integral do Exército, o seu modelo, a sua alma, a imagem maravilhosa do espírito que nele deve vibrar, e a síntese mágica das virtudes e brios de que ele deve estar imbuído.

Das suas obras como historiador militar registro Gomes Carneiro - o general da República', História da Casa da Torre', História da Independência da Bahia e sua História do Brasil em sete volumes riquíssimos em subsídios de História Militar do Brasil como As Efemérides do Barão do Rio Branco, e sobre o qual produzimos o artigo "Um diplomata com alma de soldado". Artigo que se ainda oportuno poderia talvez figurar em publicação alusiva ao centenário do início de suas atividades como ministro das Relações Exteriores e como uma contribuição, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil que o tem como patrono de cadeira.

No Instituto Pedro Calmon nos confiou algumas missões na qual destaco a de representar o Instituto como seu orador na comemoração do Centenário do marechal João Batista Mascarenhas de Morais, o comandante da Força Expedicionária Brasileira, e trabalho publicado na *RIHGB*, volume 344, jul./set. 1983.

E a nós confiou solicitação do general de Divisão Mello Mattos de pro-

duzir, em nome do Instituto, trabalho sobre a Divisão Encouraçada na Guerra do Paraguai. Trabalho que serviu de apoio para a denominação histórica da Terceira Divisão de Exército em Santa Maria-RS e que publicamos na Revista Infantaria 1978, na AMAN.

Em sua obra *Miguel Calmon uma grande vida* o ajudamos a iluminar as raízes castrenses da esposa de Miguel Calmon, D. Alice da Porciúncula, rica herdeira pelotense que em grande parte financiaria as viagens de Olavo Bilac em propaganda do Serviço Militar Obrigatório, adotado em 1916 com o Primeiro Sorteio Militar, tarefa a que muito se dedicou Miguel Calmon ao participar da fundação em 6 de setembro de 1916 da Liga de Defesa Nacional, no Clube Militar, com vistas a retirar o Brasil da grave situação em que se encontrava a Defesa Nacional durante a Primeira Guerra Mundial, para a seguir, como exemplo, alistar-se como soldado do Tiro de Guerra nº 7.

Livro de que nos doou exemplar com a seguinte dedicatória:

Ao querido confrade e amigo Coronel Bento. Cordial homenagem e a cultura riograndense que revejo na alta qualidade de espírito da Senhora Miguel Calmon, grande pelotense. Pedro Calmon. 7 dez 1983.

Calmon era motivo de grande apreço pelos militares que o assim o consideravam um dos nossos. E isto lhe valeu para realizar o seu sonho de construção do edifício do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através de apoio recebido do presidente Médici por intermédio de antigo instrutor deste o Marechal Estevão Leitão de Carvalho, membro do Instituto e que representara o Brasil em Washington na Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA pela qual passaram todas as resoluções relacionadas com a participação das Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial, conforme abordamos em, As Forças Armadas e A Marinha Mercante do Brasil na 2ª Guerra Mundial. Volta Redonda, Gazetilha, 1995.

Tal foi a gratidão de Pedro Calmon, a sensibilidade do presidente Médici, que decidiu mobiliar uma sala no Instituto à guisa de escritório com o nome do presidente Médici e que pudesse ser usada pelo presidente benfeitor do Instituto, a Casa da Memória Nacional, quando deixasse a presidência. Conhecemos a sala que foi desfeita depois da morte de Pedro Calmon e cujos motivos devem por certo constar em relatório da diretoria que substituiu Pedro Calmon.

O presidente Médici tinha um grande apreço pelo culto da História do Brasil e ao tomar posse como Presidente de Honra do IHGB, em 3 de junho de 1970, falou a certa altura:

A ninguém é licito ignorara importância da História no desenvolvimento nacional, como instrumento de ação, na elucidação de temas e na definição de alternativas prospectivas, assim como o encontro de métodos de análise que sirvam do individual ao coletivo. Aqui podemos afirmar que não se hem governa sem História e historiadores.

Estivemos a última vez com Pedro Calmon em 1985, pouco antes de sua

morte, em cerimônia no antigo Palácio Imperial. Ele já caminhava com alguma dificuldade. E por esta razão o acompanhamos junto com seus amigos, os generais Jonas Correia e Francisco de Paula e Azevedo Ponde, ilustres membros de sua diretoria no IHGB e presidentes de elevada estatura moral e intelectual do IGHMB. A certa altura queixando de mal-estar digestivo, e sabendo a razão de seu mal, tentamos dizer-lhe que a razão fora algum alimento ingerido, e o acompanhamos ilustre trio, aprendendo muito com a troca de informações valiosas entre ambos. E só o revi morto em seu velório na Academia Brasileira de Letras, cujo corpo acompanhei, sentido, até a sua sepultura junto com seus confrades da Academia de Letras. Sua presença faz muita falta no cenário historiográfico brasileiro. E aqui as nossas saudades bem como a de todos os soldados do Brasil que tinham consciência de seu real e raríssimo valor cultural e da importância que dava a valorização da profissão soldado do Brasil.

E de se perguntar qual a explicação de uma personalidade tão doce, suave e agradável como Pedro Calmon haver nascido na cidade baiana de Amargosa.

## RECORDANDO MARCOS ALMIR MADEIRA

2004

Cláudio Moreira Bento

Fomos alunos de Sociologia do falecido consócio Marcos Almir Madeira em 1967, na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, então comandada pelo general-de-brigada Reinaldo Mello de Almeida, filho do político e escritor paraibano José Américo de Almeida, que elogiou o professor Madeira na obra *Homens de marca*.

O professor Madeira, então com cerca de 50 anos, estava em plena forma. Suas aulas de Sociologia agradavam e enriqueciam a nós todos. E a toda hora contava passagens ocorridas na sua amada terra natal, Niterói, à qual estava intimamente ligado a sua paisagem, física e social como Gilberto Freyre ao Recife e Câmara Cascudo a Natal.

O curso era muito intenso e absorvente e suas aulas, não cobradas em provas, eram um refúgio e diríamos um agradável lazer. Pois era um notável orador e contador de histórias e piadas.

E foi com ele que nossa atenção como historiador em potencial foi chamada para a grande figura de Oliveira Vianna como autor de importante trabalho que despertou nossa atenção como gaúcho e estudioso da História do Rio mande do Sul. Foi o seu notável *Populações meridionais do Brasil*, editado em 1920 por Monteiro Lobato. Nele Oliveira Vianna interpretou a civilização castrense do Rio Grande do Sul. E o professor Madeira, que fora Diretor da Casa de Oliveira Vianna, com muita frequência exaltava a obra deste notável escritor e sociólogo seu contemporâneo, e autor também de magnífica interpretação do temperamento do Duque de Caxias, publicada na *Revista Militar fileira*, nº 1 de 25 de agosto de 1935, sob o título "O temperamento de Caxias", assunto complementado na mesma revista pelo general Liberato Bittencourt, com o artigo "Caxias ensaio psicológico". Revista que também publicou artigo do Secretário do IHGB, na época, Max Fleius, "Caxias Alma

Militar do Brasil", quando também relacionou, em plaqueta, todo o acervo documental de Caxias existente no IHGB.

Foi por meio do professor Madeira que conhecemos a existência desta obra de Oliveira Vianna sobre o Rio Grande do Sul. E foi com uma interpretação de Oliveira Vianna que iniciamos o Projeto História do Exército na Região Sul, hoje com nove volumes publicados. Inicio na forma abaixo o item Fundamentos das Tradições Militares Gaúchas na *História da 3º Região Militar 1807-1889 e Antecedentes*. Ele escreveu:

Na verdade, educada sob o regime da premência guerreira e de uma férrea disciplina militar, a população do Rio Grande do Sul acabou tendo pelo homem de espada uma espécie de respeito religioso uma confiança integral. Todos acorriam a eles nas suas dúvidas e acatavam seus julgamentos e conselhos com submissão mista de veneração e Orgulho...

Em cada lar ardia, vivaz, a chama do culto de um herói épico, espécie de nume larário e também semi-deus regional...

Os fastos guerreiros dos seus contemporâneos, a história das suas lutas contra o estrangeiro, tudo eram recordações que envaidecem aquela população, educada pelo alarido dos combates.

O deputado Ruy Ramos, ao prefaciar *Galpão de estância*, do grande poeta gaúcho Jaime Caetano Brown, reforçou estas interpretações de Oliveira Vianna ao escrever:

O culto das tradições gaúchas representa no Rio Grande, um impulso espontâneo e irresistível da alma, da raça ... Falar das lutas e das dores do gaúcho para definir e fixar os limites do Brasil no Sul e manter a posse da terra e dominá-la, é tocar na corda sensível das gerações gaúchas.

E esta preciosa lição sobre Oliveira Vianna devo a meu mestre de Sociologia, professor Madeira na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército há 36 anos passados.

Foi nesta época que contatei com o IHGB, vindo até a sua antiga sede para, nas minhas folgas, realizar pesquisas sobre a História do Rio Grande do Sul, meu campo de interesse na época e mais especificamente sobre Canguçu, meu torrão natal.

Lembro da oposição que a candidatura do professor Madeira sofreu aqui no Instituto, em que pese capitaneada por Pedro Calmon e sob o argumento de que não era historiador, o que hoje seus discursos de homenagem aos consócios falecidos justificam a sua grande capacidade de historiador literato.

Assisti também a aflição do grande mestre Arthur César Ferreira em lutar contra forte oposição à candidatura do historiador amazonense Mario Ypiranga e mais tarde percebi reações às candidaturas dos consócios general Carlos de Meira Mattos e coronel Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves por julgamentos políticos apressados e não por critérios históricos. O consócio Portella acusado de direitista e presidente do mensário *Letras em Marcha*. Reação mais efetiva contra o presidente Emílio Garrastazu Médici, ao qual muito se está a dever a atual sede condigna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde até possui sala com o seu nome. Mas foi julgado fora do tempo politicamente, sem merecer salvo melhor juízo, como seria de praxe, uma refe-

rência *post mortem* na Revista do Instituto sobre a sua contribuição à História do Brasil, inclusive como Presidente de Honra do IHGB.

Conheci a atuação notável do professor Madeira no PEN Clube do Brasil que ele presidia e a seu convite lá comparecemos.

Foi na posse do falecido consócio Silvio Meira, grande historiador do Amapá e que muito nos valemos de sua obra *Fronteiras sangrentas - heróis do Amapá* para escrevermos nossa *História Militar Terrestre da Amazônia* que lançamos dia 11 de dezembro no Colégio Militar de Porto Alegre, local onde estudou o conquistador do Acre, Plácido de Castro.

O patrono foi o general Floriano Lima Brayner que foi o chefe do Estado-Maior da FEB e julgado por critérios literários, mas discordávamos ali de seu julgamento histórico na atuação da Força Expedicionária Brasileira como seu chefe de Estado-Maior, que muito deixou a desejar em interpretações dominantes de seus companheiros na FEB.

Creio que a maior marca da passagem do professor Madeira pelo Instituto foram suas orações, evocando ao final do ano o perfil dos consócios falecidos para os quais empenhava, toda a sua arte de literato imortal da Academia Brasileira de Letras e engenho de historiador brasileiro.

Aqui a gratidão ao meu mestre de Oliveira Vianna, o genial intérprete da castrense civilização gaúcha, no dizer do mestre Dante de Laytano.

Lição recebida de Almir Madeira e hoje presente nas interpretações de Oliveira Vianna, ao escrevermos *História da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada - Brigada Charrua*, com jurisdição sobre o antigo distrito espanhol de Entre Rios (rios Quaraí, Uruguai, Ibicuí e Ibitapuitã) no qual hoje se erguem os municípios de Alegrete, Uruguaiana, Quaraí e Santana onde se consagraram na sua conquista e manutenção os heróis militares Borges de Canto, José de Abreu (estudado pelo barão do Rio Branco e que Ihe abriu as portas para seu ingresso muito jovem no IHGB), Bento Manoel Ribeiro, Francisco Pedro de Abreu, Davi Canabarro. E em data mais recente, berço também dos civis heróis militares Honório Lemes, e mais Osvaldo Aranha, Flores da Cunha e Batista Luzardo três grandes líderes políticos e civis militares que emergiram na Revolução de 30.